ANTROPOLOGIA
HOJE

Karina Biondi

PROIBIDO ROUBAR NA QUEBRADA

TERRITÓRIO, HIERARQUIA E LEI NO PCC

MELHOR TESE DE DOUTORADO
Brazil Section
Latin American Studies Association
2015

TERCEIRO NOME

ANTROPOLOGIA
HOJE

UMA NOVA ETAPA

Seguindo a proposta de experiências etnográficas inovadoras do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP – LabNAU –, a Coleção Antropologia Hoje, que já publicou mais de 30 títulos com a Editora Terceiro Nome, estabelece uma nova parceria com a Editora Gramma. Com esta iniciativa, pretendemos dar continuidade ao já reconhecido trabalho da Terceiro Nome apostando, agora, em um novo modelo editorial que alia qualidade, sustentabilidade e baixo custo. O experimento que propomos é a edição, a um só tempo, de textos na forma de e-book e de impressão em papel sob demanda, democratizando assim as possibilidades de publicação tanto para jovens autores como para renomados pesquisadores. Por meio desta nova parceria, levaremos adiante o projeto da Antropologia Hoje de divulgação de trabalhos, ensaios e resultados de pesquisas etnográficas inéditas na nossa área de trabalho e reflexão. A participação da Gramma na Coleção junto com o NAU e a Terceiro Nome coincide com a ampliação e diversificação do Conselho Editorial, incluindo pesquisadores de diferentes instituições e regiões brasileiras.

Conselho Editorial José Guilherme Cantor Magnani (diretor) – NAU/USP
Luis Felipe Kojima Hirano (vice-diretor) – UFG
Cláudia Fonseca – UFRGS

Deise Lucy Oliveira Montardo – UFAM

Elisete Schwade – UFRN

Luiz Henrique Toledo – UFSCar

Renata Menezes – MN/UFRJ

Ronaldo Almeida – Unicamp/Cebrap

Karina Biondi

PROIBIDO ROUBAR NA QUEBRADA

território, hierarquia e lei no PCC

gramma

TERCEIRO NOME

Editora Terceiro Nome
Direção
Mary Lou Paris

Preparação de texto
Luciana Araujo Marques

Revisão
Lila Zanetti

Projeto gráfico, diagramação e capa
Antonio Kehl

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
de acordo com ISBD

B615p
Biondi, Karina

Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC / Karina Biondi. - São Paulo : Terceiro Nome, 2018.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7816-207-8

1. Crime organizado. 2. Primeiro Comando da Capital – PCC. I. Título.

2018-746

CDD 364.106
CDU 343.341

Índice para catálogo sistemático:
1. Crime organizado 364.106
2. Crime organizado 343.341

Copyright © Karina Biondi, 2018

Reservados todos os direitos desta edição. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste livro são de responsabilidade dos autores e

não necessariamente refletem a opinião dos editores.

EDITORA GRAMMA
Rua da Quitanda, 67/301
Centro – Rio de Janeiro (RJ) – 20011-030
fone/fax 55 21 2224 1469
www.gramma.com.br

EDITORA TERCEIRO NOME
Rua Prof. Laerte Ramos de Carvalho, 159
Bela Vista – São Paulo (SP) – 01325-030
www.terceironome.com.br
contato@terceironome.com.br
vendas: info@wmfmartinsfontes.com.br

SUMÁRIO

Agradecimentos

Prefácio – Ideias em reverberação
Ana Claudia Marques

Apresentação – Novos modos de lidar com o real
Jorge Mattar Villela

Introdução

Parte I – Movimento (e território)

1 – Cadeias e quebradas
1.1. Ladrões que foram presos
1.2. O retorno dos ladrões
1.3. Em sintonia com a cadeia

2 – Presenças
2.1. Radinhos
2.2. Deslocamentos
2.3. As cadeias nas quebradas
2.4. Várias quebradas, muitas épocas
2.5. Campo em movimento

3 – Brechas
3.1. Lacunas

3.2. Não pode deixar brecha!
3.3. Preencher as lacunas?
3.4. Trabalhar nas brechas

Parte II – Ideias (e hierarquia)

4 – Vida e morte das ideias

4.1. O cuidado com as palavras
4.2. Manter a ideia viva
4.3. Fortalecer e repercutir
4.4. Deixar no gelo e fazer a ideia morrer
4.5. Desenterrar

5 – Sintonia

5.1. Hierarquia?
5.2. Conhecimento
5.3. Visão
5.4. Responsa
5.5. Conexões
5.6. Formação

Parte III – Situação (e lei)

6 – Aval e salve

6.1. Composição das situações
6.2. Avaliação das situações
6.3. Transformação das situações
6.4. Responsabilidade e anonimato

7 – Debates

7.1. Infinitude
7.2. Incompletude
7.3. Incomparabilidade

8 – O certo

8.1. Ética-disciplina
8.2. Justiça
8.3. Lei do crime

Considerações finais – Misturas, conexões e consequências

Referências bibliográficas

AGRADECIMENTOS

Foi uma longa e árdua jornada. Percorri caminhos que algumas vezes me levaram a barreiras intransponíveis e resultaram em diversas mudanças de trajetória. Outros caminhos eram atravessados por acasos que também me desviaram do rumo que seguia. Esses desvios, alguns mais tortuosos e cansativos, outros acidentados e inóspitos, exigiram de mim mais esforços e tornaram este livro uma tarefa mais difícil. Seguir adiante não era uma das alternativas possíveis, mas um compromisso inevitável e, no mais das vezes, impreterível. Mas nesses desvios encontrei pessoas que me indicaram novos rumos, que me conduziram até a saída dos labirintos nos quais por vezes me embrenhei. Esse apoio, algumas vezes, veio de onde eu não esperava. Resta a mim agradecer a esses apoiadores insuspeitos. Vânia, André, Josi, Lupércio, muito obrigada, de coração! Agradeço também aos interlocutores que me apoiaram durante a pesquisa de campo.

Durante essa jornada, encontrei pessoas que são exemplos de persistência e de luta. Dr. Jayme Garcia dos Santos Junior, Maricy Rossi Tegão, Marisa Feffermann, Andreia, Railda, Claudia Tambellini, profissionais da Defensoria Pública, obrigada por me mostrarem e me deixarem acompanhar um pouquinho de seus

combates. Agradeço aos coordenadores, expositores e ouvintes dos grupos de trabalho dos quais participei. John Collins, seus incentivos me fizeram enfrentar minha caminhada com mais vigor. Muito obrigada!

Colegas da graduação e da pós-graduação da UFSCar, obrigada por fazerem parte dessa jornada. Agradeço imensamente aos professores, pelas aulas, pelas conversas e por todo o apoio e acolhida que sempre me deram. Foi muito bom fazer parte de um PPGAS em expansão! Obrigada também ao Fábio, secretário do PPGAS, sempre solícito e eficiente. Agradeço aos membros do Laboratório de Estudos sobre Agenciamentos Prisionais (LEAP), sempre lado-a-lado nessa jornada, e aos membros do Hybris – Grupo de Estudo e Pesquisa em Relações de Poder, Conflitos e Socialidades, cujas contribuições a este livro são inestimáveis. À Anna Catarina Morawska Vianna devo um agradecimento especial por ter me mostrado as armadilhas do caminho pelo qual eu pretendia enveredar e depois, na arguição que fez na banca de defesa, por me mostrar alguns riscos que eu ainda corria.

Muito obrigada aos professores Luiz Henrique Toledo (UFSCar) e John Comerford (Museu Nacional) pelos preciosos comentários, tanto na banca de qualificação quanto na defesa. Agradeço ao professor Otávio Velho pela leitura atenta e generosa e pela arguição brilhante. Foi uma honra de tê-lo como membro da banca de defesa. Agradeço também à Liliana Lopes Sanjurjo e Ana Claudia Duarte Rocha Marques, por aceitarem o convite para compor, como suplentes, a banca de defesa. Devo agradecer também à FAPESP e à CAPES, agências de fomento que viabilizaram esta pesquisa com a concessão de uma bolsa de Doutorado.

Jacqueline Ferraz de Lima e Thaís Mantovanelli, amigas queridas, companheiras de todas as horas, muito obrigada! Um agradecimento especial ao parceiro Adalton Marques pelos campos que fizemos, pelos projetos que traçamos e pelo que pensamos juntos.

Prof. Jorge Luiz Mattar Villela, eu tive sorte de tê-lo encontrado. Sua competência, seus conhecimentos, sua dedicação e seu brilhantismo são extraordinários. Obrigada por me guiar em minha trajetória acadêmica, por apontar sempre os melhores caminhos. É um privilégio ser sua orientanda.

Por fim, agradeço imensamente à minha família. Fernanda, obrigada por todo o seu apoio. Ao meu pai (*in memorian)*, agradeço por ter sido exemplo da paixão pelos livros, por me ensinar a sempre observar a divergência de opiniões, por ter me dado toda a base para que eu me lançasse em minha jornada. Agradeço também à minha mãe e amiga, exemplo de sensatez e ponderação, que nunca mediu esforços para me ajudar no que eu precisava. Quando eu crescer, quero ser como você. Fifi, minha sogra, obrigada pelo suporte que me deu. Agradeço especialmente ao meu marido, que esteve sempre lado-a-lado comigo por todos os caminhos pelos quais percorri, tanto os belos quanto os tenebrosos. Samanthinha, minha filha, que encontrou uma brecha para entrar em nossas vidas durante essa jornada, obrigada por ter vindo. Wal, filha, amiga e companheira, minha gratidão não cabe nessas linhas.

Todos os nomes mencionados neste livro, exceto os que foram extraídos de conteúdos amplamente divulgados na imprensa, são ficcionais e foram inventados pela autora.

Prefácio
IDEIAS EM REVERBERAÇÃO

Ana Claudia Marques[a]

Em *Junto e misturado*, seu primeiro livro, Karina Biondi se propôs a tarefa de etnografar a construção imanente de uma transcendência. Naquele livro, ela sustenta que o Primeiro Comando da Capital, o PCC, tem uma existência não restrita nem à soma, nem à presença de seus membros onde quer que seja. Hegemônico nos presídios e em quase todas as cidades do estado de São Paulo, o *Comando* se efetua e age mesmo na ausência dos *irmãos*, como são chamados os seus integrantes. Essa é uma das razões pela opção em chamar de *Movimento* o mesmo PCC, no título da tese que resultou neste livro. Razão consistente com o tratamento dado ao tema ao longo de todas as suas páginas.

Movimento é um termo entre vários outros usados para se referirem ao que a grande mídia, a segurança pública ou o sistema judiciário denominam “organização ou facção criminosa” aqueles que dele fazem parte ou a ele se relacionam com alguma familiaridade. Na contramão das teses que identificam o PCC a organizações paraestatais dotadas de hierarquias de mando, regras de conduta definidas, centros de emanação de ordens e objetivos unificados, Karina observa uma série de sentidos implicados na apreensão

singular de movimento, no contexto do PCC, que refutam uma a uma as suposições incorporadas à designação corrente nas páginas dos jornais.

Desde logo, movimento não alude aos deslocamentos pelo espaço efetuados pelos membros do *Comando* por entre as unidades prisionais ou pelas ruas. A presença de um *irmão* onde quer que seja nem é necessária nem suficiente para que um determinado lugar seja anexado ao PCC, a exemplo de uma conquista. E no entanto, Karina também sublinha: não há *Comando* sem *irmão*, senão pela sua presença em algum lugar, em algum momento, pela sua voz e ideia que o desloca; e com ele o PCC, por meio de outras vozes e outros entes, pelo espaço e pelo tempo. Voz que pode ser reverberada por uma pessoa não *batizada*, mas que atue local ou pontualmente na manutenção da *disciplina*, em conformidade com a ética do PCC. Voz que articula uma ideia para cuja condução, bloqueio, redirecionamento e propagação contribuem muitos atores e agentes, humanos e não humanos, individuais e coletivos, materiais e imateriais, de dentro e de fora do PCC.

Segundo Karina, esse movimento “se caracteriza, por um lado, pela ausência de delimitações temporais, de contornos espaciais, de limite quanto ao que pode compô-lo e, por outro, por ser fugidio a qualquer tentativa de totalização e por ser composto por inúmeros outros movimentos”. Tudo indica que movimento seja da ordem do acontecimento, que se realiza por composição, contágio, aliança entre heterogêneos, cujas diferenças (mais que identidades) persistem na constituição sempre precária de intensidades cambiantes, vibrações alternadas, singularidades em perpétua transformação: “o movimento não só comporta como também é constituído por vários movimentos, de diversas formas, calibres,

velocidades e que seguem diferentes direções". Hecceidade, individuação sem sujeito: um *nóis* que não se confunde com um conjunto de pessoas, como diz Karina desde seu ponto de vista no interior do movimento.

Interessante observar que toda tentativa de definição do PCC desemboca em distingui-lo do que ele não é. No entanto, e paradoxalmente, aí reside uma pista importante para sua compreensão. Se o caminho da unidade, da identidade, da totalidade se mostram infrutíferos, tratá-lo como multiplicidade, como diferença, como singularidade se insinua como hipótese mais promissora. O problema é que as ferramentas conceituais para esse tratamento não estão prontas para serem aplicadas; de fato, elas precisam ser forjadas no ato mesmo do seu uso.

Dilemas clássicos dos antropólogos contemporâneos se impõem pela própria etnografia. Desde logo, Karina se depara com as condições de um trabalho de campo que não a conduz a pontos de observação mais favoráveis de alguma totalidade, que de fato não se realiza. Nas pegadas de seus interlocutores e interlocutoras das *quebradas* e da teoria antropológica, ela provoca um confronto polissêmico e conceitual em proveito da apreensão de significados nativos que ressoam e deslocam pressupostos e debates teóricos.

Assim, por exemplo, a noção de *brecha*, presente nas periferias de São Paulo, aponta os rumos imponderáveis do movimento, bem como elicita a ética que dá consistência e existência àquilo que o compõe (ou decompõe) continuamente – pois essa composição não se confunde com a soma de partes pré-definidas. Ao perceber que esse sentido de *brecha* não se define pela falta, mas antes pela oportunidade de produzir movimento, emprestar-lhe uma marca, gerar nele efeitos, alterar seu ritmo, Karina desvia seu olhar, até

então pousado sobre seus interlocutores em campo, para detê-lo em seu próprio procedimento de pesquisadora e assim corrigir a própria visão turvada de zonas cegas e constituir, ao modo de seus interlocutores, seu próprio ponto de vista, nem melhor nem pior do que qualquer outro. Sua atenção volta-se em seguida para a teoria e a epistemologia das nossas ciências.

Ao longo de toda a tese, seu procedimento metodológico se afirma. Decidida a abrir mão de uma suposta totalidade do PCC e entregue à tarefa de etnografar o *Movimento* desde sua perspectiva a partir do interior do movimento, sua atenção triangula entre os irmãos, primos e cunhadas no *mundão* e nas cadeias; a sua própria condição de pesquisadora (dentro e fora do campo); e as proposições e debates intelectuais. E assim emula os *ladrões* ao encontrar suas próprias *brechas* analíticas que lhe permitem compor problemas (de maneira análoga às *situações* montadas pelos seus interlocutores) mediante aproximações e contrastes sucessivos entre conceitos e práticas que ela dispõe simetricamente.

Assim é que os *debates* que ela descreve são irredutíveis aos julgamentos de nossas cortes judiciais. Suas decisões consensuais não equivalem a sentenças proferidas por juízes e, embora regidos pela ética, esta não se confunde com uma lei. Não porque os *debates* seriam julgamentos imperfeitos, porque desprovidos de arbítrio devidamente autorizado e sustentado pelo Direito. Com as ideias de paz, justiça, liberdade, igualdade e união, o *Comando* se define, mas assim como ele mesmo, essas ideias só existem em suas manifestações concretas, muito mais do que por meio de regras gerais e objetivas. Os *debates* se fazem por meio de *ideias* abraçadas, de maior ou menor alcance e força, que se pretendem em conformidade com o *Comando* e cujos efeitos responsabilizam

quem as repercute, acusados, acusadores e público participante. Por isso, a punição aí dá lugar à *cobrança* incidente sobre quem não *anda pelo certo* em alguma circunstância especifica (ou *situação*), cujos contornos e agentes são igualmente objeto do *debate*, sempre passível de se abrir, assim, a novos *debates*, em que as posições provisórias, cambiantes e relativas dos participantes se reconfigurarão. Os *debates* são dispositivos contra-estatais, que conjuram centros de emanação de mando e desestabilizam toda hierarquia emergente.

O trabalho de campo em que se baseia este livro incluiu vários interlocutores e, sublinhe-se, interlocutoras junto às quais Karina se tornou progressivamente capaz de construir sua própria visão do PCC, como elas desde seu interior, sem ser dele um membro, mas de certa forma como uma parte dele. Se deixamos de lado por um instante o caráter controverso dos sujeitos de pesquisa de Karina, só nos resta admitir que essa é uma condição incontornável para a plena realização de uma etnografia que faça jus a esse gênero textual e científico. Tanto o "ponto de vista nativo" quanto aquele desde Sirius assumem que a parte nos remete inevitavelmente ao todo explicativo a que deve almejar nosso conhecimento racionalista (fadado à incompletude). Mas com Karina aprendemos que fazer parte é compor com e suspeitamos que a ideia de uma etnografia do movimento pode bem ser estendida a qualquer objeto de pesquisa e, a bem dizer, a toda e qualquer experiência de vida. Qualquer um de nós faz parte de mundos dos quais não necessariamente participamos como membros. Voluntariamente ou não, todos somos cidadãos, sujeitos de direitos e deveres, representantes de classe, gênero, raça etc. E desenvolvemos pontos de vista internos a tais condições. Assim, e reversamente, a reflexão de Karina nos convida

a perscrutar nossos próprios mundos, conceitos e práticas, assim como outros, com novo olhar.

Em *Junto em misturado*, Karina já havia chamado atenção para o efeito contra-estado promovido pelo lema da igualdade incorporado ao estatuto do PCC, reforçado atualmente pelo da união. Acrescidos à paz, justiça e liberdade, esses lemas se articulam agora à questão da diferença e da heterogeneidade. As dinâmicas descritas nas páginas deste livro previnem qualquer processo de homogeneização: em cada momento e lugar o *Partido* se realiza em tom e ritmo próprios, mesmo sem descuidar da sintonia com outros tempos e localidades. Sua existência se dá por composição, sempre de diferentes. Entre *irmãos*, decerto, mas também com *companheiros*, *cunhadas*, com o *Zé Povinho*, com o Estado, em suas distintas manifestações. Nenhuma composição está ao abrigo de rupturas, mas é somente nesses agenciamentos que cada um dos cinco lemas ganha alguma realidade, ainda que precária e provisória. Paz, justiça, liberdade, igualdade e união são ideias pelas quais nada mais se pode fazer do que lutar.

Preceitos de paz, justiça e liberdade são entre nós antes ideais do que *ideias*, que orientam as regras do Direito que devem incidir sobre determinado território e ser promovidas por sujeitos investidos pela prerrogativa de aplicá-las às diferentes situações, mas ao mesmo tempo a todo e qualquer sujeito dos direitos e deveres previstos na lei, independentemente de classe, gênero, raça etc. Mas não é bem assim que as coisas acontecem entre nós, como bem sabemos. O estado de direito não cessa de ser ameaçado, inclusive por aqueles que o promovem, e caberia arguir sobre nossa parte no abraço, reforço e repercussão dessa ideia.

Se paz, justiça, liberdade, igualdade e união não nos estão dadas, só nos resta lutar também por elas. Os meios não estão dados, contudo, apesar das regras e regulamentos serem abundantes no mundo de que somos parte. Eles restam por ser encontrados pelas *brechas* e repercutidos pelas nossas composições de mundos próprios. A nós nos cabe desconfiar que nossos contornos rígidos, nossas desigualdades persistentes e a ordem vigente correspondem a ideias que se impuseram à custa de outras, em favor de certos agentes e em detrimento de outros; que sua aparente estabilidade e transcendência não são mais que a ilusão de um todo e de uma totalidade forjada a ferro e fogo, às expensas de sentidos e aspirações outras de paz, justiça, liberdade, igualdade e união.

Para os leitores mais familiarizados com a antropologia, uma dica por assim dizer interna: o presente livro é uma etnografia no e com o PCC, mais que uma etnografia do PCC. Um livro de metodologia ao mesmo tempo que de teoria: metodologia e teoria etnográficas. Com ele, Karina Biondi imprime mais uma vez sua marca e impõe seu ritmo ao movimento da melhor antropologia brasileira. E assim nos leva a refletir e hesitar sobre nossos e outros mundos e certezas.

[a] Professora Associada do Departamento de Antropologia – USP.

Apresentação
NOVOS MODOS DE LIDAR COM O REAL

Jorge Mattar Villela[a]

Em algum momento, talvez no terceiro ano do seu doutorado, tive dúvidas de que a tese proposta por Karina Biondi, minha orientanda desde o mestrado, visse a luz do dia. Diante das enormes dificuldades que enfrentou na elaboração da problemática geral da pesquisa, com o próprio trabalho de campo e, finalmente, na adequação da atividade de pesquisa ao método a ser desenvolvido, minha posição era fonte de desespero. Era mais do que mera desesperança. Após o incrível êxito de *Junto e Misturado*[1], eu me contentaria com uma tese regular em qualidade. Afinal, quantas são as histórias, mais antigas do que atuais, decerto, de pós-graduações em antropologia cujo brilho da dissertação perturbou o resultado da tese? Mas, como se verá adiante, não era esse o resultado pretendido pela minha então orientanda.

Este livro deveria prescindir de apresentações, mas Karina me fez a honra do convite e eu não me fiz de rogado ao poder fazer mais uma reflexão acerca do trabalho primoroso de sua autoria. Logo à partida, desde a última leitura que fiz da tese antes de ela ser enviada à banca, disse a Karina que aquele escrito não constituía

uma etnografia, segundo o meu modo de ver, porque lhe carecia descrição e lhe sobrava análise. No lugar da descrição, na verdade, parecia-me uma demonstração precisa, como as demonstrações que fazem os historiadores da filosofia ao se debruçarem em sistemas filosóficos que não são os seus. Essa ideia foi alterada, no entanto, no decurso do tempo. E essa alteração, adianto desde já, é que este livro não demonstra um sistema, mas é a apresentação de uma prática filosófica que é, enfim, o alvo da análise descritiva levada a efeito com muito êxito pela autora.

Tudo foi resultado da procura por alternativas. Diante do labirinto metodológico no qual Karina se havia metido no esforço de encontrar seu objeto empírico de pesquisa, não lhe pareceu haver alternativas a não ser subverter a imagem enraizada na teoria metodológica de nossa área. Na impossibilidade de encontrar pessoas que vivem ou se deslocam juntas, foi necessário inventar uma antropologia que só se poderia verificar *no* movimento. Daí, assim como ocorreu no seu primeiro livro, esta etnografia exigiu da autora uma longa explicitação do seu intenso investimento metodológico. Porque foi preciso esclarecer como se estuda, descreve, analisa e demonstra-se a existência de um objeto sem corpo.

O Primeiro Comando da Capital demonstrado por Karina é um incorpóreo. Para usar a expressão de Émile Brehier (1997) ao analisar os fragmentos que nos restaram do antigo estoicismo, o PCC é um *incorporal*, um efeito de superfície, sem existência material. E, assim como, por exemplo, a relação entre o conceito de corpo e os incorporais para Crisipo exige uma teoria da linguagem e, no limite, uma língua diferente, a autora deste livro seguiu o conjunto nocional dos sujeitos de enunciação concernentes à sua

pesquisa para demonstrar o quanto é necessária a criação e, no seu caso de etnógrafa, o conhecimento de uma outra língua – sobretudo quando essa língua é falada e escrita com o mesmo léxico que a nossa, o português. São seus "agenciamentos coletivos de enunciação" (mas também os "agenciamentos maquínicos dos corpos", para usar os conceitos de Deleuze e Guattari [1980]). Seu procedimento expositivo consistiu em isolar desses agenciamentos centrais (aos quais retorno ao final desta apresentação) os que permitem a nós, desde um fora radical, compreender esse arranjo cuja realidade só é apreensível por meio desse procedimento que é, por sua vasta tradição, o do estilo etnográfico de escrita: seguir o ecossistema nocional das pessoas que interessam às nossas pesquisas.

É bem verdade que Karina esteve cercada nos últimos 10 anos, ou quase, por um ambiente fértil de debate e colaboração. A cada 15 dias, reuniam-se todas e todos os pesquisadores do Hybris – grupo de pesquisa fundado pela professora Ana Claudia Marques (PPGAS-USP) e pelos professores Adalton Marques e Gabriel Pugliese na década de 2000 e que se expandiu para o PPGAS-UFSCar. Nas nossas reuniões do Hybris, no PPGAS-UFSCar, tentávamos elaborar descrições analíticas para dar conta do cerco que se preparava em torno das tentativas emancipatórias contemporâneas. O aprimoramento das práticas conceituais em rede (Martinez, 2015; Sartori, 2010 e 2015); os meandros das circunstâncias da liberdade assistida (Munhoz, 2013 e 2017) e a existência carcerária (Biondi, 2009 e 2010; Marques, 2014; Lima, 2014 e 2016; Boldrin, 2017) eram, entre outras, preocupações centrais de diversas teses e dissertações de mestrado em curso durante a permanência de Karina nesse grupo. Posteriormente, ela própria, junto de Adalton Marques, também aluno do doutorado do PPGAS-UFSCar na época,

fundaram o Laboratório de Etnografias sobre Agenciamentos Prisionais, cujas atividades de pesquisa foram financiadas pelo CNPq. Tudo isso, enfim, não para dizer que essa é uma obra coletiva, mas para enfatizar a potência a que Karina levou essa convivência intelectual no interior de um jovem e pequeno programa de pós-graduação em antropologia.

Esse foi, enfim, o mesmo espírito que a conduziu quando seus estudos a aproximaram, ainda no mestrado, da etnologia amerindianista. Karina nunca teria visto o PCC liberto das imagens da empresa, do aparelho de Estado, da Justiça e da polícia (totalmente dominantes na época em que começava a etnografá-lo) sem esse desvio perceptivo-conceitual. É verdade, por seu talento etnográfico, não se vai encontrar uma única referência a esses temas em seus trabalhos, porque eles serviram apenas (o que não é pouco) para tornar possível uma nova posição descritiva e analítica.

Uma nova língua, portanto, aparece desse experimento etnográfico acerca de um objeto muito nomeado, adjetivado, mas raramente descrito em suas idiossincrasias. Pois, enfim, posta em ação essa tarefa, se revela com mais acurácia o que já se sabia desde a dissertação de mestrado dessa autora, mas também desde a dissertação escrita por Marques (2014). O PCC não se dá a conhecer; ele não é um objeto; ele não responde a interrogações provenientes da geometria dos sólidos.

Por isso o subtítulo da tese, mantido neste livro, é sardônico. Hierarquia, lei e território no PCC. Uma etnografia que se constitui no movimento, que se reconhece e justifica sua própria existência no movimento, desafia esse trinômio antropológico, essas remanescências das seitas filosóficas jônicas, da antiga tradição romana, do pensamento político do Estado-nação e das

transformações que efetuou numa e noutra em proveito próprio. Difícil pensar e, em todo caso, articular sentenças e parágrafos em antropologia ou nas ciências humanas sem estas três palavras: hierarquia, lei e território.

Essa impermanência a que chamamos PCC em suas práticas conceituais – precisamente, como eu dizia acima, o objeto da demonstração de Karina – precisa inventar uma nova língua por conta da disfuncionalidade descritiva de conceitos como esses, cuja marca principal é o seu arcaísmo com funções atuais. A um procedimento etnográfico competente cabe precisamente esta tarefa: a explicitação conceitual por meio analítico-descritivo do que é estranho à sua autora ou ao seu autor, mas também ao conjunto de leitores. Do contrário, insistindo no uso de conceitos próximos ao nosso vocabulário sociológico, não ultrapassamos a fronteira do solipsismo ou do solilóquio que não faz deslocar um passo sequer nem para a compreensão do que escolhemos estudar, quanto mais para a compreensão da nossa contemporaneidade.

E, segundo me parece, ao olhar em volta, a grande lacuna a ser enfrentada nos dias que correm e nos que se seguirão a eles é a do confronto reflexivo com a nossa contemporaneidade, cujas forças atuantes nos afastam a cada momento do real e do concreto. Um mundo cuja realidade é duvidosa, cuja determinação é ambígua, cuja instantaneidade conduz os povos para uma espécie de mineralização completa da existência. Farrel (2018) mostra que entre 9% e 15% das contas do Twitter são robôs. Lembremos que atualmente o presidente dos EUA governa o país por meio dessa rede social. O que Farrel defende, enfim, é que vivemos num mundo em que as possibilidades de determinação do real, sua distinção do irreal, são imprecisas. A memória, característica do vivo, ou do

orgânico, em contraposição ao inorgânico, vai se tornando incapaz de perseverar diante da instantaneidade e da velocidade dos circuitos de dados (Virilio, 2012). Aparentemente, ultrapassamos o umbral da passagem da era do carbono para a era do silício (Foucault, 1966). Diante desse panorama, decerto, será preciso a criação de novas formas de determinação e de relação com o real.

Este último é apenas um dos vários motivos pelos quais a publicação de *Proibido roubar na quebrada – território, hierarquia e lei no PCC* é um ato relevante de conhecimento. Num mundo em que o conhecimento produzido nas universidades foi convertido, por um lado, em mera economia e, por outro, foi condenado ao silêncio, quando não à derrisão, a aparição de etnografias como esta abrem a possibilidade do contato com o real. No momento em que os conhecimentos não técnicos são convocados pelos grandes meios de comunicação apenas na condição de os economistas serem comentaristas do mercado, os cientistas políticos serem os detectores das falhas institucionais, os sociólogos e antropólogos terem sido relegados a analistas da anomia e os filósofos serem transformados em auxiliares de autoajuda, este segundo livro de Karina Biondi aparece como uma lufada de ar fresco a ocupar um espaço que ameaça ser deixado completamente disponível para o palpite e a opinião.

Referências bibliográficas

BIONDI, Karina. 2010. *Junto e Misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome.

Boldrin, Guilherme. 2017. *Desejo e separação. Monas, gays e envolvidos num presídio em São Paulo*. Dissertação de mestrado em antropologia social, PPGAS/UFSCar. São Carlos.

BREHIER. Émile. 1997. *La Théorie des Incorporales dans L'Ancien Stoïcisme*. Paris: Vrin.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F.1980. ;. *Capitalisme et Schizophrénie 2*: *Milles Plateaux*. Paris: Miniut.

FARREL, Henry. 2018. “Philip K. Dick and the Fake World”. *Boston Review*, 16 de janeiro, disponível em http://bostonreview.net/literature-culture/henry-farrell-philip-k-dick-and-fake-humans. Acesso em: 17/05/2018.

LIMA, Jacqueline Ferraz. 2014. *Mulher fiel: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital*. Dissertação de mestrado em antropologia social, PPGAS/UFSCar. São Carlos.

_____ 2016. *Mulher fiel. Etnografia do amor nas prisões do PCC*. São Paulo: Alameda.

FOUCAULT, Michel. 1966. *Les Mots et les Chose. Une Archeologie des Sciences de l’Homme.* Paris: Gallimard.

MARQUES, Adalton. 2014. *Crime e proceder. Um experimento antropológico*. São Paulo: Alameda.

MARTINEZ, Mariana. 2015. *Redes do cuidado: etnografia de aparatos de gestão intersetorial para usuários de drogas*. Tese de doutorado em antropologia social. PPGAS-UFSCar. São Carlos.

MUNHOZ, Sara. 2013. *A construção do atendimento em um n*úcleo de *medidas socioeducativas em meio aberto*. Dissertação de mestrado em antropologia social. PPGAS-UFSCar. São Carlos.

_____. 2017. *O governo dos meninos. liberdade tutelada e medicas socioeducativas*. São Carlos: EDUFSCar.

SARTORI, Lecy. 2010. *O manejo da cidadania em um centro de atendimento psicossocial*. Dissertação de mestrado em antropologia social. PPGAS-UFSCar. São Carlos

_____. 2015. *A política de financiamento de uma tecnologia de cuidado. Etnografia do processo de reforma psiquiátrica do Serviço de Saúde Dr. Candido Ferreira*. Tese de doutorado em antropologia social. PPGAS-UFSCar. São Carlos

VIRILIO, Paul. 2012. “C’est qui nous Ménace c’est l’accélération”. *Philosophie Magazine*. http://www.philomag.com/les-idees/paul-virilio-ce-qui-nous-menace-cest-lacceleration-3984.

a Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar.

1 Sua intensa, original, metodologicamente inventiva dissertação de mestrado, também defendida no PPGAS-UFSCar sob minha orientação e publicada por esta mesma editora Terceiro Nome, foi posteriormente traduzida pela University of North Carolina Press e premiada como Melhor Livro do Ano de 2017 pela Association for Legal and Political Anthropology – American Anthropological Association, em novembro de 2017, em Washington.

INTRODUÇÃO

‘A favela, hoje em dia, tá em paz’[1] – disse-me uma moradora de um bairro distante do centro de São Paulo, um dos locais onde realizei a pesquisa para este livro. A mesma frase, com uma variação ou outra, foi proferida por diversos moradores, dessa e de outras regiões. ‘A senhora pode perguntar pra qualquer pessoa daqui. Todo mundo perdeu alguém ou tem uma história sobre as opressões, as patifarias que ocorreram no passado’, afirmou um *ladrão*[2]. De fato, muitos *moradores* me contaram histórias de sangue, opressão e humilhação ocorridas no passado. Hoje, afirmam, ainda vivem ocasiões nas quais a tranquilidade é abalada, mas ponderam que, ainda assim, a situação atual é melhor: ‘Antigamente, todo dia tinha um cadáver na porta da minha casa. Hoje isso não acontece mais’. Sobre o que teria transformado de tal forma a favela onde mora, uma moradora foi categórica: ‘Isso tudo foi graças ao PCC’.

Também chamado de *Comando*, *Crime*, *Partido*, *Quinze*, *Família*, o tema deste livro, o Primeiro Comando da Capital (PCC), é um *Movimento* que apareceu no interior das prisões paulistas no início da década de 1990 e que hoje está presente em aproximadamente 90% das instituições penais existentes em São Paulo[3], bem como na maior parte das zonas urbanas do Estado. Sua expansão, como

venho apontando há alguns anos (Biondi, 2007a; 2007b; 2008), foi acompanhada pela queda acentuada dos homicídios, não só percebida por presos e moradores das regiões que eram consideradas mais violentas (ou seja, aqueles que poderiam ter matado ou que poderiam ter morrido), como também mensurada pelos índices oficiais[4].

Ainda que haja outros fatores que tenham favorecido a queda do número de homicídios em São Paulo, o que faz presos e moradores das periferias atribuírem essa diminuição ao PCC? A hegemonia do *Comando* no *crime* paulista parecia estar diretamente relacionada a essa questão. Por isso, em minha dissertação de mestrado (Biondi, 2010), assinalei alguns caminhos que levaram a esse crescimento do *Comando*. Inicialmente, apontei que, na primeira metade da década de 1990, ele era apenas um entre os vários agrupamentos de presos que disputavam territórios nas penitenciárias paulistas. Sem ter a violência como diferencial, o PCC se expandiu a ponto de desencadear, em 2001, rebeliões simultâneas em 29 unidades prisionais, ação que envolveu cerca de 28 mil presos (cf. Salla, 2007: 82). Segundo os presos, as adesões ao *Comando* foram motivadas pelos *ideais* que propunha, condensados ou sintetizados em duas orientações gerais: a paz entre os ladrões e a guerra contra a polícia (Marques, 2008: 289). Nessa época, o PCC mantinha uma hierarquia piramidal e travava intensas lutas pelos espaços prisionais.

Em meados de 2004, uma mudança interna em sua formação impulsionou transformações decisivas que conduziram o PCC a uma posição hegemônica no sistema prisional. A estrutura piramidal adotada por seus fundadores foi dissolvida e a *Igualdade* foi adicionada ao antigo lema *Paz, Justiça e Liberdade*. Depois disso,

sua expansão foi tamanha que, em 2006, ocorreram os chamados "ataques do PCC", com outra megarrebelião, mobilizando dessa vez 84 unidades prisionais, além de 299 atentados a órgãos públicos, 82 ônibus incendiados, 17 agências bancárias alvejadas a bombas, 42 policiais e agentes de segurança mortos e 38 feridos[5]. O PCC mostrava, com isso, que suas ações não mais se restringiam ao universo prisional. Ele já estava disseminado por todo o Estado de São Paulo.

O que mais me surpreendia durante minha pesquisa de mestrado é que essa propagação do *Comando* não estava atrelada ao posicionamento de seus *integrantes*. Eu via o PCC em atividade mesmo em lugares onde não havia nenhum *irmão*, como são chamados seus *integrantes*. Essa questão se tornou central em minha dissertação. A descrição de como o PCC era produzido independentemente de seus *integrantes* trouxe para o centro de meu argumento os efeitos da *Igualdade* para a formação do *Comando*. Mais do que uma mera palavra adicionada ao seu *lema*, a *Igualdade* estava muito presente na vida dos prisioneiros. Ela instaurou tensões que infiltraram e percorreram as capilaridades do PCC, implicando formações e supressões simultâneas de focos de poder, ao lado de construções e dissoluções simultâneas de hierarquias.

A partir da descrição dessas tensões, mostrei a inadequação, por um lado, do conceito de "crime organizado" adotado por boa parte dos autores que integram o dossiê de mesmo nome (Bosi, 2007) e, por outro, dos conceitos formulados pelos processualistas para lidar com os conflitos que acompanham processos de mudança (Swartz *et. al.*, 1966; Schmidt, 1977). Para dar conta de um PCC que não se restringia à soma de seus membros, levei em consideração as

propostas de antropólogos contemporâneos para superar os conceitos de sociedade, de cultura ou de grupo como forças exteriores que modelam os indivíduos que os compõem (Latour, 2005; Strathern, 1996b; Toren, 1996). No entanto, ao levar meus interlocutores a sério e conferir centralidade às reflexões que acionavam, vi como a produção imanente do PCC ocorria concomitantemente à construção – também imanente – de um PCC-transcendência, uma força dotada de certa autonomia e capaz de garantir a manutenção desse coletivo, ao passo que reunia cada um de seus participantes a partir da ligação com tal figura autônoma num estado de coisas que independia de vínculos interpessoais ou territoriais estáveis. Com isso, meu objetivo passou a ser procurar descrever o modo pelo qual essa transcendência era construída, bem como sua eficácia. Permiti-me, assim, pensar o transcendente sem considerá-lo anterior, preeminente; quer dizer, pensar essa força exterior valorizando a imanência, as potências de si como produtos e produtoras de um PCC transcendente. O desafio foi, então, observar na instância local, cotidiana, nas relações mais sutis e casuais travadas entre os interlocutores como acontecia a produção dessa figura e em que medida ela atuava como exterior. Em suma, o que propus foi uma antropologia imanentista de uma construção nativa de transcendência.

Ao percorrer os diversos planos pelos quais as políticas do PCC eram operadas, todos atravessados pelo *ideal de Igualdade*, notei que imanência e transcendência no *Comando* se sustentavam mutuamente, em um regime contínuo de realimentação. Com isso, pude mostrar como a imanência do *Comando* funcionava à medida que rebatia em sua forma transcendente e como, concomitantemente, o PCC-transcendência só existia porque tinha como base a imanência que o garantia. Nesse sentido, uma não só

construía a outra como também uma só funcionava com a outra na medida em que se exigiam, se solicitavam mútua e incessantemente.

A maioria dos mal-entendidos e das críticas aos argumentos que apresentei na minha dissertação (Biondi, 2010) acompanharam, por um lado, a desconsideração de minhas opções teórico-metodológicas e, por outro, a defesa de uma postura positivista que propiciasse uma análise pretensamente externa, objetiva e neutra acerca do PCC. Ali explicitei que estava interessada nas reflexões que a *malandragem* tecia sobre sua existência e nas soluções que criava diante dos problemas que enfrentava. Para tanto, busquei "seguir os nativos" (*ibid.*: 55), tratar os termos e expressões que usavam como conceitos e, por conseguinte, apresentar os pontos de vista deles. Afinal, só por meio deles seria possível acessar suas reflexões. O que apresentei, portanto, tinha uma perspectiva bem definida, que diverge contundentemente do ponto de vista de funcionários ligados à segurança pública ou de presos relacionados a outros comandos – como ressaltado em Biondi e Marques (2010), texto em que procuramos mostrar como o deslocamento entre diversos pontos de vista resulta em diferentes historicidades e realidades. De acordo com essa perspectiva, ao contrário do que defende Dias (2011), dados acessados junto a outros atores nada revelam sobre o PCC, mas, sim, sobre as reflexões que esses atores tecem a respeito dele. Esses dados, portanto, não contradizem o material por mim apresentado, apenas apresentam mais uma diferença de perspectiva.

O problema que um esforço positivista traz para essa questão é a escolha deliberada, pelo pesquisador, das perspectivas apresentadas, simultânea ao descarte das demais, sem, contudo,

expor esse filtro. É certo que a exposição desse filtro iria de encontro à pretensão de neutralidade e de isenção, tão cara entre os positivistas. Entretanto, o texto resultante de seus esforços não é outra coisa senão um mosaico de informações a favor do argumento do próprio pesquisador.

Neste livro há um ligeiro – porém decisivo – deslocamento com relação aos meus interesses anteriores de pesquisa. Se na dissertação eu estava interessada nas reflexões que a *malandragem* acionava a respeito de sua existência e nas soluções que criava diante dos problemas que enfrentava, aqui procuro descrever as práticas de conhecimento envolvidas nessas reflexões e que resultam em uma singular produção e concepção de mundo.

Além disso, se a pesquisa desenvolvida no mestrado tinha como ponto de partida a presença do PCC nas cadeias, a que resultou neste livro tinha como foco o PCC nas *ruas*. Entretanto, tal como a primeira não se restringiu ao interior dos muros das prisões, esta a todo momento era levada a se remeter ao ambiente carcerário, seja por meio de conexões feitas pelos próprios *malandros* (quando não raro narravam suas experiências prisionais), seja como uma maneira que encontrei para enxergar melhor o que ocorria nas *ruas* (em que retomei alguns dos materiais etnográficos coletados durante minha pesquisa de mestrado). Mais do que isso, os processos de desterritorialização referidos na dissertação se mostravam ainda mais intensos nas *quebradas*[6], lugares menos constrangidos que as prisões. Esse espaço comparativamente mais aberto trouxe alguns desafios para esta pesquisa, mas são desafios que indicam, por si mesmos, características centrais do PCC, pois são condições com as quais os próprios *ladrões* lidam cotidianamente.

Isso remete ao problema que faz deste livro um escrito, antes de tudo, metodológico e também o motivo pelo qual toda a sua primeira parte corresponde ao que, geralmente, é abordado nas introduções: a exposição do tema da pesquisa e das condições do trabalho de campo. A esta introdução cabe, por sua vez, apresentar ao leitor uma amostra do material etnográfico que coloca os problemas e os desafios aos quais me refiro, a postura por mim adotada diante desse material e, por fim, uma indicação do caminho pelo qual optei seguir.

Questões etnográficas

No ano de 2012, ocorreu no Estado de São Paulo o que foi chamado de uma “onda de violência”. Após anos consecutivos de queda no número de homicídios[7], a capital paulista apresentou um aumento de 40% com relação ao ano anterior. No total, foram 4.836 mortes no Estado de São Paulo, 1.495 só na capital[8], das quais 111 policiais e 19 agentes penitenciários[9]. Especialistas foram rapidamente convocados pela imprensa para explicar o que estava acontecendo e o porquê da guinada na curva dos gráficos estatísticos. Foram diversas as explicações apresentadas, mas a grande maioria apontava para um confronto entre as forças policiais paulistas e o PCC.

Justamente durante esse período eu estava em pesquisa de campo. Na época, transitei por algumas das regiões apontadas como locais desse confronto e me deparei com situações tão díspares que faziam com que eu me sentisse incapaz de oferecer qualquer explicação sobre o que estava acontecendo. Para ilustrar a diversidade que encontrei na pesquisa de campo durante essa “onda de violência”, apresentarei cinco cenas compostas por

materiais etnográficos e trechos de reportagens da época. Elas serão apresentadas sem quaisquer tratamentos analíticos, pois eles só serão viáveis após as descrições que realizarei no decorrer do livro. Somente nas considerações finais, portanto, poderei retomar essas cenas para, enfim, trabalhá-las analiticamente. Por ora, meu objetivo, ao apresentar as situações às quais chamei de cenas, é colocar o leitor em contato com a heteromorfia e a heterogeneidade do PCC, manifestadas nos materiais etnográficos com os quais lidei durante minha pesquisa. Assim, como veremos, elas dão a tônica não só do tipo de material etnográfico com o qual trabalhei neste livro, como também de como o PCC se configura.

Cena 1: Na conta da polícia

Iniciei minha pesquisa de doutorado em uma cidade do litoral paulista em dezembro de 2011, com visitas esporádicas cujo objetivo era conhecer os *ladrões* da região e negociar com eles as condições nas quais eu desenvolveria meu trabalho de campo. Em abril de 2012, a imprensa passou a noticiar uma "onda de violência" na região:

> A nova onda de violência começou no dia 10, quando o PM Rui Gonzaga Siqueira, 46, foi morto a tiros quando fazia um "bico" de segurança no Jardim Castelo. Depois da morte do PM, cinco moradores de bairros da região [...] foram assassinados por homens encapuzados que estavam em motos ou carros escuros. [...] Para investigadores, os últimos assassinatos podem ter sido cometidos como retaliação pela morte do PM. (Caramante, 2012a)

As execuções não cessaram e frequentemente outras eram noticiadas na mídia, enfatizando os assassinatos de cantores de funk. No entanto, mesmo com todo o alarde da imprensa, o cotidiano da *quebrada* parecia pouco ter mudado. Diante desse

quadro, em conversa com Edivaldo, um dos *irmãos* de lá, uma colega tocou no assunto que diariamente era noticiado pela imprensa:

> − Então, e essas mortes todas?
> Edivaldo riu.
> − É a polícia que tá matando, não é? – insistiu minha colega.
> Edvaldo olhou para as demais pessoas presentes e, ainda rindo, respondeu:
> − Ah! Se tão colocando na conta da polícia, tá bom.

Cena 2: O salve chegou!

O mês de julho de 2012 teve início com matérias jornalísticas sobre uma "onda de violência" no Estado de São Paulo que teria começado em meados de junho:

> Os números da onda de violência que atinge São Paulo, que já dura 20 dias, não param de crescer: até a tarde desta terça-feira (3), 17 ônibus foram incendiados no Estado e 11 bases de forças de segurança – dez da Polícia Militar e uma da Guarda Civil Municipal – foram atacadas a tiros. [...] As investigações não descartam a possibilidade de que os ataques sejam uma represália da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) a uma operação da Rota em maio, no qual seis supostos integrantes do grupo morreram – um deles foi morto à queima roupa, após sofrer tortura. A polícia trabalha com a possibilidade de os ataques serem uma resposta à transferência de um dos chefes do PCC para outra penitenciária. (UOL, 2012)

Dia após dia, novas matérias denunciavam a continuidade dessa "onda de violência", apresentando números que, embora divergentes, apontavam a gravidade do que estava ocorrendo. Ainda que as reportagens não oferecessem uma data precisa (ou consensual) do início dessa "onda", todas já contabilizavam as perdas e mencionavam a suspeita de esses ataques serem de autoria do PCC. Mesmo diante desse quadro, defini o início da estadia em campo para o dia 14 de julho. Afinal, a *quebrada* para

onde eu seguiria parecia estar no seu *ritmo* habitual. Antes de seguir para lá, enquanto lia sobre o saldo atualizado dos ataques, um programa televisivo mostrava imagens de todos eles como se naquele dia o PCC estivesse iniciado uma ofensiva aos órgãos de segurança pública. Sabendo que as imagens mostradas não eram daquela data, não me preocupei. Telefonei para a interlocutora que me receberia para avisá-la que estava a caminho e ela disse:

− Não vem, não... Você não pode vir. O bagulho tá doido!
− Do que você tá falando? É do que tá passando na televisão? – perguntei.
− É, chegou o salve. O bagulho vai endoidar.
− Mas isso que tá passando não é de hoje. Vem acontecendo faz uns dias – ponderei.
− Não é só isso, não. Tô falando pelo que chegou aqui. Não é só a televisão, não. É uns negócios que fiquei sabendo por aqui. Chegou o salve!

Cena 3: Os irmãos sumiram

Diante da recusa da minha interlocutora em me receber naquele momento, fui em busca de outro lugar onde eu pudesse realizar a pesquisa de campo. Em outra *quebrada*, puxei conversa com um *correria* que não era *irmão*:

− Tô sabendo que chegou um salve pros ataques...
− Então! Parece que o salve tinha chegado só até a quebrada Z, não chegou até aqui, não – disse-me o *correria*.

Fiquei pensando de que direção teria vindo o *salve* e qual teria sido o caminho percorrido para ter parado naquela *quebrada*, mas logo percebi que essas questões eram descabidas para tempos em que todos usam telefones celulares. Então perguntei:

− Quer dizer que o salve não chegou aqui?
− Ah! Antes de chegar, os irmãos sumiram. Eles sabiam que mais cedo ou mais tarde o salve chegava, porque já tinha chegado na quebrada z. Então

eles deram no pé.

Dois meses depois, ainda com os *irmãos* sumidos, a imprensa noticiou o assassinato de um policial naquela *quebrada*.

Cena 4: Salve de 15 dias

As notícias sobre a “onda de violência” continuavam sendo diariamente veiculadas pela imprensa e o número de ataques a policiais e de civis assassinados continuava aumentando. Diante, por um lado, da recusa da minha interlocutora em me receber na sua *quebrada* naquele momento e, por outro, da urgência dos prazos para defender meu doutorado, fui em busca de outro lugar onde eu pudesse realizar a pesquisa de campo. Felizmente, na semana seguinte, uma amiga me apresentou uma *quebrada* onde fui muito bem recebida e a realização da pesquisa foi aceita com empolgação. Na conversa com o *malandro* com quem combinei as condições da pesquisa, perguntei sobre os ataques que, conforme eu lia na imprensa, continuavam acontecendo intensamente:

− E o salve pros ataques?
− Não tem mais.
− Mas chegou o salve?
− Chegou, mas acabou. Foi só 15 dias.

Cena 5: É fita pessoal

No fim de maio de 2012, os jornais anunciavam: “Rota mata seis e PMs são presos suspeitos de execução” (Jozino, 2012). No mês seguinte, outras matérias noticiavam a morte de policiais naquela região:

> Três policiais militares foram mortos a tiros na zona leste de São Paulo em apenas sete dias. [...] Existe a suspeita de que as mortes dos três PMs tenham sido retaliação da facção criminosa PCC contra a operação da Rota (tropa de elite da PM) que matou seis homens no fim de maio, também na zona leste de São Paulo. (Caramante, 2012b)

Em meados de agosto de 2012, soube que saíra da cadeia um interlocutor que morava na região em que o tiroteio aconteceu. Fui ao seu encontro e, durante a conversa, comentamos sobre o que ocorrera:

> − Ah, então, doutora! Eu cheguei lá e perguntei: "O que aconteceu, que fita foi aquela que morreu os caras". Daí me disseram que os policiais chegaram lá atirando. O bagulho foi doido...
> − Mas, depois disso, eu fiquei sabendo que rolou um salve pra matar os policiais – comentei.
> − Não, isso não é do Comando, não. Não teve salve. Foi um cara ou outro que se revoltou e resolveu ir atrás. É fita pessoal, de quem acha que não tá certo, que se revoltou com os policiais. Os policiais tão matando pra caramba, doutora.
> − Mas, me disseram que chegou salve lá na quebrada X, na quebrada Y...
> − Ah, mas aqui não chegou, não.

• • •

Policiais assassinados onde o *salve* não chegou, mortes 'na conta da polícia', um *salve* que só chegou depois de um mês do início da "onda de violência", justamente quando, em outro lugar, ele já havia perdido sua data de validade, *irmãos* que fogem do *salve*: diante dessas cinco cenas, como oferecer alguma explicação no seio de um debate que colocava os acontecimentos em termos de uma guerra entre duas forças coesas, duas unidades monolíticas? Ainda que na dissertação de mestrado eu já houvesse tecido reflexões acerca da heteromorfia e da heterogeneidade do PCC, sentia

dificuldade em assimilar as informações que acessava durante a pesquisa de campo.

A mesma dificuldade que tive para assimilar aquilo que a imprensa chamou de “onda de violência” de 2012, tive também com relação à escrita deste livro, pois o material etnográfico coletado não se diferenciava, em termos de coerência, das cenas apresentadas acima. Como conciliar dados tão díspares, que parecem se contradizerem uns aos outros, e dispô-los na forma de um texto acadêmico? Um tratamento para os dados ilustrados pelas cenas acima não só requisitaram as reflexões tecidas na dissertação como também me fizeram levá-las adiante.

Posturas metodológicas

O primeiro passo que dei para lidar com meu material etnográfico foi rejeitar que os próprios *irmãos* ignoravam o que estava acontecendo. Eles não só sabiam como eram eles mesmos os protagonistas do que, posteriormente, em muitos casos, era notícia na imprensa. Em outras palavras, eles faziam tudo aquilo acontecer. Esse ponto em particular foi evidenciado por um *ladrão*, após ser preso, durante um interrogatório feito por policiais:

> Policial civil – Explique desde o começo como foi a “caminhada” (as missões a serem cumpridas). Léo Gordo – O salve (a ordem) chegou pra mim. Eu já tinha ciência do salve. Eu recebi o salve e passei pros irmão concluir (matarem). O salve é das injustiça que tava tendo, que a Rota tava matando e forjando. E a caminhada é que cada região tá concluindo um PM.
> Policial civil – E qual era o prazo que vocês tinham para executar os PMs?
> Léo Gordo – Era dez dias. Só que nisso aí foi brecado o salve devido aos cara tá matando muita gente inocente. Até faleceu PM que trabalhava na parte interna. Tavam dando tiro na viatura, coisa que não era pra acontecer.
> Policial civil – O que era para ser feito. Qual era a missão, então?

> Léo Gordo – As ideia não era essa. As ideia era cada injustiça que a Rota fosse fazer. Não atitudes isoladas e pegar PM fazendo bico. A caminhada era pra atingir a Rota. Não pra atingir os PMs que trabalham na parte interna e fazendo bico e nem PM nenhum fardado.
> Policial civil − Quando você fala (ao telefone, que está grampeado) que o prazo tá vencendo que já tá vindo cobrança e você fala, vamos catar qualquer pingaiada (qualquer policial) que tá por aí....
> Léo Gordo – Eu me lembro dessas ideia, só que não foi eu que falei essa situação. Essa situação chegou em mim e eu até brequei. Falei, não é desse jeito, não.
> Policial civil – Se era pra matar um por quebrada por que vocês estavam atrás pra matar mais?
> Léo Gordo – Não. Eu tava na ordem do salve correto. Que chegou até nós. Era um só. (Delphino, 2012. As informações entre parênteses são intervenções feitas pelo editor da reportagem; não compõem a fala do depoente.)

Essa poderia se somar às cenas expostas anteriormente e, ainda assim, só adicionaria mais uma disparidade. Embora o que a imprensa (e, talvez – porque não ficou claro na reportagem –, a polícia) tenha extraído seja uma "confissão da falta de comando", o que essa fala mostra com clareza é a consciência e a certeza do depoente com relação ao que estava fazendo. Para ele, aquilo nada tinha a ver com falta de comando, mas, sim, com a circulação de *ideias* divergentes. Não parecia haver também lacunas na informação, algo que só faz sentido quando o que se espera é encontrar totalidades coesas. Para os *ladrões*, eles não habitam alguma totalidade desse tipo, mas compõem um *movimento*.

Um segundo passo para lidar com as questões que meu material etnográfico me colocava foi encarar que eu só poderia descrever o *Movimento* a partir de seu interior. Veremos adiante as dimensões que essa noção de movimento[10] ganhará no livro. Por ora, basta adiantar que ele se caracteriza, por um lado, pela ausência de

delimitações temporais, de contornos espaciais, de limite quanto ao que pode compô-lo e, por outro, por ser fugidio a qualquer tentativa de totalização e por ser composto por inúmeros outros movimentos. Ao circular no seu interior, pude vê-lo não como uma série de acontecimentos desconexos ou como uma totalidade repleta de contradições, lacunas e inconsistências, mas como o resultado de uma maneira singular de conceber o mundo. Na verdade, meu salto para o interior do movimento não foi planejado ou calculado. Eu só percebi estar instalada no interior desse movimento quando me vi lá. Mas dali percebi que aquela posição não implicava ser algo, não remetia a uma espécie de identidade. Eu permanecia uma diferença, alguém que, embora no movimento, viera de fora. 'Você fala muito certinho, é muito educada. O pessoal estranha, não tá acostumado' – essa frase condensa inúmeras outras ouvidas durante a minha pesquisa com relação a uma diferença que não se expressava somente na maneira de falar, mas também de argumentar, de agir, de me comportar. Entretanto, essas frases costumavam vir acompanhadas de outras como 'você é gente da gente, tem proceder. Por isso tá aqui com nóis', em que *nóis* nada tinha de ignorância com relação à norma culta da língua portuguesa, mas expressava o próprio movimento, o próprio *Comando*. A opção pelo termo *nóis* é declarada, por exemplo, ao rejeitarem a expressão 'a gente': 'a gente é muita gente. É nóis!'. Nesse sentido, *nóis* é uma palavra que compõe expressões muito recorrentes entre os *malandros*: 'É nóis na fita!', 'É nóis que tá!'. *Nóis* nada tem a ver com um conjunto de pessoas ('muita gente'), mas é o próprio movimento, "um sujeito coletivo de contornos indefinidos", como Barbosa (2013: 123) define o "crime".

Dessa forma, a abordagem internalista (da qual fui acusada, como se essa fosse uma categoria de acusação) não é moral ou

identitária, mas deliberadamente metodológica. Nessa posição, inserida no *nóis*, eu não via exatamente o que os *malandros* viam, mas podia ver as coisas da forma como eles viam. Dali, o que vi foi, em um primeiro momento, estonteante, perturbador e, para quem pretendia escrever uma tese, desesperador. Afinal, eu me deparava com diferenças por todos o lados. Por isso, enfrentá-las e, mais do que isso, me dedicar a expô-las foi o meu terceiro passo. Assumi que elas, mais do que constituírem contradições a serem denunciadas ou superadas, precisavam ser descritas. Isso não mais me permitia falar a partir do ponto de vista dos nativos, o que poderia conduzir à homogeneização dessas diferenças.

Nesse sentido, este livro não tem a pretensão de falar em nome dos *ladrões* nem adota o ponto de vista deles. Tampouco falo "por sobre os ombros" dos nativos (Geertz, 1989 [1973]: 321). A descrição do PCC aqui apresentada expõe o meu ponto de vista no interior do movimento, uma posição que só pôde ser assumida porque me permiti saltar para o seu interior. Assim, a alternativa por mim escolhida, que retoma o segundo passo exposto há pouco, foi descrever o meu próprio ponto de vista, a partir do interior do movimento. Dessa posição, pude enxergar que as diferenças que se apresentavam eram manifestações de uma forma singular de conceber essas próprias diferenças. É disto que trata este livro: a descrição de uma maneira de conceber diferenças que tem como resultado a multiplicação dessas diferenças. Afinal, tudo o que acessei durante minha pesquisa diz respeito a isso.

Se na dissertação minha dificuldade era conferir linearidade aos dados que se apresentavam sempre misturados, aqui a questão é que cada partícula do meu material contém o livro inteiro. Na dissertação, afirmei que "as coisas não me foram todas dadas a

conhecer em períodos delimitados, em segmentos da pesquisa de campo passíveis de serem descritos" (Biondi, 2010: 24), pois situações ocorridas em dias que pensei não ter feito campo eram, posteriormente, requisitadas a se unirem a novas informações e comporem dados importantes para a pesquisa, elucidando o que eu então presenciava. Por isso, concebia "meu trabalho de campo como um processo, fragmentário e sempre parcial", e o resultado, uma reunião de "experiências diversas, vivenciadas ao longo de seis anos, em várias unidades prisionais e também fora delas, reunidas, contudo, com vistas a conferir alguma inteligibilidade a determinados acontecimentos" (: *id.*). Essas experiências permanecem presentes neste livro e muitas vezes serão requisitadas, agora não mais para compor algo inteligível a partir de fragmentos, mas, sim, para evidenciar as conexões entre as diferenças que meu material apresenta, de modo que uma proporcione perspectiva singular acerca da outra. Em outras palavras, ao longo do texto efetuarei deslocamentos no interior do movimento de maneira que uma diferença seja vista sempre a partir de outra. Ou, na terminologia dos *ladrões*, será de um *ritmo* que olharei para outro, uma vez que, como veremos no decorrer do livro, um *ritmo* (que pode ser definido, provisoriamente e para a discussão em pauta, como diferença) só existe enquanto tal diante de outro *ritmo*.

Assim, o que apresento neste livro não são fragmentos, mas conexões, ora estabelecidas por mim, ora acionadas pela *malandagem*. Já estou no âmbito do quarto passo para lidar com as questões impostas pelo meu material etnográfico: procurar meios para não trair, na escrita, o que acessei em minha experiência de campo e, por conseguinte, procurar desenvolver uma escrita que não traia o movimento. Para tanto, procuro evitar a subordinação de

meu material etnográfico a contextos mais amplos e rejeitar, assim, as determinações produzidas por essas contextualizações. Isso não implica, obviamente, no isolamento do objeto de pesquisa. Afinal, um movimento não aceita limitações. Diferentemente, minha proposta é justamente acompanhar sua expansividade sem posicioná-lo ou enquadrá-lo no interior de um contexto. Liberar o movimento de sua contextualização para mostrar as conexões que ele próprio traça me leva também a libertar minha escrita dos direcionamentos que acompanhariam sua inserção no debate corrente sobre crime. Isso porque o debate público coloca questões em torno das quais as produções gravitam, questões que, algumas vezes, são exteriores ao material etnográfico com o qual almejo ser fiel. Se por um lado evito ter minhas reflexões pautadas pela literatura especializada (o contexto da escrita, pode-se dizer), por outro, ela é acionada a partir das discussões levantadas por meu material. Dessa forma, a fim de procurar não trair o movimento, evitei tanto o contexto do objeto quanto o da escrita para realizar conexões a partir dele próprio.

Mas isso não basta. Não trair o movimento seria também levar em consideração o que afirmei há pouco: que cada partícula do meu material etnográfico contém o livro inteiro. Junto a isso, cada termo utilizado pelos *ladrões* só funciona com os outros, quer dizer, eles não só remetem uns aos outros como se requisitam, em constante apelo recíproco. Para atender aos propósitos da escrita e realizar uma descrição relativamente isolada deles sem, contudo, trair o movimento, adotei duas estratégias. A primeira foi nomear partes e capítulos com termos que expressam noções não só usadas, mas, principalmente, vividas pela *malandragem*. Dessa forma, eu as coloquei como centro de minhas descrições. Em torno delas, orbitam as outras noções que, como afirmei, não constituem apenas

termos narrativos, mas configuram experiências. Isso me levou à segunda estratégia: o bloqueio de alguns dos termos em órbita para tornar mais evidentes aqueles que eu procurava descrever. À medida que eram descritos, desbloqueava outros que se somavam e se conectavam a eles. Nenhum deles, porém, estava ausente, mas apenas ocultado pela sombra formada pela luz que eu lançava sobre o que descrevia. De modo que, embora os dados expostos nos primeiros capítulos do livro apresentem termos e questões que foram trabalhadas no decorrer dos outros capítulos, eu fiz com que esses termos permanecessem eclipsados pela discussão em curso para, somente depois, colocá-los em evidência para me dedicar à descrição deles. Em outros termos, as noções em torno das quais as outras orbitavam nos primeiros capítulos passavam, assim, a orbitar outros centros nos capítulos seguintes.

Disso resulta, em primeiro lugar, que este livro não aborda, ao longo de suas partes e capítulos, vários aspectos do PCC, mas elementos que remetem e requisitam uns aos outros. Em segundo lugar, o *Comando* não é apresentado a partir de seu contraste com algo exterior a ele. Mesmo quando alguns contrastes são acionados para evidenciar a particularidade das noções apresentadas, eles partem do próprio léxico utilizado pela *malandragem*. Não se trata, particularmente, de opor PCC a Estado (de uma comparação entre duas totalidades, portanto) ou de defini-lo como Contra-estado (para usar os termos de Deleuze e Guattari, 1980). Trata-se, antes, de evidenciar as conexões realizadas a partir do interior do movimento, de mostrar inclusive como práticas estatais são feitas movimento. Em terceiro lugar, o livro assumiu uma forma coerente com o tema sobre o qual discorro. Se no livro o todo se realiza em cada parte ao mesmo tempo em que cada parte se realiza no todo, no PCC isso não é diferente, como veremos ao longo deste trabalho.

Questões éticas

Além das posturas metodológicas mencionadas acima, a realização desta pesquisa e a escrita subsequente foram orientadas por algumas questões éticas. Antes de tudo, procurei adotar uma postura condizente com o Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia[11], especialmente no que se refere à "garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado". Por se tratar de uma etnografia do *crime*, evitar prejudicar os *ladrões* consiste em cuidar para que minhas descrições não sejam utilizadas pelo sistema de Justiça e forças da segurança pública contra eles.

Entretanto, isso não bastava. Era também necessário evitar que as pessoas aqui mencionadas fossem prejudicadas diante das outras que, com elas, compõem o movimento. Essa questão é muito bem colocada por Marques e Villela:

> Assim, ao lado das observâncias da ética, a decisão entre o que publicar ou calar pode ter a ver com o reconhecimento de relações de poder envolvidas, na relação entre nativo e antropólogo, mas também dos nativos entre si, na generalidade dos trabalhos da disciplina. Poder ou autoridade não se concentram em apenas um lado da balança... (2005: 56).

Nesse sentido, para evitar que tivessem, por um lado, problemas com a Justiça e, por outro, problemas com o *crime*, cuidei para que em nenhum momento seus nomes, apelidos e até o nome de suas *quebradas* fossem revelados. Todos os nomes mencionados neste livro, exceto os que foram extraídos de conteúdos amplamente divulgados na imprensa, são, portanto, ficcionais e foram inventados por mim. Adicionalmente, procurei descaracterizar acontecimentos que pudessem identificar lugares, ocorrências ou pessoas sem, no entanto, prejudicar suas contribuições etnográficas.

Esses cuidados, contudo, não se restringiram à escrita do livro. Eles foram tomados durante toda a realização da pesquisa, quando evitei, por exemplo, acompanhar qualquer atividade criminosa, expor os *erros* de um *malandro* aos outros ou dar opiniões que pudessem prejudicar alguém.

Se a realização de uma etnografia no movimento, por um lado, exige que sejam preservados aqueles que aparecem no texto, por outro, permite estratégias que não poderiam ser adotadas se o tema da pesquisa não fosse um movimento. Uma delas é a troca e mistura dos nomes, mesmo que fictícios, de lugares e pessoas. Assim, se um mesmo *malandro* pode receber vários nomes no decorrer do livro, vários *correrias* podem receber um único nome. O mesmo vale para as *quebradas* mencionadas. Um trabalho que não se ancora em espaços circunscritos ou em biografias favorece a adoção dessas precauções éticas.

Advertências

Das questões colocadas pelo meu material etnográfico e das posturas metodológicas por mim adotadas decorre que este livro se distancia das discussões sobre crime empreendidas por boa parte dos pesquisadores que se dedicam ao tema, sejam os que o abordam como resultado de políticas ou sistemas econômicos (Wacquant, 2001a, 2001b, 2003, 2008; Bourgois, 1995; Fefferman, 2006), os que enfatizam sua relação com questões sociais mais abrangentes (Machado da Silva, 2008; Misse, 1999, 2006), os que o associam à constituição de um "*ethos* guerreiro" (Zaluar, 2004), os que o inserem na política formal e em processos históricos (Block, 1974), em processos econômicos (Kokoreff, 2000; Nordstrom, 2007; Ruggiero, 1997) ou de criminalização (Caldeira, 2000; Taussig, 2003; Schneider & Schneider, 2003), seja ainda os que adotam a perspectiva da segurança pública (cuja lista de consagrados especialistas é um tanto extensa, não tanto entre antropólogos, mas particularmente entre sociólogos e juristas)[12]. Ao mesmo tempo que me distancio dessas discussões, procuro estabelecer diálogos com materiais e análises oferecidos por pesquisadores que se dedicam a temas concernentes ao meu, especialmente, como afirmei acima, quando as conexões são estabelecidas a partir do próprio material etnográfico. A distância deste livro com relação às abordagens já mencionadas, contudo, se deve às minhas opções teórico-metodológicas, especialmente à minha fidelidade (ou, talvez, radicalização) com relação a uma característica da disciplina antropológica.

Como forma de singularizar a disciplina, Lévi-Strauss afirma que, diferentemente da sociologia (mas também de outras ciências sociais), que "se esforça em fazer a ciência social do observador, a

antropologia procura, por sua vez, elaborar a ciência social do-observado" (2003 [1958]: 404). É importante sublinhar que a diferenciação proposta pelo autor nem sempre coincide com os enquadramentos disciplinares aos quais os pesquisadores são burocraticamente situados. Há sociólogos que se esforçam para fazer uma ciência social do observado, bem como antropólogos que realizam uma ciência social do observador. Não obstante, essa diferenciação traz implicações (ou, como diriam os *ladrões*, *consequências*) muito importantes. Por um lado, implica levar a cabo uma importante precaução metodológica: reconhecer que aqueles sobre os quais discorro tecem ricas reflexões acerca de suas próprias existências e elaboram teorias que sustentam ou orientam suas vidas. Por outro lado, exige que eu foque no PCC sem ter como metas apontar falhas ou tecer propostas para políticas de segurança pública, sem sobretudo ter como molde para minha descrição um ideal de Estado de Direito a partir do qual eu classificaria o que está e o que não está em conformidade. Essas metas (e todos os vaticínios que não raro as acompanham) são próprias de uma "ciência social do observador". De uma perspectiva antropológica, ainda que tivessem como objeto de pesquisa o PCC, esses trabalhos que se orientam por ideais de Estado teriam muito mais a dizer sobre o próprio ideal de Estado de Direito ou sobre sua segurança pública do que sobre o PCC propriamente dito. Isso porque, por um lado, para apontar falhas ou criar propostas para as políticas de segurança pública, é preciso fazer do PCC um objeto de característica estatal (é o que se vê quando o classificam como organização criminosa). Só assim é possível lançar um olhar estatal sobre ele. Por outro lado, para criticar ou denunciar como perversidade as próprias práticas daqueles sobre quem se escreve, é necessário cotejar os dados coletados em pesquisa com eventuais

ideais democráticos. De um lado ou de outro, o procedimento é inserir na análise elementos que não condizem com o objeto que se pretende explicar. As explicações, nesse sentido, advêm muito mais desses elementos (do observador) do que do próprio tema de pesquisa. Trata-se, em suma, de uma ciência social do (e sobre o) observador.

Assim, além de não ser um empreendimento positivista, uma análise externa sobre o *Comando* ou uma ciência do (e sobre o) observador, este livro sequer é sobre violência ou sobre crime, no sentido jurídico da palavra, ainda que os *integrantes* do PCC sejam, de fato, criminosos e tenham, como costumam dizer, assumido um 'compromisso com o crime'. Ele tampouco discorre sobre o tema da segurança pública. Por conseguinte, o leitor se decepcionará se esperar, no fim, encontrar a essência do PCC ou uma radiografia sobre uma suposta organização criminosa. Diferentemente, o *crime* que descreverei adiante tem conotação etnográfica e se aproxima da já citada definição oferecida por Barbosa (2013: 123) – "um sujeito coletivo de contornos indefinidos" –, uma abordagem consonante com a de Marques (2009). Entretanto, o *crime* que descrevo neste livro não coincide nem com o apresentado por Barbosa, relativo aos comandos do Rio de Janeiro, nem com o "crime" abordado por Marques (2009) que, embora também se dedique a descrever o que os "ladrões" paulistas entendem por "crime", o faz levando em conta tanto as concepções oferecidas pelos relacionados ao PCC quanto as provenientes dos relacionados ao Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC), de presos que cumpriram suas penas em períodos anteriores à existência desses comandos e, por fim, dos que não são aceitos em nenhum comando. Seu universo de pesquisa, portanto, é outro. Enquanto Marques transitou por vários pontos de vistas no interior

de um embate faccional, o que farei é percorrer o interior de um dos comandos para mostrar os diversos *ritmos* por meio dos quais ele se realiza.

Além disso, Marques e eu respondemos a problemas distintos. A definição apresentada por ele responde a um campo comum ao seu conjunto de interlocutores: o "proceder" que é atualizado por "ladrões" no interior do "crime"[13]. Da minha parte, estou interessada nas diferenças que existem no interior do PCC. Entretanto, ainda que o conceito de "crime" oferecido por Marques expresse as diferenças dos problemas e do universo pesquisado, elementos desse conceito permanecem na minha descrição, não sem os ajustes ou transformações que sofrem na sua articulação com novos elementos que só aparecem quando se muda o foco do que é observado[14]. A definição de "crime" formulada por Marques, portanto, é muito cara para este livro, pois é dela que partirei para descrever a forma como o tema da pesquisa foi desenhado à medida que tomei contato com ele. O autor apresenta o "crime" como:

> 1) algo cujo marco originário – seu quando começou, seu ponto donde emanou, enfim, sua origem – é indeterminado (o "crime" é algo do qual meus interlocutores sempre dizem que "já existia"); 2) algo impossível de demarcar espacialmente, por fronteiras, justamente por ser o próprio mover-se dos "ladrões (o "crime" é chamado de "movimento" por meus interlocutores); 3) algo que consiste na efetuação de considerações acerca das "caminhadas" de "ladrões" e de outros – "trabalhadores", policiais, estupradores, "justiceiros" –, das quais derivam alianças e execrações. Com base nesse quadro, afirmei que "crime" se trata de uma relação (de consideração), puro "movimento", puro fluxo, que conecta – e desconecta – a dizibilidade "proceder" à visibilidade "convívio"-"seguro", produzindo conjuntos concretos de "aliados" e de "inimigos". Por conta disso, pude passar a chamá-lo de força. (2009: 109-110)

Da minha parte, pretendo investir na descrição (1) do movimento (aqui concernente apenas aos relacionados ao PCC), que, ao recusar as demarcações espaciais, nos conduz a uma crítica da noção de território; (2) das *ideias*, que, sem origem definida nem fim previsível ou mesmo definitivo, põem em questão os modos como o conceito de hierarquia são trabalhados nas ciências sociais; (3) das *situações*, que deslocam a noção de lei para bases não legalistas.

Em suma, neste livro apresentarei algumas características do *Comando* que permitem recolocar alguns conceitos caros à antropologia. São esses deslocamentos que dão o título a este livro: antes de nomear o que será descrito, esse título indica o que será desafiado por minha descrição acerca do PCC.

Neste livro, apresentarei também a experiência de pesquisa de tentar apreender o movimento, acompanhar as *ideias* e notar as *situações*. Como procurarei deixar claro, ao mesmo tempo que a forma como realizei a pesquisa foi condicionada pelas características do PCC, a maneira como ele é descrito está atrelada ao processo pelo qual se desenvolveu a pesquisa etnográfica. Quer dizer, se por um lado a inserção em campo exigiu reflexões sobre o tema da minha pesquisa (pois não está dissociada da forma como ele se apresenta), por outro a descrição que realizei do PCC é indissociável dessa forma de inserção. E se pesquisa e objeto estão implicados, se são desenhados simultânea e mutuamente, se são coextensivos um ao outro, esse desenho é acompanhado de problematizações com relação à pesquisa etnográfica e às suas consequências teórico-metodológicas.

Por fim, gostaria de destacar que procurarei, adiante, não sacrificar a riqueza etnográfica para alçar amplas teorizações nem me dedicar ao detalhe para deduzir o todo. Nem teórica ou estatística nem

experimentalista, nem dedutiva nem indutiva, este livro busca outros caminhos etnográficos, uma etnografia não só do movimento como também no movimento.

Capítulos

Este livro não está estruturado de acordo com tempos, espaços ou aspectos do PCC. Ele está dividido conforme elementos que, à primeira vista, parecem nada concretos. Mas as noções de movimento, *ideias* e *situações* que estruturam o livro e dão nome às suas três partes, embora à primeira vista pareçam abstratas, são concretas o suficiente para definirem vidas e mortes, para configurarem experiências e conduzirem *lutas*.

Entretanto, elas não funcionam sozinhas, isoladamente. Além disso, elas não determinam as outras noções expostas nos capítulos que compõem as partes do livro. Sem prejuízo ao que pretendo descrever ao longo do texto, essas noções poderiam dar nome a capítulos ou subcapítulos, em vez de constituírem partes. Inversamente, subcapítulos poderiam ser o tema das partes. Isso porque não há uma hierarquia desses termos no interior do movimento. Um não está contido no outro, mas cada um requer os demais. A estrutura que dei ao livro, portanto, com disposições hierarquizadas de partes, capítulos e subcapítulos, não reflete a disposição dos temas abordados. Essa estrutura foi apenas a estratégia que adotei para descrever o movimento no qual, como afirmei acima, me instalei.

Uma descrição desse movimento, o tema do livro, bem como a forma pela qual o acessei e nele me instalei, é apresentada na parte I. Tendo em vista que esses tipos de informação costumam, como mencionei, introduzir os trabalhos acadêmicos, eu diria que essa

parte consiste em uma introdução que não coube nela mesma. Assim, o capítulo 1 – “Cadeias e quebradas” – apresentará a forma como o PCC foge de apreensões totalizantes, como ele escapa, em constante deriva, a qualquer tentativa de fazê-las e como o movimento não é outra coisa senão uma composição de inúmeros movimentos. O que, por um lado, se coloca como uma dificuldade para a pesquisa e um desafio a ser enfrentado, por outro, mostra uma das principais características do *Comando*.

Dessa forma, no capítulo 2 – “Presenças” –, apresentarei as estratégias acionadas para acompanhar os caminhos percorridos pelos meus interlocutores, que transitam por movimentos que não se limitam a espaços definidos sem que com isso deixem de reconhecer a importância de se conquistar territórios, que recorrem a tecnologias que permitem sua continuidade (como cartas, telefones e trânsito calculado dos *malandros*) e que elaboram maneiras específicas de lidar com eles, de saltar de um a outro, sempre criando novas direções.

No capítulo 3 – “Brechas” –, procurarei tornar evidentes tanto as lacunas encontradas em meu material etnográfico quanto o incômodo que me causavam, além de descrever a importância do cuidado dos *malandros*, de ‘não deixar brecha’. Em seguida, relacionarei a forma como alguns antropólogos têm lidado com as lacunas em seus dados e a maneira como os *ladrões* encaram as *brechas* no PCC para mostrar que elas partem de modos de produção de conhecimento distintos. Por fim, mostrarei como essa postura dos *ladrões* com relação às *brechas* inspirou meu trabalho. Em geral, na parte I mostrarei que o movimento é constituído e conduzido, ao mesmo tempo que carrega consigo pessoas, telefones, ações, práticas, relações afetivas, dinheiro, vidas, mortes,

quebradas, transações comerciais, sem que haja prescrição ou seleção do que possa se movimentar.

Entretanto, é possível notar algo que está presente em cada um dos movimentos: as *ideias*. Longe de ser somente um elemento ou um dos componentes dos movimentos, as *ideias* chegam a se confundir com eles. A parte II do livro discorrerá sobre elas, primeiramente descrevendo, no capítulo 4 – "Vida e morte das ideias" –, a sua dinâmica, as maneiras pelas quais elas vivem, se *fortalecem*, *repercutem*, são *deixadas no gelo*, *morrem* e são *desenterradas*. Adicionalmente, mostrarei a importância do 'cuidado com as palavras' para a condução dessa dinâmica.

O capítulo 5 – "Sintonia" – mostra as consequências do alcance e do calibre das *ideias* para a noção de *hierarquia* no PCC. Pretendo mostrar como essa noção difere de sua concepção comum ao se relacionar intimamente com a de *sintonia* e como ela não pode ser abordada de outro modo senão no interior da dinâmica das *ideias*. Para tanto, apresentarei o que os *ladrões* entendem por *conhecimento* e *visão*, assim como a articulação desses atributos com as *responsas* no e para o *Comando*. Em seguida, descreverei de que forma essas noções se conectam, bem como os efeitos que essas dinâmicas têm para a formação do PCC.

Dessa forma, nas partes I e II do livro, procurarei descrever o *Comando* como uma composição de inúmeros movimentos que, sem obedecer a limites territoriais ou temporais, carregam *ideias* cujas existências são resultado de embates pela sua manutenção, fortalecimento, transformação. Mostrarei como eles se cruzam, convivem, disputam, se acoplam, tensionam uns aos outros e resultam na formação singular que é o PCC. Na parte III, abordarei uma certa estabilização desses movimentos – as *situações*, termo

usado pelos *malandros* para se referirem a certos arranjos resultantes dessa conjugação – para, logo em seguida, descrever como essa mesma estabilização está em contínua transformação. É isso o que indica a própria definição que dei para *situação*: um arranjo de movimentos apreendido a partir de um ponto de vista.

Isso pode ser visto no capítulo 6 – "Aval e salve" –, em que mostrarei como as *situações* são compostas, avaliadas e transformadas, tanto no caso dos avais quanto no dos *salves*. Nesse capítulo, descreverei também o modo como um jogo de responsabilidade e anonimato opera em ambos os casos, bem como seus reflexos nas dinâmicas que constituem o PCC.

No capítulo 7 – "Debates" –, descrevo a maneira pela qual as *situações* constituem a base para os *debates* ao mesmo tempo que são transformadas no decorrer deles. Aponto, com isso, que os *debates* nunca têm um fim determinado nem assumem formas completas ou fechadas. Se isso já os distingue dos tribunais, o principal contraste está, contudo, nas bases em que ambos se assentam. São essas bases também que diferenciam a noção jurídica de lei daquilo que os *ladrões* chamam de *certo*, termo que dá nome ao capítulo 8.

Após apresentar nos capítulos 6 e 7 os avais, os *salves* e os *debates* como circunstâncias nas quais as *situações* ganham relevância em uma busca contínua pelo *certo*, no capítulo 8, pretendo apresentar *ideias* que se articulam com essa noção: ética, *disciplina*, *justiça* e *lei do crime*. Apesar de constituírem termos bem conhecidos entre os cientistas sociais, quando são resultado de uma prática de conhecimento distinta e oriundos de um movimento, eles assumem características peculiares e resultam em coisas muito diferentes.

Finalizo esta introdução com uma advertência adicional para o leitor. Não estranhe se encontrar, ao longo do texto, algo que lhe pareça uma contradição insolúvel. É que o PCC funciona por aporias, em torno de termos e expressões lábeis. Isso, aliado a algumas das mudanças de posição que realizo no interior do movimento, pode causar alguma vertigem, nada muito diferente, contudo, do que experimentei na pesquisa de campo. Elas são importantes, entretanto, para deixar o texto mais parecido com o próprio material etnográfico, ou melhor, do encontro desse material com a postura que assumi com relação a ele. É esse encontro, aliás, que resulta no formato que conferi a este livro.

1 As palavras grafadas em itálico se referem a termos e expressões que não só são utilizados por aqueles que compõem o *Movimento* a ser descrito neste livro, fruto de minha tese de doutorado, como também fazem parte dessa composição. Alguns desses termos que exigem conjugação verbal própria à (minha) narrativa descritiva aparecerão sem itálico, por não coincidirem com a maneira pela qual são usados. Serão utilizadas aspas duplas para citações bibliográficas, enquanto as falas de meus interlocutores serão marcadas por aspas simples. As falas citadas foram adequadas às normas do português escrito, com exceção daquelas cuja adequação violaria a estética e as ênfases pretendidas pelos locutores e, assim, descaracterizaria seu modo de expressão. É importante destacar que essas subversões linguísticas adotadas por meus interlocutores não denotam desconhecimento da norma culta, mas preferências estéticas.

2 O termo *ladrão*, vale destacar, não tem relação com qualquer artigo penal. Diferentemente, assim como os termos *correria* e *malandro*, diz respeito aos que são *envolvidos* com o *crime* e assim são considerados pelos demais. Isso não quer dizer que todos os *ladrões* tenham infringido algum código penal (Marques, 2009) nem que todos os que o fizeram sejam 'envolvidos no crime' (Schlitter, 2009). O termo *crime* tem, igualmente, conotação etnográfica e será exposto nas próximas linhas.

3 De acordo com a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), São Paulo tem atualmente 158 unidades prisionais. A relação desses estabelecimentos pode ser encontrada em <http://www.sap.sp.gov.br/Img/Mapa-Unidades-Prisionais.gif>. Acesso em: 23/06/2014. A porcentagem apresentada, por sua vez, não reflete qualquer mensuração. É fruto de estimativas elaboradas por prisioneiros, ex-prisioneiros, visitantes, alguns jornalistas e operadores do direito. Uma análise sobre a expansão do sistema penitenciário paulista pode ser encontrada em Zomighani Junior (2009).

4 Para se ter uma ideia da magnitude dos números, em 1999 foram registradas 117 mortes em um sistema prisional que abrigava 52.117 detentos, enquanto no ano de 2013 foram 22 assassinatos em meio a um universo de mais de 200 mil presos (Lima, 2014). Posteriormente, observou-se o declínio nos números de homicídio nas regiões urbanas em que o *Comando* está presente. O exemplo mais notório é o distrito Jardim Ângela, apontado pela ONU em 1996 como a região mais violenta do mundo, com índices comparáveis aos de regiões de guerra civil (97,97 homicídios por 100 mil habitantes, de acordo com números da

Fundação Seade, no Portal de Estatísticas do Governo do Estado de São Paulo). Esses números continuaram a subir e chegaram a 123,30 em 2001. Com os distritos de Capão Redondo e Jardim São Luís, Jardim Ângela compunha o que se chamava “Triângulo da Morte”. De 2002 em diante, os números de homicídios passaram a diminuir e, em 2011, totalizavam 16,88 por 100 mil habitantes. Essa queda refletiu diretamente nas estatísticas oficiais de todo o Estado de São Paulo, que em 1999 registrava 43,25 homicídios a cada 100 mil habitantes e, em 2011, registrou 12,46.

5 Conforme balanço divulgado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, em 22/05/2006: <http://www.ssp.sp.gov.br/home/noticia.aspx?cod_noticia=8284>. Acesso em: 22/05/2006

6 *Quebrada* é um termo que corresponde ao local de moradia, que pode ser atual, no caso dos que estão *em liberdade*, ou pode ser aquele em que reside sua família. Em alguns casos também se refere ao local onde morou no passado e com o qual mantém algum vínculo (afetivo ou financeiro, *quando fecha com os caras de lá*, ou seja, são parceiros nas atividades criminosas).

7 De 35,27 por 100 mil habitantes em 1999, para 10,08 por 100 mil habitantes em 2011.

8 Conforme divulgado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

9 De acordo com dados da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários da Assembleia Legislativa de São Paulo (Sobrinho, 2013).

10 Foram poucas as ocasiões em que ouvi os *malandros* chamarem *crime* de *movimento*. Entretanto, essas esparsas menções foram as *brechas* que encontrei para trabalhar, teórico-metodologicamente, *movimento*. Sobre *trabalhar nas brechas*, ver capítulo 3.4. Como o uso que faço do termo neste livro é diferente do que fazem meus interlocutores, daqui em diante deixarei de grafá-lo em itálico.

11 Disponível em: <http://www.abant.org.br/?code=3.1>. Acesso em: 22/06/2014.

12 A relação dos autores que se dedicam ao tema está longe de ser esgotada. Quanto à distribuição deles de acordo com as abordagens apontadas, ela tem mais o propósito de oferecer exemplos dessas abordagens do que de classificar os autores. Ademais, muitos poderiam constar em mais de uma das abordagens referidas. A revisão da produção da Antropologia do Crime e da Criminalização

realizada por Schneider & Schneider (2008), por sua vez, distingue os autores que se dedicam aos processos de criminalização dos que etnografam “formas de predação ilegais” (: 352) em relação à economia política de Estado.

13 Cada um deles oferece uma genealogia distinta em relação ao “proceder”. É na construção dessas genealogias que os “ladrões” traçam para descrever o “proceder” que Marques (2009) encontra uma definição de “crime”.

14 Strathern atribuiria essas diferenças a uma mudança de “escala”. Definida pelo domínio e pela magnitude adotados pelo pesquisador ao organizar seus dados (2004 [1991]: xiv), uma “escala” diz respeito sempre, portanto, a uma perspectiva, no sentido de tomada de posição. Segundo a autora, se a mudança de domínio pode fazer com que relações e conexões apareçam em novas configurações, a mudança de magnitude não altera a complexidade ou a quantidade de informação do fenômeno. Assim, em qualquer alteração de escala, seja concernente a domínio ou a magnitude, há algo que aparece e algo que se perde, mas o nível de complexidade do fenômeno sempre é mantido.

Parte I
MOVIMENTO (E TERRITÓRIO)

> Talvez a imobilidade das coisas ao nosso redor lhes seja imposta pela nossa certeza de que tais coisas são elas mesmas e não outras, pela imobilidade de nosso pensamento em relação a elas.
>
> Marcel Proust

O projeto que deu origem a este livro – apurar a dinâmica de funcionamento do PCC nas *ruas* e examinar suas continuidades e descontinuidades em relação ao espaço prisional – parecia bem preciso. Mas essa precisão logo se desfez, quando me deparei com uma questão prática: o estar lá[15]. Onde fica o PCC? Como vê-lo? O que significa "estar lá" em um movimento? Onde me fixar quando o objeto não se fixa? Algumas possibilidades se colocavam diante de mim. A primeira, a mais tradicional na antropologia, consistia em me estabelecer em uma *quebrada* e acompanhar de perto tanto o PCC sendo operado pelos *irmãos* quanto se efetuando ali, visando apreender o movimento que passa. Essa alternativa vinculava o trabalho de campo a um lugar e limitava a observação do

movimento ao que por ali passava. Outra possibilidade seria a de acompanhar pessoas e, assim, me desprender dos lugares para tentar persegui-lo. Isso implicava assumir que o PCC é colocado em movimento (ou feito movimento) por pessoas e vinculava a pesquisa de campo a elas.

Como exporei adiante, investi em ambas as alternativas. Nenhum dos investimentos se deu tranquila ou rapidamente. Posso adiantar que nenhuma das alternativas foi efetivamente levada a cabo. Em parte por conta de certa resistência de interlocutores com quem tive contato, em parte devido ao risco envolvido, mas principalmente em função das características do próprio objeto de pesquisa. Como em pesquisa de campo somos levados a conhecer sempre aquilo que nos é oferecido (e permitido), nem a base espacial, nem a pessoal se mostraram suficientes ou adequadas. O próprio objeto de pesquisa me arrancava dessas bases e me apresentava os caminhos pelos quais se dá o movimento.

No início da pesquisa empírica, eu imaginava que, fosse me fixando em alguma *quebrada*, fosse acompanhando algumas pessoas, um trabalho de campo realizado junto a *irmãos* significaria estudar o PCC a partir de seus focos de irradiação e possibilitaria uma visão do movimento. Isso porque, por um lado, como procurarei deixar claro neste capítulo, em uma *quebrada* é possível ver efeitos do PCC por todos os lados, ainda que o movimento não se mostre nítido ou explícito nesses efeitos. Eles podem ser vistos, por exemplo, no vocabulário utilizado pelos moradores da *quebrada*, que acompanha não só uma noção de *respeito* (cf. Marques, 2012), mas também uma valorização da palavra em detrimento da força física, o que é refletido na queda do número de homicídios registrado pelas estatísticas oficiais, como veremos no capítulo 4.1. Por outro lado,

embora o PCC apareça como autônomo e independente dos que dele participam, podendo estar presente mesmo onde não há *irmãos*, sua existência é sustentada por eles. Como afirmei em outro livro, “eles são a voz do Comando, que fala por meio deles e, por isso, depende deles para se fazer ouvir. São também os instrumentos que o colocam em ação, que firmam a sua presença nos territórios. Em outras palavras, não existe PCC sem a existência de *irmãos*” (Biondi, 2010: 207).

Assim, a centralidade dos *irmãos* na existência do PCC parecia oferecer uma solução para a dificuldade de enxergar algo que aparece de forma tão difusa nas *quebradas*. Era isso que motivava minha busca pelos focos de irradiação do PCC.

Entretanto, mesmo nas ocasiões em que consegui acompanhar o movimento dos *irmãos* ou dos *correrias* responsáveis pela ética do *Comando*, não foi possível apreendê-lo em sua totalidade. Da mesma forma como ocorria quando observava efeitos difusos do PCC nas *quebradas*, acompanhar essas pessoas proporcionava enxergar movimentos que já vinham de outros lugares, que passavam por eles e seguiam seus rumos. Percebi, então, ser equivocado buscar em focos de irradiação do PCC a origem dos movimentos.

A existência de focos difusos de irradiação que não expressam pontos de origem últimos será abordada mais detidamente no capítulo 5. Entretanto, é importante adiantar que isso está diretamente relacionado com os motivos pelos quais não foi possível, durante a pesquisa, observar o movimento. Isso porque, em primeiro lugar, como já ressaltou Marques (2009), ele não se conforma a espaços ou a intervalos de tempo, pois não tem origem nem fim definidos. Em decorrência disso, e em segundo lugar, o

movimento não se limita às trajetórias das pessoas, mesmo às dos *irmãos*. Elas não constituem, portanto, seus focos de irradiação. Finalmente, em terceiro lugar, como procurarei deixar claro adiante (especialmente no capítulo 2), *o* movimento é formado por vários movimentos simultâneos, todos atravessando – e deixando para trás ao mesmo tempo que marcam seu rastro – territórios, tempos e pessoas. Sendo assim, é impossível, seja vinculando a pesquisa a uma região, seja ligando-a a pessoas, alcançar visões, entendimentos ou percepções totais – ou totalizantes – do movimento. Isso porque, por não constituir uma totalidade ou uma unidade natural, não há visão total a ser apreendida. Em suma, ele não se mostra inteiro, integralmente, justamente porque esse inteiro não existe.

Embora eu já soubesse que a única instância em que o PCC é uno é a sua forma transcendente (Biondi, 2010), eu esperava alcançar uma posição que me permitisse focalizá-lo melhor. A seguir, procurarei mostrar como, mesmo assumindo a impossibilidade de sua total apreensão, os esforços para acompanhá-lo, na tentativa de melhor descrevê-lo, me arrancavam tanto das bases territoriais quanto das referências pessoais.

15 “Estar lá”, como se sabe, constitui um problema central na discussão sobre a autoridade etnográfica, travada na antropologia da década de 1980 (Marcus e Clushman, 1982; Clifford e Marcus, 1986; Marcus e Fisher, 1986; Clifford, 1998 [1988]; Geertz, 2002 [1988]). Para um argumento, no interior desse debate, que segue outra direção, ver Strathern (2013 [1987]).

1
CADEIAS E QUEBRADAS

O problema que delimitações espaciais apresentam à minha pesquisa não é recente. Foi isso que me levou a deixar de lado o estudo de uma instituição carcerária (Biondi, 2006) para empreender a pesquisa sobre a presença do PCC nos espaços prisionais (Biondi, 2010). Como mencionei na introdução, embora tivesse como foco a "política" do PCC nas cadeias, a pesquisa de mestrado me levou a considerar também acontecimentos que passavam pelas *ruas*. Por sua vez, o projeto que originou este livro, com foco no PCC nas *ruas*, fez com que esse problema das delimitações espaciais, particularmente entre cadeias e *quebradas*, ganhasse novos contornos. Da mesma forma como na pesquisa anterior as *ruas* invadiram as cadeias, aqui as cadeias invadiram as *ruas*.

Desde os primeiros investimentos de pesquisa em espaços externos à prisão, o universo carcerário sempre é evocado quando se fala sobre o PCC. É como se as relações estabelecidas do lado de fora da prisão se acoplassem às que atravessam as cadeias. Ou, de outro modo, é como se as relações estabelecidas nas *ruas* atravessassem as prisões. De fato, as cadeias são muito presentes

não só na vida dos *ladrões* como também no cotidiano das *quebradas*. Godoi (2010) aborda essa presença por meio do que chama de "vasos comunicantes"[16]. Para analisar "a incidência da prisão para além de seus limites físicos e institucionais" (: 4), o autor estima que, em bairros periféricos de São Paulo, o número de pessoas afetadas direta e indiretamente pelo encarceramento (para cada preso, 17 seriam as pessoas afetadas) resulta em uma taxa de 10 mil/100 mil habitantes (: 63). Nesse cálculo, o autor inclui, além do preso, familiares e pessoas próximas à sua rede social que, de um jeito ou de outro, se mobilizam em torno das visitas e dos *jumbos*[17] levados aos presos. Além disso, Godoi considera como "vasos comunicantes" (2010: 65) as cartas, os telefones celulares e os próprios *criminosos* (quando em liberdade, seja por meio de fuga, de saída temporária ou definitiva). O autor reconhece, contudo, que "o campo que se pretende analisar é expansivo e indeterminável" (: *id.*). Neste capítulo, pretendo expandi-lo etnograficamente, descrevendo as diversas formas pelas quais as prisões invadiram a minha pesquisa etnográfica nas *ruas*, seja em função da prisão de alguns interlocutores, da chegada (ou até da possibilidade de chegada) na *quebrada* de *malandros* recém-libertos ou da presença marcante nas *quebradas* daqueles que ainda estão presos. Essas invasões me levaram também a, como os *malandros*, me remeter ao que acontece nas cadeias para enxergar melhor o que observava nas *ruas*. Para isso, contei não só com relatos de *ladrões* sobre suas experiências prisionais como também com o material etnográfico que reuni durante minha pesquisa de mestrado. A seguir, exporei como se deram as invasões das cadeias no meu trabalho e, mais marcantemente, na vida daqueles com quem tomei contato durante a pesquisa.

1.1. Ladrões que foram presos

Seja para me estabelecer em alguma *quebrada*, seja para acompanhar algum *irmão*, era necessário, antes, investir em encontros com interlocutores, conhecer outros, negociar as condições da pesquisa, buscar apoio e adquirir confiança[18]. Minha intenção era chegar a um ponto em que eu deixaria de ser estranha na *quebrada*, mas também não me tornaria alguém de dentro, em que consolidaria o reconhecimento como pesquisadora, mas que me vissem como alguém confiável. Essa fase, que anteciparia a pesquisa de campo propriamente dita, foi muito mais longa do que eu esperava, grande parte por conta do impacto que meu trabalho sofreu devido à prisão de alguns dos *ladrões* com quem eu estava negociando as condições do trabalho de campo.

Quando fui procurar alguns *ladrões* que conheci ainda durante o mestrado em busca de apoio para minha nova pesquisa, soube que haviam sido presos. Eles seriam uma ótima via de acesso para minha pesquisa no Parque do Tom pois, como já me conheciam e conheciam meu trabalho, sabiam que meus propósitos não estavam relacionados a delação ou a qualquer coisa que os prejudicassem. Vencer essa desconfiança é uma barreira muito difícil de transpor no *mundo do crime*, e o encontro com esses interlocutores dispensaria tal esforço. Entretanto, com a notícia da prisão deles, tive que procurar outras formas de acessar meu objeto de pesquisa, o que implicou a mudança de *quebrada* onde se daria o trabalho de campo[19]. Do Parque do Tom, só mantive contato com algumas *cunhadas*[20].

Acionei, então, Sandra, uma conhecida da Vila Timbre que poderia me levar a *irmãos* de sua *quebrada*. Ela me apresentou para um *irmão* que se mostrou favorável à realização da pesquisa.

Entretanto, avisou que no dia seguinte o *irmão* Ivo sairia da cadeia (pois seu alvará de soltura já havia chegado) e ele seria a pessoa mais indicada para tratar desse assunto. Eu já tinha sido apresentada ao *irmão* Ivo há alguns anos, não era alguém totalmente estranha a ele e isso poderia abreviar as negociações. Porém, quando ele chegou e eu consegui falar com ele, Ivo afirmou que precisava 'resolver uma pá de fita errada que tá acontecendo na quebrada' e que o 'clima tá tenso'. Sandra foi mais clara:

> Ontem cheguei lá pra falar com ele e encontrei ele falando no celular, andando de um lado pro outro, de arma na mão. Olha, mesmo entre os *irmãos*, o clima é de desconfiança. Senão o irmão Ivo não precisaria andar trepado [armado]. Por que ele tá andando armado? Pra trocar tiro com viatura é que não é. Mas isso é o que eu tô pensando aqui comigo. Por isso, Karina, tem que ter muito cuidado. Não dá pra ser do jeito que você quer, não.

Em suma, além do *irmão* Ivo não estar em condições de me dar *uma atenção*, estar próxima dele naquele momento poderia me colocar em risco. Achei melhor aceitar as recomendações de cautela e adiar a pesquisa. Felizmente, pouco tempo depois, Lucas, outro *irmão* da Vila Timbre, chegou na *quebrada* depois de ter passado 13 anos na cadeia.

Ele ficou bastante interessado na possibilidade de eu 'escrever um livro' que falasse sobre o PCC e consentiu que passasse a acompanhá-lo. A sugestão para que, em vez de me estabelecer na *quebrada*, eu o acompanhasse veio dele próprio, que chegou a sugerir que eu escrevesse, também, um livro exclusivamente sobre ele. Mas seu desejo não era ser o protagonista somente de um livro; ele queria chegar à *geral*[21] de sua região e transformar a atuação do *Comando* ali, pois avaliava que os *irmãos* da *quebrada* estavam corrompidos, que o poder havia subido à cabeça deles. Pouco tempo depois, Lucas se envolveu em vários *debates*[22] que faziam

parte de sua empreitada para moralizar o *Comando* na *quebrada*. Ele, que chegara *acelerado*, 'em ritmo de cadeia', se considerava um *radical*, alguém 'que não admite erros'. Afirmava que a longa experiência prisional pela qual passara o qualificava para 'arrumar a bagunça' que estava a *quebrada*.

Ainda que eu tivesse o apoio de Lucas, e mesmo que oferecessem dados muito ricos para este livro, não acompanhei todos os seus movimentos. Afinal, alguns desses movimentos envolviam atividades ilegais e outros, *debates* que poderiam custar a vida de algum dos envolvidos. Além das questões éticas e legais que o testemunho desses *debates* trariam, havia outras implicações, como me explicou Sandra: 'É muito perigoso... Qualquer pessoa que participa tá automaticamente envolvida. Vira testemunha. E de qualquer debate pode sair alguma fita que é melhor não saber. Entende o que estou dizendo?'. O que Sandra procurava me explicar era a principal característica das *ideias*: elas não têm origem definida nem um fim previsível (vide infra capítulo 4). Nesse sentido, as consequências de testemunhar um daqueles *debates* seriam imprevisíveis.

Na prática, eram poucos os momentos em que Lucas não estava envolvido em suas *correrias* (aqui no sentido de atividades ilegais ou criminosas) ou em *debates*. Ao contar sobre o andamento desses *debates*, disse que seria melhor eu esperar um pouco mais para iniciar a pesquisa, 'pelo menos até a poeira baixar'. Entretanto, Lucas ficou poucos meses na *rua*. Logo foi preso durante uma de suas *correrias* e isso interrompeu tanto o seu plano de se tornar *geral* da região quanto o meu projeto de realizar a pesquisa junto a ele. Ao mesmo tempo, a proximidade que eu estabelecera com o *irmão* Lucas trazia problemas para acionar os demais *irmãos* da Vila

Timbre, com quem ele havia tido algumas relações de enfrentamento. Essa situação, com o tempo, foi contornada. Mas naquele momento fui levada a investir no estudo do PCC em outra *quebrada*.

Durante o período no qual estive em contato com o *irmão* Lucas, eu conheci outro *irmão*. Rubens era parceiro de Osvaldo, que dividira cela em uma prisão com meu marido[23]. Depois de algumas conversas por telefone, fui encontrá-lo em sua *quebrada*, o Parque Harmonia. Como Lucas, Rubens ficou entusiasmado com a ideia de alguém escrever algo sobre ele. Marcamos outro dia para acertar as condições da minha pesquisa de campo, mas ele não pôde me encontrar, pois havia aparecido outro compromisso inadiável. Quando telefonei para tentar marcar novamente de nos encontrarmos, seu telefone não estava mais ativo. Fui ao encontro de sua mãe, que me disse que Rubens tinha sido preso.

Isso novamente redefiniu os rumos da pesquisa, que me levaram a investir em outra *quebrada*, a Favela Cadência. Não estava nos meus planos a realização de uma "*multi-sited ethnography*" (cf. Marcus, 1995; Hannerz, 2003)[24]. Como afirmei acima, minha intenção era me fixar em uma *quebrada*. Se o tema de minha pesquisa não fosse o movimento, isso não seria um problema; bastaria encontrar uma casa para me estabelecer. Entretanto, se as ocupações dos *ladrões* que conheci eram motivos para adiar minha estadia na *quebrada* (mas não as visitas sistemáticas a elas), a prisão deles – e a indeterminação do tempo em que ficariam afastados – me levava a buscar outras alternativas para a pesquisa. Eu passei, então, a investir no contato com outros *ladrões* em outras *quebradas*.

Estudos que têm como base etnografias realizadas em diversas regiões não são novidade, mas foi em 1995 que George Marcus deu a esses empreendimentos etnográficos uma denominação comum – "*multi-sited ethnography*" – e procurou delinear as características dessa emergente modalidade de pesquisa. Formulada inicialmente como uma metodologia capaz de dar conta de estudos sobre o "sistema mundial", mas também "em resposta às mudanças empíricas no mundo" (1995: 97), a "*multi-sited ethnography*" reunia estudos cujos objetos levavam o pesquisador a não mais se restringir a um recorte geográfico, mas a seguir coisas, pessoas, metáforas, história, biografias e conflitos. Sua importância para os estudos sobre o "sistema mundial" estaria na tentativa de etnografá-lo e, assim, evitar que ele aparecesse como representação holística, uma totalidade que oferecesse um contexto para os estudos de localidades. Essa é uma sugestão interessante para as pesquisas sobre crime, nas quais ele aparece como contexto para os dados apresentados e argumentos propostos ou, então, como uma força que sobredetermina as relações locais etnografadas[25]. Isso pode ser visto especialmente nos estudos sobre segurança pública, cuja exceção está na abordagem oferecida por Villela (2011), na qual o crime é componente – e não contexto – da construção dos enunciados sobre ordem pública e segurança individual. Bourgois (1995), por sua vez, toma o crime como objeto a ser etnografado, mas remete à ordem econômica mundial para oferecer o contexto para a sua análise.

Embora não tenha se sobressaído entre os pesquisadores do crime, a proposta de Marcus (1995) repercutiu entre antropólogos interessados em diferentes temáticas de pesquisa (como, por exemplo, migração, arte, ciência, mídia, economia), que passaram a adaptá-la e problematizar suas vantagens e limitações (Hannerz,

2003; Falzon, 2009; Coleman e Von Hellermann, 2011). Em uma defesa do método, Hannerz (2003) afirma que a "*multi-site ethnography*" não está preocupada com a comparação entre lugares isolados (pois não tem a pretensão de estudar uma "vida cultural e social inteira", em referência ao modelo proposto por Evans-Pritchard), mas, sim, com a ligação entre eles. Nesse sentido, a inclusão de outros lugares à medida que aparecem novas oportunidades ou novas ideias (e algo de acaso) é, segundo o autor, uma característica da "*multi-sited ethnography*", e, mais do que isso, os campos que emergem da "vida moderna" exigem que o etnógrafo realize manobras que viabilizem a pesquisa. Por isso o autor declara que a "etnografia é uma arte do possível" (: 213).

Talvez seja esse o motivo pelo qual cada um dos pesquisadores que buscam endossar esse método etnográfico, como os que participam das coletâneas organizadas por Falzon (2009) e Coleman e Von Hellermann (2011), seja levado a realizar torções da proposta original de Marcus (1995). Todas essas torções são motivadas pelas características empíricas de seus objetos de pesquisa. Assim, como conclui Vianna (2010), "a definição da etnografia como sendo do tipo A, B ou C parece se mostrar estéril tendo em vista a proliferação de nomenclaturas que brotam a partir de cada caso etnográfico" (: 73). Nesse sentido, não importa discutir se a pesquisa que desenvolvi pode ou não ser definida como "*multi-sited ethnolography*". O que importa é que meus percursos foram empiricamente motivados, razão pela qual eu igualmente não seguia as mesmas diretrizes dos antropólogos que propuseram a "observação flutuante" como método (Pétonnet, 1982), em que o pesquisador flana pela cidade à espera de algo que lhe fisgue a atenção. Diferentemente, por serem motivados etnograficamente, ao mesmo tempo que eu era conduzida pelos movimentos que buscava etnografar, meus

percursos estavam sempre às vistas com o (im)possível. Pois o maior problema enfrentado era o de etnografar o *crime* em uma distância segura que evitasse perigos físicos, morais, legais. Foi tateando o campo, aos poucos, que os limites do possível eram a todo instante definidos.

Desse modo, cada contato realizado e cada investimento de pesquisa fazia com que eu reelaborasse os planos para o trabalho de campo. Entretanto, planos e procedimentos que prevejam um início, um meio e um fim parecem não combinar com o meu tema de pesquisa, o movimento. Diria que estão fadados ao fracasso. Mas se os impossíveis gerados pelas prisões de meus interlocutores podem ser considerados fracassos nos procedimentos de pesquisa, eles também têm muito a dizer sobre o que me dedico a estudar. A prisão é algo que está sempre no horizonte desses *ladrões*, como um acontecimento provável e frequente que não só orienta suas vidas como também muitas vezes chega a ser vista como inevitável, uma *consequência* das suas escolhas. Como costumam lembrar, 'um dia a casa cai'. Mas, por outro lado, 'a cadeia é longa, mas não é perpétua', e os *ladrões* sempre voltam. Isso remete a outra-característica da etnografia realizada: o que denominei em outro lugar como "uma vida em estado de campo" (Biondi, 2011), em que, além de permanecer em contato com a *quebrada*, realizando visitas frequentes e me informando sobre o que estava acontecendo por lá, eu me mantinha atenta e à disposição para receber telefonemas, cartas ou mensagens pela internet dos meus interlocutores.

1.2. O retorno dos ladrões

Essa manutenção da pesquisa tornou possível acompanhar o retorno às suas *quebradas* de *malandros* recém-libertos das cadeias, como ocorreu na Vila Timbre. Nesse caso, o retorno de Lucas foi acompanhado por disputas pela imposição de *ritmos* (tema do capítulo 4). Como implica um rearranjo da configuração local do PCC, um novo *ritmo* pode resultar em mudanças tanto para a *população* da *quebrada* como para minha pesquisa. Diferentemente, no Parque Harmonia, a volta de Rubens da cadeia não levou a disputas por imposição de *ritmos*. Apesar dos apelos dos *moradores* para que ele passasse a resolver as questões que apareciam na *quebrada*, Rubens desconversava: 'Estou de férias!'. Ainda assim, acabava resolvendo algumas questões, como me contou Irene, moradora da *quebrada*:

> – Eu não via a hora desse aqui chegar! Porque os outros irmãos até dão uma atenção, mas ele dá mais. E eu tava com um problema no encanamento na minha casa que não resolvia de jeito nenhum. O dono da casa é um mão de vaca! Daí ele falou: "Você conhece o Rubens? Vamos falar com ele!". Eu disse que não conhecia, que era pra ele chamar mesmo. Porque se eu digo que conheço, daí ele não vai querer chamar. Então eu disse: "Não conheço, não". Ele chamou o Rubens, ele foi lá e agora tá tudo certo.
>
> − É, doutora... Tudo me chamam pra resolver... Tudo! Foi eu chegar aqui que não tive sossego. Um chama aqui, outro chama ali... Todo mundo querendo atenção. Vixe! Toda hora me chamam! Cheguei aqui e começaram a chamar pra tudo. Disseram que antes de eu chegar, já tava até na internet que eu tava chegando. Daí chama pra isso, chama praquilo... – disse Rubens.
>
> − Até problema de encanamento! – brinquei.
>
> − Podes crer! – respondeu, rindo – Esses dias chegaram com um baleado. Eu disse: "Sai com esse baleado pra lá!".
>
> − O cara querendo cobrança?[26] – perguntei.
>
> − É, o baleado querendo cobrança. Falei logo: "Sai com esse baleado pra lá! Acabei de chegar da cadeia! Tava passando mó veneno lá! Tô de férias!".

Enquanto, no Parque Harmonia, Rubens tentava se esquivar das demandas que chegavam a ele e deixar que os *irmãos* que estavam à *frente*[27] da *quebrada* assumissem a responsabilidade, na Vila Timbre, Lucas tentava impor seu *ritmo*. Ele chegou a acusar os demais *irmãos* de *oprimirem* a *população* local.

Esse trânsito de *irmãos* que são capturados pelo sistema prisional e dos que voltam da cadeia é bastante intenso e chega a fazer parte do cotidiano da população local. Nem por isso, contudo, expressa um cotidiano harmônico ou destituído de tensão, mudança e expectativa. São poucas as pessoas que, como Dona Iolanda,- moradora da Favela Cadência, veem esse trânsito como uma forma de manutenção da dinâmica da *quebrada*: 'Nenhum dos meninos que você conheceu tá aqui. Foi tudo preso. Todos que tão aqui são novos'. Ela se referia aos rapazes que trabalhavam na *biqueira* (ponto de venda de drogas ilícitas) perto de sua casa. Diante do comentário de sua vizinha ('tudo molecada nova agora, que não sabe de nada'), afirmou: 'Mas não muda nada, não. Muda os meninos, a gente se acostuma com os novos e continua tudo como antes, tudo igual'.

Diferentemente de Dona Iolanda, para quem havia muito mais sinais de continuidade do que de mudança, a maioria das pessoas com quem conversei expressava a consciência de que o *ritmo* da *quebrada* não é constante e que sofria alterações com o trânsito dos *ladrões* pela cadeia. Isso fica claro na conversa que tive com Glória e o *irmão* Rubens, no Parque Harmonia:

> − Quando tem algum problema, nós procuramos o Rubens – disse Glória.
> − Só o Rubens? – perguntei.
> − Só o Rubens. Nós todos procuramos o Rubens. Só ele que dá uma atenção, que é humilde. Só confio nele.
> − Mas e quando ele tá preso?

− Ah... Tem o Henrique que dá uma atenção... Mas não custa nada ser mais humilde... Os caras não tratam a gente na humildade – respondeu Glória.
− E o Marcos? – perguntou Rubens.
− Eu não confio nele! – exclamou a mulher – E tem mais: quem resolve mesmo nossos problemas aqui, quem dá uma atenção de verdade é o Rubens. Quando ele não tá aqui, prefiro nem falar com ninguém.

Glória não foi a única a afirmar que a forma como a *população* lida com os problemas cotidianos varia de acordo com quais *irmãos* estão na *quebrada* e quais estão na cadeia (bem como o tempo que falta para que eles sejam soltos). Em todas as *quebradas* onde fiz minha pesquisa, vi que os *moradores* efetuam cálculos a respeito do tratamento que os problemas receberiam dos *irmãos* e, com base nessa avaliação, definem se recorrem ou não ao *Comando*.

A prisão, nesse sentido, tensiona a forma como o *Comando* atua na *quebrada* e, por conseguinte, na maneira como a *população* lida com seus problemas cotidianos. Se a prisão, com os cálculos e estratégias que ela pode acionar, tem uma presença marcante (efetiva ou em potência) tanto na vida dos *ladrões* quanto na dos *moradores*, ela não poderia deixar de refletir fortemente na minha pesquisa. Esse reflexo surtiu um grande impacto quando, após obter o apoio de um *irmão* da Vila Timbre para que eu me estabelecesse ali para a realização da pesquisa de campo, Sandra (quem havia me apresentado ao *irmão*) expressou seu receio: ‘Os irmãos daqui falaram pra você vir, mas vai que chega outro irmão, que tem uma ideia diferente, e pergunta: Quem trouxe essa menina aqui? Daí vão ver que fui eu quem trouxe você pra cá e acaba sobrando pra mim’. O argumento de Sandra chamou minha atenção para a constante preocupação da *população* com relação às mudanças que as *quebradas* sofrem com a chegada ou partida dos *irmãos*. Ela, como os *moradores* de outras *quebradas*, sabe que a forma como o *Comando* atua na *quebrada* depende dos *irmãos* que estão ali.

Nesse sentido, o *ritmo* de cada *irmão* faz derivar também o *ritmo* das *quebradas*. Afinal, cada um tem uma maneira peculiar (um *ritmo*) de conduzir os movimentos, trabalhar *ideias* e lidar com as *situações*. Esse ponto ficará mais claro no capítulo 4, mas cabe adiantar que, de acordo com essa perspectiva, não é o PCC que determina o rumo das *quebradas*, mas os *irmãos*, ainda que amparados na *ideologia do Comando*. As decisões tomadas por eles, portanto, não somente estão sujeitas a resistências, contestações, impugnações de outros *irmãos* como são o resultado desse jogo de forças.

Embora também prevejam e lidem com resistências e contestações com relação às decisões que tomam, os *irmãos* têm outra concepção acerca de sua relação com o PCC. Mais do que tomar decisões fundamentadas no *ideal do Comando*, o que consideram fazer é ser, ali, o PCC: 'Aqui é o Comando!'. Assim, na concepção deles, as decisões não provêm dos *irmãos*, mas do PCC (ainda que por meio deles). Nesse caso, o que eventualmente se contesta, mais do que o que se decide, é a própria decisão; é a sua atuação como *irmão*, é sua capacidade de ser o PCC na *quebrada*.

Procurei, até aqui, descrever a prisão como algo muito presente no cotidiano das *quebradas*, seja no trânsito efetivo dos *ladrões* que vão presos e que retornam da cadeia, seja na alta probabilidade de sua captura pelo sistema prisional. O PCC que ocorre nas *ruas*, nesse sentido, não pode ser desvinculado daquele que existe nas prisões. Esse trânsito, assim como faz parte do cotidiano das *quebradas*, foi decisivo na definição dos rumos da minha pesquisa. Ele rompeu com os limites das *quebradas* em direção às prisões e mostrou para mim que, se por um lado eu era lançada de uma região a outra e, por outro, eu era levada a considerar

permanentemente as cadeias, isso nada se diferenciava do que ocorria com o movimento. Nesse sentido, em alguma medida, eu já me movia em seu interior, segundo as suas dinâmicas.

1.3. Em sintonia com a cadeia

Afirmei anteriormente que ser *irmão* consiste também em ser o PCC nas *quebradas*. No entanto, há lugares onde não tem nenhum *irmão* e, ainda assim, a presença do PCC é muito evidente. É o caso da Favela Cadência. Quem está à *frente* da *quebrada* é Murilo, *parceiro* de Agnaldo, um *irmão* que está preso. Agnaldo é dono das *biqueiras* localizadas na favela e Murilo as administra. Juntamente com a administração comercial e financeira das *biqueiras*, Murilo é responsável por manter a *disciplina* na *quebrada*. Quando perguntei a Edinei, *correria* da mesma *quebrada*, se Murilo não é mesmo *irmão*, ele explicou:

> − Não, mas é a mesma fita. Só não é porque não quer.
> − Caramba, ele não é irmão e fica com essa responsa toda da quebrada? – comentei.
> − É por causa do parceiro dele que é o dono da biqueira. Os donos das biqueiras é que cuidam da disciplina do lugar, e como o parceiro dele tá preso, ele que tá cuidando.

Durante minha estadia na Favela Cadência, o número e a variedade de demandas que chegam a Murilo me impressionaram. Um homem agredido, um carro mal estacionado, a mãe que se queixa porque o filho ‘usa drogas’, a vizinha que fala alto demais, o morador que não quitou a dívida no dia combinado... Todas essas demandas apareceram em um só dia. Diante disso, comentei:

> − Pessoal vem procurar você pra tudo... Não é muita responsa, não?
> − É... E eu tenho que resolver tudo. É que eu sou os olhos e as pernas do meu parceiro, aquele que tá preso, aqui na rua. Se eu der uma mancada, ele

vai ser cobrado lá dentro – respondeu Murilo.

Longe de ser um mero executor de ordens do *irmão* Agnaldo, Murilo tem a responsabilidade de manter a *quebrada* na *disciplina*, ainda que para isso ele recorra aos *disciplinas* do Jardim Refrão, *quebrada* vizinha. Isso garante que a favela esteja de acordo com a ética do *Comando*[28]. Embora não haja nenhum *irmão* na Favela Cadência, a presença do PCC, por meio de sua ética, é garantida por quem cuida das *biqueiras* da *quebrada*.

O tráfico de drogas é uma atividade que requer vínculo territorial e oferece aos *ladrões* uma estabilidade financeira maior do que a proporcionada por outras atividades criminosas[29]. Se as *biqueiras* constituem postos mais ou menos fixos espacialmente e se o movimento se efetiva por meio de sua ética, é de suma importância que elas também sejam lugares de *disciplina*. Talvez essa seja a razão pela qual o tráfico constitua a forma como o *crime* se torna visível para os moradores das *quebradas*. Muitos deles chegam a confundir *crime* com tráfico[30].

Essa confusão ficou explícita para mim quando Edinalva, moradora do Parque Harmonia, me disse: 'PCC hoje em dia é só dinheiro... Tá a maior bagunça... O pessoal só quer saber de dinheiro, só quer saber do tráfico'. Para ela, se antigamente o PCC cuidava da *quebrada* e de sua *população*, atualmente os *irmãos* só estariam interessados em dinheiro, ocupados com o tráfico de drogas. Entretanto, *irmão* Rubens afirmou que o dono das *biqueiras* do Parque Harmonia não é *irmão*:

− Então o dono das biqueiras, aqui, não é irmão? – perguntei.
− Aqui, não. Mas tão na disciplina. Eles têm que andar na disciplina, porque senão nóis tira eles daqui. – respondeu Rubens.
− Mas tem lugar que é o pessoal das biqueiras que a população tem que procurar...

> − Em lugar que não tem irmão, é o pessoal das biqueiras que fica na responsa. Mas, onde tem irmão, é nóis que a população procura.

O material etnográfico coletado no Parque Harmonia me fez enxergar quão grande é a responsabilidade de Murilo, da Favela Cadência. Afinal, se ele não mantiver a *quebrada* na *disciplina*, seu *parceiro* Agnaldo, mesmo sendo *irmão*, pode perder as *biqueiras* para o *Comando*, que provavelmente colocaria ali alguém que garantisse a presença do PCC por meio de sua ética. Essa medida visaria evitar que, sem *disciplina*, a *quebrada* passasse a ser um espaço dos *coisa* (criminosos relacionados a outros comandos e funcionários da segurança pública). Se isso acontecesse, Agnaldo seria *cobrado* por não ter deixado alguém de confiança tomando conta de suas *biqueiras* e, consequentemente, ter perdido uma *quebrada do Comando*.

Em função dessa responsabilidade, Murilo afirma: ‘Tudo eu falo pro Comando, pra não virem cobrar depois’. Não seria diferente, portanto, com relação à minha estadia na *quebrada* para realizar a pesquisa de campo: ‘Vou primeiro passar a caminhada pro meu parceiro. Na outra semana eu vou ter uma resposta’. De fato, duas semanas depois recebi uma resposta afirmativa de Murilo.

É por meio de sua ética, portanto, que o PCC se faz presente na Favela Cadência. E se Agnaldo é o PCC e Murilo é ‘os olhos e as pernas’ de Agnaldo na *rua*, há uma extensão do PCC para ele também: ele é, ali, o PCC, mesmo não sendo *irmão*. Ao mesmo tempo, ele garante a presença de seu *parceiro* preso naquela *quebrada* e do PCC nas *biqueiras* das quais cuida. É importante ressaltar que Murilo não usa o nome do *Comando* em proveito próprio nem é um *falso profeta*, quer dizer, alguém que diz ser *irmão* mas que não é *batizado*. Essas seriam atitudes muito malvistas. O

batismo, cabe esclarecer, é o momento que consolida a entrada de um *ladrão* no PCC, quando ele deixa de ser companheiro (antigamente denominado primo) para se tornar *irmão* (Biondi, 2010).

Há outras formas pelas quais a cadeia – e, juntamente, a *disciplina do Comando* – se mantém presente nas *quebradas* por meio dos homens que estão presos. A mais notável certamente está relacionada à prisão de parentes e familiares dos *moradores*. Ferraz de Lima (2013), em sua etnografia sobre as mulheres de presos relacionados ao PCC, afirma que, "mesmo que não estejam fisicamente presentes no domicílio, os *presos* são virtualizados na vida familiar, mediante a atuação direta nas diretrizes cotidianas da vida das mulheres" (: 77). Além disso, alguns dos familiares de presos recebem assistência financeira dos *ladrões* que estão na *rua*. Essa assistência garante não só o amparo financeiro da família do preso, mas também que ele receba itens básicos de alimentação e higiene, bem como as visitas dos familiares[31]. Como os *ladrões* têm consciência de que mais cedo ou mais tarde podem passar pelo *sofrimento* que seus *companheiros* presos estão enfrentando, consideram muito importante prestar essa assistência: 'Amanhã pode ser a minha família que vai estar precisando'.

Em algumas de minhas visitas ao Parque do Tom, pude andar pelas ruas e vielas ao lado de minhas interlocutoras. Impressionava-me a quantidade de mulheres que transitavam, sozinhas, pela rua. Sobre algumas delas, Elizete comentava: 'Ela visita em Lavínia. Aquela ali visita em Hortolândia'. Em uma de nossas caminhadas, fomos paradas na rua por outra conhecida delas. Seu filho fora preso naquela semana e, como ela sabia que Antônia já visitara a cadeia para onde ele havia sido conduzido, parou-a para perguntar sobre a

vestimenta e a lista de pertences cuja entrada é permitida nos dias de visita.

As referências às mulheres que visitam seus maridos ou filhos presos e as histórias de crime que eles vivenciaram eram ligadas umas às outras à medida que avistavam uma nova conhecida:

> Ela visita em Franco da Rocha. É mulher do irmão Jonas. Ele estudou comigo. Tinha uma amiga minha que era apaixonada por ele, mas ele não queria saber dela. Também! Ele tinha uma lojinha [ponto de venda de drogas] e tinha mó grana. Um monte de mulher atrás dele. Só que foi preso e daí ele entrou pra caminhada [foi *batizado* no PCC]. Mas ele tá pobre agora e a mulherada toda sumiu. Só ficou mesmo a cunhada, que visita todo final de semana. Sabe, ele era parceiro do irmão Homero, marido daquela ali. Mas ele tá preso.

O assunto passava a ser, então, a vida do *irmão* Homero e sua esposa. Assim, as histórias se intercalavam umas às outras. Comum a todas elas estava o que as desencadeava: a passagem de uma mulher pelas ruas do bairro. Longe de qualquer pretensão de censo, minha impressão era haver na *quebrada* muito mais mulheres do que homens. Adicionalmente, eram abundantes os relatos sobre homens, daquela região, presos. Como comentara acima, eu mesma conhecia, por conta de minha pesquisa, sete homens de lá e todos estavam presos. Contudo, mesmo com a prisão de todos esses *malandros*, o PCC parecia se fazer presente naquela *quebrada* também por meio de suas companheiras.

A etnografia realizada por Ferraz de Lima (2013) chama a atenção para uma certa extensão dos presos às suas mulheres. Segundo a autora, “da associação com o apenado emanava uma negatividade” que “fazia com que as mulheres fossem alvos de constantes suspeitas, desconfianças e humilhações” (: 71) por parte das instituições prisionais e das forças policiais. Ela também nota essa

extensão naquilo que os *ladrões* chamam de *disciplina*, que se prolongava “do apenado para a sua visita e, ao se estender satisfatoriamente, conferia um predicativo positivo às mulheres” (: 86), assim como a mulher de um *coisa* adquire, por extensão, o predicativo de *coisa* (: 114; 125). Por outro lado, ao assumir a perspectiva dessas mulheres, Ferraz de Lima (2013) nos mostra como elas manejam e negociam a *disciplina* e, no limite, têm nos seus maridos extensões de si.

Isso me leva a considerar que elas e seus maridos podem ser considerados extensões uns dos outros, o que me faz lembrar de uma frase que ouvi diversas vezes durante minha pesquisa: ‘A mulher é o espelho do homem que tá preso’. De acordo com essa assertiva, espera-se que as *cunhadas* sejam exemplo de conduta, tanto para outras mulheres quanto para o *crime*. Para tanto, seu companheiro a *instrui* para *andar na disciplina*, não só nos dias de visita mas também na *rua*, especialmente na *quebrada*, onde o preso é conhecido pelos outros *ladrões* da área. Afinal, uma mulher que não tem *proceder*, que não *anda na disciplina*, pode prejudicar a reputação de um *ladrão*.

Além disso, da mesma forma como Agnaldo pode ser *cobrado* por *mancadas* cometidas por Murilo, os presos podem sofrer *consequências* pelos *erros* cometidos por suas esposas. É importante destacar que o termo punição não faz parte do vocabulário dos *malandros* e o uso da noção de *consequência* não remete a uma simples troca de termos. Diferentemente de punição, em que há alguém com o poder de punir e outros que estão a ela sujeitos (o que exprime uma relação de desigualdade), a *consequência* “retira a autoridade de uns sobre os outros para depositar na pessoa toda a responsabilidade por seus atos” (Biondi,

2010: 135). Temos, assim, uma perspectiva não normativa, mais associada à intensificação de responsabilidade e menos ao desvio de norma. Por conseguinte, a noção de *cobrança* e a de 'aplicar a disciplina' é uma das *consequências* possíveis aos que fugiram à ética do *Comando*; o que se diferencia da inobservância de uma regra e sua correção (*vide infra*, capítulo 8). Foi o que poderia ter acontecido com Sidnei se ele não terminasse seu relacionamento com Renata. Isso porque ela, que tinha a responsabilidade de fazer um pagamento, depositou um envelope vazio no atendimento eletrônico do banco. Tentou, com isso, enganar o *ladrão* que era credor, o que é muito malvisto. Sidnei só soube dessa tentativa de trapaça quando o credor o acusou de ter realizado um falso depósito. Chamados a *debater* o assunto, outros *irmãos* avaliaram que o mais correto seria excluir Sidnei do PCC. Essa seria a *cobrança* que sofreria. Entretanto, Sidnei argumentou que tanto não era conivente com o que fez sua companheira que terminaria seu relacionamento com ela. Disse que 'fechava com o Comando acima de tudo' e, por isso, não poderia confiar a Renata as *responsas* que precisavam ser feitas na *rua*. Para Sidnei, o *erro* de Renata não lhe deu outra opção senão o término do relacionamento. Isso porque, como afirmam os *malandros*, 'quem corre com errado, errado é'.

Isso mostra como ações nas *ruas* trazem implicações dentro das cadeias. Mais do que isso, contudo, evidencia que o que ocorre no interior das prisões e o que acontece fora estão imbricados e se alimentam mutuamente. O preso e sua esposa (ou seu *parceiro*), nesse sentido, atuam juntos, em um mesmo movimento e, portanto, em *sintonia*. Quando a *sintonia* é abalada, como no caso de Sidnei e Renata, a relação é colocada em xeque. A noção de *sintonia* será mais bem desenvolvida no capítulo 5. Por ora bastará saber que o importante é que a *sintonia* mantida pelo casal não pode ser

dissociada da estabelecida com o *Comando* e, mais do que isso, juntas *sintonizam* também *quebradas* e cadeias.

Isso fica claro quando notamos que, ao mesmo tempo que recai sobre as *cunhadas* uma expectativa de conduta, a sacralidade que lhes é conferida nos *dias de visita* – expressa pelos presos quando afirmam que 'visita é sagrada'[32] – é também estendida para a *rua*. Nesse sentido, ela é reconhecida pelo *sofrimento* que enfrenta para permanecer ao lado de seu *ladrão*. Assim, é muito malvisto cobiçar, roubar e, no limite, até conversar com mulheres de presos. Mesmo com o fim do relacionamento, muitas vezes as *cunhadas* continuam sendo evitadas. É o caso de Edileusa, que mesmo após o término de seu relacionamento com o *irmão* Natanael, não conseguia 'arrumar namorado na quebrada'. De acordo com ela, 'os malandros ficam todos em choque', temerosos de que seu ex-marido possa condenar uma nova relação. De fato, algum tempo depois eles reataram o namoro:

> − E você foi visitar ele? – perguntei.
> − Fui, né? Ele falava: "Se você não vier, eu falo pros irmãos descerem na sua casa pra te quebrar na porrada". Daí perguntei: "Com que direito?". E ele: "Eu não preciso de direito, preciso de vontade!" – respondeu Edileusa.

Obrigar a mulher a visitar pode ser visto por outros *ladrões* como uma *atitude de malandrão*[33]. Não obstante, o que estava em questão era uma contenda antiga. Ela tinha medo de visitá-lo e ser *cobrada* por ter traído Natanael ainda quando estavam juntos, mas não tirava a razão dele: 'Porque errado, errado, ele não tá. Quer dizer, na língua deles, né? Na língua deles. A partir do momento que se envolveu com criminoso, você tá ciente que tá na língua deles, na lei deles'. O que Edileusa expressava vai ao encontro do que expus acima a respeito da presença das prisões – e, consequentemente, da ética do *Comando* – na *rua* e na vida dos

moradores da *quebrada*. Primeiro, porque os *malandros* de lá viam em Edileusa suas conexões com Natanael, motivo pelo qual evitavam se relacionar com ela. Em segundo lugar, porque ele convenceu Edileusa de que sua 'vontade' poderia ser concretizada pelos *irmãos* em liberdade e isso foi decisivo para que ela voltasse a visitá-lo. Finalmente, porque Edileusa era consciente de que, ao se relacionar com Natanael, estaria também em movimento com ele, sob a ética do *Comando*, o que implicava 'andar na disciplina'.

De um lado, as *cunhadas*, como descreveu Ferraz de Lima, se relacionam entre elas tendo as cadeias, seus companheiros presos e o PCC como balizadores dessas relações. De outro lado, como procurei descrever, os presos se fazem presentes nas *quebradas* de maneiras variadas, seja por meio de suas esposas, de seus *parceiros*, de seus negócios, de sua família ou apenas da lembrança de sua existência e condição de preso (que já é suficiente, por exemplo, para manter outros homens afastados de sua esposa). Mais do que um determinar o outro ou de haver uma via de mão dupla entre cadeias e prisões, o que encontramos é a *sintonia* entre ambos, o engajamento simultâneo nos mesmos movimentos.

Neste capítulo, vimos que as cadeias se mostram presentes nas *ruas* por meio da prisão dos *ladrões*, da ausência marcante desses homens e do retorno deles à *quebrada*. Vimos também que a possibilidade de cada um desses acontecimentos está no horizonte tanto dos *ladrões* quanto dos *moradores* e, assim, produz efeitos na *quebrada*. De outro lado, apontei as *consequências* que um preso pode sofrer em função do que ocorre nas *ruas*. Diante disso, é possível afirmar que as cadeias não só interagem com as *ruas* como constituem condições de possibilidade para a existência do PCC nas *quebradas*. Mais do que isso, ambas se engajam nos mesmos

movimentos, firmando, entre elas, uma *sintonia*. Inevitavelmente, a presença das prisões nas *ruas* trouxe grandes impactos para a minha pesquisa e a delimitação espacial que eu previa para ela foi dissolvida por esse material etnográfico. Frente a ele, eu não mais poderia ignorar a presença das cadeias nas *quebradas* nem abordá-las como unidades de comparação. No próximo capítulo, tentarei descrever os meios pelos quais os movimentos explodem constrangimentos espaciais e temporais.

16 A comunicação entre bairro e prisão no contexto português pode ser conferida em Cunha (2002). Já a importância das prisões para a dinâmica dos comandos cariocas é trabalhada por Barbosa (1998; 2001).

17 *Jumbo* é o nome dado aos itens alimentícios, de higiene e limpeza levados aos presos por seus familiares. Sobre as relações que envolvem a preparação, envio e o recebimento, pelos presos, do jumbo, ver Ferraz de Lima (2013).

18 Ainda que nunca se possa dizer que relações de confiança que envolvem *ladrões* estejam completamente construídas ou estabelecidas. Elas precisam ser mantidas incessantemente. Afinal, o *crime*, como define Marques (2009), implica a constante troca de considerações.

19 Em outro registro, Leirner (1997) mostra como as dificuldades de acesso aos interlocutores podem mudar os rumos da pesquisa e, mais do que isso, trazem importantes elementos para reflexão. Sobre caráter situado da antropologia, especialmente com relação aos seus produtos, e a decorrente problematização relativa aos "limites do consentido", ver Chaves (2006).

20 Em geral, chama-se de *cunhadas* as esposas dos *irmãos*, *integrantes* do PCC. Entretanto, é comum também que as mulheres de *companheiros*, *malandros* que não são membros do PCC mas *correm lado-a-lado* com ele, também sejam assim referidas.

21 *Geral* é o nome dado a uma posição *de responsa* que tem como principal atribuição resguardar a ética do *Comando* em determinada região. Esse é também o nome dado a quem assume essa *responsa*. A ética do *Comando* será abordada ao longo da tese e, especificamente, no capítulo 8. As *responsas*, por sua vez, ganharão centralidade em minha descrição no capítulo 5.

22 Os *debates* serão o tema do capítulo 7. Por ora, cabe adiantar que constituem embates de *ideias* divergentes a partir de uma *situação* (que pode ser definida como a apreensão, a partir de um ponto de vista, de um arranjo de movimentos).

23 Minha pesquisa de mestrado ocorreu durante a prisão do meu marido (de 2003 a 2008), quando fiz das minhas visitas a ele ocasiões nas quais realizava, também, pesquisa de campo. Os rendimentos dessa forma de inserção em campo foram trabalhados em Biondi (2010).

24 Esses também não eram os planos de Godoi (2010) em sua pesquisa sobre a incidência da prisão em ambientes externos à instituição: “Não pretendo sugerir que realizei uma etnografia multi-situada sem o prever” (: 98). Entretanto, conforme o autor, “o ‘fracasso’ de uma proposta de trabalho de campo, na verdade, acabou por possibilitar uma exploração mais abrangente sobre o novo lugar da prisão na vida social” (: 99).

25 O debate sobre o que é o objeto da etnografia e o que é contexto aparece em outros termos nas discussões sobre Antropologia Urbana, Antropologia na Cidade ou da Cidade, que serão abordados adiante.

26 *Cobrança*, nesse caso, não é um mero revide ou vingança. Implica na realização de um *debate* para definir se o agressor (aquele que o baleou) estava *pelo certo*. A *cobrança*, nesse sentido, seria uma *consequência* a ser aplicada no agressor, caso considerassem que ele não estivesse *pela disciplina*. A respeito dessas dinâmicas, ver capítulos 7 e 8.

27 *Frente* é outro nome pelo qual designam uma *responsa no Comando*, a ser abordada no capítulo 5.

28 É importante destacar que, na *malandragem*, ética e *disciplina* são termos intercambiáveis. Eles serão abordados mais detidamente no capítulo 8. Por ora, cabe adiantar que essa intercambialidade responde a um modo de produção de conhecimento bastante distinto ao das ciências sociais e que os sentidos atribuídos a esses termos são, por conseguinte, bem diferentes.

29 Nas últimas décadas, é possível notar mudanças na forma pela qual os traficantes são avaliados no *crime*. Se na década de 1990 eles eram malvistos, como alguém que viciava *ladrão* – e, consequentemente, *arrastava*, quer dizer, conduzia a um mau caminho (e por isso ‘era tirado na cadeia’) – hoje em dia ele tem a responsabilidade de resguardar a ética do *Comando* na *quebrada*. Ainda assim, como dizem, ‘tráfico faz parte do crime, mas não é o crime’.

30 Imprensa e especialistas também o fazem, trazendo o modelo do Rio de Janeiro para pensar São Paulo. Sobre a questão territorial para os comandos do Rio de Janeiro, ver Barbosa (1998; 2001; 2005), Grillo (2013), Lyra (2010), Neri (2009), Zaluar (1994). Sobre algumas diferenças entre o tráfico de drogas em São Paulo e Rio de Janeiro, ver Lessing (2008) e Hirata e Grillo (2017).

31 Sobre as visitas das mulheres a seus maridos presos e o cuidado e investimento não só para suprir suas necessidades básicas com itens de primeira necessidade, mas também para garantir algum bem-estar ao *ladrão*, ver Ferraz de Lima (2013), especialmente o capítulo 1.1.2, sobre o *jumbo*. A autora descreve o modo como a relação mulher-preso rebate na relação instituição-preso. A frequência de visita, o *jumbo*, a comida são formas pelas quais as *cunhadas* mostram à instituição que "o preso tem família" (: 34), o que, além de evitar que ele sofra maus tratos, indica uma possibilidade de ele deixar a *vida do crime* e sua decorrente "reinserção à *sociedade*" (: 69).

32 Sobre a sacralidade da visita, ver Grimberg (2009) e Ferraz de Lima (2013).

33 São chamados de *malandrões* os presos típicos da época que antecedeu o PCC, caracterizados pelo uso recorrente de força física para solucionarem suas contendas e por explorarem outros presos sexual e financeiramente. Nesse sentido, a intensificação que expressa o aumentativo de *malandro* denota algo em certo sentido oposto ao termo do qual deriva.

2
PRESENÇAS

“Quebrada” é um termo que apareceu na etnografia de Pereira (2005) a respeito dos pixadores. Como Magnani (2005) enfatizou, esse termo se articulava com as categorias “circuito”, “trajeto” e “pedaço”, formuladas por ele para dar conta de atores urbanos e dos espaços com os quais interagem. Na minha pesquisa, as *quebradas*, como já indiquei na introdução, dizem respeito a um local não só de moradia, mas também com o qual se mantém algum vínculo (financeiro ou afetivo, por exemplo). Por conseguinte, elas não se justapõem aos limites geográficos dos bairros, cidades, distritos ou favelas. Podem fazer referência desde ao entorno de uma praça ou de uma rua, até a uma cidade inteira. Suas fronteiras são, portanto, contingenciais. Elas são traçadas no momento em que uma *quebrada* é evocada e de acordo com o movimento que requer essa evocação.

Entretanto, se a passagem do movimento confere algum contorno às *quebradas*, ela impede sua consolidação como universos espacialmente definidos. Em primeiro lugar em função do caráter contingencial de sua evocação: outra referência traz, consigo, uma

delimitação diferente (sem que isso implique, entretanto, no desaparecimento da anterior). Em segundo lugar porque, ao passar por ela, o movimento vem carregado de outros lugares, de outras pessoas. Todos passam a povoar e a delinear a *quebrada*, que se alarga, se contrai, se transforma mediante a passagem do movimento.

Pude experimentar essas explosões dos constrangimentos espaciais quando, na tentativa de apreender as dinâmicas do PCC nas *quebradas*, me deparei com acontecimentos que não diziam respeito à *quebrada* onde eu estava ou quando fui levada a direcionar meu olhar para outras localidades. Esses acontecimentos não se limitavam às cadeias onde se encontravam os *ladrões*, exigiam que mais de uma *quebrada* fosse acionada ou faziam as cadeias e *quebradas* se remeterem umas às outras e envolviam, assim, *ladrões* presos (alguns desconhecidos por meus interlocutores), outras *quebradas*, cadeias inteiras ou, até mesmo, o PCC visto como um todo (em sua figura transcendente, como reportado acima).

Embora o PCC seja mencionado como ‘o Comando’, ‘o Partido’ ou ‘o Quinze’, é pouco comum que ele seja visto ou pensado como uma totalidade. De fato, como procurarei deixar evidente a seguir, as experiências cotidianas, passíveis de serem etnografadas, revelam que o movimento não é outra coisa senão uma composição de incontáveis movimentos. Isso porque as coisas não concorrem, todas juntas, em caminhos definidos rumo a uma missão ou objetivo comum. Longe de constituir uma unidade monolítica, o movimento não só comporta como também é constituído por vários movimentos, de diversas formas, calibres, velocidades, e que seguem diferentes direções. Além dos constrangimentos espaciais

não suportarem tamanha plasticidade, muitas vezes a velocidade ou as dimensões que assumem são tamanhas que a capacidade de deslocamento dos próprios *ladrões* não é suficiente para acompanhá-los. Para que os movimentos possam prosseguir, outras pessoas são mobilizadas, assim como são acionados outros instrumentos, como aparelhos celulares e cartas. Todos passam, assim, a compor o movimento. E se por um lado eles são requisitados para dar conta da velocidade, forma e dimensão dos movimentos, por outro permitem imprimir velocidades e dimensões ainda maiores que eles. Dessa maneira, não é raro vermos conexões entre pessoas, telefones e cartas para expandir seus limites e fazer com que os movimentos fluam. A seguir, descreverei como isso, mais uma vez, fazia com que eu fosse arrancada das bases territoriais nas quais eu pretendia estabelecer minha pesquisa e visse, nas *quebradas*, movimentos que atravessavam diferentes cadeias, conectavam diversas *quebradas* e faziam-nas remeterem-se umas às outras.

2.1. Radinhos

Os telefones celulares estão tão presentes nos movimentos que é raro ver um *malandro* que não tenha ao menos um aparelho. Muitos deles possuem vários números ativos simultaneamente, seja em aparelhos que suportam mais de um chip, seja carregando consigo diversos aparelhos. E todos eles são utilizados abundantemente; é difícil passar algum tempo em companhia de um *correria* sem presenciar alguma chamada no seu telefone. Não é à toa que os celulares aparecem em várias etnografias sobre o *crime*, seja como meio pelo qual são feitos os *debates* entre relacionados ao PCC (Feltran, 2010; Hirata, 2010: 285; Marques, 2009: 81), seja como aporte da oralidade em contraponto à violência expressa pelas armas (Grillo, 2013: 192), como um promotor da "porosidade do ambiente prisional" (Lourenço e Almeida, 2013: 54), como facilitador da gestão do tráfico e meio para reafirmar laços de lealdade (Malvasi, 2012: 100; 105), como algo que serve à gestão dos ilegalismos (Barbosa, 2013: 122) ou como o que possibilita "conexões prisionais" (Zomighani Junior, 2009: 259). De fato, os telefones se destacam não só por sua presença abundante como também pela participação fundamental que têm no *crime*, como procurarei deixar claro a seguir. Mais do que isso, ao direcionarem minha atenção para as maneiras pelas quais se busca superar as limitações do espaço físico, os celulares acionam reflexões sobre o próprio estatuto de pesquisa de campo, como veremos no capítulo 2.6.

Algumas etnografias sobre temas próximos ao meu sublinharam a relevância de objetos que, como é o caso dos aparelhos celulares aqui, se sobressaíram em suas descrições (Barbosa, 2013; Grillo, 2013; Reed, 2007; Rui, 2012; Telles, 2010; Telles e Hirata, 2007). O

debate antropológico em torno da agência dos objetos, além de amplo e controverso, se intensificou nos últimos anos, como de certa forma previa Velho (2001) na ocasião do lançamento de *The Perception of the Environment* (Ingold, 2000) e da reedição de *Steps to an Ecology of Mind* (Bateson, 2000 [1972]). Apesar de Velho (2001) focar na constituição de um "paradigma ecológico" (parafraseando Ingold), o autor chama atenção para a recolocação de polaridades como natureza/cultura, sujeito/objeto, caras para a antropologia dos objetos (ou das coisas, como proposto em Henare et al, 2007). Percorrer todo o debate concernente a ela foge aos propósitos deste livro. No entanto, gostaria de destacar que, ainda que se esvazie as coisas de qualquer conotação analítica para, etnograficamente, preenchê-las, conferindo-lhes uma forma puramente etnográfica e levando-as a assumir o caráter de conceitos (Henare et al, 2007: 7) ou ainda que se leve em conta as características materiais das coisas (Holbraad, 2011), é importante etnografar como suas capacidades são extraídas por aqueles que se relacionam com elas (Barbosa, 2013). Afinal, como ressalta Velho (2001), "com Bateson, trata-se de reconhecer que as propriedades não são das coisas em si, nem estão nelas; são apenas diferenças, e só existem em relação" (: 136-137).

Tendo isso em vista, retomo a questão pertinente a este livro, sobre o uso dos telefones celulares pela *malandragem*. As diversas possibilidades de fala desses aparelhos os tornam, como mostra Vicentin (2008), objetos informes e instáveis, centros de processos de convergência tecnológica que oferecem inúmeras possibilidades (: 70). Segundo o autor, o consumo de suas potencialidades impulsiona o aumento (quantitativo e qualitativo) das potencialidades, em um movimento evolutivo espiral. Convém, portanto, retomar as recomendações de Henare et al (2007) e defini-

los etnograficamente. Pois, dispensável dizer, é na possibilidade de unir comunicação e movimento (Vicentin, 2008: 72) que reside o interesse de meus interlocutores pelos aparelhos de telefone celular ou, como frequentemente os chamam, *radinhos*. Essa forma de denominá-los expressa muito bem as propriedades materiais dos aparelhos que importam aos *malandros*: são aquelas presentes desde os princípios da rede celular, as possibilidades de "comunicação com aquilo que está além do horizonte sensível e, por isso, pretende a superação do espaço físico enquanto obstáculo" e de "articular comunicação e movimento" (: 36). Por esse motivo, os *ladrões* fazem uso apenas de telefones celulares, nunca de fixos, já que estes últimos, além de limitarem seus deslocamentos, denunciariam, em caso de escutas policiais, sua permanência em determinados lugares. Além disso, os celulares permitem a troca frequente de números, estratégia adotada para tentar escapar dos rastreamentos efetuados pelos serviços de inteligência da polícia.

Assim, se suas características materiais estão ligadas à união da comunicação com movimento, se é a capacidade de superar o espaço físico como obstáculo o que os *malandros* extraem dos telefones celulares, podemos afirmar que sua materialidade está justamente em superar outras materialidades. Mais do que isso, especificamente, vemos na conjunção dos celulares com o movimento um casamento perfeito. No interior de um movimento, objetos voltados ao movimento são capazes de intensificá-los. Eles não são, nesse sentido, objetos que promovem movimentos em meio a um mundo sedentário, mas, sim, objetos que, ao serem acoplados aos movimentos, os tornam mais potentes, tanto com relação ao seu alcance quanto à sua velocidade.

Assim, por um lado, o uso dos celulares pelos *malandros* não se diferencia em nada da concepção hegemônica a respeito deles: são objetos que estão a serviço do uso humano. Por outro lado, sua singularidade no *crime* está na contribuição que dão aos movimentos. É importante lembrar: estejam presos ou em liberdade (quando a possibilidade de prisão está sempre presente), os *ladrões* sofrem restrições de mobilidade pelos espaços físicos e os celulares dão condições para outra forma de ocupação territorial, não mais fundada em contiguidade espacial ou em ilhas em comunicação. Veremos adiante, ao longo deste mesmo capítulo, a amplitude que um movimento pode alcançar e as presenças que são-proporcionadas graças aos aparelhos de telefone celular. Entretanto, eles não são os únicos meios pelos quais correm os movimentos. Outras maneiras de fazer os movimentos fluírem serão abordadas a seguir.

2.2. Deslocamentos

Os celulares não são os únicos meios pelos quais o PCC, como movimento, resiste aos constrangimentos espaciais. Para a *malandragem*, eles constituem apenas um entre os componentes materiais acionados pelo movimento para a superação do espaço físico como obstáculo. É o que procura explicar Marcos Willians Herbas Camacho (Marcola) em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Armas[34]:

> O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS − Quais são os diversos mecanismos de comunicação entre os presídios?
> O SR. MARCOS WILLIANS HERBAS CAMACHO (Marcola) − Telefone celular.
> O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS − Só?
> O SR. MARCOS WILLIANS HERBAS CAMACHO (Marcola) − O senhor quer mais que isso?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ − É o bastante.
O SR. MARCOS WILLIANS HERBAS CAMACHO (Marcola) − Por telefone celular você fala ao vivo.
O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS − Pois é. Mas se vocês têm só essa alternativa, e o Governo encontrar uma alternativa de abolir isso, como é que fica?
O SR. MARCOS WILLIANS HERBAS CAMACHO (Marcola) − Presume-se que vamos ter que encontrar outra alternativa mais complicada.

São numerosos os relatos de formas alternativas aos telefones celulares para romper com as barreiras dos espaços físicos. Cartas, advogados, pombos-correios, telegramas, *cunhadas*, bilhetes, pipas, *população* local, balões, internet podem ser requisitados para compor os movimentos e, simultaneamente, garantir suas existências ao passo que as ativam.

As *cunhadas*, por exemplo, especialmente em função de sua condição de visita dos presos, são centrais nos movimentos que passam pelas cadeias. Muitas vezes elas têm o poder de fazer o movimento chegar ali, como se nota na descrição de Ferraz de Lima (2013) sobre a "centralidade da figura feminina para existência, condução e deliberação dos *debates*" (: 101) nas cadeias.

Nas *quebradas*, por outro lado, são os homens que costumam ser acionados a conduzir os movimentos, ao passar recados (ou, como dizem, a *caminhada*) a outras pessoas. Pude ver isso em um *debate* na Favela Cadência. À medida que pessoas que não estavam presentes eram mencionadas, Murilo pedia a alguém que não participava do *debate* chamar essas pessoas para que elas pudessem expressar seu ponto de vista, seu 'lado da história'. Sem questionar ou pedir mais informações, os rapazes partiam em busca daquelas pessoas e, logo depois, elas chegavam e passavam a participar do *debate*. Nele, um *irmão* de outra *quebrada* optou por se

deslocar até a Favela Cadência a fim de tentar recuperar suas máquinas caça-níqueis. A presença física do irmão, ali, imprimia uma estética ao movimento ao passo em que ele lançava, sobre cada um dos suspeitos, olhares ameaçadores, acompanhados de uma disposição corporal intimidadora que procurava deixar claras as *consequências* do suposto roubo. Com isso, dava *um psicológico* nos *ladrões*, quer dizer, *invadia a mente* deles na intenção de extrair uma confissão e, com isso, reaver suas *maquininhas*. Dificilmente esse efeito desejado seria alcançado se Wando tivesse conduzido esse movimento por meio do telefone celular. Sua presença, nesse sentido, visava produzir efeitos que de outra maneira não se poderia proporcionar.

Não somente os *debates* fazem os malandros se deslocarem de uma *quebrada* a outra. Kléber, certa vez, precisou ir a outra *quebrada* para dar andamento a um assunto iniciado no Parque Harmonia. Isso ocorreu após ele ter sido acionado pela *população*, que lhe reportava um flagrante de estupro.

> − Então segura o estuprador que eu já tô chegando! – pediu Kléber.
> − Mas ele fugiu... – respondeu a mulher que, embora fosse moradora da mesma *quebrada*, uma favela que possui cerca de 2 mil moradias, acionou Kléber por meio do seu telefone celular.
> − Como fugiu? Como é que deixa estuprador fugir?! Nunca vi isso, deixar estuprador fugir!

Kléber deu início à busca ao estuprador. Mais tarde, recebeu um telefonema de um *parceiro*, morador da Favela Equalizada, informando que o estuprador havia se escondido ali. Kléber pediu que o detivessem e seguiu para lá. Não vi mais Kléber naquele dia nem ouvi, na *quebrada*, comentários sobre o desfecho daquela situação[35].

Embora eu só tenha acompanhado aquele movimento até a partida de Kléber, foi possível ver que ele atravessou tanto o Parque Harmonia quanto a Favela Equalizada ao passar, também, pelos moradores dessas *quebradas* e seus respectivos aparelhos de telefone celular. Ao mesmo tempo que os atravessava, ele era conduzido, ativado, nutrido, constituído por todos eles. Em outras palavras, esse movimento só se elaborou tal como o descrevi porque cada um deles contribuiu para isso ao optar pelas formas mais apropriadas de conduzi-lo. Se os *moradores* optaram por acionar seus telefones para chegar a Kléber, apesar de estarem a poucos metros de distância dele, foi porque seus corpos eram incapazes de acompanhar a velocidade exigida (e/ou pretendida) para o momento. Precisavam fazer a *caminhada* ser *passada* imediatamente para o movimento seguir o rumo e a velocidade que lhe pretendiam imprimir. Se não superassem a contiguidade do espaço físico e tardassem em localizar Kléber, as chances de encontrar o estuprador diminuiriam. Por esse mesmo motivo, boa parte da busca de Kléber pelo estuprador foi feita com o uso do seu aparelho de telefone. Mas com a localização dele, Kléber foi ao seu encontro para que ele próprio pudesse levar em si a imagem desse movimento e, quiçá, gravá-la no corpo do estuprador, fazendo incidir sobre ele as *consequências* previstas para casos de estupro (em geral, a *consequência* de um estupro é a morte).

A possível impressão dessas marcas motivou minha opção por, naquele momento, permanecer no Parque Harmonia, mesmo diante da evidência de que o movimento não se encerraria nos limites da *quebrada*. Em outras ocasiões, contudo, foi possível seguir os deslocamentos corporais de *irmãos*. Em um desses momentos, pude acompanhar Lucas em sua tentativa de *resgatar* duas motocicletas roubadas havia pouco. Essa busca teve início quando

ele recebeu um telefonema de outro *malandro*, que pedia ajuda para localizar as motocicletas de um conhecido seu. Segundo Lucas, caso fossem encontradas, o dono delas pagaria pelo resgate de seus bens o valor habitualmente pago por produtos roubados e não prestaria queixa na polícia.

Quando o *irmão* Lucas recebeu o telefonema, estávamos no seu carro. Imediatamente, ele passou a pará-lo cada vez que avistava outro *ladrão* conhecido:

− Seguinte: você tá ligado em quem fez a fita de duas motos ontem?
− Não tô sabendo, não...
− É que o dono das motos tá tentando rastrear quem fez a fita e quer pagar o resgate. O dinheiro já tá em cima.
− Tá. Se eu ficar sabendo de alguma coisa, te dou um salve.

Em uma das vezes em que paramos o carro, uma pista sobre a localização das motocicletas parecia se apresentar:

− Moto... Acho que ouvi alguém falar sobre uma fita de uma moto... – disse Márcio.
− São duas – informou Lucas.
− Onde foi essa fita? – perguntou Márcio.
− Foi na Vila Partitura [*quebrada* localizada em uma cidade vizinha à que estávamos] – respondeu Lucas.
− Caetano, foi o irmão Oscar que falou de uma fita de uma moto? – perguntou Márcio.
− Pô, não lembro – respondeu Caetano.
− Você conhece o irmão Oscar, né? – indagou Márcio.
− Oscar? – perguntou Lucas.
− Aqui da rua de cima! – indicou Márcio.
− Não, não conheço – afirmou Lucas.
− Acho que foi ele quem falou. Se pá, é ele que tá com as motos – disse Márcio.
− É que eu não sei quem é. Tem como você ver com ele essa fita? – pediu Lucas.
− Firmeza. Eu vejo e depois chego em você – combinou Márcio.

Mais uma vez minhas precauções no sentido de evitar ser testemunha de atividades ilícitas me impediram de continuar acompanhando o *irmão* Lucas – que abandonou a busca para ir tratar de um *corre*[36] que havia feito – e não obtive informações posteriores acerca do resgate das motocicletas.

Mas o movimento que pude acompanhar me mostrou um dos efeitos dos meios pelos quais fluem os movimentos, algo observado também em outras *quebradas*: *ladrões* que se relacionam com outros *ladrões* de cidades distantes da sua *quebrada* (algumas vezes de outros Estados ou até outros países) costumam não conhecer *irmãos* que residem na sua própria *quebrada* ou na *quebrada* vizinha. Lucas é um desses *ladrões*: depois de 13 anos preso, conhecia muitos *malandros* oriundos de diversas cidades do Estado de São Paulo, mas desconhecia um *irmão* de sua *quebrada*. O *irmão* Kleber, do Parque Harmonia, também se articulava com *ladrões* de pelo menos dois outros Estados brasileiros (além de, como disse, ser chamado para *debates* em cidades do interior), mas não conhecia um *irmão* da *quebrada* vizinha, por quem perguntei um dia. Murilo, da Favela Cadência, conhecia um *irmão* de uma *quebrada* vizinha à Vila Timbre que o próprio *irmão* Lucas não conhecia, mas nunca ouvira falar de um *irmão* que conheci numa *quebrada* próxima à dele.

É possível ver, com isso, junções de localidades geograficamente distantes na composição de um movimento que, ao mesmo tempo, passa despercebido por vizinhos. Sem alteração das fronteiras com as localidades vizinhas, as *quebradas* têm seus limites expandidos ou retraídos com a passagem dos movimentos. Ao mesmo tempo, é possível enxergar no interior de uma mesma *quebrada* movimentos simultâneos, cada qual reunindo diversas localidades, pessoas,

telefones. A presença das cadeias, como veremos a seguir, traz importantes implicações para as *quebradas*.

2.3. As cadeias nas quebradas

Muitas vezes, na companhia de esposas de presos, pude presenciar a conexão entre *ladrões* que não estavam presentes fisicamente. Isso se tornou muito evidente em um dos dias em que eu conversava com algumas interlocutoras no Parque do Tom. Magda falava sobre como se subordinava ao marido ao fazer tudo o que ele pedia, mas que depois 'aprendeu a se valorizar' e, desde então, seu marido nunca mais 'fez exigências'. A conversa foi interrompida quando Magda recebeu um telefonema: 'Alô? É ela mesma! Pois não, flor... Sim, vou visitar sim. Certo... Só um minuto que vou anotar'. Ela pegou na bolsa uma caneta e um papel e passou a escrever enquanto confirmava as informações:

> É pra falar pro irmão Sérgio rastrear o irmão Douglas? Certo... E diz que ele tá devendo 4 mil reais pro afilhado dele. Ok. E se não pagar, é pra pôr no prazo. Certo, flor... Pode deixar que eu dou o recado. Claro, sem problemas! Mais alguma coisa? Tudo bem, querida, pode deixar. Eu passo o recado sim.

Quando desligou o telefone, perguntei se Magda conhecia a pessoa que ligou e ela respondeu negativamente.

> − Mas esse irmão Sérgio tá preso com seu marido? – perguntei.
> − Ela disse que tá. E disse que o irmão Douglas foi de bonde pra lá e que ele tá devendo uma grana pro afilhado do irmão Sérgio.
> − E ela é a esposa do afilhado do Sérgio?
> − Não sei... Nunca falei com essa mulher. Nem sei como conseguiu meu telefone – respondeu Magda.
> − Nenhum deles é aqui da quebrada?
> − Não, nunca ouvi falar.

O que acontecera ali, no Parque do Tom, por meio de Magda e do seu telefone celular, não dizia respeito àquela *quebrada*. Não dizia respeito sequer a alguém que ela ou seu marido conheciam. Tratava-se de uma dívida contraída pelo *irmão* Douglas junto ao *afilhado*[37] do *irmão* Sérgio, da busca pelo *irmão* Douglas e do pedido para que o *irmão* Sérgio interviesse nessa situação. Caso Sérgio o encontrasse, cobrasse e Douglas não pagasse, ele poderia colocar o *irmão* Douglas *no prazo*, isto é, lhe dar um ultimato antes que recaíssem sobre ele as *consequências* pela falta de pagamento. A *consequência* mais corriqueira, nesses casos, é o *irmão* ser excluído do PCC.

Assim, o movimento que atravessava o Parque do Tom por meio do aparelho celular de Magda (mas em função dos seus deslocamentos como visita) poderia seguir rumo a uma mudança no quadro de *integrantes* do PCC. Mas poderia também seguir outros rumos. Afinal, como conversamos depois, não sabíamos se Sérgio encontraria Douglas (ou se eles se conheciam), como o *irmão* Sérgio informaria ao seu afilhado sobre o prazo que dera a Douglas, nem mesmo se o *irmão* Douglas realmente devia aquela quantia de dinheiro (ou seja, se a informação passada ao telefone procedia). O que precedia aquele movimento, bem como o que poderia resultar dele, não dizia respeito a Magda: 'Vou dar o recado que pediram. Depois, eles é que se entendam!'. Na concepção dela, dar aquele recado nada tinha a ver com algum tipo de subordinação, nem ao seu marido, nem ao *Comando*. Magda sequer se via envolvida naquele movimento; ela apenas deixou de barrá-lo, de interrompê-lo e, para isso, permitiu que ele a atravessasse, sendo ela própria o seu condutor. Uma atitude passiva, em aparência.

Entretanto, ao conceder passagem ao movimento, Magda passou também a conduzi-lo, a ativá-lo, a permitir sua manutenção ao garantir sua existência por aqueles caminhos. Não se trata, portanto, de passividade. Magda e seu aparelho de telefone celular não constituem meros instrumentos que ligariam egos relacionados diadicamente na constituição de uma rede barnesiana (Barnes, 1968). O movimento que precisa de Magda e do seu aparelho celular para prosseguir é, ao mesmo tempo, nutrido, mantido ativado, conduzido por ambos. É neles que o movimento garante sua existência, à medida que eles próprios, naquele momento, se tornam movimento. Não há, portanto, sujeitos (ativos) e objetos (passivos) de uma relação, mas, sim, meios que garantem a existência do movimento e, assim, abrem a *quebrada* à presença de outras localidades.

Se eu estava no Parque do Tom procurando observar as dinâmicas locais relacionadas ao PCC, o telefonema recebido por Magda rompeu com qualquer circunscrição espacial da pesquisa. Nele estavam presentes outras cadeias, *irmãos* desconhecidos e movimentos que nada diziam respeito ao Parque do Tom ou à própria Magda, mas que revelavam tanto a resistência do PCC aos constrangimentos espaciais quanto a sua não coincidência com trajetos pessoais. Revelavam, ainda, a diversidade de movimentos que compõem o movimento. Por conseguinte, aquele telefonema, somado aos deslocamento de Magda na condição de visita, foi capaz de colocar em questão as delimitações propostas inicialmente para minha pesquisa, pois o PCC escapava tanto às trajetórias individuais quanto aos contornos espaciais. Como movimento, atravessava pessoas, territórios e objetos e à medida que o fazia, extraía deles forças para prosseguir. Mais do que enxergar as

presenças de outras localidades na *quebrada*, foi possível ver os meios pelos quais essa presença se torna possível.

A mistura de localidades, pessoas, telefones e tudo mais que pudesse compor os movimentos não só rompe os limites entre as *quebradas* como também permite que eles unam cadeias e *quebradas*, fazendo com que incessantemente se remetam umas às outras. Essa simbiose foi notada por Taets (2012) a partir do ponto de vista das agentes prisionais:

> Ao apontar para a guarda a fragilidade de sua posição – realizando ameaças constantes sobre seus familiares – o PCC se coloca como outro ator dentro do sistema prisional, que também transita entre o cárcere e a sociedade mais ampla. Quando uma guarda recebe o recado de que eles – ou seja, o PCC – sabem o horário que sua filha chega em casa depois da faculdade, ou o horário em que seu marido sai para passear com o cachorro, ela entende que não é apenas ela quem trespassa os muros do cárcere, controlando seus fluxos constantes, mas que agora um outro ator também participa deste jogo, com prerrogativas de trânsito talvez maiores do que as suas.
>
> Antes do PCC a guarda se percebia diferente da presa por vários motivos, mas o principal era que a presa estava do "lado de lá" das grades, enquanto ela estava do "lado de cá", gozando da liberdade de transitar entre o cárcere e a sociedade fora dele. Com o PCC, essa diferenciação se dilui, já que a presa também tem controle do que acontece fora do cárcere. (: 111)

Mas essa mistura fica ainda mais evidente em um movimento que acompanhei a partir da Vila Timbre.

Eugênio fora preso em 2010 portando cinco pedras de crack. Há algum tempo, Maria lutava contra a dependência do filho. Apesar de apresentar na Justiça provas da dependência química de Eugênio, documentos comprobatórios do vínculo empregatício de seu filho e outros que atestavam sua residência fixa (requisitos para que a Justiça concedesse o direito ao réu de responder ao processo em liberdade), Maria não conseguiu nem o *habeas corpus* para Eugênio

aguardar o julgamento em liberdade, nem reverter a acusação por tráfico de drogas. Maria expressou sua indignação: ‘Essa lei que não deixa prender dependente químico só vale pra rico. Agora qualquer pobre com uma pedra virou traficante!’. Em 2006, passou a vigorar a lei 11.343/06, que diferencia usuários de traficantes de drogas e aplica aos dependentes químicos penas alternativas à prisão. A partir de então, como é possível notar claramente tanto a partir das *quebradas* como das cadeias, muitos usuários de drogas passaram a ser julgados como traficantes[38]. Alguns Centros de Detenção Provisória (CDP’s) passaram a ser chamados, por outros detentos, de ‘cadeias de noia’ e se tornaram centros informais de recuperação da dependência de crack[39]. Algumas mães, depois de buscarem debalde a internação para os seus filhos, chegaram a declarar alívio frente à prisão deles: ‘Pelo menos agora ele vai passar alguns meses limpo’. Isso porque o PCC não permite o consumo de crack nas cadeias em que está presente.

Se por um lado a cadeia pode fazer os dependentes retornarem à *quebrada* em outra condição – de *noia* a traficante[40] ou a uma pessoa livre da dependência –, por outro, a prisão em massa de dependentes pode transformar as cadeias – de *Cadeia do Comando* a *Cadeia de Noia*. Essas transformações não ocorrem, contudo, sem a passagem de incontáveis movimentos. Em outros momentos, são eles que vão impedir que essas transformações se consolidem.

Segundo Maria, Eugênio passou a ter distúrbios mentais por não suportar a pressão psicológica da cadeia, mas também porque apanhou muito, tanto dos funcionários do CDP quanto dos próprios presos:

> Começou com toda a pressão psicológica que é a cadeia mesmo. O mundo do crime não é fácil, não. Tem que ter a mente preparada. E ele não aceitava tá lá, porque ele não tinha que tá lá!... Foi muito difícil... Depois ele já não tava

bem da cabeça e começou a apanhar dos agentes. Ele não sabia como é que funciona a cadeia, então mandavam ele pra um lugar, ele se confundia e ia pra outro, e já achavam que ele tava tirando. Batiam na cabeça dele. Daí ele foi ficando pior ainda. Depois veio a opressão dos próprios presos. Como ele já não tava raciocinando direito e também porque ele não é do crime e não sabe como é que tem que se comportar, toda hora chamavam a atenção dele, davam bronca nele... E ele não aceitava... Começou a ficar rebelde. Até que um dia bateram forte na cabeça dele.

Eu sabia que a violência entre presos não era permitida em *Cadeias do Comando*. Desde a incorporação da *Igualdade* ao antigo *lema* do PCC (*Paz, Justiça e Liberdade*), tudo passou a ser resolvido *na ideia*, e as agressões físicas só são permitidas quando, após *debate*, há um *aval* do *Partido*. Por isso a afirmação de Maria me causou estranheza:

− Os presos, Maria? Agora tá podendo agredir outro preso em Cadeia de Comando?
− Poder, não pode... Mas aquele CDP tava cheio de coisa. Até estuprador tinha ali.

Para os presos que *fecham com o Comando*[41], os estupradores são considerados *coisa*, assim como agentes de segurança (particulares ou estatais), *integrantes* de outras facções e autores de crimes inaceitáveis (como assassinatos de pais, mães e de filhas ou filhos). Em *Cadeias do Comando*, os *coisa* costumam ficar alojados no *seguro*, espaço institucional que pretende garantir a salvaguarda de presos cujas vidas correm risco no convívio com os demais. Por isso, perguntei:

− Então não era mais Cadeia do PCC?
− O Comando quase perdeu aquela cadeia... Quase perdeu pros coisa. Só que... Olha só que fita: justamente nessa época o irmão Lourival foi preso. Chegando lá... Ele já sabia que tavam quase perdendo aquele CDP e então ele fez uma pra ir pra lá... Então ele foi preso e foi pra lá. Chegou lá e saiu batizando todo mundo, pra não perder a cadeia. De repente a cadeia tava

> cheia de irmão (tudo batizado pelo Lourival) e logo depois ele conseguiu a liberdade. Fita estranha essa, né? E meu filho, trabalhador, cumprindo pena de ponta a ponta.

Achei muito estranha a sugestão de Maria, não com relação à prisão de Lourival, pois isso era de amplo conhecimento na *quebrada*. O que me causou estranheza foi a sugestão de que um *irmão* teria feito um acerto com o poder público a fim de ter uma rápida passagem pelo CDP para recuperar a cadeia para o PCC. Mesmo que isso fosse possível, poderia trazer *consequências* para esse *irmão* (ele poderia ser 'excluído e repudiado' do PCC). Em primeiro lugar porque alguém que provoca sua própria prisão, além de agir contrariamente ao lema do *Partido*, especificamente à *Liberdade*, pode ser visto como alguém que 'correu com a polícia'. Em segundo lugar, quando um *irmão batiza* alguém, ele fica responsável pelo seu *afilhado* e, por isso, costuma ser muito criterioso na escolha de novos *irmãos*. Segundo Maria, Lourival havia *batizado* indiscriminadamente, ainda que com o intuito de 'não perder a cadeia'. Por outro lado, ele poderia ter ido ao CDP em uma *missão*, o que implica ciência de outros *irmãos* e algum consenso sobre a atitude tomada.

Seja como for, essa suspeita só pôde ser levantada em função de sua possibilidade, qual seja, a de que a manutenção de uma cadeia tem grande importância para o PCC que está nas *ruas*. Isso porque o CDP para onde costumam ser encaminhados os presos de determinada região influencia fortemente os *ladrões* que voltarão para a *quebrada*. O Recanto Melodia mostra uma situação como essa e pode ajudar a enxergar melhor o quanto é importante para o PCC manter *cadeias favoráveis*. Há dois CDP's nas mediações do Recanto Melodia. Um deles é do *Comando* e o outro era, até há bem pouco tempo, uma *cadeia de oposição*, que abriga detentos

considerados *coisa*. Os presos primários que ainda não tinham uma relação próxima com o *mundo do crime* muitas vezes eram mandados para a *cadeia de coisa*. Quando eram soltos, retornavam às suas *quebradas* como *oposição* ao PCC. Com isso, no Recanto Melodia não se sabe ao certo de onde os egressos voltaram e, por conseguinte, quem *fecha com o Comando* e quem é *oposição*. Nas palavras de alguns *ladrões*, 'aqui tá cheio de coisa enrustida, nunca dá pra saber quem é quem'. Embora não tenha perdido a *quebrada* para os *coisa* (talvez porque o outro CDP da região seja do *Comando*), no Recanto Melodia o PCC não é tão atuante quanto em outras *quebradas*. Só a convivência pacífica com os *coisa* (já que ali não há sequer disputas territoriais ou de mercado entre os comandos) já mostra quanto a atuação do PCC no Recanto é mais amena, se comparada a outras áreas.

O que se via no Recanto Melodia ilustra o temor dos *irmãos* da Vila Timbre, para quem a perda do CDP da região para os *coisa* inevitavelmente resultaria na vinda de *oposições* para a *quebrada* (quando esses *ladrões* retornassem da cadeia). Isso torna evidente a existência de movimentos que, ao atrelarem *quebradas* e cadeias, fazem-nas se remeterem umas às outras. Assim, para descrever o que eu via nas *quebradas*, muitas vezes precisei seguir seus movimentos em direção às cadeias e ficar atenta à simbiose entre as duas. Não foram raras as ocasiões nas quais os movimentos provenientes das cadeias revelavam acontecimentos nas *quebradas* que de outra perspectiva eu não conseguiria enxergar. Foi o que ocorreu no caso descrito acima, em que as palavras de Maria me levaram a enxergar o Recanto Melodia de outra maneira e, depois, renovar a visão que lançava sobre a Vila Timbre. Por sua vez, movimentos que unem diferentes tempos e espaços, os quais abordarei a seguir, me fazem considerar precipitada a afirmação de

que a estratégia de Lourival (de provocar sua própria prisão para retomar a cadeia para o PCC e assegurar a ética da *quebrada*) está isenta de *cobranças* futuras, sejam ativadas na própria *quebrada*, sejam provenientes de outras.

2.4. Várias quebradas, muitas épocas

Mencionei acima um *debate* realizado na Favela Cadência para ilustrar o deslocamento dos *malandros*, as formas pelas quais faziam o movimento fluir e as estratégias implicadas em suas decisões. Retomo-o agora a fim de mostrar como os movimentos não obedecem às circunscrições espaciais das *quebradas* nem a delimitações temporais.

Esse *debate*, como outros tantos, envolvia pessoas de diferentes *quebradas*. Wando, *irmão* do Jardim Frequência, teve duas máquinas de caça-níqueis furtadas na Favela Cadência e estava ali para tentar recuperá-las. Diferentemente do que ocorria antes da existência do PCC nas *ruas*, quando 'era um rouba-rouba de maquininha, todo mundo roubava a máquina do outro' e 'as quebradas viviam em guerra', hoje não se rouba outro *ladrão* e, se isso acontecer, quem se sente lesado pode requerer um *debate* para tentar reaver o que lhe foi roubado. Isso porque o movimento não obedece às circunscrições espaciais das *quebradas*. Aquele que rouba outro *ladrão*, seja ou não da *quebrada*, é chamado de *rato*, pode passar a ser considerado *coisa* e sua *quebrada*, em *sintonia* com o *Comando*, deixa de ser seu refúgio. Nesse sentido, a *quebrada* se posiciona não tanto ao lado de seus moradores, mas, sim, do *certo*: 'A quebrada tem que caminhar pelo certo' (sobre *o certo*, vide infra, capítulo 8). Nesse caso do *debate*, o alerta de que a *quebrada* não estava *pelo certo* (pois abrigava *ladrões* que

roubavam *ladrões*) veio de outras *quebradas* por meio de um movimento que, na intenção de reaver itens roubados, carregava consigo a ideia de que todos fazem parte de um só movimento: o PCC.

Esse *debate* será descrito detalhadamente no capítulo 7. Por ora, sigo diretamente para o fim (provisório, como sempre) do *debate*, quando outro movimento o interrompeu antes que seu objetivo fosse alcançado. Isso porque o *irmão* Wando recebeu um telefonema no qual o chamavam para 'resolver uma fita' em outra *quebrada*. Até o término da minha pesquisa empírica, o *debate* não havia sido retomado e pode ser que nunca venha a ser. Entretanto, aquele movimento pode ser retomado futuramente, talvez com outra composição, de modo a conectar diversas épocas da mesma maneira como reuniu diferentes *quebradas*. Com efeito, naquela ocasião eu pude ver, ali na Favela Cadência, um *irmão* do Jardim Frequência ser chamado para um *debate* que seria realizado na Vila Compasso.

Esses deslocamentos que permitem romper as fronteiras das *quebradas* são comuns. Alguns *irmãos*, em função do reconhecimento de sua *visão*, *responsa* e senso de *justiça*[42], são frequentemente requisitados a participarem de *debates* fora de suas *quebradas*. É o caso do *irmão* Kléber que, apesar de ser do Parque Harmonia, afirma que sempre o chamam para participar de *debates* em outras *quebradas*: 'Tudo quanto é debate me chamam pra participar. Até em Campinas outro dia eu participei de um'. Assim, mesmo quando o que está sendo tratado é um assunto relacionado à *quebrada* ou aos seus moradores, existem ocasiões em que *irmãos* de outras localidades são chamados a debatê-lo. Algumas vezes essa participação ocorre por meio de telefones celulares, com

os quais chegam a recorrer à tecnologia de conferência para acionar *irmãos* de diversas *quebradas* e, eventualmente, cadeias.

Um movimento que reuniu deslocamento de pessoas e tecnologias de comunicação, que mobilizou diversas *quebradas* com vistas ao que ocorria em uma cadeia e que teve diversas épocas requisitadas a compô-lo foi visto, por mim, na sala da casa de Maria depois que seu filho Eugênio, condenado por tráfico de drogas, fora transferido para uma penitenciária.

Preocupada com o comportamento explosivo que ele passara a ter, Maria pediu a ajuda do *irmão* Armando, *frente* na cadeia em que se encontrava Eugênio, posição que o fazia responsável pela *disciplina do Comando* naquela unidade prisional[43]. Antigo conhecido de Maria, Armando era um *bandido* que vivera na *quebrada* desde sua infância. Dele, ela conhecia histórias que, se fossem trazidas à tona, poderiam prejudicar sua *caminhada no crime*. O fato de ter sido parceiro de um estuprador, por exemplo, mesmo que em tempos anteriores à existência do PCC, poderia trazer a ele *consequências*. Maria avaliava que, se soubessem do passado de Armando, 'no mínimo, ele seria excluído'. Ela nunca chegou a chantageá-lo com o que sabia; isso não seria bem-visto. Mas ela calculava que ele certamente era consciente de que, se ela quisesse, poderia levar essa *ideia* adiante e prejudicar sua 'caminhada no crime'. Assim, na avaliação de Maria, o *irmão* Armando seria alguém que, tendo sido requisitado por ela, não ousaria deixar de olhar seu filho.

Com efeito, após seu pedido, o *irmão* Armando passou a 'cuidar' de Eugênio: era ele quem falava para Maria como Eugênio estava, quem cuidava para que ele não fizesse nada de errado durante seus surtos, quem ministrava maconha quando ele estava muito nervoso. *Irmão* Armando até tinha levado Eugênio para morar na *faxina* com

ele, para cuidar dele mais de perto. Maria havia dito que estava muito mais tranquila com o *irmão* Armando tomando conta de Eugênio. Estava grata a ele.

Mas tudo mudou quando Maria recebeu um telefonema do *irmão* Armando. Segundo me contara, estava na sua casa com seus dois outros filhos (Vicente, o caçula que morava com ela, e Igor, que nascera quando Maria estava internada na Febem e, por isso, teve a guarda entregue para seu irmão). Nesse telefonema, o *irmão* Armando disse que Eugênio havia sido pego cometendo um ato errado: ele se masturbara em um dia de visita. Isso não é permitido dentro de *Cadeias do PCC*, pois pode anunciar que algum preso *castelou* (se masturbou) pensando na visita de outro preso. Por isso os presos aplicariam uma *disciplina* em Eugênio e Armando se dizia incapaz de impedir que ele apanhasse. Quando ouviu isso, Maria ficou furiosa. Armando disse que seria algo leve, que ele apanharia pouco, mas Maria não admitiu. Armando argumentou, então, que o ato de Eugênio era considerado algo muito grave pelos presos e que dificilmente conseguiria safá-lo, mesmo estando *na frente* daquela cadeia.

Aquele movimento, que lhe chegou por meio do telefonema do *irmão* Armando, precisava tomar outros rumos, na avaliação de Maria. Por isso ela acionou seu aparelho celular para *chegar nos irmãos* que conhecia e também em pessoas que poderiam acionar outros *irmãos*. Tentou falar novamente com Armando, mas nenhum dos telefones da unidade cujos números eram conhecidos por ela estava ativo. Por meio do seu aparelho de telefone, Maria entrou em contato com uma cadeia feminina e pediu ajuda para as presas, que prontamente atenderam seu pedido. Elas entravam em chats ou serviços telefônicos que permitem a conversa entre pessoas

(disque-amizade, disque-namoro etc.) à procura de presos da cadeia onde Eugênio e Armando estavam. Assim, conseguiam os números que estavam 'no ar'. Aquelas que já tinham contato com presos de lá, ligavam e procuravam manter aqueles números ativos.

Ao mesmo tempo, quando viu a aflição da sua mãe, Igor (o que não fora criado por ela e com quem só recentemente voltou a ter contato) pegou seu telefone: 'Alô, irmão? Preciso chegar na final daí. O meu irmão tá preso em [nome da cadeia] e tão querendo bater nele porque ele se masturbou. Mas, até onde eu sei, não tem cobrança pra louco. E meu irmão tá treze. Chega na final e fala que é o Fulano'. Isso foi uma grande surpresa para Maria, que até então escondia de Igor seu envolvimento com o *crime*. Para ela, ele era crente, trabalhador, casado, que vivia longe de qualquer tipo de relação com o PCC. Nesse mesmo momento, Vicente, seu outro filho, partiu em busca do *irmão* Lourival, que recentemente havia saído da cadeia e assumira a *geral* de toda a região. Essa atitude do caçula também surpreendeu Maria, que costuma mantê-lo longe 'desses assuntos'.

Maria, enfim, mobilizou todos os seus recursos e contou com diversas pessoas que a ajudaram a mobilizar outras pessoas para que intercedessem por ela na decisão de aplicar uma *disciplina* no Eugênio. Ela comentou comigo:

> − Sabe, eu achava que tinha pouco irmão por aqui, mas, no dia que isso aconteceu, parece que brotou irmão de tudo quanto é lado! Daí meu telefone tocou. Era um irmão da Zona Leste.
> − Zona Leste? – perguntei.
> − Pra você ver até onde foi parar essa história! Aí o irmão disse: "Dona Maria, tá correndo uma história do seu filho. Me chegou um resumo aqui e queria confirmar com a senhora". Daí contei pra ele tudo direitinho e ele disse: "A senhora fica sossegada que tamos vendo essa fita". No final das contas, tinha catorze irmão ligado na situação. E eu pra lá, pra cá... Fazendo tudo o que

> podia. Eu andava de um lado pro outro dessa sala, com os dois telefones – o Tim e o Nextel. E as meninas da cadeia na linha com os meninos da [nome da prisão] e me passando os relatórios com os números na ativa. Porque eu tinha que ter em mãos os números que tavam na ativa, caso precisasse chegar lá.

Por meio do seu telefone, Maria acionou diversas outras pessoas. Algumas, como as presas, acionaram seus respectivos aparelhos de celular e outras, como Vicente, levaram aquele movimento adiante por meio do seu próprio deslocamento. Alguns rumos pelos quais o movimento prosseguiu saíram do alcance de Maria e algumas vezes, quando retornavam ao seu campo de visão, surpreendiam-na pelo alcance, pelo modo como fluiu, pelas pessoas que passaram a compô-lo ou pela disposição que passou a apresentar. Ela prosseguiu:

> De noite, quando eu pensei que já tinha feito tudo o que podia, parou um carro aqui na frente e entrou um irmão. Eu não conhecia ele, não. Ele pediu e eu expliquei o que tava acontecendo. Daí ele falou: “Maria, eu sei bem quem é a senhora. Eu dividia cela com o irmão Fulano lá em [nome da penitenciária] quando ele se correspondia com a senhora. Pelo que a senhora já fez pelo Comando, seu filho tinha que ter tudo do bom e do melhor lá dentro. Pode ficar tranquila que nada vai acontecer com o seu filho. Vou passar a caminhada lá que ele é meu sobrinho e que, se mexer com ele, mexeu comigo.

Algumas horas depois do *irmão* Lucas sair da sua casa, Maria recebeu outro telefonema de Armando, que disse, em voz trêmula: ‘Dona Maria? Dona Maria, é o Armando. Olha, daqui por diante, não sou mais eu que tá na responsa da cadeia. Eu perdi o papel, dona Maria. Mas pode ficar tranquila que eu vou continuar cuidando do seu filho’. Conforme Maria expressou, naquele dia ela precisou usar toda a *malandragem* que aprendeu e acumulou ao longo de toda a sua vida. De fato, ela trouxe àquela ocasião um movimento que testemunhou há muitos anos, que reunia os falecidos parceiros do

irmão Armando. Com isso, incorporou o passado da *quebrada* ao momento atual, fazendo convergir esses movimentos em sua *disposição* para evitar que seu filho sofresse agressões. Simultaneamente, acionou, a partir de sua *quebrada*, a comunicação entre cadeias femininas e a prisão onde se encontrava Eugênio e trouxe para aquele movimento os serviços de chat oferecidos por telecomunicadoras. *Irmãos* de várias regiões do Estado de São Paulo foram acionados, tanto por ela quanto por seus dois outros filhos. Fez com que, naquele movimento, aparecessem *irmãos* de sua *quebrada* que ela mesma desconhecia. Finalmente, ao revelar para seu filho mais velho seu *conhecimento* no *crime*, tornou visível para ela o *envolvimento* dele com o PCC: 'Ele até me disse que é irmão – irmão, Karina! Imagina?! – mas eu não acreditei. Justo o filho de quem eu sempre escondi meu envolvimento!'. E isso ocorreu justamente quando ele agregou àquele movimento tantos outros quanto sua rede de contatos permitiu.

Além daquele movimento não obedecer as fronteiras das *quebradas* ou das cadeias, ele tampouco obedecia a limites temporais. Não é possível definir, nesse sentido, um segmento em uma linha do tempo sobre o qual ele teria se desenrolado. Histórias passadas, de Maria, de seus filhos, das presas, dos presos, dos *irmãos*, todas convergiam para aquele movimento. Da mesma forma como não é possível definir um ponto temporal preciso para seu início, não se pode decretar seu fim.

Sabendo disso, Maria permanecia atenta a cada passo de Eugênio e de Armando (agora não mais um *irmão*). Para Maria, Armando nunca revelaria que foi ela quem provocou sua *exclusão* do PCC. Mas ela se preocupava com retaliações: 'Armando é vingativo'. Por

isso, quando foi informada pela advogada que, após ser requisitado, Eugênio não teria saído do pavilhão para que pudesse receber seu atendimento jurídico, Maria imediatamente tentou entrar em contato com seu filho. Sem sucesso, reiniciou o contato com vários presos, buscando os motivos pelos quais Eugênio teria recusado atendimento jurídico. Ela suspeitava que ele tivesse sofrido agressões e, para não mostrar as marcas no corpo, foi impedido de atender ao chamado da advogada. Diante do temor de perder seu filho, Maria decidiu escrever uma carta para um antigo conhecido que cumpria pena em uma penitenciária do *fundão*, distante da capital, o mesmo que foi mencionado pelo *irmão* Lucas. Nela, Maria contava que Eugênio fora preso e que 'foi oprimido por aqueles por quem lutei contra a opressão'. Por falta de envelope na sua casa, deixou para postar a carta no dia seguinte. Entretanto, nesse meio tempo conseguiu falar com Eugênio e ficou sabendo que ele estava bem, que não havia sofrido nenhuma agressão. Com isso desistiu de enviar a carta naquele momento, mas guardou-a para enviar oportunamente, caso necessário.

Essa carta guardada ilustra muito bem a não finitude dos movimentos, bem como a possibilidade de sua expansão territorial. Mesmo sem saber ao certo até onde aquela *ideia* havia chegado, Maria trataria de levá-la a uma penitenciária localizada no interior do Estado. Como veremos adiante (capítulo 5), 'fazer a ideia chegar em quem tem que chegar' é mais importante do que qualquer limite espacial. Para tanto, pouco importa se serão mobilizadas pessoas, telefones ou cartas. O importante é fazer seguir o movimento pelos rumos desejados. De minha parte, o desafio estava em conseguir acompanhar os movimentos, como discorrerei a seguir.

2.5. Campo em movimento

No início da pesquisa, quando meus esforços estavam voltados para me estabelecer em uma *quebrada* a fim de etnografar a presença e atuação do PCC ali, movimentos como o que Maria me possibilitou acompanhar pareciam ter seu lugar somente à margem do que eu estava procurando, à margem da minha pesquisa. Mas esses movimentos, que uniam cadeias, *quebradas* e mobilizavam cartas, telefones e pessoas cujo deslocamento era incessante, constituíram a maior parte da minha etnografia. Isso – refleti posteriormente – é sintomático. Afinal, o que meus dados mostravam eram as características centrais do que eu tentava etnografar: movimentos sem início, fim ou território definidos. Assim, manter a ideia de circunscrever a pesquisa à *quebrada* na qual eu estava me levaria a amputar os movimentos que para mim se mostraram, fazendo com que passassem a apresentar formatos muito distintos daqueles que pude ver.

Da mesma forma, as inúmeras horas despendidas ao telefone com meus interlocutores eram, inicialmente, tratadas como meros instrumentos que serviriam apenas para alcançar meu objetivo de me estabelecer em alguma *quebrada*. Contudo, meus dados revelaram que os telefones, mais do que instrumentos que permitem articular a proximidade entre pessoas, são eles próprios componentes dos movimentos. Eles não só participam dos movimentos para aproximar *quebradas* distantes e cadeias inacessíveis como também para imprimir ao movimento uma velocidade intangível por deslocamentos em espaços contíguos (isso é notado pelas chamadas que são realizadas também entre moradores que estão a alguns metros de distância). Por outro lado, algumas situações exigem que para o prosseguimento do

movimento esses deslocamentos sejam feitos (tanto de curta quanto de longa distância). Assim, a opção entre fazer o movimento seguir por meio do telefone ou do deslocamento corporal é fruto de avaliações baseadas nas circunstâncias que se apresentam. Se, por exemplo, é preciso imprimir ao movimento uma velocidade cujo deslocamento dos próprios intervenientes é inadequado, aciona-se o telefone. Há ocasiões, conforme mencionei anteriormente, em que a presença física é a melhor opção. Ela possibilita imprimir uma estética ao movimento quando se dá um 'psicológico' em alguém, proporciona uma avaliação sensorial ao 'olhar na bolinha' (olhar nos olhos) do outro, torna possível investir fisicamente contra o outro, é capaz de atravessar muros das prisões nos dias de visitas.

Nesse sentido, não há uma disposição hierárquica com relação ao meio pelo qual flui o movimento. Um não é melhor ou preferencial em relação ao outro: tanto os deslocamentos físicos quanto o acionamento dos celulares (mas também das cartas, em menor proporção) são alternativas igualmente consideradas nas decisões sobre qual é a melhor maneira de conduzir o movimento. E se foi ao ver pessoas ao telefone que enxerguei movimentos que passavam por várias *quebradas* e várias cadeias, foi também ao telefone (eu mesma) que outros tantos movimentos me foram mostrados.

Se o recorte espacial da pesquisa teria como consequência, como afirmei acima, a deformação do movimento que eu pretendia-descrever, o recorte do meio pelo qual ele flui teria o mesmo resultado. Excluir das minhas descrições os aparelhos celulares e tudo o que eles permitem, ativam e conduzem, seria interromper a descrição e aniquilar toda a complexidade que proporcionam. Ao mesmo tempo, se meus interlocutores não hierarquizam as formas pelas quais o movimento flui, por que eu deveria fazê-lo? Isso é

válido também para os momentos em que estive ao telefone com eles. Em algumas dessas ocasiões, era a única maneira que tinham de *chegar em mim*. Em outras, era a alternativa que julgaram ser mais adequada. Como eles, por várias vezes cheguei a utilizar o telefone para falar com pessoas que estavam na mesma *quebrada* que eu. Isso me leva a refletir sobre a relação entre o estatuto do telefone para aqueles sobre quem aqui escrevo e para a minha pesquisa. Se eles *chegavam em mim* via telefone, não estavam fazendo algo diferente do que fazem cotidianamente, nos movimentos de que participam[44]. Eles não conferiam maior importância à minha presença física frente à *atenção* que eu lhes dava ao telefone (ainda que um ou outro pudesse ser mais importante de acordo com as circunstâncias). Afinal, ambos são também movimentos (e não condutores de um lugar ao outro). Nos termos de Ingold, são "*wayfarer*" e não "*transport*": "Para o *wayfarer*, no entanto, o mundo não se apresenta como uma superfície a ser percorrida. Em seus movimentos, ele enreda seu caminho pelo mundo, mais do que se encaminha de um ponto a outro" (2011: 151).

Se meu objetivo aqui é descrever os modos de existência do PCC que emergem da maneira pela qual os intervenientes concebem o movimento, preciso levar a sério todos os movimentos que o compõem. Não posso, nesse sentido, desprezar alguns deles em função da forma pelas quais os acessei. Fazendo isso, sou levada a considerar simetricamente todas as maneiras pelas quais os movimentos me foram dados a ver. De outro modo, ser fiel à descrição do modo de existência do *Comando* é levar em consideração todo o espalhamento produzido pelos seus movimentos. O resultado disso, desse amplo espalhamento, é a

realização de uma pesquisa igualmente espalhada, que continua, via telefone, quando volto para casa.

Foi assim que, na minha casa, recebi telefonemas como o de Jonas: ‘Escuta aê! Se liga nas ideias!’. Jonas me ‘colocou na linha’ para ouvir um *debate* do qual participava, junto a outros *correrias*. Ao terminar o *debate*, comentou: ‘Viu só que fita louca?’. Esse *debate* ocorria exclusivamente por meio de teleconferência, e a maneira possível de acompanhá-lo foi a que Jonas me proporcionou ao me incluir na chamada. Em outras ocasiões, *malandros* colocaram seus celulares no modo viva-voz para que eu pudesse acompanhar as conversas. Mais do que uma característica da pesquisa, os usos dessas tecnologias de comunicação configuram o próprio movimento. Ou, posto de outra forma, a dinâmica apresentada pelo PCC passou a interferir diretamente na maneira pela qual realizei a pesquisa.

O campo de pesquisa, nesse caso, nada tem a ver com um espaço geográfico circunscrito, determinado ou passível de mapeamentos. Nada tem a ver com o que Ingold (2011) chama de “nossas convenções cartográficas que nos levam a imaginar a superfície da terra dividida em um mosaico de áreas, cada qual ocupada por uma nação ou grupo étnico” (: 149). O autor oferece uma imagem alternativa à da rede, espaço formado por linhas que conectam pontos. Trata-se da “*meshwork*”, cujas linhas nela reunidas “são os caminhos pelos quais a vida é vivida” (: 151). Em vez de linhas que transportam, linhas que viajam. Isso o leva a definir os lugares como os nós dessa “*meshwork*”, “delineados pelo movimento, não pelos limites exteriores ao movimento” (: 149).

Nesse sentido, fazer uma etnografia do movimento em um campo que é movimento exige uma etnografia também em movimento. Isso

implica descrever os caminhos que percorri e não os pontos de chegada ou de partida, bem como suas eventuais ligações. Isso remete a uma forma de descrição que não seja desconectada das práticas de observação, a "*practice of togethering*", nos termos de Ingold (2011). Para o autor, observação participante não diz respeito estritamente a fazer o que os observados fazem, o que, no meu caso, seria inviável por implicar, entre outras coisas, na participação em atividades criminosas. O que Ingold sugere com a expressão "*practice of togethering*" é se unir com as pessoas ao movimento de sua formação (: 223). Sua proposta é abandonar uma "antropologia de" (que postula ou constrói alteridade) a favor de uma "antropologia com" (: 226). No meu caso, isso reforça a necessidade de pensar a territorialidade do meu campo, como o fez Carneiro (2010) que, pode-se dizer, empreendeu uma "antropologia com":

> O movimento humano tornou-se então, em minha análise, elemento prioritário na definição do espaço que eu descrevia. Tal movimento não se reduz aos deslocamentos realizados nas estradas que levam até Chapada – cada vez mais transitadas desde o surgimento de Brasília –, também envolve telefonemas e outros modos de comunicação (ou de circulação de "modos"). Assim a "terra" dos Buracos, os contornos do espaço no qual se ordenam seus modos de viver e se relacionar, movem-se conforme a circulação de palavras e pessoas, seja nas estradas que levam longe os parentes, nos telefonemas entre os que foram e os que ficaram ou nos causos que trazem ao lugar atual as marcas do "tempo de primeiro". Analogamente à ideia de 'território' deleuzeguattariana, o território buraqueiro não se limita ao lugar geográfico, pois é 'existencial': 'não é primeiro em relação à marca qualitativa, é a marca que faz o território. As funções num território não são primeiras; elas supõem, antes de tudo, uma expressividade que faz território'. [Deleuze e Guattari, 1980: 388]. (: 26)[45]

A autora deslocou substancialmente o campo como espaço de contornos delimitados para um campo fundado no movimento humano (que ela define como um "agenciamento coletivo"; Carneiro,

2010: 45), especificamente na circulação de palavras e pessoas, seja por meio de estradas, de telefonemas ou através dos tempos chamados a compor os “causos” que seus interlocutores lhe contavam.

Inspirada pelo conceito de “território existencial” proposto por Guattari (1992) e sua distinção da ideia de espaço físico (embora o território seja um conceito transversal que dê conta também das relações com o espaço[46]), eu diria que o campo que pesquiso não é outra coisa senão um campo existencial: um lugar de produção de modos de vida singulares[47]. Ainda que esse lugar se consolide nas frequências disponibilizadas pelas companhias telefônicas tanto quanto nas *quebradas* ou nas cadeias. Nesse sentido, o lugar do trabalho de campo está exatamente no encontro etnográfico, e o telefone, aqui, cumpre o mesmo papel que as presenças físicas. Se eles são capazes de carregar consigo os movimentos, se podem jogar para dentro dos movimentos aqueles que estão ‘do outro lado da linha’, permitem também que os movimentos *cheguem em mim*, se mostrem para mim.

Neste capítulo, procurei mostrar a característica do PCC de comportar inúmeros movimentos potencialmente infinitos, que não obedecem a limites físicos nem se dispõem em espaços contíguos. Esse aspecto arrancou minha pesquisa das suas bases territoriais e me levou a buscar a superação, também metodológica, dos espaços físicos do trabalho de campo para dar conta da junção de diferentes tempos, da articulação entre cadeias, da união entre *quebradas* e da conexão entre cadeias e *quebradas* que fazia com que elas se remetessem incessantemente umas às outras. Em cada uma dessas conexões, eu enxergava lacunas que, à primeira vista, se apresentavam como problemas no meu material etnográfico. No

próximo capítulo, abordarei o que eu via como lacunas nos meus dados e, inspirada pela noção de *brecha*, proporei uma abordagem metodológica para dar conta desses movimentos sem que as lacunas criadas por mim se sobressaiam ao meu material etnográfico.

34 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20060708-marcos_camacho.pdf>, página 80. Acesso em: 24/01/2014.

35 Algumas vezes, avaliei não ser conveniente acompanhar de perto os movimentos ou saber o desfecho de *situações*. Essa é uma questão ética da pesquisa, abordada na introdução deste livro.

36 Nesse caso, *corre* é um termo que corresponde a atividade criminosa.

37 Para ser *batizado* no PCC, é necessário a indicação de dois *padrinhos* que já sejam *integrantes* do *Comando*. Esses *padrinhos* se tornam responsáveis pela indicação de seus *afilhados*. Nesse sentido, eles não são responsáveis por todos os atos dos *afilhados*, mas pela capacidade de eles assumirem a *responsa* de serem *irmãos* (cuja avaliação deve ser feita pelos *padrinhos* antes do convite para o *batismo*). Nesse sentido, é muito comum que se estabeleça, entre eles, um vínculo de confiança e cumplicidade.

38 Apesar disso ser de conhecimento geral nas cadeias e nas *quebradas*, essa questão precisou ser documentada segundo os padrões governamentais de práticas de conhecimento – com estatísticas, gráficos, tabelas, entrevistas padronizadas, metodologias estabelecidas e financiamento institucional – para ganhar status de verdade e passar a ser oficialmente debatida. O documento que relata essa questão está disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down254.pdf>. Acesso em: 30/03/2014.

39 Em geral, chama-se de *noia* aqueles cujo consumo de substâncias entorpecentes fugiu ao seu controle. A relação entre os *noias* e a ética do Comando será abordada no capítulo 8.

40 O pesquisador Bruno Ramos Gomes, em sua apresentação no seminário promovido pela Faculdade de Saúde Pública da USP em novembro de 2010, registrou uma interessante fala de seu interlocutor, que afirmou que, ao ir para a cadeia, aprendeu outra forma de estar na rua. Ele teria deixado de ser *noia* para se tornar traficante.

41 *Fechar com o Comando* é o mesmo que *correr lado-a-lado*, que estar em *sintonia* com ele, o que corresponde a estar engajado no movimento. Sobre *sintonia*, ver capítulo 5.

42 Essas qualidades dos *ladrões* serão abordadas no decorrer da tese, principalmente nos capítulos 4 e 5.

43 Na minha dissertação de mestrado, abordei as funções de *piloto* (ou *frente*), *torre* e *faxina* como "posições políticas", caracterizadas pela sua permanência mesmo diante da instabilidade decorrente das constantes mudanças dos que as ocupam. Nesta tese, descreverei esses termos em relação à maneira como os *malandros* a caracterizam: como *responsas*. A esse respeito, ver capítulo 5.

44 Sunderland (1999) propõe uma reflexão sobre os telefones na pesquisa de campo. Em sua pesquisa sobre mulheres no jazz, só superou seu desconforto em utilizar o material coletado por meio do celular quando notou que, ao passar tanto tempo ao telefone com suas interlocutoras, "estava igualmente interagindo e participando com as mulheres em uma forma cotidiana de atividade" (: 106), pois o celular tinha em seu objeto de pesquisa o papel de uma "cola social" (: 109), crucial para sua existência enquanto tal. Por sua vez, Norman (2000), em pesquisa junto a refugiados na Suécia, enfrentou o problema da constante mudança de cidade de seus interlocutores mantendo contato telefônico com eles. A forma como realizou sua pesquisa de campo levou-a a questionar a delimitação espacial do "campo". Outros autores da mesma coletânea (Vered Amit, Sarah Pink, Virginia Caputo) também problematizaram a utilização de tecnologias de comunicação em seus respectivos trabalhos de campo (Amit, 2000).

45 Essa questão é aprofundada pela autora no decorrer de sua tese (ver, especialmente, Carneiro, 2010, p. 79).

46 O autor expressa claramente essa questão em Guattari (2011: 27).

47 Amplio, aqui, para o estatuto de trabalho de campo, a sugestão de Glowczewski (2008): "A articulação de territórios existenciais com diferentes sistemas de valorização e de autoafirmação ontológica é a meu ver uma chave essencial para a análise antropológica, quaisquer que sejam os processos de ressingularização com relação aos lugares em um universo contemporâneo de interações globalizadas" (2008: 85; tradução minha).

Para além de pensar o universo contemporâneo de interações globais, proponho questionar as formas de se fazer pesquisa nesse universo por meio da articulação de territórios existenciais com as práticas de trabalho de campo. O artigo de Glowczewski faz parte de uma coletânea de teóricos que apresentam alguns dos rendimentos analíticos dos conceitos criados por Guattari (Alliez e Goffey, 2011).

3
BRECHAS

Mesmo com todos os meus esforços para criar meios pelos quais eu pudesse acompanhar os movimentos, eu nunca conseguia visualizá-los plenamente. A minha busca pelo movimento-todo foi acompanhada pela sensação de perder alguma parte da história ou de ela ser muito mal contada, de má compreensão de alguma parte, da incompletude das informações, oriundas possivelmente de uma má qualidade dos dados provenientes de uma pesquisa deficiente. Essa sensação me levou à busca de outras alternativas de pesquisa e diversas guinadas nos procedimentos de trabalho de campo, mas os dados que passavam a ser coletados, em vez de preencherem as lacunas que me causavam desconforto, só aumentavam meu repertório de movimentos apreendidos apenas parcialmente.

Esses dados, em um primeiro momento, iam de encontro ao cuidado dos *ladrões* de ‘nunca deixar brechas’, o que só aumentava minha angústia. Mas, posteriormente, mais atenta a essas próprias *brechas*, notei, por um lado, a importância delas nas dinâmicas dos movimentos e, por outro, que minha noção de lacuna se

diferenciava substancialmente do que os *malandros* chamam de *brecha*.

É possível que os operadores do direito relacionem imediatamente o tema das brechas e lacunas às suas práticas profissionais; particularmente ao esforço, por um lado, de elaborar um ordenamento jurídico isento de brechas e, por outro, de encontrar brechas na legislação vigente para obter ganho de causa. Do mesmo modo, esse vocabulário poderia evocar, para os especialistas em segurança de sistemas de informação, o empenho em blindar os sistemas da ação de hackers ou em eliminar as brechas pelas quais os vírus se instalam. Certamente, está no direito o tema mais próximo ao que me dedico a descrever neste livro, não tanto pelas semelhanças entre um e outro, mas, sim, pela forma por meio da qual a legislação e as práticas jurídicas incidem sobre os *ladrões*. Essa questão será abordada adiante (capítulos 7 e 8), somente após desenvolver argumentos capazes de embasar a discussão. Adianto, por ora, que a concepção de lacuna dos profissionais da Justiça se aproxima mais da idealizada por uma certa antropologia. Ambas remetem à falta, ao que deve ser preenchido com vistas a completar um todo idealizado.

Como veremos neste capítulo, a noção de *brecha* na *malandragem* difere substancialmente dessa ideia e, por isso, é inspiradora para a elaboração de uma estratégia metodológica capaz de dar conta do movimento. Para tanto, procurarei tornar ainda mais evidentes as lacunas que tanto me incomodavam, descreverei o cuidado dos *malandros* de ‘não deixar brecha’, a importância desse cuidado face aos perigos previstos e as formas pelas quais eles *encontram*, *entram* e *trabalham* nas *brechas*.

3.1. Lacunas

A impossibilidade de acompanhar os movimentos em toda a sua plenitude resultava em um material que eu enxergava como repleto de lacunas. Surpreendia-me, sobretudo, notar tantas lacunas em um universo no qual 'qualquer brecha pode custar uma vida'. O *debate* sobre as máquinas de caça-níqueis furtadas na Favela Cadência mencionado no capítulo anterior foi uma dessas ocasiões. Depois de mobilizar diversas pessoas, ouvir 'o lado delas', tentar apurar o que ocorreu na tentativa de reaver as máquinas, o *irmão* Wando precisou interromper o *debate* depois que fora acionado por meio do seu celular 'pra resolver uma fita' em outra *quebrada*[48]. Diante disso, ele afirmou: 'Em plena luz do dia, nóis aqui no meio da favela debatendo esse lance... E eu nem podia estar aqui. Não tô saindo pra nada que os caras [a polícia] tão no meu pé. Quer saber? Vou embora e volto mais tarde pra terminar de resolver essa fita'. Já à noite, Murilo olhou para seu relógio e disse:

> − Tô achando que os caras não vêm mais. Já tá de noite, e nada.
> − Será que eles não vêm mais tarde? – perguntei.
> − Ah, eu não posso esperar. Tenho uma pá de fita pra resolver. Preciso ir. O debate vai ficar pra outro dia – respondeu Murilo.

Nunca mais ouvi falar do *debate* das *maquininhas*. Na semana seguinte, perguntei a Murilo se tinha notícias do *irmão* Wando e sua busca pelas máquinas caça-níqueis, mas ele disse que não falou mais com Wando desde aquele dia do *debate*. Várias perguntas passaram pela minha cabeça: o que teria acontecido? Depois de todo o empenho do *irmão* Wando em reaver suas *maquininhas*, ele teria desistido? Mesmo tendo conseguido uma confissão de um dos *ladrões* que roubaram as máquinas, ele relevaria o furto e não *cobraria* aqueles que as haviam furtado? Com isso, sua reputação não poderia ficar prejudicada? A remota possibilidade de obter uma

resposta para essas perguntas exigiria que eu tivesse saído da *quebrada* onde eu fazia minha pesquisa e acompanhado o *irmão* Wando. Ainda assim, tratava-se apenas de uma possibilidade (não de uma garantia) de obter as respostas. Para os *ladrões* envolvidos no furto das máquinas, 'a ideia morreu'[49]. Para Murilo, ele fizera sua parte ao proporcionar o *debate* na sua *quebrada*. Minhas dúvidas, portanto, permaneceram como lacunas no meu material empírico.

Outra ocasião em que as lacunas aparecem ainda mais explícitas vem do relato de Filomena, esposa de João, preso que cumpria pena em uma cadeia que tinha a função de *torre*. Antes de expor esse relato, contudo, cabe me deter brevemente à concepção que Filomena (e João) tem das *torres*.

Em outro lugar, eu defini as *torres* como "posições políticas das quais partem as diretrizes, comunicados e recomendações do *Partido* para todas as suas unidades, os chamados *salves*" (Biondi, 2010: 123). A visão que eu tinha das *torres* partia dos CDPs, dos efeitos que neles produziam. De acordo com essa perspectiva, as orientações que chegavam aos CDPs vinham das *torres* e não de atores individuais. Apesar de seus nomes não chegarem aos CDPs vinculados aos *salves*, aqueles que exercem a função de *torre* são reconhecidos e respeitados como 'irmãos que já estão no sofrimento faz uns dias, que já passaram muito veneno, muito sofrimento' e que, portanto, haviam sustentado seu *proceder* durante muito tempo e adquiriram amplo conhecimento da vida prisional[50]. Entretanto, de acordo com interlocutores que mantêm estreitas relações com presos das *torres*, o posicionamento do *irmão* no interior da *torre* depende da avaliação, por seus *companheiros*, de suas condutas. Por conseguinte, o anonimato de que as *torres* são investidas quando vistas de um CDP desaparece quando o ponto de vista é o

dos próprios presos que as compõem. Com isso, há um aumento nas exigências e responsabilidades para os que ocupam tal *responsa*. Cabe a eles *dar o exemplo*, pois ocupam posições que, longe de serem conquistadas ou mantidas pela força, são garantidas pelo reconhecimento de suas condutas, de suas *visões* e suas *responsas* (vide infra, capítulo 5). Esse reconhecimento como condição para compor as *torres* ou desempenhar as *responsas* no interior delas é construído por meio de feitos acumulados durante as experiências prisionais dos detentos. Esses feitos são atrelados aos seus nomes e ressaltados como algo que os qualifica a assumir *responsas*.

Isso posto, retorno ao caso de João e sua esposa, Filomena. Ao atender à *responsa* de ser *torre*, João pediu para sua mãe fazer alguns telefonemas e passar alguns *salves*. Ela, por sua vez, passou-os a Filomena: 'Olha, tem uma lista de números que o João mandou ligar e passar uns recados'. Perguntei a Filomena por que sua própria sogra não fez isso e ela respondeu: 'Porque ela tem preguiça. Daí eu vi os números e era tudo Vivo e Nextel'. Na época em que isso ocorreu, era possível identificar a operadora de telefonia celular a partir dos números iniciais dos telefones. A atenção a esses números decorria dos altos custos de ligação entre celulares de diferentes operadoras. Como Filomena só possuía celulares da Tim e da Claro, calculou:

> − Imagina a grana que eu ia gastar se telefonasse pra esses números todos! Liguei pro irmão Lourival e falei pra ele que o irmão João tinha pedido pra ele telefonar pra uns caras e passar uns recados. Daí fui passando os números e os nomes, e o Lourival anotando... Ele falou: "Tá acabando?". Falei: "Não, ainda não... Vai anotando!"
> − Quantos números eram? – perguntei.
> − Uns catorze. Só que era tudo Vivo e Nextel. E o Lourival só tem Tim e Claro lá no [CDP onde ele estava preso]. Daí ele anotava e falava: "Ah... esse

> Joãozinho...”. Mas no íntimo o que ele tava pensando era: “Filho da puta desse João! Só fica metendo multa!”.

‘Meter multa’, nesse caso, é o mesmo que dar despesa. Por estar narrando a forma como se esquivou de arcar com essas despesas, Filomena ria. E eu também, diante do jeito como contava a história. Ela continuou:

> − Daí pedi pra passar o retorno pra mim. No dia seguinte, liguei pro Lourival e perguntei se já tinha o retorno, pra eu passar pra minha sogra. Ele disse: “Eu tô de disciplina aqui em Belém, cheio de responsa pra resolver... Não deu tempo de telefonar”[51].
> − Filomena, imagina se ele pediu pra alguém ligar? – perguntei.
> − Nossa! Imagina se ele pediu pra esposa dele???!! E acho que até pediu, porque ela tem Vivo – disse Filomena, rindo − É mó telefone sem fio!
> − E o recado, então, será que vai chegar certo? Você não se preocupa com o risco de passar o salve errado?
> − Eu não... E você tem dúvida que a ideia vai chegar outra totalmente diferente? Mó telefone sem fio! Mas o que importa é que fiz minha parte. O problema não é meu!

Do ponto de vista de João, ele ocupava uma posição de *responsa* e se empenhava para fazer jus a essa posição de *torre*, criando estratégias para driblar as dificuldades de *passar os salves* a partir de uma prisão sem celular. Sua mãe, sabendo da *responsa* do seu filho e, por conseguinte, da *responsa* que alcança Filomena, preferiu delegar a tarefa a ela[52]. Lourival, por sua vez, se via diante de duas *responsas*: *passar os salves* de seu *padrinho* que estava no *fundão* e atuar como *disciplina* no CDP onde estava. Tratava-se, a partir de qualquer um dos pontos de vista, de uma *responsa*.

Mantive contato com Filomena por anos, e o assunto desses *salves* nunca mais foi mencionado. Dificilmente saberei como os recados chegaram e quais os efeitos do envolvimento de tantas pessoas naquele *salve*. Ao pretender, esperar e desejar o acesso a todo o

movimento em questão, encarei esse material como uma história incompleta e cheia de lacunas. O silêncio posterior com relação a esses *salves* era o principal motivo pelo qual achava que havia problemas no meu material. Isso porque, além das lacunas que concebia, eu enxergava um movimento repleto do que os *malandros* chamam de *brechas*. Isso porque eu sabia que passar *salves* constitui um procedimento de grande importância dentro do *Comando*. Em outra ocasião, em reação a um comentário meu, uma interlocutora deixou isso bem claro:

> − Mas tem salve que não chega nos CDPs – afirmei.
> − Não, de jeito nenhum! Os salves sempre chegam. Quando tem que passar um salve que vem lá de [nome da torre onde seu marido está preso], a gente faz de tudo pra fazer ele chegar certinho. Eu mesma já fui em porta de CDP que estava fora do ar [sem telefones] pra conversar com as cunhadas pra passar os salves. Chega, sim!

Diante de posturas como a dessa interlocutora em relação à *responsa* de passar os *salves* das *torres*, eu avaliava que tanto a mãe de João quanto Filomena e Lourival haviam assumido o risco de o *salve* ser passado errado. Esse risco era, para mim, o que os *malandros* chamam de *brecha*. Nesse sentido, a depender dos resultados de tantos desvios, eles poderiam ser *cobrados*.

Entretanto, na concepção deles, não havia nenhuma *brecha*. Afinal, estavam certos de que os demais encarariam a passagem dos *salves* como *responsa* e, por conseguinte, não dariam espaço a falhas. Foi contando com isso que cada um repassou-a ao outro. A *brecha* só apareceu no momento em que questionei se o *salve* chegaria correto e foi acolhida na definição de Filomena – 'mó telefone sem fio' – para logo depois ser descartada, ao afirmar que fizera a sua parte, quer dizer, que não deu nenhuma *brecha*.

Isso ilustra como o que eu entendia por lacuna (a falta de algo) não correspondia exatamente ao que meus interlocutores consideravam *brecha*. Eles não estavam obcecados pela completude como eu estava e, por conseguinte, não concebiam lacunas, não viam como falta o que perdiam de vista ou o que escapava de seu conhecimento. Para os *malandros*, a *brecha* não tem nenhuma-relação com o vazio, como procurarei deixar evidente ao descrever, a seguir, os esforços que eles despendem para 'não deixar brecha'.

3.2. Não pode deixar brecha!

Foi justamente por contar que ninguém daria *brecha* que a operação de 'passar o salve' de João envolveu tantas pessoas. O esforço dos *correrias* (que muitas vezes não pode ser apartado do esforço de suas esposas) em não *deixar brechas* é indissociável dos cálculos com relação às *consequências* que essas eventuais *brechas* podem lhes trazer. Não é à toa que qualquer *mancada*, *vacilo*, *milho* ou *pezinho* seja também uma *brecha*, embora o termo *brecha* não possa ser reduzido a isso. Acompanhei, na Favela Cadência, um movimento no qual a preocupação com as *brechas* apareceu de algumas maneiras distintas, como veremos a seguir.

Havia, nas proximidades da favela, um centro espírita que tocava uma série de ações assistencialistas: fazia doações de alimentos, roupas, presentes de Natal, organizava reuniões semanais com grupos de mulheres, realizava bazares, mantinha uma creche, disponibilizava atendimento médico e odontológico de profissionais voluntários. Por todas essas ações, o centro era muito respeitado na região onde atuava. Por meio de Denise, amiga que trabalhava nesse centro, passei a conhecer a região e pude realizar minha pesquisa ali. Em um dos sábados em que visitei o centro (e nessas

visitas invariavelmente eu me engajava nas atividades que desenvolviam), um assunto tomava conta das conversas entre os voluntários.

Durante aquela semana, um morador da Favela Cadência simulou uma intensa dor de dente e pediu o telefone da dentista para Dona Ivone, dirigente do centro. A partir daí, começou a assediar a dentista. Chegou a ameaçar seu noivo. Ao saber disso, Denise procurou Murilo para pedir que interviesse junto a essa *situação* de modo a garantir a segurança da dentista. Não era a primeira vez que Denise acionava Murilo para resolver alguma *situação* envolvendo o centro; alguns casos de violência doméstica contra frequentadoras do grupo de mulheres foram solucionados após uma intervenção dele.

Quando requisitado, Murilo disse que tinha algumas suspeitas sobre quem seria o assediador – 'já tenho até ideia de quem é... Tem um maluco aqui da quebrada que já deu várias brechas nesse sentido' – e que, confirmadas as suspeitas, daria 'uma prensa' nele. Afinal, como disse, 'eles tão aqui, ajudando a gente, e o cara dá uma brecha dessa!? Daí o pessoal fica com medo, vai embora, e isso prejudica a comunidade toda'. As suspeitas de Murilo foram traçadas a partir de *brechas* já deixadas por Vinícius, um dos moradores da *quebrada*. Nesse caso, trata-se de outros movimentos adormecidos e que foram chamados a compor essas suspeitas. Embora nesses outros movimentos Vinícius tivesse se livrado de 'tomar uma prensa', as *brechas* deixadas foram oportunamente lembradas. O que as trouxe à tona foi uma *brecha* que poderia prejudicar toda a *comunidade*, uma *mancada* com aqueles que os ajudavam e que poderia resultar na interrupção dos atendimentos odontológicos aos moradores da *quebrada*. O cuidado em não

permitir uma *brecha* dessas está relacionado às consequências que ela pode trazer não só para quem as *deu*, mas para toda a *população* da *quebrada*.

Murilo disse a Denise que para tomar alguma atitude seria necessário que a dentista fosse reconhecer o assediador, para que ele não corresse o risco de 'dar uma prensa no cara errado'. A dentista, entretanto, não aceitou fazer esse reconhecimento. Denise se lembrou que Dona Ivone poderia reconhecê-lo, já que foi ela quem forneceu o telefone da dentista para o assediador. Murilo disse que localizaria Vinícius e, então, chamaria Dona Ivone para fazer o reconhecimento. Entretanto, Vinícius só foi localizado horas depois. Além de Dona Ivone já não estar mais no centro, a presença de uma viatura da polícia constrangeu qualquer *debate*. Decidiram, então, 'resolver essa fita' em outro momento.

Como Dona Ivone só frequentava o centro aos sábados, Murilo precisou esperar uma semana para tentar falar novamente com ela. No sábado seguinte, entretanto, Denise não havia ido ao centro e Dona Ivone disse que não queria ir sozinha à favela, preferia esperar a semana seguinte para ir acompanhada por Denise. Ela disse que, em função de sua idade avançada, se sentia frágil para ser confrontada com o assediador. Ela temia ser intimidada por ele e se sentiria mais segura na presença de Denise. Murilo tentou convencê-la: 'Nada a ver! Nóis não vai deixar o maluco se crescer pra cima da senhora. Pode ficar sossegada'. Diante da irredutibilidade de Dona Ivone, Murilo me disse: 'Preciso resolver essa fita da dentista. Não pode ficar assim, não. Olha, doutora, tenho quase certeza de que é esse cara, mas vai que dou uma prensa no cara errado. Não posso dar uma brecha dessa!'. A *brecha* a que Murilo se refere diz respeito à sua *responsa* de manter a

disciplina na Favela Cadência, o que não quer dizer disciplinar a *quebrada*, mas, sim, assegurar que ela esteja, como dizem, 'na disciplina'. A noção de *disciplina* será abordada mais detidamente no capítulo 8. Por ora, é importante mencionar que, sinônimo de ética para os *ladrões*, a *disciplina* se relaciona intimamente com *o certo* que, por sua vez, nunca é definido de antemão. Assim, se estar *na disciplina* é estar *pelo certo*, não há definições estáticas com relação ao que sejam. Nesse caso do assediador, Murilo avaliou que a conduta dele abalaria a ética da quebrada se ela não reagisse à sua falta de *disciplina*, o que poderia ser encarado como conivência.

Por outro lado, *dar uma prensa* em um *morador* sem antes contar com o reconhecimento da vítima poderia abrir uma *brecha* para que dissessem que o próprio Murilo não estivesse seguindo a *disciplina do PCC*. O próprio Vinícius poderia 'levantar a ideia' de que Murilo não tinha certeza de quem era o assediador e 'inverter a situação', fazendo com que a conduta de Murilo fosse questionada. Era necessário se certificar de que o morador *prensado* fosse mesmo o autor do assédio para que Murilo não se passasse por *malandrão*, alguém 'que age desigual', que se considera melhor que os outros, que se vale de sua posição na *quebrada* para *oprimir* os *moradores*, o que vai de encontro à ética do *Comando*. Em suma, Murilo precisava não só da certeza de ser *justo* como também de ter encaminhado aquele movimento de forma correta, de estar *correndo pelo certo* e, portanto, *na disciplina*. Não podia deixar *brechas* para o acusarem do contrário. Mesmo porque, como argumentou, 'tem uma pá de nego invejoso, que fica só esperando uma brecha pra te derrubar'. Assim, depois de muito insistir junto aos voluntários do centro para que o ajudassem a 'resolver a fita da dentista', Murilo se deu por vencido:

> Se os próprios interessados não querem correr atrás, não sou eu quem vou ficar insistindo. A pena é que a dentista não vai voltar mais e a comunidade vai ficar sem atendimento. Mas vamo-que-vamo, porque eu também não posso fazer nada sem alguém vir aqui reconhecer o maluco.

Justamente por seu cuidado em *não deixar brecha*, Murilo não conseguiu *entrar na brecha* deixada pelo seu suspeito. Mas esse era mais um motivo para que, futuramente, ele permanecesse atento a novas *brechas* deixadas por Vinícius. Esse não foi o único caso no qual as *brechas* de alguém deixavam de ser *cobradas* por conta do cuidado que outros *malandros* têm de *não deixar brechas*. Entretanto, qualquer *milho* que se dê no futuro pode ser a *brecha* que os *ladrões* esperavam para *cobrá-lo*.

A preocupação com relação às *brechas*, como afirmei acima, apareceu de algumas maneiras distintas nesse movimento. Em primeiro lugar, descrevi a preocupação com as recorrentes *brechas* dadas por um *morador* que o tornavam suspeito de ser o assediador. Em segundo lugar, mostrei que a *brecha* dada por ele poderia prejudicar toda uma *quebrada*. Mais do que isso, a *quebrada* poderia ter sua *disciplina* abalada caso se mostrasse conivente com essa *brecha*. Nesse caso, a *quebrada* daria *brecha* para que outras *brechas* fossem dadas. Por fim, expus o impasse diante do qual Murilo se via: ‘dar uma prensa’ em Vinícius para evitar *brechas* na *quebrada* poderia ser encarado como outra *brecha*. Em todas essas perspectivas, o que fica nítido é o cuidado para não dar *brechas*, sempre atrelado a avaliações a respeito do que poderia ser, futuramente, notado como *brecha*. Como veremos adiante, esse cuidado procura evitar que outros entrem na *brecha* deixada, penetrem no movimento e alterem o rumo idealizado para ele. Antes, contudo, retornarei às minhas preocupações com relação ao que eu enxergava como lacunas no meu material etnográfico,

agora as confrontando com a forma como meus interlocutores concebem as *brechas*.

3.3. Preencher as lacunas?

A magnitude dos esforços de que os *malandros* lançavam mão para *não deixar brechas* parecia só aumentar a quantidade de lacunas que eu concebia no meu material etnográfico. Ainda que, como afirmei acima, essas lacunas não coincidissem com a noção de *brecha*, eu constantemente via *brechas* não notadas por eles. Isso me dava a sensação de que eles tinham informações que eu não conseguia acessar. As lacunas que eu concebia estavam, dessa maneira, relacionadas com a sensação de incompletude e fragmentação dos meus dados, de não conseguir captar tudo o que estava envolvido nos movimentos que eu acompanhava, da minha incapacidade (acompanhada da minha vontade) de acompanhar os movimentos em suas plenitudes. Em outras palavras, essas lacunas pareciam acompanhar minha dificuldade de conjugar trabalho de campo e movimento, o tema de meu estudo.

As tentativas de acompanhar o movimento e de colher o que os dados etnográficos ofereciam me distanciavam também de várias estratégias de trabalho de campo e de várias modalidades de etnografia criadas nas últimas décadas, como a *self-ethnography* (Reed-Danahay, 1997; Rapport & Overing, 2000), *anthropology at home* (Peirano, 1998), a concepção de antropólogos halfies (Abu-Lughod, 1991) ou nativos (Narayan, 1993), bem como a já citada *multi-sited ethnography* (Marcus, 1995; Hannerz, 2003). Por mais heterodoxo que seja o cenário etnográfico e por mais inovadora que seja a solução proposta, a referência central da antropologia permanece sendo a do trabalho de campo de tradição boasiana ou

malinowskiana[53], intimamente ligado a objetos com limites definidos, sejam territoriais, linguísticos, étnicos, sanguíneos ou filiativos[54]. No âmbito da antropologia urbana, Magnani (2003) problematiza essa abordagem clássica:

> E aqui está o problema, que é o de tentar reproduzir, principalmente no cenário das grandes metrópoles, aquelas condições tidas como clássicas na pesquisa antropológica: a dimensão da aldeia, da comunidade, do pequeno grupo. Cabe notar que, se tais condições já não se aplicam nem mesmo nas próprias pesquisas da etnologia indígena, continuam presentes, no imaginário, como as características ideais da abordagem etnográfica. No livro *Na metrópole: textos de antropologia urbana* (Magnani e Torres, 2000), denominei essa transposição de "a tentação da aldeia", ou seja, a tentativa de reproduzir, no contexto bastante diversificado e heterogêneo das metrópoles, aquele lugar ideal onde supostamente se poderia aplicar, com mais acerto, o método etnográfico. (: 83)

Frente a esse problema, Magnani propõe uma "etnografia como experiência, como prática e com base numa certa noção de totalidade" (2009: 129), relacionando, assim, questões etnográficas com o modo de encarar o objeto de pesquisa (como totalidade). Essa proposta está ligada ao seu esforço de conferir alguma ordem às dinâmicas sociais que, por um lado, passam ao largo dos enfoques macroestruturais e, por outro, costumam ser vistas sob o prisma da desordem e da fragmentação. Esse esforço foi esboçado e debatido pelos autores que compõem a coletânea *A aventura antropológica: teoria e pesquisa* (Cardoso, 1986) e reage fortemente às abordagens pós-modernas, que veriam segregação, ruptura e fragmentação como características do mundo atual, especialmente nas grandes metrópoles.

Esse mundo fragmentado foi muito evocado pelos chamados antropólogos pós-modernos. Muitos deles se dedicaram a revelar o colonialismo que permeia a disciplina e a buscar alternativas para a

escrita antropológica[55]. Uma forma de escrita que não estivesse a serviço desse colonialismo ou que não o reproduzisse passou a ser perseguida por eles, com atenção especial à relação entre observador e observado e a subsequente escrita etnográfica (Clifford e Marcus, 1986). Se a questão política que importava para esses autores era a relação de dominação subsumida na herança colonialista da antropologia, a que movia os críticos brasileiros (Cardoso, 1986) partia de um eixo de debates local, que buscava conferir legitimidade política aos movimentos sociais emergentes. Tratava-se de uma opção política para positivá-los de modo que não fossem tratados como fenômenos menores (em um sentido pejorativo) em uma escala de valores que ia da ordem dos verdadeiros atores políticos para a desordem dos periféricos. O que impulsionara a pesquisa de Ramalho (2002 [1979]) sobre o "mundo do crime" foi o mesmo eixo de debates, explicitado em entrevista posterior, em que o autor afirma que sua preocupação central era com a questão da marginalidade social, política e econômica e que a opção por entrevistar presos por crimes contra o patrimônio – em vez dos "presos políticos", "atores propriamente políticos da sociedade", conforme expresso em nota à terceira edição do livro (Ramalho, 2002 [1979]: 13) – consistia "uma base para associar crime com a questão da pobreza e com a questão da marginalidade social" (2012: 149)[56].

É no âmbito desse debate, de uma busca pela regularidade e ordenamento das dinâmicas sociais de atores até então negligenciados (a busca pela ordem onde só se via desordem), que esses autores se posicionam como críticos das tendências pós-modernas que, por sua vez, lançavam esforços para desenvolver uma escrita adequada a um mundo pós-colonial, que não refletisse ou repusesse relações de dominação entre observadores e

observados e não impusesse ordem ou totalizações aos fenômenos estudados. De um lado, conferir ordem e pressupor alguma totalidade; de outro, desconstruir as ordens impostas e enfatizar aspectos fragmentários[57]. Entre um e outro, como procurarei explicitar a seguir, as lacunas encontradas continuam sendo preenchidas pelos autores.

Enquanto muitos criticavam o desconstrucionismo pós-moderno desconstruindo sua crítica, foi Marilyn Strathern quem procurou elaborar uma crítica que não só oferecia uma resposta aos problemas que seus autores levantaram, mas tornava evidente alguns problemas que não foram enfrentados e, com isso, levava suas questões mais adiante. Strathern (2004 [1971]) mostrou que, mesmo que as críticas dos pós-modernos se dirigissem ao colonialismo, elas carregavam consigo um modo de produção do conhecimento tradicionalmente ocidental incapaz de se livrar das ideias de indivíduo e de sociedade, do atomismo e do holismo. Para os propósitos que vinham defender, de nada adiantaria criar recursos na escrita que visassem eliminar o poder colonial da relação antropólogo-nativo se o modo de produção de conhecimento ocidental permanecesse espelhado nessas escritas. Segundo a autora, se as escritas modernistas têm como efeito garantir a integração da sociedade de forma singular e holística ao generalizar informações, sistematizá-las e apresentá-las como uma cultura, a pluralidade e a fragmentação pós-modernista persistem repousando na concepção de um todo composto por partes, da ideia do um que é multiplicado e/ou dividido[58]. Daí as lacunas continuarem sendo preenchidas por esses antropólogos, como afirmei acima.

Inspirada na imagem do ciborgue de Donna Haraway (1985) e no discurso feminista acadêmico, Strathern (2004 [1991]) propõe uma

nova estética em que, por um lado, o autor singular não é uma figura de autenticidade e não promove suposições holísticas e unificadoras (que afasta as metáforas da localidade, diálogo, debate) e, por outro, abandona-se a ideia da relação sujeito-objeto (e dos conceitos que carregam: hierarquia, oposição, sistema) a favor da reflexão sobre a extensão, prolongamento ou realização da capacidade proporcionada quando se adota a perspectiva do outro[59].

A proposta de Strathern (2004 [1971]) me leva a refletir acerca das dúvidas que a 'fita do estuprador' anteriormente referida, vista a partir do Parque Harmonia, despertou em mim. Como veremos, por remontarem a um todo, produziram o que chamei de lacunas nos meus dados. As dúvidas a que me refiro são: como se dera a situação em que os moradores flagraram o estupro e o que eles levaram em consideração quando optaram por acionar Kléber? Como fora a busca pelo estuprador e a sua identificação pelos parceiros de Kléber? O que teria ocorrido depois que Kléber deixara a *quebrada*? Por que ninguém mais tocou no assunto? Essas questões muito me intrigavam e, em certo sentido, se aproximavam da problemática esboçada por Geertz ao tentar descrever a dinâmica das apostas nas brigas de galo no Bali:

> A dinâmica precisa do movimento de apostas é um dos aspectos da luta mais intrigante, mais complicada e, dadas as condições agitadas em que ocorrem, mais difícil de se estudar. Seria necessário talvez registrar a situação através de filmes, com múltiplos observadores, para ter uma noção precisa. Mesmo de forma impressionista – a única abordagem que resta a um etnógrafo solitário apanhado no meio disto tudo – fica claro que certos homens são os dirigentes [...]. Todavia, a compreensão detalhada de todo o processo aguarda ainda aquilo que, parece, não será alcançado jamais: um teórico decidido armado de observações precisas sobre o comportamento individual (1989 [1973]: 295).

A ideia da necessidade de múltiplos observadores para dar conta de dinâmicas acompanhadas em trabalho de campo, que já havia sido proposta por Griaule (1957), carrega consigo a concepção de que existe uma totalidade, embora só possa ser apreendida parcialmente. Mais do que isso, evidencia como a ideia de totalidade se relaciona intimamente com os procedimentos de trabalho de campo. Nesse sentido, restaria ao pesquisador adotar uma estratégia que lhe permita chegar o mais perto possível da total apreensão dessa totalidade. Mais uma vez vemos a prática de trabalho de campo conjugada com a ideia de totalidade. Com efeito, Malinowski parece não duvidar de que essa total apreensão seja possível e oferece uma receita de como alcançar o "esquema nítido e claro da constituição social" das populações observadas, "a anatomia de sua cultura" (1986 [1953]: 34)[60]. Segundo o autor, por meio do trabalho de campo de longa duração, o antropólogo "deve pesquisar, ao mesmo tempo, toda a cultura tribal, na totalidade de seus aspectos. A consistência, a lei e a ordem que descobrimos em cada um desses aspectos contribuem para reuni-los em um todo coerente" (: 34).

Para Giumbelli (2002), embora essas proposições de Malinowski revelem um ideal holístico (: 98), a atenção ao ponto de vista do nativo (Malinowski, 1986 [1953]: 47-48) permite sair dos moldes malinowskianos de pesquisa de campo (e, por conseguinte, da dicotomia entre macro – estudo de sociedades inteiras – e micro – estudo de segmentos) para acompanhar interações e fluxos. Entretanto, como argumenta Strathern (2013 [1987]), esse ideal holístico não está sozinho. Ele (e todas as abordagens holísticas que o sucederam) é tributário da produção do "eu" e do "outro" que acompanhou o que, posteriormente, Stocking (1992) chamou de arquétipo malinowskiano de trabalho de campo. Gupta e Fergunson

(1997) acompanham essa crítica para questionar o quão essa abordagem conduz à formulação do que é um campo verdadeiro e sua associação com uma verdadeira antropologia. Eles discorrem sobre algumas consequências dessa concepção e argumentam que, tal como qualquer outra, essa tradição antropológica está em constante transformação; resta, entretanto, assumi-las para repensar a definição de campo e, consequentemente, de trabalho de campo:

> Nós não estamos advogando o abandono da prática de trabalho de campo, mas, sim, a sua reconstrução – descentrando "o campo" como o lugar privilegiado do conhecimento antropológico e, sem seguida, recuperando-o como um elemento em uma metodologia de múltiplas vertentes para a construção do que Donna Haraway (1988) chamou de "conhecimentos situados". (: 37; tradução minha)

Porém, mais importante do que propor uma nova definição de campo, é refletir acerca de como essas definições podem ser elaboradas, sobre o que elas carregam consigo. A minha proposta, inspirada pelo procedimento metodológico operado pelos autores do *Thinking Through Things* (Henare et al, 2007), é esvaziar a definição de campo de suas conotações analíticas e preenchê-lo etnograficamente. O campo, nesse sentido, assumiria uma forma puramente etnográfica, de caráter conceitual. Foi esse o procedimento realizado (no capítulo 2.5) ao conceber meu campo como um campo existencial. Afinal, como o movimento, o campo não se conformava a um conjunto de terras contíguas, mas dizia respeito a um lugar de produção de modos de vida singulares.

Contudo, essa proposta exige uma reflexão acerca de outra implicação teórico-metodológica da tradição antropológica do trabalho de campo: a existência de um todo coerente que o pesquisador objetiva descrever remete à ideia de que há uma

realidade que, embora possa ser apreendida de diferentes formas (relativa), está dada a conhecer. Isso conduz ao problema com as lacunas no material empírico, pois, de acordo com essa concepção, se o todo não é alcançado, se há incoerência, a realidade não está sendo devidamente acessada por meio do trabalho de campo. Nesse sentido, as lacunas seriam provenientes de uma pesquisa de campo deficiente. Retomo, com isso, a questão que me levou à discussão sobre a noção de totalidade e a prática de trabalho de campo: como conjugar movimento e pesquisa de campo e, com isso, enfrentar as lacunas dos meus dados?

Mais uma vez, Strathern (2004 [1971]) oferece um caminho para essa reflexão. Inspirada pela imagem da Poeira de Cantor, a autora desvia a atenção das lacunas em si para a forma como elas são percebidas. Para ela, se “o conhecimento cria a sensação de que há algo a ser explicado” (: xxiv), isso reside na necessidade de encontrar explicações que não sejam parciais (: 107). A autora argumenta que “um motivo para desejar que as coisas se encaixem repousa na suposição de que elas foram cortadas de algo” (:109). Apesar de servir a outra discussão e visar objetivos distintos, essa presunção de totalidade e a decorrente busca por ela são também colocadas em questão por Ingold (2011). Para abordar o assunto, o autor recorre à oposição entre desenho, que confere importância aos espaços em branco por constituírem reservas, e pintura: “Como a pintura que cobre a tela inteira, não deixando espaço não preenchido, em um relato etnográfico que capta a totalidade não deve haver lacunas. Todos os detalhes devem ser preenchidos” (: 222; tradução minha).

Talvez aí resida a fonte de minhas angústias: a tradição de pensamento (e, particularmente, da disciplina antropológica) que

pressupõe a existência, por um lado, de todos coerentes e, de outro, de uma única realidade dada a conhecer, ainda que parcial ou relativamente[61]. Meus dados só apresentam lacunas quando confrontados com a expectativa de encontrar neles todos coerentes; só são parciais porque há a ideia de um todo. Ao cessar a busca por esse todo, é possível enxergar os dados de outra maneira, uma que torna as perguntas por mim elaboradas desnecessárias para a descrição dos movimentos.

Ao retomar a 'fita do estuprador' já descrita, é possível ver que para cada um deles – seja o estuprador, a vítima, os moradores, os *irmãos* do Parque Harmonia e os *irmãos* da Favela Equalizada – o movimento se apresentava de forma singular, a forma que seu-próprio ponto de vista era capaz de conferir. O movimento visto pelos moradores (cabe dizer, uma parte bem restrita deles) não incluía a Favela Equalizada, mas compreendia os elementos que serviram de base para que decidissem procurar Kléber, especificamente os outros movimentos de que essa decisão derivou. Visto por Kléber, o movimento não revelava o processo pelo qual os moradores decidiram acioná-lo, mas contava com as formas pelas quais a busca pelo estuprador se deu, com os movimentos nos quais ele estabeleceu contato com cada um que foi acionado nessa busca. Apesar de eu não ter dados que me permitam descrever o movimento a partir dos pontos de vista do estuprador e dos *irmãos* da Favela Equalizada, posso apontar que ele se difere dos movimentos percebidos tanto pelos moradores quanto por Kléber.

Assim, de minha parte, pude ver que a composição, o formato e a extensão que o movimento adquire depende do ponto de vista que se adota. Ele não é, portanto, uma unidade natural pronta a ser

apreendida, parcialmente ou na sua totalidade. As visões do movimento mencionadas acima não são visões parciais de uma suposta totalidade inapreensível, pois a composição do movimento depende ela própria da perspectiva que está sendo adotada. Se ele não tem origem ou fim definidos é porque ele é exatamente o que se faz dele a partir da visão que se tem desse e de outros movimentos. Mais do que isso, seja qual for a forma percebida, ela só ganhou existência graças aos que constituíram o movimento. Ademais, cada um tentava conduzi-lo à sua maneira, imprimir uma direção distinta. Nesse sentido, o movimento pode ser caracterizado como o resultado desses esforços, desse jogo de forças. Disso decorre que a minha visão do movimento, descrita brevemente acima, não é nem mais, nem menos completa que a visão de Kléber ou a dos moradores. Ao mesmo tempo que todas são completas, são também cheias de potenciais lacunas. Isso porque as lacunas só existem junto às tentativas de totalização que se lançam sobre os movimentos.

Com isso me aproximo do argumento de Strathern (2004 [1971]). Para ela, se não tivermos como ponto de partida a relação entre parte e todo, o corte não produz fragmentos; ele revela relações. Nesse sentido, "*gaps*" (que pode ser traduzido tanto por lacunas quanto por brechas) nos oferecem espaço para ampliar, espaço para nossos dispositivos protéticos (: 115). Nesse sentido, o que a autora chama de "*gaps*", ao mesmo tempo que se distancia do que eu concebia como lacunas, aproxima-se daquilo que os *ladrões* chamam de *brechas*. Preencher etnograficamente o conceito de campo e assumir seu caráter de movimento (nem parte, nem todo, portanto) me leva a abandonar a noção de lacunas e a conferir positividade às *brechas* do meu material etnográfico. Assim, em vez de tentar preencher as lacunas e desprezar a importância das

brechas de que os *ladrões* tanto se valem, que são tão importantes para eles, procuro aprender com eles a 'trabalhar nas brechas'.

3.4. Trabalhar nas brechas

Se eu via *brechas* por todos os lados em meu material etnográfico é porque, entre territórios e entre movimentos, ou mesmo no interior deles, há sempre potenciais *brechas*. Entretanto, como já afirmei, os *ladrões* não concebem as *brechas* como uma falta que precisa ser suprida, como uma lacuna a ser preenchida. Eles encaram as *brechas* como possibilidades de imprimir sua marca nos movimentos, de conferir a eles os rumos desejados. Isso fica evidente nos esforços que os *malandros* despendem, por um lado, para *não deixar brechas* e, por outro, para *entrar nas brechas*, para ocupá-las. Ao buscar uma *brecha* que permita *inverter uma situação*, *entrar na brecha* para *dar um psicológico*, *trabalhar uma brecha* para administrar uma *consequência*, estudar as *brechas* para fugir da cadeia ou *fazer um corre*, o que se deseja é alterar os rumos dos movimentos, imprimir neles seu próprio *ritmo* (ver capítulo 4).

Por não remeterem à falta de algo que deveria constituir um todo, as *brechas* nunca não dadas. Elas não têm uma existência em si. Pelo contrário, só ganham vida no momento em que são produzidas. Isso fica mais nítido ao observar como Elis, uma interlocutora antiga, *trabalhando nas brechas* dos oponentes, venceu um *debate*.

De acordo com Elis, uma presa de uma delegacia próxima telefonou para ela e pediu ajuda. Seu filho de 15 anos havia sido *sequestrado* e enfrentaria um *debate* que poderia culminar na perda da sua vida. A presa pediu para que Elis o defendesse como se fosse sua própria mãe. Ela atendeu ao pedido e se encaminhou para o local

onde o rapaz estava. Chegando lá, viu Jonathan muito machucado. Aparentemente, ele apanhara bastante. A acusação lançada contra ele era de ter atirado contra a *biqueira* de um *irmão* e baleado um *funcionário*[62]. Os *irmãos* envolvidos no *debate* avaliaram que, como a intenção de Jonathan fora a de matar, a *cobrança* seria feita com a vida dele. Até então, eles não tinham dúvidas quanto ao procedimento a ser adotado: matariam o garoto, afinal, 'vida se paga com vida'.

É importante notar que não havia, naquele momento, nenhuma *brecha*. Mas para defender Jonathan como se fosse seu próprio filho, Elis precisava 'encontrar alguma brecha' para mudar o rumo daquele movimento. Pediu, então, que os *irmãos* explicassem com pormenores o que havia acontecido. Eles afirmaram que Jonathan fora visto conversando com outros rapazes em uma rua perto de onde morava e, logo depois, um dos rapazes com quem conversava atirou contra a *biqueira*. Isso os levou a concluir que Jonathan estava junto com o atirador, que eles agiram em parceria. Diante disso, Elis *encontrou* a *brecha* que precisava para trabalhar e disse:

> Mas viram ele atirando? Porque... Vocês não trabalham com provas? Então tem que ter cinco testemunhas, ou foto, ou filme[63]. Alguém viu ele atirando? Ninguém, não é? E como vocês podem dizer que foi ele só porque viram ele conversando com o outro rapaz? E olha só, é uma criança! Pra mim, 15 anos é criança. Olha só o que ele apanhou! Vocês não acham que, se ele soubesse de alguma coisa, ele não teria falado? Olha só o que vocês fizeram com ele! Tá todo machucado... Quem aguenta isso sem falar? Ainda mais uma criança de 15 anos! Vocês acham que se ele soubesse, não tinha falado? É claro que ele não sabe!

Elis me explicou seu procedimento nos *debates*: 'Sabe, Karina, eu só pego as brechas. Pego as brechas e vou trabalhando'. A sensibilidade e a perspicácia de Elis, que tem uma longa vivência no *crime* e está habituada a lidar com *situações* como essa, permitiram

que ela *pegasse uma brecha* naquele movimento. Mas se, como afirmei acima, até então não havia *brecha*, ela nascera no mesmo momento em que fora notada por Elis. A *brecha*, portanto, não tem uma existência natural, anterior à sua descoberta. Afinal, ela não expressa algo que falta à formação de um todo. As *brechas* passam a existir no momento em que são *pegas* ou *encontradas*. Surge aqui uma questão: como algo não existente pode ser *pego* ou *encontrado*? Essa é mais uma das aporias com as quais me deparei na minha pesquisa. Embora o mundo esteja povoado de potenciais *brechas*, elas só passam a efetivamente existir quando são *encontradas* e, assim, passam a produzir efeitos. Nesse sentido, podemos dizer que *encontrar brechas* é, também, criar, produzir (mas não algo inteiramente novo, pois elas, de certa maneira, já estavam lá). Mais do que isso, encontrá-las é colocá-las no mundo, no fluxo de movimentos. Isso me leva a refletir sobre muitas das *brechas* encontradas por mim, às quais eu logo associava a lacunas nos meus dados. Levando em consideração que as *brechas* só existem a partir do momento que são encontradas – e inicialmente, ao menos, para quem a *pegou* –, o que eu via como *brechas* eram produtos da minha criação. Entretanto, eu não as colocava em movimento e, assim, não conferia a elas existência no mundo. Por conseguinte, também não extraía efeitos delas, pois não trabalhava no seu interior a fim de alterar os rumos dos movimentos ou explodi-los em outros tantos, como fazem os *malandros*.

O sucesso em alterar o rumo dos movimentos mediante o ‘trabalho nas brechas’ depende da habilidade e destreza dos intervenientes na condução do argumento. Isso ficou claro no *debate* do qual Elis participou. Muito hábil em suas palavras[64], ela fez o seu argumento prevalecer e venceu o *debate*: os *irmãos* decidiram preservar a vida de Jonathan. Ainda assim, ela avaliou que seria importante firmar

sua linha de argumentação e frisar o *erro* que os *irmãos* cometeriam. Pois, se 'o certo prevalece', ela tinha que garantir que não houvesse dúvidas de que ela 'tava pelo certo'. Por isso lançou um argumento adicional aos *irmãos* presentes:

> Viu só por que o Comando anda tão desacreditado na quebrada? Por que ninguém mais respeita o Comando? Porque vocês fazem esse tipo de coisa. Agem na emoção. Olha só o que fizeram com o garoto, e nem prova tinha! Tinha que ter feito isso? Não precisava... Tinha que debater antes.

Ao chamar a atenção dos *irmãos* para o risco que correm, de fazerem o PCC ficar *desacreditado na quebrada*, Elis mudou o foco da conversa, do *debate* que custaria a vida de Jonathan para a legitimação da atuação do PCC na *quebrada* ou, em suma, do *erro* de Jonathan para o *erro* dos *irmãos*. Ao *trabalhar nas brechas*, Elis não só mudou o rumo do movimento como também o explodiu em outros que poderiam, conforme a condução que lhe fosse dada, ganhar força. Para os *irmãos*, ter suas atuações questionadas consistiria um grande risco de serem *cobrados*. Nenhum *irmão* gostaria de ser responsável pelo *Comando* ser *desacreditado na quebrada*. Isso revelaria a má condução dos *ideais do PCC*. Certamente, avaliavam que esse era um risco que não mereceria ser corrido. Aquela *ideia* tinha que morrer ali.

Trabalhar nas brechas, portanto, é um procedimento que exige sensibilidade para *encontrar uma brecha* que não existia enquanto tal antes de ser notada, capacidade de avaliar as *situações* de modo a definir a melhor maneira de se *trabalhar nas brechas*[65], destreza e habilidade na condução do argumento.

Elis *trabalhou nas brechas* para atender ao pedido da amiga presa e garantir a vida de Jonathan. Mas há situações nas quais alguém *trabalha nas brechas* a fim de *cobrar* alguém ou, até mesmo,

decretar uma morte. Há ocasiões em que rixas particulares, cuja ética do *Comando* impede que sejam *resolvidas* por meio da força bruta, motivam os adversários a uma busca constante por *brechas* deixadas pelo outro. Ao encontrarem uma *brecha*, conquistam a oportunidade de *cobrar* o oponente, ainda que não seja pelo motivo que gerou a rixa. Mas há também ocasiões em que as *brechas* são os meios encontrados para finalmente *cobrar malandros* que haviam, em outras *situações*, se safado de *cobranças* diretas. Marques nos oferece a fala de um *ladrão* que expõe bem essa questão: “Tem maluco que é muito bandidão; ele não vai se fudê porque atravessou a conversa de ladrão, esse milho vai ser só o pezinho que os ladrão tava esperando pra intimar o cara” (2009: 61).

Adquirir conhecimento acerca do outro, das *situações*, enfim, do mundo, é uma tarefa que facilita, posteriormente, *pegar as brechas*. Foi conhecendo a *situação da quebrada* que Elis pôde inverter o *debate*; para *cobrar* alguém, é necessário ficar atento à sua trajetória; é, como expõe Aquino, estudando o mundo que um *ladrão* pode ter êxito em suas atividades:

> Depois de um ano sem alterar estratégia dos roubos, foi preso e permaneceu na prisão por seis anos e meio. Lá, aprendeu estratégias de roubo. Fugiu em 1998. Segundo ele, “eu percebi que tinha maneiras e maneiras de se dar bem e não cair de novo. Tudo tava muito mais moderno, e quanto mais moderno, mais brechas que dá para aproveitar. Quanto mais tecnologia, mais coisa que você pode ter a seu favor e maior o leque de oportunidade que você pode explorar” (2010: 246).

A afirmação de Strathern (2004 [1991]), de que a produção de conhecimento multiplica a percepção de *gaps*, ou, em suma, quanto mais conhecimento, mais *gaps*, vale também para os *ladrões*. Entretanto, isso não é visto de forma negativa por eles. O conhecimento não cria, na malandragem, “a sensação de que há

algo a ser explicado" (Strathern, 2004 [1991]: xxiv). Por conseguinte, eles não se esforçam para preencher *brechas*, mas veem nelas a possibilidade de trabalhar em seu interior, de produzir a partir delas. É por onde eles trabalham, por onde se movimentam. Isso revela que os *ladrões* concebem um mundo sempre repleto de *brechas* prontas a serem invadidas para a produção de novos movimentos (já que o movimento invadido passa por uma transformação que o torna outro movimento). E encarar um mundo onde sempre há *brechas* requer constituir um conhecimento acerca de como lidar com elas.

Este livro é inspirado nessa maneira de encarar o mundo, nessa prática de produção de conhecimento, bem como nos procedimentos de que lançam mão. Nesse sentido, em vez de apresentar dados como fragmentados (como se um dia estivessem reunidos em um todo) ou de buscar todos coerentes, procuro trabalhar nas brechas que eles apresentam. No lugar de preenchê-las na pretensão de constituir unidades, invadi-las para dar à luz outro(s) movimento(s), tendo como aliados referenciais teóricos que possibilitam ou potencializam a criação desses novos movimentos[66].

Com efeito, ao invés de omiti-las, camuflá-las ou preenchê-las, procurei até aqui expor, deixar em evidência as *brechas* que *encontrei*. Isso permitiu mostrar como elas são constituintes do próprio movimento e, com isso, abriu a possibilidade de, como a *malandragem*, *trabalhar* nelas. Dessa forma, pude mostrar que o percurso da minha pesquisa não pode ser dissociado das próprias características do tema a que me dedico descrever. Ao me arrancar de minhas bases pessoais ou territoriais, o que a pesquisa me mostrava era a não coincidência do que eu buscava etnografar com essas bases. Ao mesmo tempo, mostrava-me a impossibilidade de

circunscrição espacial do objeto, posto que nem sempre o que era me dado a ver dizia respeito ao lugar onde eu estava. Ademais, se algumas vezes pude acompanhar movimentos que já vinham de outros lugares, *ideias* que se propagavam, outras vezes me deparava com movimentos que repentinamente cessavam, cuja *ideia* morria. O que é, entretanto, essa *ideia* que é levada adiante ou que tem que morrer? Esse é o cerne da próxima parte deste livro.

48 Uma descrição mais prolongada desse debate será realizada no capítulo 7.

49 A dinâmica das *ideias* será abordada mais detidamente no capítulo 4 e a morte das *ideias* será o mote em 4.4.

50 *Proceder* pode ser suscintamente definido como o comportamento esperado de um prisioneiro, por meio do qual ele é avaliado pelos outros presos. Uma genealogia do *proceder* pode ser encontrada em Marques (2009).

51 Estar 'na disciplina', nesse caso, é estar uma posição *de responsa* que tem como principal atribuição resguardar a ética do *Comando* naquela prisão. Sobre *responsas*, ver infra, capítulo 5.

52 Como mencionei acima (capítulo 2), as *cunhadas* têm fundamental importância nos *debates* (Ferraz de Lima, 2010), muito em função do prolongamento da *disciplina* do preso a sua visita.

53 Para uma breve discussão sobre essas duas tradições na construção da ideia de trabalho de campo, ver Gupta e Fergunson (1997: 21).

54 Destaco aqui a solução proposta por Erikson (1993), etnólogo que, diante do problema da unidade Pano (família etnolinguística do oeste amazônico), definiu-a como uma "nebulosa".

55 Apesar da relação entre antropologia e colonialismo já ter sido apontada em 1950 por Leiris (1950), os efeitos desse colonialismo na disciplina passaram a ser mais enfaticamente debatidos na década de 1970. A título de exemplo, destaco a coletânea editada por Asad (1973).

56 Pode-se dizer que Feltran (2011) pode ser considerado um herdeiro dessa escola ao investir na pesquisa sobre movimentos sociais periféricos e conceder ao PCC (que em um primeiro momento era um tema marginal ao seu foco de investigação) uma positivação analítica capaz de dar conta da importância que o fenômeno tomara nas regiões nas quais desenvolveu sua pesquisa empírica.

57 Essa discussão encontra ressonância na relação, traçada por Strathern (2013 [1978]), da perspectiva dos antropólogos pós-modernos à de Frazer, tendo como ponto de comparação o esforço de Malinowski em conferir ordem e lógica aos "povos primitivos" (: 55).

58 Diferente de Strathern, Ingold (2011) restringe a crítica a um determinado tipo de holismo. Inspirado pela definição de Henri Bergson, para quem o todo real não é outra coisa senão uma continuidade indivisível, o autor afirma:

> Meu argumento, assim, não é contra o holismo em si, mas contra a concepção particular das relações parte-todo implicada quando holismo é equiparado com totalização (Ingold 2007c: 209). Que a tarefa da vida nunca esteja finalizada e que o mundo nunca cesse seu *worlding*, não significa que vidas sejam incompletas ou que o mundo que habitamos seja apenas meio-construído. Nem significa que as vidas sejam fragmentadas e que os mundos sejam despedaçados em peças que, como Humpty Dumpty, nunca possam ser reagrupadas. A alternativa à totalização não é a fragmentação, a ruptura ou a descontinuidade. É, antes, um holismo que é anticomposicional, fluido, processual e feito de improvisos. (: 226; tradução minha)

59 Sua proposta inspirou trabalhos realizados também no âmbito da antropologia urbana. Entre eles, destaco Casas-Cortés et al. (2008) e Reed (2008).

60 Leach (1996 [1964]) elabora uma crítica não só a Malinowski, mas também a Durkheim e aos antropólogos que pressupunham o equilíbrio dos sistemas sociais. Procurando lidar, por um lado, com transformações sociais e, por outro, com diversidade cultural, o autor critica a naturalidade com a qual são vistas as unidades sociais de análise (“uma sociedade”, “uma cultura”, “uma tribo”) e afirma que os fatos históricos e etnográficos nunca estão em equilíbrio estável. Segundo ele, se “o que se pode observar hoje é apenas uma configuração momentânea de uma totalidade existente num estado de fluxo” (: 125), a descrição só se torna possível se o antropólogo tratar esse material “como se” – e apenas “como se” – fossem estáveis, sem deixar de assumir o caráter fictício desse recurso metodológico. Entretanto, Leach não conduz sua crítica para a maneira pela qual os dados são coletados.

61 Ainda que meu diálogo com o colega Adalton Marques já tivesse resultado em um artigo que tratava justamente dessa questão: “O real se multiplicava a cada vez que trocávamos de ponto de vista” (Biondi e Marques, 2010: 44).

62 Assim são chamados os *malandros* que ‘trabalham’ nas *biqueiras*. Sobre “uma definição de trabalho (‘trampo’) que não é externa ao fazer do ‘crime’”, ver Marques (2010b).

63 A discussão acerca dos elementos jurídicos que compõem os *debates* será realizada nos capítulos 7 e 8. Por ora, vale lembrar que meu interesse está centrado na concepção de *brecha* como inspiração para minha proposta teórico-metodológica. Cabe adiantar, entretanto, que não há uma lei prescrita que defina provas válidas em um *debate*. A necessidade de cinco testemunhas, fotos ou filmes, evocada por Elis, não aparece dessa forma em outros relatos.

64 A importância das palavras será abordada no capítulo 4.

65 Sobre a maneira como os *malandros* avaliam as *situações*, ver capítulo 6. Sobre essa sensibilidade capaz de pegar as *brechas*, a que a *malandragem* chama de *visão*, ver capítulo 5.

66 Carneiro (2010) realiza um movimento teórico-metodológico semelhante ao produzir deslocamentos rentáveis analiticamente a partir do confronto entre os conceitos do “povo de Buracos” e os da antropologia, mas também “entre uma ‘tradição da escrita disciplinar’ e uma ‘tradição da oralidade popular’” (: 20). Inspirada por seus procedimentos, eu diria que o confronto do movimento realizado por Carneiro com as reflexões que acabo de tecer permite afirmar que o silêncio é a brecha que a autora encontrou para trabalhar.

Parte II
IDEIAS (E HIERARQUIA)

> O importante é conceber a vida, cada individualidade de vida, não como uma forma, ou um desenvolvimento de forma, mas como uma relação complexa entre velocidades diferenciais, entre desaceleração e aceleração de partículas. Uma composição de velocidades e lentidões sobre um plano de imanência...
> É por velocidade de lentidão que deslizamos entre as coisas, que nos conjugamos com outra coisa... Nunca começamos, nunca fazemos tábula rasa, deslizamos entre, entramos no meio, desposamos ou impomos ritmos.
>
> Gilles Deleuze

O que carrega um movimento? Pergunta propositalmente ambígua, já que, como procurei descrever nos capítulos anteriores, o movimento é constituído e conduzido, ao mesmo tempo que carrega consigo pessoas, telefones, ações e práticas (lícitas ou ilícitas), relações afetivas, dinheiro (muito dinheiro ou a sua falta), vidas, mortes, *quebradas*, transações comerciais. As possibilidades são infinitas, pois não há prescrição ou seleção do que pode se

movimentar. Entretanto, é possível notar algo que está presente em cada um dos movimentos descritos na parte anterior: a *ideia*. Longe de ser somente um elemento ou um dos componentes do movimento, a *ideia* chega a se confundir com ele.

O que talvez possa diferi-los é que o movimento é a *ideia* somada a tudo o que ela mobiliza, a tudo o que ela permite ou a tudo com o que a ela se acopla: *quebradas*, pessoas, objetos, palavras, *brechas*, outros movimentos, outras *ideias*. Se, invariavelmente, esses elementos vêm acompanhados (ou a reboque) das *ideias*, estas são constantemente criadas, produzidas e mobilizadas pelos *ladrões* a fim de manter, nutrir, conduzir, fortalecer, propagar, alterar os movimentos.

Em outro trabalho, usei a expressão “amnésia coletiva” para “me referir às ocasiões em que debates intensos e fervilhantes, de uma hora para outra, por motivos tão diversos quanto as razões que os desencadeavam, eram encerrados, ou melhor, deixavam de ser travados, como se nunca tivessem existido” (Biondi, 2010: 69). Foi assim que me referi não só ao modo pelo qual as várias histórias acerca do nascimento do PCC se apagaram das narrativas dos presos e deram espaço para uma única versão, mas também à maneira como a versão vitoriosa passou a vigorar como se tivesse sido sempre a única existente, como se as demais nunca tivessem existido. Foi assim também com a adição da *Igualdade* ao lema do PCC. Ela não passou a vigorar imediatamente em todas as prisões. Eu notava enunciados sobre a *Igualdade* convivendo com referências à antiga estrutura hierárquica do PCC. Mas em certo momento, depois de uma “amnésia coletiva”, “tudo passou a funcionar como se essa coexistência, esse período de transição nunca tivesse existido” (*ibid.*:108).

Durante a pesquisa para este livro, notei o mesmo fenômeno em outros movimentos: *ideias* que em um dia eram tratadas como *de mil grau*, no outro dia simplesmente desapareciam. Contudo, pude ver que esse desaparecimento era resultado das forças empenhadas para fazer a *ideia morrer*, para enterrá-la. Pude enxergar também o esforço dos *ladrões* para manter ativa uma *ideia*, para fazê-la vencer, para fortalecê-la. Pude, sobretudo, notar as estratégias implicadas na (e para a) desativação ou retomada de uma *ideia*. Assim, a atenção à dinâmica do que os *ladrões* chamam de *ideias* oferece uma mudança no quadro descritivo dos fenômenos que chamei anteriormente de “amnésia coletiva”.

Imbricadas nos movimentos, as *ideias* assumem diferentes alcances, mobilizam mais ou menos pessoas, são objetos de *debates* com diferentes intensidades, sofrem variadas resistências, passam por momentos de estabilização e, no decorrer de todo esse percurso, podem definhar até a sua morte ou ganhar força e permanência. As forças empenhadas durante esse percurso se associam à própria sorte das *ideias* e, com isso, conferem força e projeção aos *ladrões* que as empenham. Assim, como veremos, o *malandro fortalecido* pelas mesmas *ideias* que se empenhou em fortificar assume uma posição de destaque que, por sua vez, é indissociável de suas habilidades em lidar com elas. O que se chama *hierarquia*, aqui, se distancia de seu sentido tradicional e se atrela às dinâmicas que envolvem as *ideias*.

Desse modo, se na primeira parte do livro procurei mostrar como o movimento não obedece a circunscrições espaciais e delimitações temporais, como ele é composto por inúmeros movimentos que não remetem a uma totalidade, nesta parte apresentarei as forças implicadas nos rumos de cada um desses movimentos. Para tanto,

descreverei como as *ideias* vivem e morrem, as estabilizações momentâneas que sofrem durante (e para a definição de) seu percurso e os modos de conformação da *hierarquia* no interior do PCC. Tal como na parte anterior, articularei a exposição do material etnográfico com a maneira pela qual o acessei. Se ali mostrei não só como fui levada a me mover junto aos movimentos que procurava descrever, mas também de que maneira isso motivou e inspirou a elaboração de uma proposta metodológica para o livro, nesta parte II procurarei mostrar como as reflexões acerca das dinâmicas das *ideias* não só passaram a permear a forma como conduzi minha pesquisa etnográfica como, principalmente, foram resultantes dela.

4
VIDA E MORTE DAS IDEIAS

O termo *ideia* está presente de diversas formas na *malandragem*. Nenhuma delas tem relação com as concepções filosóficas do termo, seja no sentido de lógica, de razão, de pensamento, de objeto de pensamento, de projeto, de opiniões ou de teorias (Lalande, 1999 [1926]). Está longe, igualmente, da tradição de pensamento que, embora enraizada no platonismo e no aristotelismo, extravasou há séculos a filosofia.

Isso porque, em primeiro lugar, as *ideias*, na *malandragem*, não compõem um plano próprio nem estão em um plano do sensível; elas nem sequer estão ligadas diretamente ao pensamento, formulação ou invenção. Nunca se diz, na *malandragem*, ‘eu tive uma ideia’ ou ‘estava pensando em uma ideia’. Em segundo lugar, somente quando as *ideias* se tornam manifestas é que passam a ganhar existência na *malandragem*. É quando passam a se acoplar a outros elementos e se tornam movimentos, chegando a ser confundidas com eles. Em outras palavras, elas só existem quando em fluxo pelo mundo, quando compartilhadas, desvinculadas de autorias de criação. Nesse ponto, inicialmente as *ideias* estariam

relacionadas a relações interpessoais: ‘Vou chegar naquele maluco e dar logo uma ideia’, ‘então eu lancei a ideia’, ‘chegou uma ideia’, ‘vai ser dada a ideia’. Por fim, em terceiro lugar, uma vez *lançada*, ela passa a ser, ao mesmo tempo, um centro de convergência de forças que disputam seu rumo e a fonte que oferece direção e confere atributos aos movimentos (que ao mesmo tempo influenciam diretamente as forças empenhadas no amoldamento da *ideia*). Aqui, as *ideias* assumem uma existência própria: sem deixar de ser resultado das forças que incidem sobre elas, são também capazes de constranger essas forças. Elas não mais dizem respeito exclusivamente a pessoas ou a relações interpessoais, mas se *alastram*, *repercutem*, se *fortalecem*, são colocadas *no gelo*, são *enterradas* ou, então, se consolidam como uma orientação com validade geral e amplo alcance na *malandragem*.

Essa diferença da forma como os *ladrões* concebem a *noção* de ideia ficou nítida para mim quando percebi alguns mal-entendidos no trabalho de campo. Certa vez, por exemplo, quando um *malandro* me disse ‘então me veio a ideia’, concluí que ele havia pensado em algo. No entanto, só depois de voltar minha atenção para a dinâmica das *ideias* e perceber a especificidade da concepção dos *malandros* sobre elas, retomei meu caderno de campo e notei que a *ideia* a que ele se referia já estava em fluxo, que tinha chegado a ele e não era, portanto, um produto do seu pensamento.

Essa dinâmica das *ideias* manifestas é o tema deste capítulo. A seguir, após destacar a importância da linguagem nessa dinâmica, descreverei as forças que operam para manter uma *ideia* viva, para alterar seu calibre (ao fortalecê-la) e seu alcance (ao fazê-la

repercutir), para desativá-la (ao deixá-la *no gelo*), para matá-la e para ressuscitá-la.

4.1. O cuidado com as palavras

Se a importância e a potência das *ideias* dependem de sua manifestação, a linguagem desempenha um papel central em suas dinâmicas. Não se trata, contudo, da simples verbalização de algo que estaria no plano das ideias para alcançar um interlocutor, um receptor de uma mensagem. Em primeiro lugar porque, como afirmei acima, não há na *malandragem* um plano próprio para as *ideias*. Em segundo lugar, como veremos adiante, porque as palavras que as expressam não formam um sistema de signos tal como o criticado por Austin (1993 [1962b]). Em terceiro lugar porque no momento de sua manifestação as *ideias* passam a ter uma existência própria que se desprende dos interlocutores iniciais. Espero deixar nítido no decorrer deste capítulo que, no limite, qualquer palavra proferida pode assumir a dimensão de uma *ideia*, se desprender de seu locutor e trilhar caminhos que não mais, necessariamente, coincidem com os dele. Mais do que isso, ela pode se voltar contra ele próprio na forma de uma *ideia* já *fortalecida*.

Essa dinâmica tem alguma proximidade com o que Austin chama "performativo", principalmente na distinção que faz de "constativo" (1998 [1958]), sugerindo que, no limite, toda fala é um "ato de fala" (1993 [1962a]), o que desfaz as separações entre sujeito e objeto, bem como entre linguagem e mundo, tornando também irrelevantes os conceitos de "verdade" e "falsidade"[67]. No entanto, não há na dinâmica das *ideias* que descrevo aqui uma distinção clara do que Austin (1961) define como ato locutório (relativo à produção de sons

articulados conforme sintaxe e semântica), perlocutório (que produz efeitos posteriormente e em consequência do que foi enunciado) e ilocutório (em que enunciação e efeito ocorrem simultaneamente). Diferentemente, as *ideias* de que trato aqui se desprendem tanto daquele que a manifesta quanto da situação em que isso ocorre. Isso porque, ao se acoplar a outros elementos, se torna movimento e segue rumos que não mais, necessariamente, coincidem com os daquele que a havia manifestado, saindo do seu campo de percepção. Assim, cada *ideia* manifesta produz um efeito imediato e, durante seu percurso, continua produzindo efeitos.

Por isso os *malandros* tomam tanto *cuidado com as palavras*. Esse cuidado pode ser notado seja no arranjo preciso das palavras, seja em sua economia. A economia das palavras diz respeito, em primeiro lugar, ao silêncio como algo que, como a verbalização, tem o poder de alterar o rumo, a velocidade ou a força de um movimento. A decisão sobre quando (ou o que) falar e quando calar leva em conta cálculos com relação aos efeitos dessa verbalização ou desse silêncio[68]. Nesse sentido, extrair a fala de algum *malandro* por meio de perguntas pode ser bastante inconveniente. Minha experiência de campo, após várias circunstâncias em que minhas indagações suscitaram silêncios constrangedores ou respostas monossilábicas, me forçou a observar os momentos em que eu podia fazer perguntas e aqueles nos quais elas seriam absolutamente inapropriadas (vide infra, capítulo 4.5). Em segundo lugar, a economia das palavras é observada na prática das *poucas palavras*, que chega a se converter em uma estética da fala na *malandragem*. Além de evitar o gasto de tempo com profusões verbais em uma vida que é *correria*, falar direta, objetiva e precisamente é uma habilidade que permite exercer um maior controle sobre as *ideias* que estão sendo acionadas nas falas de

poucas palavras. Pois se por um lado uma palavra mal colocada pode trazer problemas sérios para quem a proferiu, por outro lado uma fala extensa pode respingar em *ideias* sobre as quais não se pretendia incidir.

O cuidado com relação ao correto arranjo das palavras, por sua vez, conduz à escolha das palavras certas, do momento adequado, mediante uma forma (que inclui entonação e disposição corporal) apropriada. Trata-se de um verdadeiro "atletismo de palavras", para usar a expressão criada por Marques (2012: 9) para dar conta do *respeito*, uma prática repleta de teorizações que foi capaz de mudar o cenário das periferias paulistanas. Essa noção de *respeito* está intimamente relacionada com o *ideal de Paz* do PCC e acompanhou a centralidade que o correto manejo das palavras ganhou em detrimento da força física. Muitos dos conflitos que anteriormente eram resolvidos *na mão* (por meio da força física), *na faca* ou *na bala* (de armas de fogo) hoje são solucionados por meio de conversas, argumentações, *debates*. Mas as palavras não só substituem a força física como também, e principalmente, são manejadas a fim de evitá-la.

Isso difere substancialmente do que Grillo (2013: 192) expõe para o contexto carioca a respeito de uma conversa entre inimigos que pode calar o som das armas, em que um "patrão" do tráfico telefona para seu rival a fim de esclarecer algo que poderia desencadear um conflito armado. Difere porque diz respeito ao manejo cotidiano das palavras a fim de garantir a sobrevivência de uma *ideia*. Não se trata, portanto, de uma alternativa, de uma simples substituição ou de uma ausência estabelecida das forças que conduzem a combates físicos; trata-se do resultado dos esforços empreendidos

a fim de produzir, manter, assegurar essa ausência e, assim, a *ideia* de *Paz*[69]. Aqui, mais uma vez, as palavras ganham centralidade.

Isso ficou evidente já no meu primeiro dia de pesquisa de campo na Vila Timbre, quando, em companhia de Elis, fui procurar alguns *irmãos* que pudessem dar o *aval* para eu desenvolver a pesquisa ali. Depois de saber que eles não estavam *dando atendimento* e que se encontravam todos jogando futebol, voltei à casa de Elis, onde passamos a conversar sobre o *crime* local. Haveria um jogo de futebol entre duas grandes equipes e muitas pessoas se reuniram em um bar próximo à casa dela para assistir à partida pela televisão. Em certo momento, as vozes que vibravam com a partida ou que comentavam os lances mais polêmicos deram lugar a falas agressivas. Saímos para ver o que estava acontecendo. Dois homens exaltados estavam sendo apartados por outros que, ao separá-los, acabavam se envolvendo na confusão. Mais pessoas apareciam para apartar. O tumulto, com mais homens tentando argumentar no sentido de colocar um fim à briga do que homens querendo se enfrentar fisicamente, só aumentava. Os dois que haviam começado a *se estranhar* ainda eram os mais exaltados. Vez ou outra, eram levados para mais longe um do outro. Um homem apertou o pescoço de um rapaz com o braço, dando-lhe uma *gravata*. Imediatamente, várias pessoas se revoltaram e se interpuseram para separar. Já eram vários focos de confusão, ainda que atos de violência física fossem escassos. Logo, aqueles dois que haviam iniciado tudo aquilo pareciam querer fazer as pazes, mas isso não durava nem a troca de duas palavras. Já *se estranhavam* e partiam um para cima do outro para agredir o adversário. Imediatamente, outros se interpunham e evitavam que se golpeassem. Em alguns minutos, a confusão já tomava conta de duas quadras da rua e envolvia mais de cinquenta pessoas.

A briga, assim, não se efetivou tanto pela troca de golpes ou pelo uso da força física que, como afirmei, apareciam de forma muito escassa e imediatamente acionavam muitas mobilizações contrárias. A maior parte da confusão foi provocada pelas tentativas de impedir o uso da força física e pela revolta mediante sua efetuação. Foram, inclusive, as reações contrárias à violência física que fizeram com que o tumulto alcançasse a amplitude que teve. Contudo, essas reações tomaram uma proporção ainda maior quando, depois de mais de meia hora de agitação, um homem efetuou disparos para o alto com uma arma de fogo. Atirou três vezes. Em poucos segundos, tudo parecia ter se intensificado; os ânimos estavam ainda mais exaltados. Mais pessoas passaram a falar sem parar, repreendendo a ação. O homem que havia feito os disparos foi imobilizado por outros, que o agrediram. Para defendê-lo dos golpes, um rapaz tentou chutar um dos agressores, mas caiu e levou vários chutes de outros rapazes. Muitos outros intervieram e conseguiram tirá-lo de lá. A essas alturas, o atirador já tinha conseguido se refugiar no interior de um imóvel, mas as pessoas ainda expressavam sua revolta contra ele. O que mais se ouvia eram vozes que repudiavam sua atitude. O tumulto parecia estar longe de terminar.

Todas aquelas palavras acionadas contra atitudes que se efetuavam com a força física (ou potencialmente letal, das armas) não eram suficientes para impedi-las. Afinal, como já dito, não se tratava de uma simples substituição (das palavras no lugar da força física). Nos esforços empreendidos para colocar fim à confusão na Vila Timbre, faltava a eficácia das palavras.

Foi essa a avaliação de Elis quando considerou ser necessário chamar os *irmãos*. Seriam eles quem portariam palavras eficazes,

capazes de dar fim à confusão e de evitar o desencadeamento de ações fisicamente violentas. Ela pegou seu rádio de comunicação e gritou: 'Irmão, o bagulho tá doido! Tão soltando tiro aqui e vocês jogando bola?! Vou ter que chegar nos caras da capital?'. Depois de cinco minutos do pedido de socorro de Elis, os *irmãos* chegaram em um carro. 'Eles chegaram, graças a Deus!' – exclamou Elis, que foi ao encontro deles, trocou algumas poucas palavras e se afastou. Em meio a toda aquela confusão, com alguns homens dispostos a brigar, muitos outros separando e mulheres gritando, os *irmãos* pareciam não saber o que fazer. Andavam de um lado para o outro e o que me parecia (e que foi confirmado depois por Elis) é que ninguém os conhecia (eles eram novos na *quebrada*; tinham vindo de São Paulo fazia pouco tempo). Em suma, a presença deles foi absolutamente ignorada por aquelas pessoas.

Encontro, aqui, uma brecha para abordar a questão da visibilidade do PCC nas *quebradas*. Afinal, a chegada dos *irmãos*, que passaram despercebidos, evidencia uma das características do *Comando*: sua discrição. O que é totalmente compreensível, visto que a ostentação da condição de *irmão* não é bem-vista entre eles. Disso resulta que grande parte dos moradores das *quebradas* mal sabe quem é e quem não é *irmão*. Essa não é, portanto, uma particularidade da Vila Timbre (onde, dias depois, conheci uma senhora que narrou várias histórias do *crime* local, mas a todo momento parava sua narrativa para perguntar a Elis se o *malandro* mencionado era ou não *irmão*). Na Favela Cadência, muitos moradores pensam que Murilo (que, como expus no capítulo 1.3, *está na responsa da quebrada*) é *irmão* e outros, ainda, se remetem a ele como um importante líder do PCC. No Parque Harmonia, por sua vez, é a relação antiga de Rubens com sua *quebrada* (e seus respectivos moradores) que faz com que ele seja alguém do PCC a quem os moradores podem recorrer, ainda

quando ele está ‘de férias’ (cf. capítulo 1.2). Por contraste, algumas vezes a discrição dos *irmãos* é tamanha que os moradores das *quebradas* se queixam de não saberem a quem recorrer quando precisam, como pude presenciar no Parque do Tom e no Recanto Melodia, e afirmam que ‘a quebrada tá largada’ ou que ‘não tem PCC’ ali. Entretanto, quando o *irmão* se faz aparecer enquanto tal de maneira ostensiva, essa atitude é desaprovada. E se no PCC, como dizem sempre os *irmãos*, ‘ninguém é mais do que ninguém’, a ideia de *Igualdade* também é operada pelos moradores. Por conseguinte, marcar essa diferença pode ser visto como uma maneira de querer se sobressair aos outros e desencadear reações ou acusações de *opressão*. Nesse sentido, é estreito o campo possível entre a invisibilidade e a ostentação e, embora os *irmãos* se esforcem para não extrapolá-lo, evidentemente nem sempre conseguem.

Tendo isso em vista e retornando ao caso da Vila Timbre, como os *irmãos* acionados por Elis para acabar com a confusão poderiam se fazer visíveis sem, contudo, dar margens para que as pessoas intuíssem algum exercício de autoridade? Inicialmente, eles pareceram preferir apenas observar. Ao ver os *irmãos* parados na calçada, um ao lado do outro, observando a confusão, Elis se irritou: ‘Vocês vão ficar aí parados vendo a briga?’. Incitados por ela, conversaram rapidamente entre eles e foram ao encontro de um dos homens envolvidos na confusão:

> − O que tá acontecendo? Vamos parar com essa briga... – disse um dos *irmãos*.
> − Quem é você, que nem sabe o que tá acontecendo, que chega todo malandrão mandando parar a briga? – perguntou o homem, nitidamente irritado com a abordagem.
> − Aqui é o PCC! – disse o *irmão*.
> − Opa, irmão! Veja bem... O maluco ali tava atirando... Isso não pode... E se pega em alguma criança ou naquela senhora? – indagou o homem, já não

mais contrariado com a abordagem, mas em tom de respeito, apontando para uma senhora com idade bastante avançada.
− E se pega na Elis ou no filho dela? Imaginou? Vocês tão loucos?

Ao ser instado a explicar sua intromissão no assunto, o *irmão* não levantou o tom da sua voz, mas respondeu com firme entonação e postura corporal altiva. Três ou quatro pessoas estavam perto o suficiente para ouvir sua resposta e passaram a falar com ele também. Ao verem algumas pessoas reunidas conversando, outras imediatamente se aproximaram. A notícia da presença de um *irmão* ali se propagou muito rapidamente. Em menos de um minuto, os *irmãos* passaram a ser cercados por várias pessoas, cada uma querendo contar sua *visão* da história sobre a briga. Todos falavam ao mesmo tempo, mas foi possível notar que a maior parte das queixas era sobre o homem que havia disparado os tiros. Tudo aconteceu como se, de repente, todos passassem a saber que eles eram *irmãos*. Imediatamente a confusão cessou.

Foi com a palavra, portanto, que o *irmão*, *na humildade* que lhe foi possível mas com a firmeza que a situação exigia (ambas buscadas tanto por meio da entonação e da disposição corporal quanto por meio da escolha precisa das palavras) pontuou sua condição: ‘Aqui é o PCC!’. As palavras o tornaram visível em sua condição de *irmão* e, com isso, fizeram aparecer, para as pessoas que estavam envolvidas naquele tumulto, alguém capaz de colocar fim àquilo. Com efeito, com *poucas palavras*, sem ameaças, sem armas e sem o uso de violência física, eles foram capazes de parar a briga.

Embora o *cuidado com as palavras*, notado tanto em sua economia quanto em seu arranjo, seja essencial para produzir os efeitos desejados, ele não foi suficiente para garantir essa eficácia. Afinal, as pessoas envolvidas na confusão relatada acima estavam sendo cuidadosas com as palavras. Suas falas reuniam todas as

qualidades que podem definir esse *cuidado*, tanto com relação à economia (o que dizer) quanto com relação ao arranjo (como dizer) das palavras. O que, então, fez com que as poucas palavras dos *irmãos* se sobressaíssem às demais e ganhassem eficácia? Como procurei explicitar, não foi pelo exercício da autoridade. Afinal, faz parte desse *cuidado* específico revesti-las de *respeito* e *humildade*. Entretanto, havia algo acoplado nas palavras dos *irmãos* que fazia com que elas ganhassem força, uma força maior do que as incontáveis palavras ditas pela *população* na tentativa de colocar fim no tumulto. Em um primeiro momento, poderíamos dizer que a palavra é investida da força de quem a profere. Certamente foi a condição de *irmão* que imprimiu força às suas palavras. Isso se aproximaria do que Bourdieu chamou de "poder simbólico", em que o poder das palavras vem da "crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia" (1989: 15), e do que o autor definiu como "discurso de autoridade", que precisa ser "reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio" (Bourdieu, 1996 [1975]: 91). Entretanto, se os *irmãos* eram desconhecidos da *população*, a força impressa nas palavras não veio propriamente deles; não eram eles os centros propulsores dessa força. O que suas palavras trouxeram à tona, o que mobilizaram foi uma *ideia*: a *ideia*-PCC que acompanha o próprio movimento.

Como afirmei acima, a *ideia* está presente em cada um dos movimentos. Disso decorre que o movimento (PCC) é acompanhado por uma *ideia*-PCC. Nesse sentido, da *ideia*-PCC provém a força dos *irmãos* que a investiram em suas palavras para dar fim ao tumulto. Ao afirmar 'aqui é o PCC!', mais do que tornar evidente sua condição de *irmão*, ele fez aparecer o PCC, materializado nele próprio e, por conseguinte, revelado na sua fala. Nesse sentido, é possível dizer que não só as palavras dos *irmãos*, mas também a sua presença,

carregaram consigo a *ideia*-PCC. Ainda assim, não é a crença na legitimidade do PCC ou o reconhecimento de sua autoridade (condições para a existência de um poder simbólico ou um discurso de autoridade, segundo Bourdieu, 1989; 1996 [1975]) que revestiu de força aquelas palavras. Como veremos no decorrer deste capítulo, a força das palavras está associada ao *fortalecimento* e à *repercussão* das *ideias*, mas também à imanência das *ideias* nas circunstâncias que a recebem.

Nesse cenário seria, portanto, insuficiente analisar a importância das palavras tendo em vista apenas a composição estrutural da linguagem. O *cuidado com as palavras* não se restringe à escolha e disposição das palavras adequadas para o momento. Assim, quaisquer análises formais, tais como as criticadas por Austin (1998 [1958]), se mostram inadequadas. Além disso, os enunciados acima tampouco são passíveis de classificação em termos de perlocutório, locutório, ilocutório, propostos pelo autor (1961), justamente porque o fluxo de movimentos torna inviável a definição de um contexto social para a fala (questão problematizada por Butler, 1997). Entretanto, se uma classificação dos enunciados se mostra inadequada, isso não quer dizer que seu caráter performativo esteja ausente, mas que é possível notar tanto seus efeitos imediatos quanto posteriores (essa questão será retomada no próximo capítulo).

Nesse caso, o que está em jogo não é propriamente a palavra – nem isolada de tudo o que a cerca, nem subsumida às suas intenções ou aos seus efeitos. O que passou a compor aquele movimento quando os *irmãos* se fizeram ouvir foi uma *ideia*. A *ideia*-PCC que carrega o movimento (o próprio PCC). Nesse sentido, se por um lado as *ideias* constrangem as falas (como a *ideia* de *Paz*, que

incita o *cuidado com as palavras* e impele as falas a uma estética singular), por outro elas podem conceder força a essas palavras (como as que fizeram com que as palavras de um *irmão* fossem mais eficazes que as demais). Elas não constituem, assim, meros veículos para *ideias* e, da mesma forma, as *ideias* não são objetos a serem veiculados por palavras, mas a elas se acoplam e, ao fazerem isso, garantem a manutenção de sua existência.

É por isso que a quantidade e a intensidade das *ideias* não pode ser medida em termos da quantidade de palavras. Nos termos dos *ladrões*, *poucas palavras* nada tem a ver com *pouca ideia*. Enquanto com *poucas palavras* (que, como mencionei antes, diz respeito a uma estética) é possível tornar manifestas muitas *ideias*, a expressão *pouca ideia* é uma chamada à violência física. Prática condizente com a estética do *poucas palavras*, não é raro que os *ladrões* elaborem o que chamam de *resumo* quando pretendem *passar uma caminhada*, que consiste no "alastramento de um assunto, a difusão de uma narrativa, a propagação de um fato ocorrido" (Ferraz de Lima, 2013: 151). *Ir pras ideias*, por sua vez, é um convite ao *debate* e, consequentemente, a uma maior profusão de palavras (*vide infra*, capítulo 7). Entretanto, com o teor de um desafio lançado contra o oponente, não anuncia imediatamente uma maior profusão de *ideias*, mas a iminência de um conflito. *Ir pras ideias* conduz a um embate de *ideias*, do qual apenas uma sobreviverá (que pode não ser, necessariamente, uma das que inicialmente foram postas em confronto).

Seja por meio de *poucas palavras* ou quando os *ladrões* decidem *ir pras ideias*, é na sua manifestação (ou, como dizem os *ladrões*, com a sua *repercussão*) que as *ideias* se mantêm vivas. Assim, cada

manifestação de uma *ideia* carrega consigo a responsabilidade por mantê-la viva, como veremos a seguir.

4.2. Manter a ideia viva

Como afirmei acima, muitas vezes as *ideias* se desprendem de seus locutores e tomam rumos diversos aos deles, o que as esvazia de qualquer autoria. Entretanto, esse desprendimento das *ideias* com relação a quem as manifestou não exime o locutor de sua responsabilidade pelo que diz. Mais do que isso, cada um que a exprime se torna responsável por ela e, por conseguinte, passa a assumir as *consequências* que ela pode acarretar. Afinal, ele começa a fazer parte daquele movimento e se torna responsável por ter mantido viva aquela *ideia*. Duas situações em que houve atraso na entrega de alguns produtos podem ilustrar essa questão:

> − Você não falou que ele ia entregar hoje? – perguntou Murilo.
> − Foi o que ele me falou... – disse Clara.
> − Então... só que eu trabalhei em cima do que VOCÊ me falou. Tava todo mundo aqui contando com isso. E é a MINHA situação aqui que vai ficar complicada... Vai ficar chato é pra mim – explanou Murilo [as palavras grafadas em caixa alta acompanham a ênfase conferida a elas, por meio da entonação].
> − Explica pra eles que foi o cara que disse que ia entregar e não entregou – argumentou Clara.
> − Não é assim que funciona, não. O negócio deles é comigo – explicou Murilo.

Apesar de Clara não ter envolvimento naquela transação e ter apenas relatado o que o fornecedor informara, Murilo chamou-a à responsabilidade pelo que dissera, lembrando-a que compromissos são firmados, decisões são tomadas e escolhas são feitas com base naquilo que se diz. Foi também o conhecimento dessa dinâmica que

permitiu a Fábio reivindicar credibilidade em uma negociação ao reafirmar a responsabilidade pelas suas palavras:

> − Que cara sem palavra! Esse seu parceiro é sem futuro. Não dá pra confiar...
> − Olha, eu entrego a mercadoria amanhã. Agora sou EU quem tô falando. Pode trabalhar em cima das minhas palavras!

Em ambos os casos estavam em questão compromissos assumidos por terceiros e não cumpridos. Contudo, quem relatou ao interessado o compromisso inicialmente assumido se responsabilizou por ele e se tornou como que um fiador daquelas palavras. De outro modo, aquele que diz assume a responsabilidade pelas palavras, não importando, em um primeiro momento, a autoria delas. Isso revela que, se por um lado as *ideias* não têm vínculos profundos com os seus locutores, por outro elas se vinculam a quem as manifesta e as faz *repercutir*. Em vez da noção de autoria, as *ideias* são acompanhadas por uma noção de responsabilidade[70]. Nesse sentido, elas não são de alguém, não são criações individuais nem coletivas. Não há pontos de origem. Ao mesmo tempo, as *ideias* são de responsabilidade de todos que as *lançam*, que as *dão*, cada qual se tornando, ao manifestá-las, seu foco de irradiação. Em suma, as *ideias* se movem. Afinal, vale lembrar, elas acompanham as dinâmicas dos movimentos, mostradas na parte I. Em certo sentido, o modo como entendo as *ideias* se parece com o que Deleuze (1992 [1985]) fala dos novos esportes (surfe, windsurfe, asa delta). Neles, a questão não está mais nas fontes do movimento ou nos pontos de alavanca, mas na "inserção numa onda preexistente" (: 151). Para Deleuze, "já não é uma origem enquanto ponto de partida, mas uma maneira de colocação em órbita. O fundamental é como se fazer aceitar pelo movimento de uma grande vaga, de uma coluna de ar ascendente, 'chegar entre' em vez de ser origem de um esforço" (*ibid*.: 151).

Isso ficou nítido para mim durante a realização da pesquisa. Inicialmente, quando fazia trabalho de campo em prisões, obtive o *aval* de alguns *irmãos* para que eu pudesse desenvolver meu estudo sobre o PCC. Em certo momento, algumas atividades realizadas fora do ambiente carcerário me despertaram interesse. Foi quando acionei, por meio do meu marido, o *irmão* Matheus que, por sua vez, entrou em contato com outros *irmãos* de sua *quebrada* e lhes pediu que fizessem o possível para que eu pudesse acompanhar essas atividades. Embora não tenha sido ele que, inicialmente, havia me dado o *aval* para a pesquisa, ao me encaminhar para os cuidados de seus *parceiros*, ele firmava seu *aval* e, assim, reavivava a *ideia* do *aval* concedido para minha pesquisa. Ao me receberem e me darem o apoio necessário para acompanhar as atividades no Parque do Tom, os *irmãos* daquela *quebrada* estavam, também, me concedendo o *aval* para a pesquisa. Com isso, cada manifestação (literal ou não) favorável ao trabalho configurava também um *aval* para sua realização. Conforme a *ideia* se mantinha viva, ao passo que *repercutia*, eu colecionava avais. Cada um dos *irmãos* com quem tive contato nessa ocasião trabalhava 'em cima da palavra' de outro *irmão*, mas isso não os eximia da responsabilidade pelas suas próprias palavras (agora já não restritas a expressões verbais, mas concernindo mais amplamente a todo engajamento lançado para manter uma *ideia* viva). Quando um *irmão lançava a ideia* para o outro, o que fazia era *dar a palavra* por mim. Essa mesma dinâmica opera quando um *irmão* convida um *ladrão* para se *batizar* no PCC e, com isso, se tornar *irmão*. Ele passa a ser o seu *padrinho* e, ao apadrinhá-lo, dá a palavra por seu *afilhado* (Biondi, 2010: 98 *et passim*). Os avais que eu recebia, nesse sentido, não me eram dados com base na

minha palavra, no que eu havia proposto com relação à pesquisa; era a palavra dos *irmãos* envolvidos que estava em jogo.

Durante esse percurso, o *aval* dado inicialmente nem mesmo precisou ser lembrado. A *ideia* havia se desprendido do seu primeiro locutor e se mantinha viva a cada vez que era expressa. A responsabilidade por mim (tanto no sentido de autorização do meu trabalho quanto na garantia de minha segurança e no apoio necessário para que eu tivesse condições de realizá-lo) estava com os *irmãos* que me acompanhavam.

Nesse sentido, uma *ideia* só se mantém viva se houver quem a manifeste, o que implica assumir a responsabilidade por ela e, de certo modo, defendê-la. Para que ela se mantenha viva, portanto, é indispensável que esforços sejam engajados nesse sentido. Nenhuma *ideia* sobrevive por inércia. Nem mesmo a *ideia*-PCC que, como procurei expor em outro lugar, onde lhe dei o nome de PCC-transcendência (Biondi, 2010), tem sua existência garantida na imanência:

> Ao descrever o tracejado das linhas que formam a imanência do PCC, deparamo-nos a todo o momento com a referência ao PCC-transcendente. A imanência do *Comando* funciona na medida em que rebate em sua forma transcendente. Concomitantemente, o PCC-transcendência só existe porque tem como base a imanência que o garante. Uma não só constrói a outra como também uma só funciona com a outra à medida que se exigem, se solicitam mútua e incessantemente. (: 222)

Conquanto uma *ideia* de grande amplitude, sua dinâmica não se diferencia das demais. A *Paz – ideia* que se fortaleceu, ganhou amplitude, potência e não deixa de produzir efeitos que podem ser percebidos em diversos âmbitos da vida nas *quebradas* (independentemente da presença ou ausência de *irmãos*) e são até registrados nas estatísticas que apontaram queda no número de

homicídios no Estado de São Paulo (*vide* introdução) − é alimentada continuamente pelo *cuidado com as palavras* ao mesmo tempo que constitui uma balizadora para outras *ideias*. Com efeito, qualquer que seja a *ideia* a ser *lançada*, cuida-se para que as palavras sejam adequadas o suficiente para não abalar a *Paz*. Dessa forma, do mesmo modo como referencia cada um dos movimentos (e, por conseguinte, cada uma das *ideias*), é também incessantemente alimentada ao passo que é expressa nas falas e nas ações mais triviais, mais cotidianas. Assim também ocorre com a *ideia* do *aval* exposta acima, que se mantinha ativa à medida que era manifestada. Embora cada uma dessas *ideias* (PCC, *Paz*, *aval*) tenha diferentes alcances, amplitudes e propósitos, suas dinâmicas são bastante similares.

Se sua existência está condicionada à sua *repercussão*, cada vez que expressada, a *ideia* recebe as marcas da ocasião em que isso ocorre, daquilo que mobiliza para compor um movimento. Mais do que isso, sobre elas incidem forças que influenciam sua manutenção, transformação, fortalecimento; ela é o resultado desses embates. Disso decorre que, em primeiro lugar, as *ideias* sempre comportam mudanças; trazem consigo a possibilidade iminente de transformação. Em segundo lugar, as manifestações das *ideias* não ocorrem sem imprimir nelas suas condições situacionais. Uma *ideia* ainda mais trivial do que as mencionadas anteriormente, aquela que um *ladrão* preso remete em termos de um *salve* para um *parceiro* na *rua*, descrita no capítulo 3.1, pode exemplificar essa dinâmica. Se é a transmissão do *salve* que garante a sua sobrevivência, as condições circunstanciais impressas nessa transmissão (fatores como preguiça, tarifas entre operadoras de telefonia, falta de tempo e até mesmo a *responsa* dos envolvidos) fazem da operação de passar uma *ideia* adiante um

‘telefone sem fio’, como expressou Filomena: ‘E você tem dúvida que a ideia vai chegar outra totalmente diferente? Mó telefone sem fio!’. Se nesse caso, em que se procura levar uma *ideia* adiante sem alterá-la, já se assume a possibilidade de sua variação durante o seu percurso, nas ocasiões em que se tem a intenção de mudá-la, a transformação é ainda mais notável. Algumas vezes críticas são lançadas com o intuito de desfazer ou refrear essas mudanças: ‘Agora você já tá distorcendo as ideias!’, mas há ocasiões em que a mudança é tão grande que já não se é capaz de reconhecer a *ideia* precedente. Nesses casos, é preciso operar um corte: ‘Agora é outra ideia!’.

De uma forma ou de outra, a cada manifestação a *ideia* é revestida pelas condições situacionais nas quais ocorre e, por conseguinte, sofre mudanças com relação à manifestação anterior. Assim, até as *ideias* mais gerais, como a *Paz*, a *Igualdade* ou o próprio PCC, recebem as marcas das condições locais de sua manifestação e variam de acordo com essas condições. Às variações apresentadas, a *malandragem* denomina *ritmo*, nome dado também às próprias condições que revestiram a *ideia* e fizeram-na variar.

O *ritmo* de uma *quebrada*, por exemplo, se configura mediante as *ideias* que nela circulam. Há alguns anos, o Parque Harmonia era considerado uma *quebrada de coisa*. As *ideias* que circulavam ali, naquela época, mobilizavam uma série de movimentos que faziam com que a *quebrada* não estivesse ‘no ritmo do Comando’. Ao mesmo tempo, esse *ritmo* impedia a manifestação de *ideias* afins ao PCC. Nesse período, o *irmão* Rubens estava preso. Quando ele saiu da prisão, outros *malandros* recomendaram que ele não voltasse para a sua *quebrada*, pois ela ‘não tava no ritmo do Comando’. Entretanto, Rubens insistiu em voltar para lá: ‘Você acha que vou

pra outro lugar? Sou daqui da favela, só faltava! Daí eu vim pra cá e uns parceiros de outras quebradas me ajudaram a colocar os caras pra correr'. A *ideia* de *Paz* que operava em outras *quebradas* não encontrava condições para se realizar no Parque Harmonia. Segundo o *irmão* Rubens, 'não dava pra chegar na ideia com os malandrões. Não tinha ideia com eles. O jeito foi botar eles pra correr mesmo'. As condições locais, desse modo, revestiram a *ideia* de *Paz* com a forma de uma *guerra* e fizeram-na mobilizar elementos agonístico. Com o sucesso desse empreendimento, a *ideia*-PCC, acompanhada pela *ideia* de *Paz*, passou a se mover em outras condições situacionais que não as de *guerra*. A variação resultante da chegada dessa *ideia*, nesse sentido, foi uma conjugação que permitisse definir o Parque Harmonia como uma *quebrada do Comando*, que o fizesse estar 'no ritmo do Comando'. Segundo uma moradora, que também havia sido advertida quando disse que se mudaria para o Parque Harmonia, 'hoje em dia não tem mais opressão dos malandrões aqui. Falam mó bem da nossa quebrada'.

Ritmo, assim, diz respeito tanto às condições particulares que se acoplam às *ideias* quanto à variação resultante, que passa a ser ela própria a nova situação particular que pode fazer outras *ideias* variarem. Disso decorre que a exterioridade das *ideias* começa a ser eliminada no momento em que elas passam a ser revestidas pelas condições locais de sua manifestação. As *ideias* mais facilmente moldáveis às condições situacionais ou adaptáveis ao *ritmo* local são, portanto, mais potentes e duradouras do que aquelas cuja rigidez não comporta as adequações necessárias para sua *repercussão*. Essas últimas, concebidas como imposição e, portanto, como uma expressão da desigualdade (e, logo, contrário à *ideia* de *Igualdade*, potente balizadora para as demais), são

simplesmente ignoradas ou prontamente refutadas; elas deixam de *repercutir* e, então, morrem. Abordarei a morte das *ideias* adiante. Antes, contudo, descreverei de que forma elas *repercutem*, se *fortalecem* e, assim, não só se mantêm vivas como também ganham alcance e potência.

4.3. Fortalecer e repercutir

Os *malandros* sabem que as *ideias* que *lançam* só sobrevivem quando outros as *abraçam*. É por isso que, quando eles *lançam* uma *ideia* com a intenção de que a ela se acoplem elementos que comporão um movimento, se esforçam para que ela seja sedutora o suficiente para ser *abraçada* e, por conseguinte, *repercutida* por outros. Para tanto, mais do que trabalhar no seu próprio ponto de vista, não raro eles trabalham no ponto de vista do outro, fazendo com que a *ideia* que lançaram seja apropriada para a *situação* e vantajosa para aqueles que eles pretendem que a abracem.

Uma das maneiras mais difundidas na *malandragem* para efetuar essa operação é o que eles chamam de *entrar na mente* do outro[71]. Marques (2009) apresenta essa expressão para definir o “cabuloso”, “aquele que ‘não leva psicológico’ e que, por conseguinte, é capaz de ‘entrar na mente’ de outro”, especificamente em ocasiões de contenda, nas quais se pretende colocar o desafeto “na condição de sentir-se ‘pelo errado’ (ou ‘sem proceder’)” (: 63). Durante minha pesquisa, presenciei a enunciação da expressão *entrar na mente* também em circunstâncias muito mais corriqueiras e, para os propósitos deste livro, uma situação bastante trivial, como a escolha do programa de televisão a ser assistido pelos presos de uma cela na qual só há um aparelho para mais de trinta detentos, pode ser bem ilustrativa. Segundo Vagner, enquanto ele queria assistir a um

filme, Antônio, seu companheiro de cela, preferia ver um programa de auditório. Vagner sabia que, para alcançar seu objetivo, precisava fazer com que a maioria dos outros trinta presos da cela, que não haviam ainda manifestado suas preferências, *abraçasse* a sua *ideia*. Nos termos do próprio Vagner:

> Eu precisava entrar na mente dos caras. Aí eu fui... Um por um... Mas de um jeito que não era eu que tava impondo a minha ideia, que era o cara mesmo que pensava assim. Como eu sabia que tinha um companheiro que fechava comigo, eu falei: “Daniel, não sei você, mas eu e o Vinícius preferimos assistir a um filme que nunca vimos do que ver um negócio que passa toda semana”. E ele falava: “Podes crer!” Daí eu pensava: menos um. Daí seguia pro próximo e já falava: “Você acha justo não deixar o Daniel ver o filme? Ele tem que ver sempre o mesmo programa, toda semana?” E o cara já concordava. Daí eu seguia pra outra meia dúzia: “Não é, família?” Pronto! Um por um ia concordando e eu já tinha metade da cela. E eu continuava, rápido (tem que ser rápido!): “Não tô falando que é pra você fazer isso, mas eu, no seu lugar, dava uma oportunidade pros companheiros que querem assistir outro programa”. Já falava assim porque não tem jeito, o cara não vai falar que não dá oportunidade, entendeu? (Porque é de igual!) Só que eu não tô impondo nada pra ele, eu tô falando o que eu faria. E o cara abraça: “Isso mesmo, Vagner!” E eu já ia pro próximo, pá, pá, pá... Rápido! Sem dar chance pra pensar. É assim que se entra na mente. Não pode deixar pensar. No final, só o Antônio que queria ver o programa dele.

Nessa ocasião, Vagner não encontrou um adversário hábil em *entrar na mente* dos outros e rápido o suficiente para reagir às investidas dele. Raramente a vitória de uma das *ideias* se dá tão facilmente. Entretanto, o que nos interessa nesse caso é a exposição, por Vagner, da maneira pela qual ele fez sua *ideia* vencer a de Antônio. Segundo Vagner, ele *entrou na mente* de um por um dos seus companheiros de cela para fazer com que, do ponto de vista deles próprios, sua *ideia* fosse a mais atrativa. Em outras palavras, ele fez com que os outros desejassem a *ideia* de ver o filme. Por conseguinte, essa *ideia* deixou de ser de Vagner para ser

compartilhada por todos os companheiros da cela (com a exceção de Antônio). A *ideia*, com isso, se *fortaleceu*.

Embora essa seja uma *ideia* de alcance temporal limitado, que desapareceu após a exibição do filme, ela mostra dinâmicas que são também encontradas em assuntos de maior amplitude. É inclusive assim também que se impõem *ritmos*, o que difere substancialmente da imposição de *ideias*. Como afirmei acima, *ritmo* diz respeito tanto às condições particulares que se acoplam às *ideias* quanto à variação resultante. Longe de consistir em uma unidade natural, também não há formações preestabelecidas a recebê-lo; elas são sempre provisórias, existentes apenas à medida que a elas se refere. Nesse sentido, *ritmo* é um termo requisitado nos momentos em que se pretende aludir a uma configuração formada por um feixe de movimentos, diga ela respeito a um intervalo de tempo (uma época), uma *quebrada*, um casal, uma cadeia, um pavilhão, uma cela, uma pessoa, uma cidade ou uma perspectiva (financeira, social etc.). Essa variedade das formações às quais se atribui um *ritmo* ficou evidente nas diversas circunstâncias em que esse termo foi acionado durante minha pesquisa: 'Em dia de semana, o ritmo daqui é outro' (em referência ao fim de semana); 'Aê, tá colocando a fila dos *raios* [pavilhões] par no mesmo ritmo das dos *raios* ímpar!' (observação feita para a mulher que cuidava das filas de visitantes de um pavilhão – como são chamados os raios –, na porta de uma prisão); 'Tem que ver como é que tá o ritmo daquela cadeia'; 'Naquela época, era outro ritmo'; 'Aquela quebrada funciona num ritmo diferente daqui'; 'Esse irmão tá em ritmo de cadeia; é que ele acabou de ganhar a liberdade'; 'Aquela penitenciária tá no ritmo de CDP'; 'Logo coloquei o *xis* [cela] no meu ritmo'. Embora essa variedade torne inviável qualquer tentativa de mapeamento de *ritmos*, não impede que eles

sejam percebidos, sentidos, avaliados e, finalmente, alterados. Não impede, sobretudo, que os *malandros* elaborem um conhecimento acerca deles, fundamental para que se possa trabalhar na sua transformação.

Conversando com Lucas e Maria sobre a situação de Eugênio na cadeia (já mencionada no capítulo 2), ela se queixou:

> − Já faz mais de um ano que ele tá preso, todo mundo sobe pra burra [cama] e ele continua dormindo no chão.
> − Mas não é o tempo ininterrupto de cadeia que vai dizer quem dorme na cama e quem dorme no chão? – perguntei, com base no conhecimento que eu tinha sobre os debates acerca dos lugares em que cada preso dorme.
> − De onde eu vim era desse jeito – respondeu Lucas.
> − Então! Não dá pra chegar lá e resolver essa situação? – sugeri.
> − Ah... Tem que ver primeiro como é que lá tá funcionando – ponderou Lucas.

Lucas evitou fazer qualquer avaliação precipitada, que isolasse um fator (o critério sobre quem dorme onde) do *ritmo* no qual se dá. Para 'dar a ideia' no preso que está *na responsa* da cadeia ou do pavilhão onde Eugênio está preso, Lucas precisava saber como aquela cadeia estava funcionando, como andava o *ritmo* dela. Só assim ele poderia dar uma *ideia* adequada, apropriada, que não apresentasse grande exterioridade com relação ao *ritmo* local e, assim, tivesse mais chances de ser *abraçada* e, por conseguinte, *fortalecida*. Depois dessa conversa, o assunto não veio mais à tona, ao menos na minha presença. Entretanto, essa breve conversa foi importante por chamar minha atenção para o cuidado de se conhecer o *ritmo* local antes de *lançar* qualquer *ideia*.

Atenta a isso, posteriormente pude acompanhar parte da luta de Lucas para impor seu *ritmo* na *quebrada*. Ao chegar da cadeia e durante algum tempo 'ficar na bolinha de meia, só observando', Lucas avaliou que muitas vezes os *irmãos* dali eram muito

precipitados em suas decisões e rígidos nas *consequências* que aplicavam àqueles que não estariam agindo *pelo certo*: 'Eles tão agindo pela emoção, e não pela razão'. Avaliou, assim, que o *ritmo* que ele percebia ali parecia não combinar com a *ideia* de *Igualdade* e, por isso, decidiu intervir a fim de impor seu *ritmo* (segundo ele, esse sim condizente com a *ideia* de *Igualdade*) na *quebrada*. Para tanto, procurou as *brechas* e estudou a melhor maneira de *trabalhar* nelas. Em um primeiro momento, preferiu *dar o exemplo* ao oferecer maior *atenção* à população e aos problemas que ela trazia para ele. Dizia se empenhar ao máximo para resolvê-los sem, contudo, recorrer à violência física. Lucas se declarava um *irmão radical*, firme nas suas convicções e irredutível quanto à *disciplina do Comando*: 'Não pode cometer falha', repetia sempre. Isso não remete, na sua *visão* (cf. capítulo 7) ao uso da violência, reservado apenas para casos extremos. Pelo contrário, procurava sempre *contornar a situação*, *instruir* e *dar oportunidade* aos que falhavam. Nos *debates*, lançava sempre *ideias* que tivessem o seguinte norte:

> Não pode dar um tratamento pros irmãos e outro diferente pra população. Pelo contrário, é o irmão que tem que dar o exemplo. Se ele falhar, tem que ter uma consequência ainda maior... Pra dar o exemplo mesmo, entendeu? Porque como ele vai cobrar se ele não tiver pelo certo? E, também, se a população vê que o irmão pode tudo e ela não pode nada, tá desigual. Tem que tomar cuidado com a revolta dos humildes.

Essa não foi a única ocasião em que me foi relatada uma *cobrança* maior aos *irmãos*. Em outro caso, um *irmão* que, segundo ele próprio, 'já fez muito pelo Comando', foi *excluído* do PCC por um motivo que considerava irrelevante frente a tudo o que fizera: o atraso no pagamento de uma dívida. Entretanto, sabia que cabia a ele, *irmão*, *dar o exemplo* e, por isso, não questionava a *cobrança* que recebera. As *consequências* severas aplicadas aos *irmãos* por eles terem de *ser exemplo* costumam ser associadas à noção de

humildade, que constitui uma das características mais admiradas na *malandragem*. É uma maneira de promover e garantir a *Igualdade* e, por conseguinte, evitar a produção de não-humildes, que motivariam uma ‘revolta dos humildes’.

Com essa postura, Lucas procurava impor seu *ritmo* na *quebrada*. Certa vez, o dono de um pequeno comércio localizado na *quebrada* disse ter sido roubado e descreveu o assaltante. Lucas explicou: ‘Aqui é assim: da avenida pra lá pode assaltar, que é área de boy. Da avenida pra cá, na quebrada, não pode. O cara não podia ter roubado o tiozinho’. Com base na descrição do comerciante, os *irmãos* localizaram o *correria* e o chamaram pra um *debate*. Mediante a confissão espontânea do autor do roubo, um *noia*, Álvaro, um dos *irmãos* presentes lançou sua ideia:

> − Tem que dar um pau bem dado nesse maluco pra ele aprender que não pode ficar roubando morador na quebrada!
> − Isso mesmo! – concordou outro *irmão*.
> − Pera aê! O rapaz cometeu a falha, tá errado, dá mesmo vontade de dar um pau nele, mas o cara é noia. Não tem muito envolvimento com o crime. Vai que ele chega em casa, todo machucado, e algum familiar dele chama a polícia? Daí traz uma complicação que não precisa... Por causa de um noia? – ponderou Lucas.
> − É... Podes crer! – disse outro irmão.
> − E daí fica por isso mesmo o que ele fez? Virou festa, todo mundo pode sair roubando na quebrada que não acontece nada? – exclamou Álvaro.
> − Não é bem assim... O mais importante pro Júnior [comerciante] é ter o dinheiro de volta. Na minha visão... Veja bem: não tô falando que é pra vocês fazerem isso... Mas na minha visão esse noia tinha que devolver o dinheiro e ainda pedir desculpa lá no comércio, na frente de todo mundo. E ainda agradecer pela oportunidade, porque da próxima não vai ter aché! – sugeriu Lucas.
> − Eu fecho nessa ideia!
> − Eu também!

Lucas explicou seu procedimento para que a *ideia* que lançara fosse vitoriosa no *debate*:

> Não pode bater de frente logo de cara. Tem que falar que o cara tá certo, dar razão pra ele e, a partir da própria ideia do cara, encontrar uma brecha pra lançar outra ideia. É assim: o cara tá na febre de pegar o noia na porrada. Só que eu sei que o outro lá tem uma biqueira, que se chama a polícia, dá problema. Ele vai ter prejuízo. Então essa é a brecha que eu entrei. Na visão do próprio cara, entendeu? Tem que entrar na mente pra ficar um passo na frente. Sempre! Então eu já tinha na minha cabeça que o irmão Álvaro ia reclamar e já sabia o que responder. Se eu chegasse lá e falasse: "Coitado do rapaz, ele tava na fissura, vamos dar uma chance pra ele", ninguém ia abraçar. Tive que jogar com o que interessava pra ele, trabalhar dentro da mente dele, entendeu?

Aos poucos, Lucas procurava *impor seu ritmo*. 'Ele quer ser o geral da quebrada' – contou-me Maria, que continuou: 'Sabe, eu gosto dele, mas acho que ele não vai durar muito...'. Perguntei por que ela achava isso e Maria me disse: 'Ele tá dando mancada em tudo que é canto, envolvido em umas ideias erradas... Pior, agora resolveu bater de frente com os outros irmãos. Preciso dar um jeito de dar algumas ideias nele. Porque tô achando que, desse jeito, ele não vai durar muito, não'.

De fato, dias depois Lucas se envolveu em um *debate* no qual questionava a atitude de outros *irmãos*. Diferente do que estava fazendo antes, quando tentava *impor seu ritmo dando o exemplo* e *lançando ideias* que ganhavam força, Lucas decidiu *bater de frente com os irmãos* e chamá-los para um *debate*. Não tenho detalhes de como esse *debate* ocorreu[72], mas sei que o *irmão* Lucas chegou a propor *devolver o papel* (abrir mão da condição de *irmão*) por se recusar a andar *lado-a-lado* com quem não *andava pelo certo* (se referindo aos outros *irmãos*). *O certo* será abordado no capítulo 8. É importante adiantar, contudo, que não se trata de prescrições, mas,

antes, de um método. Como ‘quem corre com errado, errado é’, isso quer dizer que, indiretamente, estaria acusando os *irmãos* de não estarem *na disciplina*, o que pode levar à interpretação de que Lucas estivesse sugerindo que eles fossem *coisa*: ‘No desbaratino, ele tava tirando os irmãos de malandrão. Só que ele mesmo tava tendo uma atitude de malandrão nessa fita’, comentou outro *correria*. De acordo com esse *correria*, a forma pela qual Lucas os acusou não estava, ela mesma, de acordo com a ética do *Comando*, pois deixava de agir como um *igual* para se posicionar como alguém que não compartilha das mesmas *ideias* de seus *irmãos*. Com efeito, as *ideias* que lançou nesse caso eram exteriores às condições locais e às *ideias* correntes. Isso lhes conferiu uma característica de imposição, potencializada pela forma como foram *lançadas* (como objeto de um *debate* e não como meio pelo qual se procura vencer um *debate* que trata de outro assunto). Na tentativa de *impor seu ritmo*, na sua *visão* o ‘mais de igual’, Lucas teria deixado de agir na *Igualdade*.

Lucas saiu vivo desse *debate* (havia o risco de isso não acontecer, particularmente em função da gravidade do que estava sendo debatido), mas continuou *ramelando* (cometendo erros) na *quebrada* e era cada vez mais malvisto pelos outros *malandros*. Antes que Maria pudesse ‘dar algumas ideias nele’, Lucas foi preso novamente e não tive mais notícias suas.

A maneira como o *irmão* Lucas tentou *impor seu ritmo* na *quebrada* mostra, em primeiro lugar, que a imposição de um *ritmo* nada tem a ver com impor *ideias*, mas com a semeadura de *ideias* no âmago do *ritmo* vigente. Só *ideias* (feitas) imanentes ao próprio *ritmo* são capazes de alterá-lo. Em segundo lugar, as *ideias* de Lucas perderam força à medida que ele próprio perdeu força ao se

envolver em *ideias erradas* e, posteriormente, ao deixar de ser *de igual* em sua luta por um *ritmo* mais condizente com a *Igualdade*. Em outras palavras, Lucas ganhava força à medida que suas *ideias repercutiam* e se *fortaleciam*, ao mesmo tempo que suas *ideias* se revestiam da força que ele tinha. Posteriormente, ao se envolver em *ideias erradas*, ele perdeu força e, consequentemente, suas *ideias* também enfraqueceram. A força do *ladrão* e de suas *ideias*, nesse sentido, andam sempre juntas: se por um lado a força de quem a manifesta é impressa na própria *ideia*, que se *fortalece* e *repercute*, por outro, um *malandro* que não consegue fazer *repercutir* suas *ideias* perde a sua força.

Como vimos, para que as *ideias* se mantenham vivas, elas precisam *repercutir* continuamente, e isso só ocorre quando são interiores às próprias circunstâncias nas quais se manifestam. Essa dinâmica conduz à rejeição de qualquer relação de mando, que por suposto indica a incidência de *ideias* exteriores às correntes. Isso ajuda a entender a 'complexa dificuldade de comunicação' (Marques, 2010a: 313) entre Marcola e os deputados federais que colhiam seu depoimento para a CPI do Tráfico de Armas[73] em torno da noção de liderança. Marques nos mostra que cada vez que os deputados perguntam por "liderança", Marcola responde com "presos", "sistema". Por mais que Marcola tente descrever "consenso", os deputados continuam insistindo em "liderança". No seio dessa "dificuldade de comunicação", Marcola menciona a questão do crack:

> Foi essa organização criminosa que viu a degradação a que os presos estavam chegando e viu que estavam totalmente sob... em falta de controle. Não tinha como controlar o *crack* dentro da prisão. Então foi simplesmente abolida, pro cara... Como se abole uma droga que faz o cara roubar a mãe, matar a mãe e tudo o mais? É difícil. Então tem que mostrar a violência e

falar: *“Ó, cara, se você usar isso, pode te acontecer...”* (: 26; grifos no original).

O deputado enxerga nessa fala uma indicação de que há, no PCC, relações de liderança, de mando:

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA − Agora, para se chegar a uma decisão sobre isso, é preciso que haja um comando.
O SR. MARCOS WILLIAN HERBAS CAMACHO (Marcola) − Um consenso.
O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA − Um consenso, um comando.
O SR. MARCOS WILLIAN HERBAS CAMACHO (Marcola) − Um consenso, o senhor não acha? (: 26)

Marcola parece perceber que o sentido atribuído pelo deputado ao termo “comando” difere substancialmente do que os *ladrões* chamam de *Comando* (o próprio PCC). Ele então oferece sua descrição sobre como a ideia da proibição do crack dentro das cadeias *repercutiu* e continua viva:

O SR. MARCOS WILLIAN HERBAS CAMACHO (Marcola) − Alguém dá uma ideia, por exemplo. Alguém pensa, raciocina e fala: “Ô, gente, o que que vocês acham de a gente abolir o crack *dentro da prisão?*”. Isso é mandado pra todas as penitenciárias, todas as penitenciárias do Estado. (…) Aí os presos de todas as penitenciárias vão expor suas opiniões, contrárias ou a favor. Se a maioria for a favor de abolir o *crack*, o *crack* vai ser abolido, conforme foi o caso (: 27).

Não se trata, portanto, de uma imposição ou, nos termos de outro deputado, de uma decisão:

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS − Ao falar sobre a organização e algumas medidas que ela tomou ao longo do tempo, como por exemplo, abolir o *crack* nos presídios, você disse: *“Toma-se essa decisão e passa para todos os presídios”*.
O SR. MARCOS WILLIANS HERBAS CAMACHO (Marcola) − Não, toma decisão, não. Pega essa opinião, passa para todos os presídios... (: 79).

Marcola descreve como uma *ideia* é lançada a partir das próprias condições situacionais correntes (“viu a degradação a que os presos estavam chegando”), de forma que pareça vantajosa e, assim, seja sedutora. Conforme os outros a *abraçam*, ela passa a *repercutir*. Ela deixa de ser a *ideia* de um para se tornar o que ele chamou de *consenso* (sobre essa noção, *vide infra*, capítulo 7.3). Com isso, ela se *fortalece* à medida que *repercute*, que se faz movimento e se mantém viva mediante o engajamento de esforços nesse sentido.

De fato, vale insistir, nenhuma *ideia* sobrevive sem que seja constantemente alimentada, nem mesmo uma *ideia* de grande amplitude. Foi isso que Ronaldo, ao se despedir de um *irmão* ao término de um telefonema, procurou enfatizar: ‘É isso mesmo, irmão: Paz, Justiça, Liberdade, e lutando sempre pela Igualdade!’. Mas, como veremos a seguir, há também situações nas quais esforços são dispendidos para desativar *ideias*.

4.4. Deixar no gelo e fazer a ideia morrer

Como vimos, basta que as *ideias* deixem de *repercutir* para que elas morram. É quando elas deixam de mobilizar elementos capazes de, com elas, compor um movimento. No entanto, há algumas maneiras – que diferem sutilmente entre si – pelas quais isso ocorre. Uma delas é quando *uma ideia lançada* não é *abraçada* por ninguém, deixa de ser manifestada e, portanto, *morre*. Isso pode ocorrer quando se *vai pras ideias*, quando é realizado um embate (muitas vezes no que os *ladrões* chamam de *debate*) no qual apenas uma das *ideias* sobrevive. Nesse caso, uma delas *morre* a favor de outra que sobrevive, como no caso exposto acima, em que a *ideia* de agredir o rapaz que roubara em sua própria *quebrada* morreu ao passo que a *ideia* de fazê-lo devolver o dinheiro e pedir desculpas

foi levada adiante. Também deixam de ser *abraçadas* as *ideias* que têm grande exterioridade com relação ao *ritmo* corrente e, por isso, não são capazes de se acoplar a ele, como o que ocorrera com a tentativa de Lucas de *lançar ideias* que visassem impor seu *ritmo* na *quebrada*.

Diferente das *ideias* que morrem por não serem *abraçadas* por ninguém, há aquelas que dispõem de condições mais favoráveis do que outras para que continuem a *repercutir*. É o caso dos vários relatos acerca do nascimento do PCC que se apagaram das narrativas dos presos quando um deles foi registrado no livro *Cobras e lagartos* (Jozino, 2004). Logo após o lançamento desse livro, a *ideia* registrada sobre o aparecimento do PCC passou a *repercutir* como se tivesse sido sempre a única existente, como se as demais nunca tivessem existido. Nesse caso, o livro foi o aporte material para uma das *ideias* sobre seu nascimento e conseguiu dar força a ela. Com esse aporte, ela prevaleceu sobre as demais, que deixaram de existir na medida em que deixaram de ser manifestadas.

Há ainda *ideias* que morrem quando as *situações* em que elas se manifestam são contingentes e em determinado momento elas simplesmente deixam de ser requisitadas. Esse foi o caso apresentado acima em que presos de uma mesma cela discutiam qual programa de televisão seria assistido por todos. Após a exibição do programa, a *situação* que requisitava sua existência se desfez, levando a *ideia* consigo.

Sutilmente diferente, por um lado, das *ideias* que morrem a favor da sobrevivência de outras cujas condições são mais favoráveis para *repercutir* e, por outro, daquelas cujas condições de possibilidade deixam de existir, há *ideias* que morrem em função da mudança das

circunstâncias favoráveis à sua *repercussão*. Foi o caso do *debate* sobre o furto de máquinas caça-níqueis (capítulo 3.1), em que a *ideia morreu* para os envolvidos no furto quando o *irmão* Wando deixou de dar prosseguimento ao *debate*. Nesse caso, era ele quem oferecia as circunstâncias para a *repercussão* daquela *ideia*, ao menos naquela *quebrada*. Ressalto que, embora essa *ideia* tenha morrido para *correrias* da Favela Cadência, não posso afirmar que o movimento cessou, uma vez que não acompanhei o deslocamento de Wando para sua *quebrada* de origem. O que notei foi o desaparecimento da *ideia* na Favela Cadência, onde não era vantagem para os acusados do furto fazer aquela *ideia repercutir*. Pelo contrário, interessava-lhes sua morte.

Com efeito, os *ladrões* sabem que as *ideias* morrem quando deixam de ser manifestadas. Assim, não é raro que, quando avaliam ser vantajoso, articulem suas ações na tentativa de barrar a *repercussão* de alguma *ideia* ou que direcionem esforços para deixar de alimentá-la. É isso o que ocorre quando um *malandro*, para colocar fim a uma controvérsia que, segundo avalia, se encaminha a um desfecho desfavorável ou indesejado (ou, ainda, toma rumos que exigirão um investimento que não pretende fazer), declara ‘morreu a ideia’, propõe ‘enterrar a ideia’, ‘colocar uma pedra em cima’ ou, ainda, ‘deixar no gelo’.

Embora os *ladrões* saibam que *ideias* mortas ou *enterradas* possam ser *desenterradas* (retomarei esse ponto adiante), há *situações* nas quais se procura enfatizar a possibilidade de sua futura retomada. É isso que se pretende fazer quando se deixa uma *ideia no gelo*. Nesse caso, quando sua retomada não é vantajosa para algum dos envolvidos, é comum que enfatize a diferença entre *enterrar* e *deixar no gelo*: ‘É melhor enterrar essa ideia, porque gelo derrete’. Dessa

forma, quando se deixa uma *ideia no gelo*, fica claro que, embora seja deixada de lado, pode ser recuperada a qualquer momento. Em outras palavras, há uma suspensão deliberada de sua *repercussão*.

Isso é bem diferente do que, como dizem os *malandros*, ‘passa batido, mas não despercebido’, quando se nota algo que poderia suscitar alguma *ideia*, mas se decide não fazê-lo. Isso geralmente é dito quando um *ladrão* percebe uma *brecha* dada por outro e, embora prefira (naquele momento) não levantar nenhuma *ideia*, deixa claro que não está de *chapéu atolado*[74]. Constitui também uma espécie de aviso ou de lembrete, de modo que o outro saiba que não passa incólume à sua atenção e que as *brechas* que dá podem trazer *consequências*. Nesse sentido, a *ideia* morre já em sua forma embrionária, mas nem por isso deixa de produzir efeitos. Além disso, embora o que foi notado não receba nenhum tratamento, e sequer chegue a compor uma *ideia*, ele permanece como que um estoque para *ideias* futuras.

O que os *ladrões* chamam de *melhor hora*, por sua vez, difere tanto de uma *ideia* que já foi debatida ou que já *repercutiu*, mas foi deixada *no gelo*, quanto do que nem chegou a se configurar uma *ideia* (o que ‘passa batido, mas não despercebido’). Essa expressão é muito utilizada nos casos em que envolve a execução de alguém, particularmente quando a *bandeira branca* está hasteada e, por isso, ‘não pode matar’ ou quando uma morte pode trazer resultados não desejados para o momento. Trata-se, assim, de movimentos cujas condições não são favoráveis para que os rumos pretendidos sejam tomados. Nesse caso, os *ladrões* propõem ‘deixar pra melhor hora’, a fim de aguardar as condições favoráveis para que se possa dar prosseguimento à *ideia*.

Vimos que há diversas circunstâncias sob as quais as *ideias* morrem, são suspensas ou desativadas: quando ninguém a *abraça*, quando ela desaparece junto com os arranjos que a trouxeram à tona, quando as condições não são favoráveis à sua *repercussão*, quando se opta deliberadamente por enterrá-la ou deixá-la *no gelo*, quando é postergada para a *melhor hora* ou, ainda, quando ela é interrompida já no momento de seu aparecimento. Existem, contudo, ocasiões em que esforços são direcionados no sentido de deixar de alimentar as *ideias* a fim de evitar sua *repercussão* ou, ao menos, de fazer esvanecer sua força potencial. Em ambos os casos, isso implica retirar da *ideia* os elementos que com ela compõem um movimento, procurando desassociá-los. Assim, para deixar de alimentar *ideias* que estão atreladas a alguém ou quando esse alguém pode contribuir, de alguma forma, para que ela permaneça viva, é muito comum ouvir os *malandros* dizerem que 'quem não é visto não é lembrado'. O estatuto dessa expressão ficou nítido para mim quando acompanhei o apoio de dois *irmãos* (Dorival e Nicolas) para a realização de um evento organizado por moradores de uma *quebrada*. Eu soube que Dorival concedera algum apoio financeiro e operacional, mas mal apareceu em reuniões da organização ou mesmo no dia do evento. Nicolas, pelo contrário, estava sempre presente, seja nas reuniões, durante a realização de tarefas operacionais, quando oferecia seu carro para transportar pessoas ou produtos ou quando pagava lanches para os que trabalhavam na realização do evento. Ainda que não interferisse nas deliberações dos moradores ou na organização do evento, fazia-se presente em todos os momentos e se colocava à disposição para o que precisassem. Cuidou inclusive para que o evento não fosse prejudicado pela presença de pessoas procuradas pela Justiça, evitando qualquer tipo de associação do evento

organizado pelos moradores com ações do *crime*. Disse ter cuidado também da segurança dos participantes, embora eu não tenha entendido bem o que ele quis dizer com isso. No dia mesmo do evento, ajudou a socorrer uma senhora que tivera mal-estar, levando-a ao pronto-socorro, e lá aguardou até que pudesse trazê-la de volta à *quebrada*. Entretanto, durante o tempo em que acompanhou essa senhora no hospital, alguns *moradores* procuraram-no para resolver um problema que surgira com relação ao horário em que o artista contratado se apresentaria. Ao não encontrá-lo, começaram a criticá-lo por não estar presente em um momento essencial. Mesmo diante da informação de que ele havia saído para socorrer uma senhora que passara mal, as críticas não cessaram e, pelo contrário, passaram a versar sobre todas as fases da organização do evento. Nicolas passou a ser responsabilizado por tudo o que, aos olhos dos *moradores*, poderia ter feito, mas não fizera: 'Ele não podia ter arrumado uma ambulância pra ficar aqui pros casos de emergência?'; 'O cara conhece aquele cantor famoso. Bem que podia ter chamado ele pra se apresentar aqui'; 'E o lanche que ele trouxe aquele dia? Que miséria! Podia ter trazido alguma coisa melhor'.

Quando Nicolas chegou do hospital, foi recebido com críticas a respeito de sua ausência e do artista que estava atrasado para a apresentação. Ele, então, se afastou dos moradores e comentou com Ivan, seu *parceiro*:

− O pior é que nem fui eu que contratei esse maluco.
− E quem foi? – perguntei.
− Não sei, mas sei que ele é conhecido do Dorival.
− E onde ele tá? – indaguei.
− Foi pra Baixada com a mulher dele, curtir uma praia – respondeu Nicolas.
− O cara apareceu uma vez aqui e outra ali, e ninguém fala um "a" dele. Você, que deu assistência o tempo todo, não para de ser cobrado. É pra você

> aprender, Nicolas: quem não é visto não é lembrado – disse Ivan.

Isso evidencia como a presença constante do *irmão* Nicolas favoreceu a *repercussão* de *ideias* ligadas a ele. Mostra também, por contraste, que o *irmão* Dorival quase não foi visto e, assim, não foi lembrado. Isso evitou a *repercussão* de qualquer *ideia* vinculada ao seu nome, inclusive relativa à contratação do artista indicado por ele.

Se a visibilidade de Nicolas suscitou o aparecimento de *ideias* em torno de seu nome, a ausência de Dorival evitou a *repercussão* de *ideias* nas quais ele se envolvera. Esse é um caso em que a visibilidade e a invisibilidade dos *irmãos* envolvidos definiram os rumos das *ideias* logo em seu aparecimento. Entretanto, há casos nos quais *malandros* se envolvem em *debates* que podem lhes trazer *consequências* indesejadas e, mesmo que já faça ‘uns dias que as ideias tão rolando’, eles procuram evitar sua *repercussão* ao efetuar a expressão ‘quem não é visto não é lembrado’.

Embora esperem que, ao deixar de *repercutir*, essas *ideias* morram, nem sempre isso ocorre. Afinal, nunca é possível garantir a morte definitiva de uma *ideia*. Ainda assim, é comum notar o esforço de alguns *malandros* para que ela perca sua força potencial. Uma reportagem transcrita por Feltran (2010)[75] apresenta gravações de um *debate* que definiria se um rapaz pagaria com sua vida por ter tirado a vida de outro. Nele, é possível notar a preocupação dos *ladrões* envolvidos em dar um *xeque-mate*, ou seja, colocar fim à *ideia*:

> Agora nós tem que dar esse xeque-mate. Nós não pode colocar nada em risco, cara, que venha amanhã ou depois, ‘tá’ refletindo sobre mim, sobre o ‘aquário’, sobre você, sobre o nosso irmão, aí, o ‘Sadam’. Porque, automaticamente, é igual internet: um canal puxa todos, e tudo é um corpo só, é um elo que está envolvido, entendeu irmão? (: 67)

O “risco” mencionado está ligado ao que tratei no capítulo 4.2: uma *ideia* se desprende de seus locutores, pode tomar rumos inesperados e até indesejados e, por fim, retornar a eles. Para evitá-lo, era preciso fazer com que aquela *ideia* perdesse sua força e não *repercutisse* mais. Por isso, os presos que participavam do *debate* deram uma *ideia* em um dos envolvidos:

> Você está recebendo uma oportunidade de vida, entendeu? [...] Se acontecer qualquer tipo de situação com a família do [rapaz] que faleceu, com a família da mulher dele, que é a que estava em cima da moto, ou até mesmo com a menina que estava em cima da moto, que tenha dedos seus envolvidos, nós ‘vai’ cobrar radicalmente para cima de vocês. (: 67)

Com isso, os *irmãos* procuraram evitar que o rapaz se vingasse da família do assassinado por ela ter levado a *ideia* adiante e motivado o *debate* que culminou na morte de seu *parceiro*. Em seguida, *deram uma ideia* no irmão do rapaz que fora assassinado:

> − Então, veja bem: você só vai cobrar, moleque, o cara que tirou a vida do seu irmão. Entendeu cara?
> − Mas os dois ‘vai’ ficar impune, irmão?
> − Ô moleque! A questão não é que eles ‘vai’ ficar impune. A questão é que os dois não ‘tirou’ a vida do seu irmão. Tudo bem, eles ‘tavam’ na hora, mas eles não ‘tirou’ a vida do seu irmão. Entendeu, cara?
> − Certo.
> − Então, a gente é justo e correto. Entendeu, moleque?
> − Certo. (: 67)

Dessa forma, para evitar tanto novas mortes quanto *consequências* relativas às decisões tomadas no *debate*, os *irmãos* procuraram barrar a *repercussão* daquela *ideia*. Afinal, se a *ideia* não fosse mais alimentada, ela desapareceria e, quiçá, morreria. Embora isso desse alguma garantia aos *irmãos* de não enfrentarem problemas futuros decorrentes daquele *debate*, ela não era absoluta, pois, como mostrarei a seguir, *ideias* mortas podem ser *desenterradas*.

4.5. Desenterrar

Se nenhuma *ideia morre* definitivamente, elas podem ser reativadas. Há ocasiões em que uma *ideia* deixa de ser alimentada e, posteriormente, ressurge ou, como se diz na *malandragem*, é *desenterrada*. O próprio *aval* que tive para desenvolver minha pesquisa ou aquele que, especificamente, me permitiu acompanhar algumas atividades realizadas no Parque do Tom (capítulo 4.2) podem ilustrar de que forma isso ocorre.

No fim das atividades no Parque do Tom, aquela *ideia* do *aval* deixou de *repercutir* entre os *irmãos* que se empenharam em possibilitar minha presença ali. Além disso, aos poucos fui perdendo contato com os *irmãos* presos que me deram o *aval*. Sobretudo no fim do período de pesquisa empírica que baseou minha dissertação de mestrado, deixei de alimentar essa *ideia* e, com isso, ela desapareceu. Assim, embora ninguém tenha declarado a morte dessa *ideia*, ela deixou de ser manifestada.

Quando iniciei a pesquisa para este livro, era importante trazer essa *ideia* novamente à tona, fazê-la aparecer de novo. Em outras palavras, cabia a mim *desenterrá-la*. Como não se tratava de uma *ideia* de grande amplitude, que teve grande *repercussão* na *malandragem*, enfrentei dificuldades em retomá-la. O ideal seria *rastrear* especificamente aqueles *ladrões* que originalmente me deram o *aval*, quer dizer, localizar seus paradeiros para, a partir deles, fazer com que essa *ideia* do *aval* voltasse a *repercutir*. Infelizmente, não consegui contato nem com os *irmãos* que já estavam presos na época, nem com aqueles que conheci no Parque do Tom, cuja informação das prisões chegaram até mim posteriormente. Diante disso, a cada novo contato, mencionava o *aval* que eu obtivera anteriormente e por quem foi dado. Alguns

deles afirmaram conhecer um ou outro dos que me deram o *aval*, mas eu nunca soube se essa *ideia* chegou até eles. Seja como for, se por um lado obtive novos apoios para a pesquisa, por outro, minha tentativa de *desenterrar* a *ideia* a partir dos primeiros que me deram o *aval* foi fracassada[76].

Para *desenterrar uma ideia*, portanto, não basta simplesmente que alguém mencione sua existência outrora. Isso porque, como vimos antes (capítulo 4.2), ao *repercutir uma ideia*, aquele que a manifesta assume a responsabilidade por ela e dificilmente o fará sem se certificar por onde essa *ideia repercutiu* (se passou por *ladrões* de sua confiança ou não), como isso ocorreu e, finalmente, se ela não chegou *distorcida* até ele[77]. Para que se encontre alguém disposto a fazer uma *ideia* voltar a *repercutir*, é fundamental também haver motivos pertinentes para se *desenterrar* uma *ideia* e que ela encontre condições favoráveis para a sua *repercussão*.

O que os *ladrões* chamam de *melhor hora*, já mencionada acima (capítulo 4.4), exemplifica as *ideias* que só são *desenterradas* mediante o aparecimento de condições favoráveis para que isso ocorra. Assim, algumas vezes, quando alguém comete um ‘erro grave’ que exige algum tipo de *cobrança*, espera-se a *melhor hora* para cobrá-lo; aguardam-se condições favoráveis para fazê-lo. Uma situação de rebelião em uma cadeia, por exemplo, é considerada um momento adequado para *desenterrar* algumas *ideias* a fim de realizar essas *cobranças* (que podem ou não implicar na execução daquele que está sendo *cobrado*). Isso ilustra a grande responsabilidade daqueles que *desenterram* alguma *ideia* ou que a *repercutem*: *ideias* mantidas mortas podem preservar vidas.

Essa dinâmica segundo a qual as *ideias* sempre podem ser *desenterradas* trouxeram outras implicações importantes para a

pesquisa. Isso porque a dinâmica de vida e morte das *ideias* requer uma atenção especial com relação à responsabilidade de se fazer perguntas. Se algumas vezes morre uma *ideia* que poderia custar a vida de alguém, por mais que o modo como essa *ideia* morreu pudesse contribuir para minha pesquisa, eu precisava ter muito cuidado para não ressuscitá-la e reativar o *debate* que poderia, no limite, levar alguém à morte[78]. Muitas vezes, ao pesquisador é absolutamente desaconselhável perguntar, se ele não deseja ser responsável (e quiçá responsabilizado) pela morte de alguém, pela exclusão de um *irmão* do *Comando*, por alguma *cobrança*, pela aplicação de alguma *disciplina*. Perguntas, nesse sentido, podem ressuscitar ou imprimir velocidade a algumas *ideias* e, até, mudar os rumos de movimentos.

Isso ficou claro para mim na ocasião em que procurava pelo *irmão* Lucas, que eu já não via há dias. Quando eu perguntava por ele, tinha a sensação de instaurar alguma tensão junto a outros *malandros*. Cada um com quem eu falava oferecia uma resposta diferente, vaga, e logo em seguida mudava de assunto. Ficou nítido, para Maria e para mim, que não era para sabermos sobre o paradeiro do *irmão* Lucas. Dois dias antes, ela o havia encontrado. Ele dissera que estava participando de um *debate* que já durava quatro dias e que poderia decidir sobre sua *exclusão* ou permanência no PCC. Toda *exclusão* pode ser acompanhada de uma *cobrança*. Afinal, um *irmão* só é *excluído* do PCC caso tenha 'cometido um erro' (e todo *erro* é passível de *cobrança*). Como ela pode custar a vida daquele que é *cobrado* (por exemplo, se alguém matou quando não deveria e decide-se por uma *cobrança à altura*, ele também é morto; retomando a fórmula dos *ladrões*, 'vida se paga com vida') e frente ao 'clima tenso' que se instaurava sempre que falávamos no *irmão* Lucas, Maria logo concluiu que ele tinha

sido assassinado: ‘O irmão subiu...’. Discordei dela. Não por ter argumentos capazes de refutar os de Maria, mas como uma tentativa de negar essa situação. Adicionalmente, preocupava-me ficar *malvista* pelos outros *irmãos* em função do meu contato com um *irmão* que cometeu um *erro* tamanho que teria custado a sua própria vida (o que ocorre quando, além de *excluído*, o *irmão* é *repudiado*)[79].

Felizmente, no dia seguinte tive notícias do *irmão* Lucas. Ele me telefonou e *deu a ideia*: contou-me sobre como se saiu no *debate* que participara. Ele estava muito agitado naquele dia, falando sem parar, sem me dar chance de fazer perguntas que visassem compreender melhor o que estava me dizendo. Mesmo sem ter entendido muito bem o que ele me contara, trechos como ‘derrubar um por um’ me deixaram preocupada com relação ao que me disse. Isso poderia significar, naquele contexto, que ele mataria várias pessoas. Mas também poderia sinalizar que se dedicaria a excluir pessoas do PCC. Felizmente nada disso ocorreu nos dias que sucederam. Mas, avaliando que a forma que assumirão, ou o destino que seguirão, as *ideias* são imprevisíveis. Em outra ocasião, quando o encontrei, preferi não pedir explicações sobre o que havia me dito por telefone. Afinal, se alguma *ideia morreu*, prefiro não ser eu a ressuscitá-la. Não que eu tivesse força o suficiente para *ressuscitar* qualquer *ideia* com uma simples menção a ela (mesmo porque fui incapaz de fazer isso com o *aval* para a minha pesquisa). Entretanto, como afirmei acima, uma *ideia* pode voltar a *repercutir* se encontrar alguém disposto a fazê-lo, se houver motivos pertinentes e condições favoráveis à sua *repercussão*.

Se a consciência a respeito das *consequências* de cada pergunta formulada ou cada palavra proferida resulta de minha experiência

etnográfica, ela não é um conhecimento de que os *malandros* são desprovidos. Pelo contrário, foi justamente observando os *ladrões* ao longo de muitos anos de pesquisa que aprendi minimamente a transitar por um mundo onde as *ideias* vivem, *repercutem*, se *fortalecem*, são *enterradas*, desativadas, *desenterradas*, um mundo onde do *cuidado com as palavras* depende a vida e a morte, o rumo dos movimentos e a força de *ideias*.

Neste capítulo, procurei descrever essa noção peculiar de *ideias* ao descrever as dinâmicas pelas quais elas *repercutem*, se *fortalecem*, *morrem* ou *são deixadas no gelo*, são *desenterradas*. Busquei também apontar algumas de suas implicações, como sua conjugação com as circunstâncias locais para a composição de um *ritmo*. Ao transitar por esse mundo, notei a importância das condições situacionais nas quais as *ideias* se inscrevem, o que me levou a conferir uma maior atenção ao que os *ladrões* chamam de *situação*, tema da parte III deste livro. Antes, porém, abordarei algumas consequências da dinâmica das *ideias* aqui descrita para a formação do PCC, especialmente para a posição que cada *ladrão* assume em seu interior. É esse o mote do próximo capítulo.

67 A crítica do autor a esses conceitos já podem ser encontradas em Austin (1993 [1962b]).

68 Uma abordagem original sobre os cálculos que acompanham o silêncio pode ser encontrada em Carneiro (2010). Marques (2002) também mostra a importância de enfrentar analiticamente a latência e o não-dito com os quais o pesquisador se depara em trabalho de campo.

69 Obviamente, nenhum ideal é instituído por decreto nem alcançado plenamente. No PCC isso não é diferente. Assim como a *Paz*, os outros *ideais* (*Justiça*, *Liberdade*, *Igualdade* e *União*) não se efetuam por si, mas são buscados incessantemente.

70 A questão da responsabilidade pelos avais será retomada no capítulo 6.

71 Malvasi apresenta uma abordagem original não só sobre os vários usos que os *correrias* fazem do termo *mente* (2012) – incluindo sua relação com a redução dos números de homicídios (2013) – como também das controvérsias em torno do termo como uma das linhas em que se encontra a interface entre *crime* e sistema socioeducativo estatal (2011; 2012). Nessa linha, Olic (2013) apresenta a *mente* como um instrumento utilizado por internos da Fundação Casa para desestabilizar a organização institucional.

72 No capítulo 4.5 apresentarei as circunstâncias pelas quais preferi não saber detalhes desse *debate*.

73 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20060708-marcos_camacho.pdf>. Acesso em: 24/01/2014.

74 Variação de *toca atolada*, diz-se *chapéu atolado* para se referir a quem não enxerga e demonstra não querer enxergar o que está diante de seus olhos.

75 Exibida pela Rede Record no programa “Domingo Espetacular”. Disponível em: <http://br.youtube.com/watch?v=XVs9y1IXfZQ>. Acesso em 02/05/2018

76 A questão do *aval*, vale lembrar, será abordada novamente no capítulo 8.

77 Embora não haja limites claros ou predefinidos entre mudança e distorção, para os *ladrões*, as variações sofridas pelas *ideias* ao se acoplarem ao *ritmo* local não implicam sua distorção.

78 A redação desta tese é permeada por esse cuidado, de não *desenterrar ideias* que podem trazer *consequências* drásticas a alguém. O cuidado para não prejudicar meus interlocutores, na escrita da tese ou durante a realização da pesquisa, foi uma das questões éticas abordadas na introdução.

79 Nesse momento, temi ter cometido o mesmo erro de Lecznieski (2005), que contatou o “chefe errado” e comprometeu o desenvolvimento da sua pesquisa:

> Não imaginava que este ato teria consequências ainda mais drásticas do que supunha no momento. Embora ainda não soubéssemos, havíamos chegado na aldeia num momento complicado de disputa faccional interna e Seu Paulínio, nosso anfitrião e amigo, era um dos grandes opositores ao capitão na época. (: 8)

5
SINTONIA

Como mencionei no capítulo anterior, ao mesmo tempo que os *ladrões* ganham força à medida que as *ideias* que lançam *repercutem* e se *fortalecem*, essas são também *fortalecidas* pela força dos *ladrões* que as *abraçam*. Assim, a força de quem manifesta a *ideia* é impressa nela própria, que ganha mais força e continua sendo *repercutida*. Por outro lado, um *malandro* que não consegue fazer *repercutir* suas *ideias* perde a sua força e suas *ideias* também se enfraquecem. Em suma, a força do *ladrão* e de suas *ideias* são coextensivas. É importante esclarecer que quando falo de suas *ideias*, não estou atribuindo ao *ladrão* alguma autoria sobre elas. Por 'suas ideias' considero tanto as que *lança* quanto aquelas que ele *abraça*, *repercute* e, assim, contribui para *fortalecê-las*.

Durante minha pesquisa, pude notar a existência de *malandros* que têm mais habilidade em levar suas *ideias* adiante, mantendo-as vivas. Alguns deles ocupavam posições de destaque no PCC. Outros, tentavam se desvencilhar dessas posições, mas-continuavam se sobressaindo em suas *quebradas*. Seguindo o que

expus no capítulo anterior, no qual afirmei que esse sucesso está ligado à força dos *ladrões*, surgem algumas questões: que habilidades são essas? De onde vem essa força? O que ela confere a eles? Quais são os efeitos disso?

Neste capítulo, procurarei descrever o que faz com que um *ladrão* tenha êxito na *repercussão* de suas *ideias* e, com isso, ganhe uma força que, por sua vez, se acopla às *ideias* por ele lançadas, *fortalecendo-as*. Se os *malandros* se destacam mediante a *repercussão* de suas *ideias*, buscarei mostrar como a noção de *hierarquia* no PCC não pode ser abordada de outro modo senão no interior da dinâmica das *ideias*. Como veremos brevemente adiante, a *hierarquia* no PCC adquire um sentido bastante diverso dos atribuídos a essa palavra, seja durante as comunicações corriqueiras, nas instituições ou nas ciências sociais. Se *hierarquia*, como abordada neste livro, se distancia de seus sentidos mais comuns (seja como encadeamentos de mando e obediência, seja como ordem de importância ou de status, seja como disposição ou posicionamento das coisas em um todo), ela aparece de um modo singular: uma *hierarquia* na *Igualdade*, associada a movimento e *caminhada*.

Para descrevê-la, partirei da alusão que se faz a ela no *estatuto* para, em seguida, conectá-la aos materiais etnográficos de que disponho. Em um primeiro momento, acionarei características pessoais dos *ladrões* (*conhecimento* e *visão*) para mostrar de que modo elas só existem no interior da dinâmica das *ideias* e, por isso, seria equivocada uma abordagem a partir de egos que estendem sua influência até uma determinada área. Em outras palavras, ainda que se trate de características usadas na *malandragem* para se referir a determinados *ladrões*, essas noções estão subordinadas à

dinâmica de movimentos e de *ideias* descritos anteriormente ao mesmo tempo que são sustentadas por elas. Em seguida, exporei a importância dessas noções de *conhecimento* e *visão* para as *responsas* no e para o *Comando*. Com isso, pretendo mostrar que *hierarquia*, *sintonia* e *responsa* são termos indissociáveis uns dos outros e, mais do que isso, só funcionam uns em conexão com os outros. Por fim, exibirei os efeitos dessas dinâmicas na própria formação do PCC.

5.1. Hierarquia?

Quando eu desenvolvia a pesquisa de campo na Favela Cadência, decidi falar com alguns *irmãos* do Jardim Refrão, *quebrada* vizinha, para que eu pudesse estender minha pesquisa para lá. Tive dificuldades em levar essa *ideia* adiante e, certa vez, fui me queixar com Diogo, um desses *irmãos*, por eles não estarem 'dando uma atenção' para mim. Chegamos a discutir e, em determinado momento, Diogo me disse: 'Você tem que chegar onde é pra chegar'. Em quem eu deveria chegar? – perguntei-me.

Sua fala me fez lembrar de algo que o *irmão* Lucas, da Vila Timbre, me disse: 'Você sabe que nós temos uma hierarquia, né?'. Na ocasião, fiquei surpresa, porque foi a primeira – e única – vez, em dez anos de pesquisa acerca do PCC, que escutei a palavra *hierarquia* vinda de um *irmão*. Recomposta, perguntei a ele:

− Então são os caras lá de cima que mandam?
− Não! Ninguém manda em ninguém, mas tem uma hierarquia – respondeu Lucas.
− Mas vocês não têm que obedecer alguém? – indaguei.
− De jeito nenhum! Senão não é de igual – explicou Lucas.
− Então... Como assim? Como é que isso funciona? – perguntei.
− Você já viu o estatuto novo?

− Não.
− Então eu vou te mostrar – disse.

Lucas não teve tempo de me mostrar o *estatuto* e me explicar melhor o que ele queria dizer com *hierarquia*. Foi preso enquanto fazia um *corre*, dias depois.

Após algum tempo, vi circular na imprensa o que se divulgou como o "novo estatuto do PCC", com referência à *hierarquia* em três itens. Neles, a importância de se seguir a *hierarquia* ("existe uma hierarquia e disciplina a ser seguida e respeitada", "todos devem seguir a nossa disciplina, hierarquia e estatuto") vem sempre associada a noções de *Igualdade* ("todos os integrantes do Comando têm por direito expressar sua opinião e têm o dever de respeitar a opinião de todos"; "o Comando não tem limite territorial. Todos os integrantes que forem batizados são componentes do Primeiro Comando da Capital, independentemente da cidade, Estado ou país"). Além disso, não há no *estatuto* uma exposição de níveis dessa *hierarquia*. O trecho mais explicativo a esse respeito é o seguinte:

> Deixamos claro que a sintonia final é uma fase da hierarquia do Comando, composta por integrantes que já estão alguns anos no Comando e o integrante que tenha sido indicado e aprovado pelos outros irmãos que fazem parte da sintonia final. Existem várias sintonias, mas a final é a última instância. Um dos principais objetivos da sintonia final é lutar pelos nossos ideais e pelo crescimento da nossa organização.

Isoladamente, essa exposição pouco diz a respeito da concepção de *hierarquia* no PCC. Entretanto, há nesse trecho, em *poucas palavras*, elementos bastante recorrentes em minha pesquisa etnográfica e que podem deixar mais clara a maneira pela qual os *ladrões* articulam essa noção de *hierarquia*.

Embora encontremos na literatura antropológica muitas referências ao termo hierarquia, sempre que ele é requisitado aparece condicionado aos dados etnográficos com os quais os pesquisadores trabalham. Aparece, em outras palavras, a favor da singularidade de cada material etnográfico. Disso decorre que seus usos são bastante diversificados. É sintomático que, nas publicações que propõem apresentar conceitos chave da antropologia, o conceito de hierarquia não tenha uma seção própria e apareça apenas de maneira difusa (Rapport & Overing, 2000; Barnard & Spencer, 1996). É igualmente sintomático, cabe mencionar, que o termo apareça nos verbetes “individualismo” e “classificação” desses manuais, tendo em vista que a produção antropológica mais notória acerca desse tema seja a obra de Louis Dumont (1992), que apresenta o “englobamento do contrário” como uma maneira alternativa de se pensar a hierarquia.

Segundo Velho (1986), por expressar “a unidade de uma sociedade” e ligá-la a “uma concepção da ordem cósmica”, a hierarquia em Dumont tem um papel integrador, diferente das definições que enfatizam o “conflito da teoria de classe marxista” e a “divisão das teorias de estratificação” (: 547). A crítica de Appadurai (1988) à alternativa dumontiana indica um caminho para se pensar a localização do conceito de hierarquia nos manuais justamente por associá-la às características apontadas por Velho (1986). Entretanto, uma revisão sobre os usos desse conceito ainda está por ser feita. Nesse sentido, um levantamento dos trabalhos que tocam, direta ou indiretamente, nessa questão foge dos propósitos desta tese. Diferentemente, minha intenção é descrever, do interior do movimento, as conexões que o termo *hierarquia* permite, solicita, aciona ou exige.

Sem contar com qualquer definição apresentada pelos próprios *ladrões* ou mesmo com o uso corrente do termo, procurarei tomar o trecho acima citado do *estatuto* para apontar a conexão de *hierarquia* com noções que apareceram em abundância durante minha pesquisa e, de forma lateral, fazer aparecer a maneira pela qual essa noção é concebida e operada pelos *malandros*, bem como os efeitos que produz. O principal deles, como veremos adiante (capítulo 5.6), diz respeito à própria formação do PCC e, assim, rebate em outro termo mencionado no *estatuto*: 'organização'.

Com isso em mente, retomo a questão que me coloquei quando o *irmão* Diogo afirmou que eu tinha que 'chegar onde é pra chegar': em quem eu deveria chegar? Ele estaria se referindo a alguma instância hierarquicamente superior? – perguntei-me. Nesse caso, chegar a essa instância não exigiria percorrer os escalões mais baixos, no qual ele se encontrava? Alguns dias depois dessa conversa, recebi a notícia de que o *irmão* Rubens havia retornado da cadeia e já estava em sua *quebrada*, o Parque Harmonia. Fui ao seu encontro e, quando ele me perguntou como andava minha pesquisa na Favela Cadência, comentei sobre minha discussão com o *irmão* do Jardim Refrão e aproveitei para perguntar a Rubens se, quando fui procurá-lo pela primeira vez, ele havia consultado as *torres*, os *gerais* da *quebrada* ou alguma outra eventual instância do *Comando* antes de apoiar a realização de minha pesquisa no Parque Harmonia. Ele respondeu:

> − Que nada! Não tem nada! Você não vai pôr o nome de ninguém, né? Então não precisa!
> − Você nem falou nada pra eles, então?
> − Não, eu só falei pros caras aqui da quebrada que você ia vir. Não precisa, doutora! Se você não vai colocar o nome de ninguém, não precisa disso, não. Você chegou em mim e já era!

Tal como colocada pelo *irmão* Rubens (que um dia chegou a ser *disciplina da quebrada*, mas 'passou essa responsa pra frente'), 'chegar em quem tem que chegar' nada tinha a ver com acionar instâncias superiores em uma suposta estrutura hierárquica. Ali no Parque Harmonia, era nele mesmo em quem eu tinha que chegar.

O que, então, o *irmão* Diogo expressava com essa frase? Retomo, aqui, minha conversa com ele:

> − Você tem que chegar onde é pra chegar – disse Diogo.
> − Pois é disso que eu preciso: chegar em quem tenho que chegar. É por isso que tô aqui falando com você. Preciso que você me dê uma atenção e me ajude a chegar em quem eu tenho que chegar – falei.
> − Então, nesse caso, você tem que falar com o seu marido. Ou fala pra ele vir aqui. Ele deve ter um conhecimento.

Na ocasião, me senti ofendida por ter entendido sua fala como a evocação de um corte de gênero, expressei minha indignação e declarei a interrupção de qualquer diálogo com ele. No entanto, posteriormente, revendo meu material etnográfico, pude extrair de sua fala a centralidade da noção de *conhecimento*, que apareceu em várias outras ocasiões durante minha pesquisa. Veremos, a seguir, de que forma essa noção se articula com os esforços em 'levar as ideias adiante' e como essa articulação se associa à *hierarquia* mencionada no *estatuto*.

5.2. Conhecimento

Para os *malandros*, o termo *conhecimento* nem sempre tem a ver com a obtenção de informações, a construção de saberes, com a compreensão ou o entendimento de algo. Também não remete, sempre, à separação de um sujeito do conhecimento e um objeto a ser conhecido ou compreendido, implicada na definição apresentada por Lalande (1999 [1926]). Na maior parte das vezes, na *malandragem*, ter um *conhecimento* é, do interior do movimento, estar conectado a muitos outros *ladrões*, é nutrir relações com um grande contingente de *malandros*. Esse sentido de *conhecimento* está relacionado às conexões estabelecidas de modo a dispor do número mais amplo possível de meios pelos quais se pode fazer as *ideias* fluírem. Diz respeito, assim, a ter conexões que permitam não só levar a *ideia* adiante como, principalmente, conferir um rumo adequado ao movimento que ela carrega. Assim, embora à primeira vista essa noção de *conhecimento* se pareça com o conceito de rede de Barnes (1968), eles repousam sobre bases bastante diversas. Se a rede barnesiana remete a egos que se relacionam diadicamente, o *conhecimento* diz respeito aos caminhos pelos quais percorrem as *ideias*, ao que se aciona quando se pretende alcançar algum objetivo. Como procurarei evidenciar, ele não se restringe ao adensamento de relações. Sua importância está no alcance que os intervenientes são capazes de conferir às *ideias* que propagam, proporcionado tanto pela quantidade de caminhos possíveis para a propagação quanto pela força de propagação desses próprios caminhos. Como afirmei acima (capítulo 4.2), cada manifestação das *ideias* é acompanhada pelo surgimento de um foco de irradiação. A força dessa irradiação, por sua vez, depende do caráter performativo de sua enunciação (Austin, 1961), tanto com relação aos efeitos simultâneos ao enunciado das *ideias* (atos

ilocutórios) quanto de seus efeitos posteriores (atos perlocutórios). Entre os efeitos posteriores, podemos considerar a *repercussão* dessas *ideias* e o decorrente aparecimento de novos focos de irradiação (acompanhados por seus respectivos atos ilocutórios e perlocutórios – daí uma classificação em termos de um ou outro se mostrar inadequada, como afirmei no capítulo 4.1).

Nesses termos, a fala do *irmão* Diogo mencionada logo acima, mais do que impor um corte de gênero, sugeria que, se meu marido havia 'tirado uns dias', ele teria *um conhecimento*. Afinal, só se tem *conhecimento* a partir do interior do *corre* e a minha distância com relação ao *mundo do crime* era muito evidente para aquele *irmão*. Contudo, em outra *quebrada*, minha simples presença ali levava os *malandros* a conferirem a mim um *conhecimento*, como indica uma de nossas conversas, iniciada após Murilo receber um telefonema:

> − Olha só. Roubaram o cara. Agora ele tá querendo recuperar os bagulhos dele.
> − Mas e agora? − perguntei.
> − Agora, quem tiver com os bagulhos tem que devolver. Olha só, eu sou malandro, mas não compro nada roubado – disse Murilo.
> − Já, eu, não resisto – declarou um dos rapazes que estavam conosco.
> − Ó, por exemplo... Meu relógio vale 6 mil. – Murilo mostrou seu relógio de pulso – Vão te vender por 500 conto. Mas daí eu vou lá buscar e não vão querer saber se você pagou ou não. Daí você vai morrer com os 500 conto. Sai no prejú.
> − Mas acontece, ainda, de roubarem aqui na quebrada? – perguntei.
> − Não, mas tem uns caras que roubam perto, de gente que nem você, que é do asfalto, mas que tem algum conhecimento. Daí não tem ideia. Tem que rastrear os bagulhos e devolver pro cara – explicou Murilo.
> − Ah, cara. Eu compro, não tô nem aí. Mas também não vou comprar de bico que eu sei que rouba aqui perto. Vou pegar dos caras que roubam longe – disse o rapaz.
> − Mas se rastrearem o bagulho... – ponderou Murilo.
> − Ah, é difícil! Eu corro o risco. Não quero nem saber! – afirmou o rapaz.

Naquele momento, lembrei que o *conhecimento* que Murilo me conferia não foi suficiente para que eu pudesse reaver objetos roubados. Em uma das ocasiões, o *ladrão* que roubara um aparelho de som do meu carro argumentou ao *malandro* que acionei para tentar reavê-lo que fui eu quem *mosquei*[80] ao estacionar o carro ali, quer dizer, fui displicente e não pensei nas possíveis consequências. O roubo, nesse sentido, foi uma *consequência* de minha imprudência. Isso me levou a refletir sobre a extensão e a qualidade do *conhecimento*. Teria faltado a mim, naquela época, ter o *conhecimento* de alguém que pudesse contra-argumentar a ponto de fazer com que suas *ideias* se sobressaírem às do *ladrão*, levando-o a considerar *certo* devolver meu aparelho de som. Faltou-me, em suma, ter o *conhecimento* de alguém com *visão* suficiente para fazer suas *ideias* prevalecerem.

Mas *ter um conhecimento* também implica, como mencionei acima, uma posição no interior do movimento. Não basta, nesse sentido, conhecer um *ladrão* (no sentido de manter relações de amizade ou de cordialidade com ele). É necessário se orientar de acordo com as dinâmicas dos movimentos. Isso só ficou nítido para mim ao levar em conta outro caso que envolvia uma tentativa de reaver itens roubados. De acordo com o *irmão* Rubens, do Parque Harmonia, um famoso jogador de futebol telefonou para ele, disse que seu carro havia sido roubado e pediu sua ajuda para recuperá-lo. Sua resposta foi: ‘Procura a polícia. Dá queixa’. Diante da minha surpresa, Rubens afirmou:

> É que ele não é do corre, não tem nada com nóis... Nem é da quebrada. Ele só colou um dia aqui no funk. Nem sabe como o bagulho funciona. Ele não tá preocupado em correr pelo certo. Vive em outro mundo. Eu não vou atravessar o corre de um ladrão por causa dele, deixar de ser pelos companheiros da quebrada pra pagar simpatia pra jogador.

Vimos, assim, que ter um *conhecimento* implica, em primeiro lugar, uma posição no interior do movimento e, em segundo lugar, a qualidade das conexões que se traça, mensurada principalmente a partir da *visão* dos intervenientes, noção que abordarei adiante. Antes, contudo, retomo minha conversa com o *irmão* Diogo. Ao sugerir que eu recorresse ao meu marido para chegar em quem eu tinha que chegar naquela *quebrada*, o *irmão* colocava para mim uma dificuldade para atingir meu objetivo, uma vez que meu marido não estava no *corre* e não manteve contato com os *malandros* que *tiraram cadeia* com ele. Ele não tinha, portanto, nessa época, um *conhecimento* que me ajudaria a chegar em quem eu deveria chegar naquela *quebrada*. Por contraste, é inevitável que um *ladrão* que esteja há bastante tempo no *Comando*, que tenha assumido um 'compromisso com o crime' e, especialmente, que esteja preso há muitos anos ininterruptamente, que esse *ladrão* trace seguidas conexões no interior do *crime* e nutra relações com *companheiros* do *corre*. Em outras palavras, ele tem um *conhecimento* e, por conseguinte, meios pelos quais as *ideias* que lançam possam *repercutir*. Quanto maior o *conhecimento* de um *ladrão*, maior as possibilidades de trilhas que suas *ideias* podem percorrer, e quanto maior o tempo que um *malandro* está envolvido no *crime*, maior o *conhecimento* que ele tem.

Isso torna mais claro o trecho do *estatuto* citado acima. Por serem "integrantes que já estão alguns anos no Comando", esses *ladrões* têm um *conhecimento* e, por conseguinte, sabem onde têm que *chegar*. Nesses termos, a "sintonia final" ali mencionada não se define como a instância onde é preciso *chegar*. Pelo contrário, seus integrantes ocupam essa posição justamente por ter um *conhecimento* e saberem, eles mesmos, em quem *chegar* em cada *situação* específica. Se há algum problema em uma *quebrada*, eles

têm *um conhecimento* que permite ‘chegar em quem tem que chegar’ para resolvê-lo. Se precisam comprar armas, por exemplo, têm um *conhecimento* para *chegar* em quem lhes pode oferecer as melhores condições. Assim, ‘onde tem que chegar’ não indica inequivocamente a ciência de instâncias hierárquicas, mas, sim, a habilidade de ativar relações a fim de ‘levar as ideias adiante’.

No entanto, mesmo um *ladrão* com muito *conhecimento*, que saiba como ‘chegar em quem tem que chegar’, pode não ser bem-sucedido em levar suas *ideias* adiante. Isso porque não basta ter um *conhecimento* para que suas *ideias* sejam *repercutidas*. É preciso ter *visão*. Como veremos, a importância do *conhecimento* e da *visão* para que as *ideias* sejam levadas adiante se relacionam intimamente à noção de *hierarquia* a que se refere o *estatuto*.

5.3. Visão

Visão, para os *ladrões*, é um termo que não se restringe à percepção óptica proporcionada pelos mecanismos fisiológicos e neurológicos do corpo. Tampouco tem relação com a abordagem de Reed (1999), que leva adiante a resistência de Foucault ao enfoque hegemônico sobre "visão", a partir do qual se coloca a "oposição entre sujeito e objeto, com o observador possuindo um olhar que objetifica e então compreende o que for que estiver fora dele" (Reed, 1999: 45). Se Foucault (1996 [1975])investe na transformação da tecnologia visual da penitenciária para demonstrar a especificidade histórica desse olhar objetificante, Reed (1999) parte de seu material sobre prisioneiros na Melanésia para chamar a atenção para as relações intersubjetivas, capazes de antecipar indivíduos (tanto na visão do escuro, que rompe relações mas antecipa o que se revelará futuramente, quanto na visão da luz, ligada ao Deus que tudo vê, à lei e aos costumes, que tem como efeito a formação de indivíduos dados ao olhar e às consequências desse olhar).

Entre os *malandros*, *visão* é um termo que oferece um sentido bem distinto. Para eles, 'um cara de visão' é aquele que melhor percebe a disposição dos movimentos, bem como seus rumos e entrecruzamentos. Por conseguinte, 'quem tem uma visão' é capaz de avaliar as *ideias* mediante a posição que assume no fluxo de movimentos[81]. Isso permite, por um lado, elaborar *situações* a partir de uma melhor seleção dos movimentos e, por outro, traçar estimativas de configurações futuras. *Situações*, por sua vez, são apreensões de um arranjo de movimentos a partir de um ponto de vista. Como pretendo descrever na parte III deste livro, é a partir da elaboração das *situações* que se pede ou se dá um *aval*, que se

leva algo a *debate* ou que se chega a uma *ideia* comum. Ademais, é recorrente ouvir os *ladrões* dizerem que 'os caras de visão conseguem sentir a maldade no ar', que eles são capazes de 'se antecipar', que eles têm 'um sexto sentido forte'. Quem tem *visão* é também hábil em avaliar os *ritmos* e se colocar no ponto de vista dos outros *ladrões*, o que facilita que lance *ideias* que lhes sejam atraentes, com maior possibilidade de serem *abraçadas* e *repercutirem*. Quem tem *visão* é, ainda, alguém capaz de expressá-la, de argumentar bem. Assim, não é raro, também, ele ser um bom orador. Por fim, de acordo com os *malandros*, 'um cara de visão é também um cara inteligente, informado'. O que se diz de quem tem *visão* se assemelha à descrição que Balzac (2005 [1825]) faz dos ladrões:

> O ladrão tem de conhecer os homens, seu temperamento, suas paixões; tem de mentir com habilidade, prever os acontecimentos, avaliar o futuro, ser dono de um espírito ágil e agudo; tem de ter um raciocínio rápido, encontrar boas saídas, ser bom comediante, bom mímico; tem de saber captar o tom e as maneiras das diversas classes sociais; tem de imitar o funcionário, o banqueiro, o general, conhecer seus hábitos e, se necessário, envergar a toga do magistrado ou as calças cáqui do soldado; enfim, coisa difícil, inaudita, qualidade que faz a celebridade dos Homeros, dos Aristóteles, do autor trágico, do poeta cômico, tem de ter imaginação, uma brilhante imaginação. Ele não é forçado a estar sempre inventando novos recursos? Para o ladrão, o fracasso equivale a uma condenação. (: 16).

'Ter visão' não coincide, necessariamente, com ser *irmão*. Embora um *ladrão* reconhecidamente *de visão* costume ser chamado a se *batizar* no PCC e os *malandros* digam frequentemente que 'os caras que tão na final têm uma visão', eles admitem conhecer 'irmãos com uma visão de jatobá' (isto é, nula) e 'companheiros com muito mais visão que muito irmão por aí'. Oliveira (2013) apresenta a fala de um *ladrão* a respeito de *companheiros* (a forma como se passou a

chamar o que há alguns anos se denominava *primo*) de *visão*: “O *primo leal* às vezes tem muito mais autonomia, autoridade e visão do que um irmão às vezes. Para você ver eu mesmo aprendi toda ética do comando com um *primo*, o cara é mais novo do que eu, e até hoje o cara continua *primo* e é assim cara” (: 113; grifos no original).

Se a idade não é determinante para que alguém tenha *visão*, os *ladrões* costumam dizer que o tempo de vida *no crime* é decisivo. O ‘ladrão que já tá no corre faz uns dias’, que ‘já fez muito pelo Comando’, que ‘já passou por muito sofrimento’, costuma ter *uma visão*. Essa vivência reveste o *correria* de uma espécie de memória que, por um lado, não corresponde aos domínios da consciência e, por outro, não se inscreve exclusivamente no corpo[82]. Guardadas as suas particularidades, essa forma de memória se aproxima daquela que Villela (2002) identifica na etnografia do boxe feita por-Wacquant (2002): uma prática cuja lógica não é aprendida de outra forma senão na ação. É essa memória que constitui o alicerce da *visão* para os *malandros*. Em Marques (2009), é nítida a associação que fazem os *ladrões* entre *visão* e o ‘tempo de caminhada’:

> O preso lotado em uma dessas posições políticas é considerado portador de uma “visão” preparada para apontar – não se trata de definir – o que “está pelo certo” e o que “está pelo errado”. [...]
> É nesse sentido que se diz que tais presos “tinham uma visão certa das fitas que acontecem”, exatamente porque “eram aqueles caras que tavam na caminhada há mais tempo”. Deles se diz, muitas vezes, que possuíam uma “sabedoria de cadeia”: uma espécie de arte singular, baseada em um “maior discernimento”, para “tocar a cadeia” num “ritmo certo”, impedindo que ela “vire uma guerra” sem qualquer correspondência ao “certo”. (: 41-42)

A *visão*, qualidade que extrapola as faculdades sensoriais e se aproxima da capacidade de discernimento e avaliação, é comumente, mas não exclusivamente, associada ao tempo que o

ladrão está no *corre* e, particularmente, ao ‘tempo de Comando’. Se a experiência no *crime* contribui – na maior parte das vezes de forma decisiva – para que os *ladrões* tenham *uma visão*, ela não é um atributo exclusivo dos ‘caras mais antigos’. Ao defender que o *irmão* Aldo assumisse a *frente* de uma cadeia, outro *irmão* deixa claro a não correspondência absoluta entre *visão* e tempo no *crime*: ‘Ele é rapaz novo, mas tem uma visão’. Isso também fica claro no trecho do *estatuto* citado acima, especialmente relativo à previsão de que, além dos ‘integrantes que já estão alguns anos no Comando’, o ‘integrante que tenha sido indicado e aprovado pelos outros irmãos’ também possa compor a *sintonia final*. Alguns desses indicados são, segundo relatos, *malandros* cuja *visão* permitiu fazer com que suas *ideias* prevalecessem às dos *finais* em um *debate*. São, em outras palavras, *malandros* cuja *visão* foi capaz não só de derrubar argumentos dos que são considerados ‘ladrões de visão’ (e por isso ocupam a posição de *final*), como também fazer prevalecer suas *ideias* em detrimento das deles[83].

Chegar aos *finais* não é garantia de ter chegado em quem tem que chegar para resolver alguma *situação*. Isso porque, entre outras coisas, há ocasiões em que o conhecimento do *ritmo* local é decisivo para se ‘tomar qualquer atitude’. Nelas, o *malandro* em quem se tem que chegar não é, necessariamente, alguém que ocupa uma posição de *responsa*, mas aquele que, além de ter *uma visão*, tem nesse campo de visão os movimentos que formam a *situação* debatida. Nesses casos, a *visão* de alguns *malandros* permite que eles deixem de recorrer a outros *irmãos* nos momentos de decisão: ‘O irmão que tem uma visão resolve uma pá de fita ali mesmo. Não precisa ficar levando qualquer perrequinho adiante. E se tiver que sumariar alguma fita depois, ele vai ter ideia pra trocar’. Com isso em mente, retomo a conversa que tive com o *irmão*

Rubens, quando indaguei sobre como ele define o que levar às *torres* e o que resolver ali mesmo, ao que ele respondeu:

> − Olha, teve uma fita aqui na quebrada, que pegamos um estuprador. Foi flagrante, o bagulho foi doido! Esse verme... Daí não tinha dúvida, não tinha o que ficar pedindo aval, chegar em outros irmãos. O cara foi pego estuprando a própria filha dele, de 5 anos! Daí nem teve ideia, falei logo: “Aaaaah... Pegou no flagrante, pau no gato! Mata logo esse verme!”.
> − Mas tem fita que você tem que chegar nas torres, né? – perguntei.
> − Tem... mas é raro. Quando é alguma fita que dá pra resolver, eu mesmo resolvo. Quando já é mais sério, eu chego nos outros caras. Mas é raro o assunto ter que ir pra lá.
> − E sobre a minha pesquisa, você falou com alguém que eu tava vindo?
> − Eu só falei: “Vai vir uma escritora aqui, escrever um livro sobre a quebrada”.
> − Tô perguntando porque tem uma colega, de outra quebrada, que disse que tinha que chegar nos finais pra pedir o aval pra fazer meu estudo, que o aval dos irmãos da quebrada não era suficiente.

Foi quando o irmão Rubens afirmou que, se eu não fosse citar nomes, não precisaria solicitar o aval das torres e que ter chegado a ele bastava. Adicionalmente, explicou: ‘É que tem maluco que não tem visão e fica levando tudo pras torres. Os caras nem gostam disso, sabe? É fita de quem não tem uma visão do que é o certo e tem que ficar consultando toda hora’. Nesses termos, ‘chegar em quem tem que chegar’ é chegar em quem tem *visão*, que pode resolver de imediato o problema ou dar um andamento eficaz à sua solução. E para chegar nele, é preciso ter (ou chegar em alguém que tenha) *conhecimento*.

Os *finais* constituem, nesse cenário, uma certa estabilização em meio a incessantes movimentos que, além de carregarem *ideias*, permitem que elas fluam com força e extensão variadas e, assim, resultem em concentrações de força em torno de um ou outro *malandro* (aqueles com mais *visão* e *conhecimento*). Embora não seja só nessas posições relativamente estabilizadas que esses

ladrões são encontrados, a existência delas permite encontrá-los mais facilmente. Elas constituem uma espécie de referência vetorial. Ainda assim, não é raro ver *correrias* evitarem *chegar* em um *final* cujo posicionamento em relação a determinado assunto diverge do deles, assim como são comuns relatos nos quais um *final* não foi capaz de fazer sua *ideia* prevalecer.

Se o *conhecimento* oferece aos *malandros* meios pelos quais as *ideias* que *lançam* possam *repercutir*, a *visão* é primordial para que essa *repercussão* se efetive, posto que está associada diretamente ao alcance (*repercussão*) e ao calibre (*fortalecimento*) que essas *ideias* assumirão. Se, como mencionei no capítulo anterior, a força das *ideias* fortifica também o *ladrão* que as *lança*, sua *visão* os projeta para posições de destaque, em função da força que suas *ideias* (de *visão*) ganham. Nesse sentido, destacam-se na *malandragem* aqueles que, por terem *uma visão*, conseguem fazer *repercutir* suas *ideias* e torná-las *fortes*, bem como os que têm o *conhecimento* que permite que elas fluam. São esses os *irmãos* que costumam ocupar posições de *responsa* no PCC, a ser abordada a seguir. Como veremos, longe de constituírem líderes com poder de mando, os *ladrões* em posição de *responsa* são aqueles que têm força para fazer suas *ideias* se alastrarem, *repercutirem* e, por conseguinte, se manterem vivas. Essa capacidade que têm de 'levar as ideias' adiante os mantém com força e, consequentemente, os leva às *responsas* associadas à noção de *hierarquia* constante no *estatuto*.

5.4. Responsa

Procurei, até aqui, mostrar como *conhecimento*, *visão* e a habilidade de *chegar* estão associados à noção de *hierarquia* que aparece no *estatuto* mencionado por um *ladrão*. Nas conexões que esses termos requerem para serem descritos, aparece o que, em outro lugar (Biondi, 2010), chamei de "posições políticas": as funções de *torre*, *faxina*, *piloto*, caracterizadas pela sua permanência mesmo diante da instabilidade decorrente das constantes mudanças dos que as ocupam (geralmente, *irmãos*). A perspectiva ali adotada por mim, de abordar a "política do PCC", permitia ou até mesmo conduzia a essa expressão. Aqui, no entanto, procurei deixar de lado o termo "política", retirá-lo da minha descrição, para fazer aparecer termos utilizados na própria *malandragem*. Ao fazer isso, o que chamei outrora de "posição política" apareceu para mim como *responsa*.

Marques (2010a) já havia chamado a atenção para a noção de *responsa* entre os *ladrões* como algo mais apropriado do que o conceito de "liderança" para abordar a relação entre presos e PCC. É exatamente dessa relação que a última frase do trecho do *estatuto* acima citado se refere: "Um dos principais objetivos da sintonia final é lutar pelos nossos ideais e pelo crescimento da nossa organização". A *luta* como objetivo, antes do que uma imagem de mando e subordinação, diz respeito a uma *responsa*. À *sintonia* cabe ser provedora, assegurar a *disciplina do Comando*, usar a força dos seus *integrantes* para lutar pelos *ideais* e garantir o crescimento do PCC.

Se os pilares dos *ideais* pelos quais lutam são aqueles constantes no lema "Paz, Justiça, Liberdade, Igualdade e União", é possível afirmar que "os principais objetivos da sintonia final" também são os

de outras *responsas*, sejam eles chamados de *disciplina*, *geral*, *frente*, *palavra*, *piloto*, *jet*, *torre*, *terminal*, *final*. A que corresponde cada uma dessas *responsas*? Essa foi uma questão que procurei perseguir durante a realização da minha pesquisa. Entretanto, a cada vez que me movia no interior do movimento, uma configuração se mostrava, um termo diferente era acionado e desempenhava uma funcionalidade própria.

Essas diferenças apareciam, por vezes, ao longo do tempo, quando se deixava de usar um termo a favor de outro. Mas, ao mesmo tempo, era possível notar uma interpenetração, uma coexistência e até mesmo uma alternância desses usos. Esse era o caso do *irmão* Roberto, que, na mesma conversa, justificou para outro *irmão*: 'Eu tô de disciplina aqui da cadeia, cheio de responsa pra resolver... Não deu tempo de telefonar', e depois se queixou: 'Ficar de frente numa cadeia é a maior dor de cabeça. A gente fica sem tempo pra nada!'. Nesse caso, *disciplina* e *frente* apareceram como dois termos distintos para se referir à *responsa* do *irmão* dentro da cadeia. Estar 'na responsa da cadeia', outra expressão pela qual o *irmão* definiu a sua atividade, não se distingue do que chamei, em outro lugar (Biondi, 2010), de *piloto*. Esse termo continua sendo usado, juntamente com *jet*, para se referir aos que estão *na responsa* de alguma cadeia. Mas *piloto* foi usado também por meus interlocutores para falarem dos *irmãos* que estavam 'na responsa da quebrada': 'Reclamei tanto que o irmão até me passou o telefone do piloto aqui da quebrada' – disse uma *cunhada*.

Pouco tempo depois, Paula, uma interlocutora, me falou de Alexandre, um *irmão* que havia saído recentemente da cadeia 'e já tava na geral' de toda a região (que, nesse caso, incluía não só várias *quebradas* como também algumas cidades). Nessa época,

ela se envolveu em um *debate* em que ‘até o geral da [nome da cidade] tava presente’ e uma pessoa ‘que tava na responsa de várias comarcas bateu de frente com ele, porque ele não podia ter passado por cima dela e chamado o debate sem falar com ela antes’. Depois, Paula e eu soubemos que ‘essa fita chegou no irmão Alexandre’, o que indicava, para ela, a gravidade do que havia ocorrido. Essa *fita* revelou que, ali, havia alguém na *responsa* da cidade e outro *irmão* na *responsa* da região, ambos chamados de *geral*. Entretanto, outra denominação para essas *responsas* apareceu durante os mesmos dias em que ‘estava rolando essa fita’. Foi quando presenciei um *irmão*, ao telefone, dizendo: ‘Alô, irmão? Preciso chegar na final daí’. Ele explicou o problema que precisava resolver e concluiu: ‘Chega na final e fala que é o irmão Airton’. *Geral* e *final* apareciam, ali, como termos intercambiáveis para dizer respeito a quem estava *na responsa* da *quebrada*, da cidade ou da região[84]. Mas *final* apareceu também, no mesmo período da pesquisa e junto aos mesmos interlocutores (especificamente dias antes do *irmão* Alexandre sair da prisão e assumir a *geral* da região), como algo distinto de *geral*:

> − Menina, você acredita que o irmão Marcelo não é mais geral? Ele passou a geral – disse Paula.
> − E pode passar? – perguntei.
> − Pode! – respondeu.
> − Bom... Deve ser a maior dor de cabeça, né? – comentei.
> − Com certeza! Ele tava muito cansado... Um ano nessa, já. E agora o irmão Olavo tá querendo pegar. Sabe, eu gosto muito do irmão Olavo, mas eu prefiro mesmo é fechar com a final. Os caras lá têm mais visão – afirmou Paula.

A *final* a que Paula se referia não equivalia àquela que o *irmão* Airton tentou acionar para resolver seu problema. Ele deixara claro que queria ‘chegar na final daí’, uma *final* localizada, relativa a

alguma região, *quebrada* ou cadeia. Diferentemente, ao tentar explicar para mim qual era a *final* a que ela se referia, Paula disse que se tratava do 'primeiro escalão' do PCC, expressão que ouvi pela primeira – e única – vez na minha pesquisa de campo. Como essa expressão não é comumente usada pelos *correrias*, mas é enunciada corriqueiramente nos meios jornalísticos e policiais, passei a me indagar se Paula só lançou mão dela para tentar responder minha pergunta de uma forma que eu – alguém de fora do *corre*, 'da sociedade' – fosse capaz de entender. Mas me perguntei também se 'primeiro escalão' corresponderia ao que aparece no *estatuto* como *sintonia final* e, em outras circunstâncias, na *malandragem*, como *torres*. Todas essas formas de expressão diziam respeito, contudo, aos *irmãos* que estão *na responsa do Comando*.

Além da flutuação dos termos utilizados para nomear as *responsas*, é possível também notar a variação da disposição, da forma como essas *responsas* se relacionam. Ainda que não seja possível condicionar univocamente essas diferenças de configurações a contornos temporais e espaciais, aquelas que, para mim, se mostravam ainda mais patentes eram as que se apresentavam ao passo que eu me deslocava de uma *quebrada* para outra (mesmo que no interior delas fosse possível enxergar configurações distintas).

Durante a pesquisa realizada na Favela Cadência, deparei-me com uma configuração bem diferente da que eu encontrara na Vila Timbre. Ali, como pude acompanhar, os *disciplinas da quebrada* 'davam atendimento à população'. Ficavam à disposição em algum lugar conhecido dos *moradores* e os recebiam para ouvir suas queixas, 'dar uma atenção' e, conforme o caso, resolver o problema

ou levar a *ideia* adiante. Em um desses atendimentos, uma mulher pedia o *aval* para agredir outra que, segundo ela, a havia xingado e desmoralizado diante de sua família e dos vizinhos. Os *irmãos* a ouviram atentamente e, no fim, pediram para que ela procurasse outro determinado *irmão*, que ele poderia resolver o caso. Depois que as mulheres partiram, eles disseram: 'Podia ter resolvido aqui, dado o aval. Mas vai que essa fita repercute e depois vem mais dor de cabeça. Daí resolvemos dar uma canseira nela, pra ver se ela desiste'. Essa foi a maneira que eles encontraram de, sem desmerecer as queixas da mulher, evitar a *repercussão da ideia* e, por conseguinte, um desfecho violento para o caso. Outro assunto, diferentemente, considerado 'de mil grau', foi levado por eles ao *geral da quebrada*. Esse era o procedimento comum ali. O que achavam trivial, resolviam ali mesmo (ainda que em ações que procurassem evitar a *repercussão de ideias*). Assuntos mais graves eram levados ao *geral da quebrada*.

Na Favela Cadência, por sua vez, era o *geral* quem 'dava uma atenção para a população' e chamava os *disciplinas* do Jardim Refrão (*quebrada* adjacente) 'quando a fita era de mil grau'. Mas Murilo, o *geral* da Favela Cadência, não ficava sempre ali, como os *disciplinas* da Vila Timbre, 'dando atendimento':

> − Mas então, durante a semana, se acontecer alguma fita que precisar chegar em alguém, como o pessoal faz? – perguntei.
> − Na semana, tem os meninos. Se precisarem, chegam neles.
> − Mas aqui não tem os disciplinas?
> − Tem, no Jardim Refrão. Quando acontece alguma fita grave aqui, eu passo o resumo pra eles – disse Murilo.

Achei aquela informação estranha, muito diferente do que eu já havia visto na Vila Timbre, onde os *disciplinas* é que levavam os

resumos para o *geral*, quando necessário. Por isso tentei entender melhor o que Murilo expressava:

− Mas você é o geral daqui?

− Sou. Daí o pessoal chega em mim e eu passo pro disciplina, que é do Refrão – explicou Murilo. – Essa semana, por exemplo, teve um caso sério aqui na favela. Um bagulho sério e, ao mesmo tempo, buchicho. Fita de pedofilia.

− Poxa, é mesmo? – perguntei.

− É... Esses lances são complicados... Mas, sabe, tudo eu passo pro Comando... Tudo eu passo pro Comando. Porque se não passar, vão dizer que tô passando pano pra alguém. Então eu passo tudo – disse Murilo.

− Mas tudo? Não tem nada que vocês resolvam aqui mesmo? – questionei.

− Ah... tem fita que resolve aqui mesmo. Treta de família resolve na família; a não ser que saia pela viela brigando, porque aí é complicado. Agora... história de talaricagem, de mina que tá de buchicho com outro cara... “Ah, porque minha mina...” Ah! Essas eu nem dou ouvidos... Já saio andando. Agora, se for buchicho pequeno, resolve aqui mesmo. Chego num, chego noutro, converso, vou ouvindo todos os lados, dando conselho... Sempre conscientizando, instruindo. E tento resolver tudo da melhor forma. Fala aê, como é que eu sou? – perguntou Murilo a alguns rapazes presentes.

− É assim mesmo! – responderam, quase em uníssono.

− Mas é por isso que você chegou na geral, não é? – arrisquei.

− Podes crer! – Murilo confirmou.

− Mas, olha só: então não tem que levar tudo pro Comando – insisti.

− Não, mas o Comando sabe de tudo – respondeu Murilo.

− Humm... – fiquei sem palavras.

Na tentativa de processar o que ele dissera, demorei para dar continuidade ao assunto e em segundos a conversa mudou de rumo. No entanto, durante o tempo em que eu permaneci ali, pude ver que o “tudo” a que Murilo se referia dizia respeito aos assuntos mais graves, semelhantes aos que faziam com que os *disciplinas* da Vila Timbre acionassem o *geral*.

A tarefa de expressar essas experiências em torno das *responsas* na forma escrita vem acompanhada da tentação de dispô-las em termos de localização no interior da composição do PCC, de relacioná-las em um esquema gráfico que permitisse enxergar claramente a relação entre elas, bem como a posição que cada uma ocuparia. Entretanto, meu material etnográfico não permite a elaboração de organogramas como os apresentados pelo Ministério Público, que coloca as sintonias "geral do sistema", "geral das ruas" e "geral de outros Estados", bem como o "apoio" sob a "sintonia final geral" (Godoy, 2013a), composta por oito integrantes (Godoy, 2013b). Entre outras coisas, esse mesmo gráfico[85], divulgado em outubro de 2013, aponta também que sob a "sintonia geral das ruas" existem duas outras instâncias, chamadas de "sintonias do interior" e "quadro dos 36", cada qual reunindo regiões do Estado de São Paulo. Em julho de 2014, outro organograma é divulgado (Italiani & Ribeiro, 2014). Dessa vez, foi elaborado pela Polícia Civil do Estado e dispõe, sob a "sintonia final geral", composta por quatro *irmãos*, a "administração geral financeira", responsável por treze setores.

De minha parte, fixar as *responsas* nesses termos só seria possível se fosse realizada uma seleção dos movimentos que apreendi durante a pesquisa, simultânea ao descarte deliberado de outros e, adicionalmente, com o preenchimento das lacunas que resultassem dessa operação (procedimento do qual busco me afastar, conforme expus no capítulo 3). Isso porque, como procurei mostrar há pouco, durante a realização da pesquisa, eu me deparei com uma grande variação – muitas vezes aparentemente contraditória – dos arranjos nos quais essas *responsas* se manifestam. Assim, vencer as supostas contradições que apareceram no meu material etnográfico corresponderia descartar grande parte do material que diz respeito às formas de existência do PCC e, assim, eleger (com o devido

julgamento) a forma mais coerente, ou melhor, aquela que é mais adequada à sua transposição para a escrita e à elaboração de gráficos. Diante do meu material etnográfico e tendo em vista os procedimentos metodológicos que propus, vejo como desonesto, portanto, realizar esse procedimento a fim de traçar um modelo geral que reproduzisse a formação do PCC, pois isso implica em afirmar que grande parte dos *malandros* não vivenciariam o *Comando* na sua forma correta. Em outras palavras, nenhum desenho seria capaz de exprimir o que esses *ladrões* vivem, pensam, fazem, o que, em suma, é responsável pela existência e formação do PCC. A maneira mais correta de se realizar o PCC pode ser uma questão para eles e entre eles, que nunca caberia a mim chancelar.

A flutuação dos termos usados pelos *malandros* para acionarem, vivenciarem ou se referirem às *responsas* indica que não há uma convenção a respeito de como utilizá-los. Antes, vale a ideia de que existe alguém na *responsa*. O nome utilizado para isso, contudo, não parece importar muito para a *malandragem*. Mesmo o padrão pelo qual se relacionariam as *responsas* pouco importa frente aos efeitos que elas efetivamente produzem.

Esse é o caso mesmo quando a *população* afirma que ‘a quebrada tá largada’, em que a atuação do PCC é criticada. Isso ocorreu quando o carro de Iara foi roubado na *quebrada* e Josefina, mesmo tendo acionado diversos *irmãos*, disse que ninguém havia feito nada e que foi a polícia que acabou achando o carro, ou melhor, o que restou dele. Irritada, Josefina telefonou para um *irmão* e reclamou: ‘Como pode uma fita dessa acontecer? A quebrada tá totalmente largada!’. Diante disso, esse *irmão*, que estava preso na época, passou para ela o telefone do *piloto da quebrada* e disse para ela

fazer as queixas diretamente a ele. Quando Josefina me contou isso, eu estava à procura de alguns *irmãos* daquela *quebrada* a fim de conseguir apoio para a minha pesquisa. Por isso me animei com o que vi como uma oportunidade de falar com o *piloto* de lá e perguntei a ela:

> − Poxa, eu podia chegar nele direto pra falar da minha pesquisa, né?
> − Pesquisa, aqui? Sobre o PCC? Mas a quebrada tá toda largada! – disse Josefina.
> − Como assim? – perguntei.
> − Tá tudo uma bagunça. Você nem vê Comando por aqui. Acontece as fitas e a gente nem sabe quem é que tá na responsa, quem é pra procurar. Cadê o Comando? Não adianta vir fazer pesquisa aqui, que você não vai ver nada.

O que estava em questão para Josefina e para os que criticam o *Comando* por deixar a *quebrada largada* não era a nomenclatura utilizada pelos *ladrões* para se referirem às *responsas* nem mesmo a inconformidade das disposições das *responsas* (quem faz o *atendimento* e a quem levam as *fitas de mil grau*). O problema que apontaram era ligado à forma como os assuntos são conduzidos, grande parte em função da falta de *visão* dos *irmãos* que estão na *responsa*. É feita, nesses casos, uma distinção entre um 'irmão que tá na responsa' e um 'irmão de responsa'. Ainda que para ser *batizado* a responsa de um *malandro* seja levada em conta como algo que indica que ele tem *proceder* (condição para o convite ao *batismo*), tanto so moradores como os próprios ladrões costumam dizer que nem sempre o 'irmão que tá na responsa' é também um 'irmão de responsa', pois ele nem sempre têm *uma visão*. Ademais, dizem, 'tem muito cara de responsa que nem é irmão'.

As considerações acerca das *quebradas largadas* geralmente apontam para a falta de *visão* do *irmão* que está na *responsa* e, adicionalmente, para a ausência de força e de *conhecimento* deles.

Eles nem sequer, como dizem, conseguem fazer com que as *ideias* cheguem neles, quer dizer, se fazerem visíveis e disponíveis a quem pretenda acioná-los. Nesse sentido, embora ser *disciplina* muitas vezes resulte de seu *conhecimento* ou de sua *visão* e possa reforçar sua força, isso não é indicativo de que o *ladrão* é o mais forte, o que tem mais *visão* ou mais *conhecimento*.

É importante mencionar que alguns *irmãos*, muitas vezes, justamente por terem *uma visão*, preferem não assumir essas *responsas*. Afinal, além das *responsas* consumirem um tempo que poderiam dedicar às suas *correrias* (e, por conseguinte, a ganhos financeiros), elas vêm acompanhadas de projeção e isso faz com que as atenções se voltem para eles. Se, como afirmei acima (capítulo 4), 'quem não é visto não é lembrado', aquele que é mais visível é também o mais vulnerável, não só com relação ao risco permanente de ser preso (algo que está sempre nos horizontes de qualquer *ladrão*), mas principalmente diante dos outros *ladrões*. Isso porque os *erros* cometidos pelos que estão em alguma *responsa*, além de mais evidentes, são menos tolerados, afinal, cabe a eles 'dar o exemplo'. Nesse sentido, um *erro* comumente tolerado quando cometido pelos *ladrões*, que resulta na maior parte das vezes em simples repreensão, pode levar o *irmão* que está na *responsa* a ser *excluído* do *Comando* ou, até mesmo, *repudiado*.

Esse foi um dos motivos pelos quais um dos períodos mais intensos da minha pesquisa foi abruptamente interrompido pelo mesmo *geral* que outrora havia apoiado minha permanência na *quebrada*: 'É melhor a senhora voltar pra sua casa... Mesmo porque, por mais que eu fale, o pessoal aqui fica desconfiado'. Ainda que ele fosse o *geral da quebrada*, minha presença ali gerava desconfianças e poderia resultar no que eles chamam de 'revolta dos humildes',

mencionada acima (capítulo 4.3). Isso porque qualquer abalo na *Igualdade* pode desencadear a produção de *não-humildes* e, com isso, os *humildes* se rebelariam contra os primeiros. Nesse sentido, a minha presença ali, a despeito das desconfianças provenientes de alguns *moradores*, poderia ser vista como uma imposição do *geral da quebrada*. Se assim fosse, isso abalaria a *Igualdade* e o tornaria um *não-humilde* por ser alguém que estivesse impondo suas decisões à revelia da opinião dos outros. Os *moradores*, na condição de *humildes*, poderiam se revoltar tanto contra ele quanto contra mim. Se isso ocorresse, ele, que estava *na responsa da quebrada*, poderia também responder pelo que pudesse acontecer comigo diante da revolta dos *moradores*. Sua *visão* permitiu enxergar a composição de movimentos, prever possíveis rumos e, com isso, evitá-los. Um *ladrão de visão*, nesses termos, é alguém que, mesmo sem conseguir fazer com que *abracem* suas *ideias*, é capaz de evitar *situações* adversas e de 'contornar a situação' de modo a fazer com que as configurações futuras dos movimentos lhe sejam favoráveis.

Isso revela que, antes de constituir instâncias de poder coercitivo ou relações de mando e obediência, as *responsas*, como o próprio nome sugere, vêm acompanhadas da responsabilidade de conduzir as *situações* com as quais os *ladrões* se defrontam. O termo utilizado para se referirem a elas ou às relações que as *responsas* mantêm umas com as outras e com a *população* (seja os presos ou os *moradores*), nesse sentido, se torna irrelevante. O que importa é a *ideia* que carregam. Nesses termos, é possível dizer que a expressão *sintonia final* que aparece no trecho do *estatuto* citado acima carregue a *ideia* de uma *responsa* de *luta* pelos *ideais* e pelo crescimento do PCC. Diferente de uma posição em uma estrutura hierárquica, a expressão *sintonia final* remete a uma *hierarquia* que

repousa sobre bases móveis – o movimento – e é fundada na *Igualdade*, uma *hierarquia* que não confere privilégios a alguns em detrimento de outros, não estabelece status e não só rejeita relações de mando e imposição como adere à noção de *responsa*. Mais do que isso, *sintonia* diz respeito, sobretudo, a conexões acionadas, como veremos a seguir.

5.5. Conexões

Mesmo que os termos utilizados não importem tanto aos *ladrões* quanto a *ideia* que a *responsa* carrega, é intrigante que, durante a realização da minha pesquisa, eu nunca tivesse ouvido os *ladrões* se referirem à *sintonia final*, expressão que aparece no *estatuto*. Ela tampouco é mencionada pelos pesquisadores que realizaram etnografias acerca do PCC. O que aparece em seus trabalhos é o termo *sintonia* nos diversos usos que pude, também, etnografar. É possível agrupar esses diversos usos em torno de três sentidos que o termo *sintonia* expressa: como conexão entre *ladrões*, prisões e *quebradas*, como conexão com o PCC e, finalmente, como *responsa*.

Em primeiro lugar, *sintonia* pode expressar a conexão entre *ladrões* (‘esse maluco é sintonia do Fulano’ ou ‘ele tá na sintonia desse irmão’). A fala de um ex-detento registrada por Oliveira (2013) exemplifica bem esse uso do termo: “Foi a hora que os manos que tavam todos escondidos começaram a fazer a *sintonia*. [...] aí ele vai chegar ou nos padrinhos deles ou na *sintonia* que fecha com ele” (: 105). Quando o *ladrão* diz que vai “chegar na sintonia que fecha com ele”, ele não diz respeito exatamente a alguém da *quebrada* de origem nem a alguém *na responsa* de onde ele se encontra preso. Ele diz respeito a quem com ele nutre parceria, proximidade, a quem seu *conhecimento* permite chegar e com quem se movimenta.

Diz respeito, em outras palavras, a estar no mesmo movimento, o que não implica compartilhá-lo (ou partilhar, dividir). Pelo contrário, *sintonia* é, como se diz na *malandragem*, *soma*, é 'correr lado-a-lado', estar 'na mesma caminhada'. Mas s*intonia* também pode se referir à conexão entre prisões ('tamo em sintonia com os caras do fundão') e *quebradas* ('tô em sintonia com a quebrada tal pra definir essa fita'). É isso o que expõe a Mallart (2011) um dos internos da Fundação Casa (antiga Febem – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, destinada a "menores infratores"): "Quando nóis tá lá dentro, nóis sempre procura manter contato com o Comando na rua e com o Comando na cadeia, CDP [Centro de Detenção Provisória], penitenciária, nóis têm tudo essa sintonia" (Mallart, 2011: 175; grifos e ortografia no e do original).

Nesse caso, o *conhecimento* dos internos permite que as unidades onde se encontram estejam em *sintonia* com as cadeias ou, em outras palavras, no mesmo movimento. É importante mencionar que, algumas vezes, como mostra Hirata (2010), a *sintonia* entre *ladrões* é uma maneira de se sintonizar também com o PCC: "Ainda que as relações tenham mudado anos mais tarde com a prisão do sintonia em que eles estavam 'em sintonia', as relações com o PCC nunca foram um problema para os membros da biqueira de Paulo" (: 279).

O autor mostra que, embora a *sintonia* com o PCC possa ser acessada por meio de uma *sintonia* com um *irmão*, elas não são interdependentes. Como pude notar na minha pesquisa, ter um *conhecimento* para chegar a algum *irmão* permite que pessoas possam entrar em *sintonia* com o PCC e assim se manterem, a despeito da presença ou da atuação desse *irmão*. Assim, se um *malandro* entra em *sintonia* com o PCC a partir de um *irmão* com

quem compunha um movimento, essa *sintonia* não se desfaz na ausência desse *irmão*.

Dessa forma, *sintonia* se mostra como algo que revela mais do que uma simples ligação comunicacional. Tomemos o exemplo da *sintonia* entre *biqueiras* (ou *lojinhas*), etnografada por Malvasi:

> Segundo Riso, as *lojinhas* mantêm uma relação de *sintonia* entre elas, não existindo conflito de territórios que, por serem demarcados por eles mesmos, são respeitados. Com esta demarcação, tornou-se improvável a possibilidade de um querer *tomar* o espaço do outro à força, "na bala". (2012: 301)

Sintonia, aqui, aparece como o nome de uma relação. Mas não de uma relação extrínseca aos termos que se relacionam. Ela não consiste em um elo que apenas vincula ou coloca em comunicação, ela vem carregada de *disciplina do Comando* ao mesmo tempo que é também resultado dessa *disciplina*. É como se a *sintonia* entre prisões e *quebradas* fosse possível graças à *sintonia* de cada uma com o PCC. Ou, de outro modo, como se a ética do *Comando* fosse, ao mesmo tempo, efeito e condição de possibilidade para a *sintonia* entre elas. Como procurei descrever em outra ocasião (Biondi, 2010), a *sintonia* é garantida pelo PCC-transcendência ao mesmo tempo que participa de sua produção.

Estamos já no segundo sentido que se pode atribuir ao termo. Aqui, mais do que exprimir a relação entre *ladrões*, cadeias e *quebradas*, *sintonia* é mencionada para se referir aos *ladrões* que estão na mesma *pegada*, que fazem parte da mesma *caminhada*, como quando dizem 'tamo junto, na mesma sintonia' ou 'tamo aqui pra somar, não pra dividir'. É nesse sentido que, como Mallart (2011) expõe, os internos da Fundação Casa, ainda que não sejam *batizados* no PCC, expressam a *sintonia* que têm com os *irmãos*:

> *Nóis é a sintonia dos caras. Eu sou sintonia dos caras. Corro com os caras* [do *Comando*, isto é, sigo as suas orientações]*, mas tô do lado de fora, de fora* [não sou *batizado*; não sou *irmão*]*, mas seguindo a doutrina de dentro* (faxina da Unidade de Internação 38, complexo Raposo Tavares). (: 132; grifos no original)

Adalton Marques pondera, por sua vez, que a *sintonia* como manifestada acima, no sentido de *correr junto*, não implica a obediência a ordens:

> Segundo entendo, *ordens* e *hierarquias* são consideradas desarranjos de valores aos relacionados ao PCC. Quem "corre com o PCC" está na "caminhada do PCC," está na mesma "sintonia do PCC," está "junto e misturado" (para parafrasear o título da dissertação de Karina) "com o PCC." Esse "correr junto," esse "estar na mesma caminhada," esse "estar na sintonia" nada tem a ver com obediência a ordens. Antes, se trata de um modo específico de existir: "ser lado a lado com o PCC." (in Manso, 2009: 164).

Essa maneira de acionar a palavra *sintonia* expressa, sobretudo, a conexão, a *soma* com o PCC, o que não implica se declarar *integrante* do *Comando*. Estar em *sintonia* é estar no movimento e, por conseguinte, envolvido na dinâmica das *ideias*. É nesse sentido que Mallart (2011) mostra como os *salves gerais* (*ideias* com grande potencial de repercussão) são capazes de produzir *sintonia*, mas isso fica ainda mais claro quando o que se sintoniza é a *disciplina do Comando*: "nas *unidades dominadas* as agressões entre os internos são proibidas pelos *disciplinas*, haja visto que tais confrontos demonstram que a *cadeia* não está unida, o que, do ponto de vista das lideranças, simboliza a falta de *sintonia* com a *disciplina do Comando*" (Mallart, 2011: 121-122; grifos no original).

Nesse caso das unidades da Fundação Casa, como nos das cadeias em que não há *irmãos* (mencionadas em Biondi, 2010), a *sintonia* com o PCC é garantida por meio da ética do *Comando*, tema

do capítulo 8. Mesmo sem *irmãos*, essas unidades não deixam de ser chamadas, pelos presos, de *cadeias favoráveis* ou *cadeias do Comando*.

Por fim, outra forma como os *ladrões* usam a palavra *sintonia* é no sentido de *responsa*. É assim que a "sintonia dos ônibus" aparece na etnografia de Ferraz de Lima (2013):

> "Sintonia dos ônibus" fazia referência aos presos que respondiam pelo ônibus em que viajavam as visitas. O "ônibus da família". São estes os presos responsáveis pela comunicação com a *guia* (por intermédio do seu marido) sobre os acontecimentos da viagem. Nas palavras de uma *cunhada*, "a sintonia do ônibus cuida do bem-estar da visita na estrada". (: 113)

A "sintonia dos ônibus" se relaciona com a "guia" de maneira semelhante com a que o preso que está na *responsa da fila* dos CDPs se relaciona com a pessoa que cuida e organiza as filas nos *dias de visita* (descrita em Biondi, 2010). A eles cabe, por um lado, permanecer acessíveis a todos que desejarem reportar algum problema ou colocar alguma questão a respeito das visitas e, por outro, resolver os problemas que puder e levar os demais a quem tem que chegar para que sejam solucionados. Cabe a eles, complementarmente, fazer com que a *ideia* resultante do *debate* ou a solução encontrada para o problema colocado chegue àqueles que produziram a demanda e nos que foram envolvidos na *ideia* à medida que ela foi se transformando[86].

Quem está nessa *sintonia*, portanto, não é a única pessoa responsável por resolver os problemas das visitas. Entretanto, é alguém cuja *responsa* está em concentrar em torno dele todos os movimentos relativos ao ônibus ou à fila, conforme o caso. Por isso, para que a *sintonia* funcione, é desejável que quem esteja nesse movimento tenha *uma visão* acerca do assunto e, sobretudo, um

conhecimento para ‘chegar em quem tem que chegar’ para resolver os problemas que aparecerem.

Assim também ocorre, como pude acessar durante minha pesquisa, com o que chamam de *sintonia da rifa*. A venda de *rifas* e o subsequente sorteio de prêmios é uma maneira pela qual o PCC arrecada verba que, de acordo com os *irmãos* com quem pude conversar a respeito, é utilizada para diversos fins, entre eles a distribuição de cestas básicas, pagamento de advogados, ajuda financeira aos familiares de *irmãos* que faleceram durante alguma *missão do Comando*, auxílio para o transporte das famílias que visitam seus parentes em penitenciárias distantes da cidade de origem. Quem está *na responsa da rifa* procura fazer com que todos os movimentos que digam respeito a ela (cada qual na sua região) passem por ele.

É importante mencionar, entretanto, que embora possamos encontrar uma certa prescrição com relação a qual *sintonia* recorrer (em função do assunto e de sua localidade), ela é corriqueiramente desrespeitada. Nem mesmo o que se poderia chamar de preferencial (que poderia se colocar como alternativa ao prescrito) é mais acionado do que o circunstancial. A depender do assunto, do que está em questão, de sua gravidade, de quem está envolvido, os *irmãos* podem acionar *sintonias* com quem têm uma relação mais estreita, uma *parceria mais forte*, *uma visão* mais adequada ou um *conhecimento maior*. Assim, embora um *irmão* resida em uma cidade do oeste paulista e mesmo que exista uma *sintonia* responsável por essa região, ele pode acionar uma *sintonia* da região metropolitana de São Paulo, onde estão seus *padrinhos*[87] e outros parceiros de *mili anos*.

Seja como for, o *ladrão* que está em alguma *sintonia* tem a sua *responsa* bem-sucedida quando consegue se fazer visível e acessível aos que possam querer acioná-lo para resolver suas demandas ou levar os assuntos adiante. Quando isso ocorre, os movimentos relativos à sua *responsa* (sejam eles referentes à *rifa*, à fila, ao ônibus ou à *disciplina* de uma *quebrada*) convergem a ele, e isso resulta em uma grande densidade de movimentos em torno dessa *sintonia*. Isso faz com que ela se caracterize como uma área de grande densidade, que reúne inúmeros movimentos. Não é surpreendente, assim, que *sintonia* como *responsa* – o sentido que aparece associado à *hierarquia* no estatuto já mencionado – diga respeito à reunião, à *soma* de movimentos em torno de uma *missão* a ser cumprida, de uma *luta* a ser travada e, ainda, à própria comunicação.

Expostos os três sentidos que o termo *sintonia* assume, é importante mencionar as conexões entre eles. O relato de uma interlocutora a respeito da forma pela qual seu marido preso pôde realizar uma chamada telefônica para ela é exemplar. Segundo ela, o celular do *irmão* que estava *na responsa da cadeia* quebrou e ele propôs comprar o aparelho de outro *irmão* (o único que existia na unidade, na época). Esse *irmão* disse que venderia o aparelho por 30 mil reais, ao que, segundo minha interlocutora, o piloto reagiu:

> O jet falou pro cara: “Olha, você tá querendo extorquir logo o Comando? Só usa o telefone pra ficar namorando e eu cheio de responsa pra resolver, tem que chegar nos terminal e você namorando no telefone”. O jet de lá tem mesmo muita responsa pra resolver. Ele fica em contato direto com os terminal, resolvendo uma pá de fita. Se ele fica sem telefone, a cadeia fica fora do ar. Não pode. Daí o jet chegou no irmão: “Não é justo você, que já tá pra sair, querer vender o celular que você só usa pra namorar, e eu que resolvo uma pá de fita do Comando, que tô em sintonia direta com os terminal, ficar fora de área. Isso é extorsão, você tá extorquindo o Comando.

> Não é justo!”. O jet falou que o celular não era pra uso próprio, era pra resolver fita do Comando e que ele, que é irmão, tinha que fazer uma. Daí o celular ficou com o jet, que usa pras responsas das sete da manhã até as seis da tarde. Depois disso, ele dá o celular pra população poder usar. Mas como é muito preso lá – pique CDP –, cada um fala só cinco minutos por semana. Justo, né?

É importante esclarecer que, embora a *sintonia* com o *Comando* não seja dependente do aporte da telefonia celular, uma cadeia *fora do ar* (sem aparelhos em funcionamento) tem, como a própria expressão indica, sua *sintonia* prejudicada. Afinal, para se manter em um mesmo movimento não só é desejável instantaneidade como também requer que esforços sejam incessantemente despendidos nesse sentido. Esse caso ilustra bem esses esforços. Aqui, *sintonia* reúne os três sentidos expostos acima. O que estava em questão para o *jet* era a necessidade de ter um celular para se manter em *sintonia* com outros *responsas*, com outras prisões e, assim, poder resolver as *fitas do Comando*. O *jet*, *sintonia* daquela cadeia, para cumprir com sua *responsa* precisava sintonizar outros *irmãos*, outras cadeias e, principalmente, o próprio PCC[88].

Como vimos, a noção de *sintonia* remete à de *hierarquia* no PCC de um modo bastante distinto da concepção expressa nos organogramas elaborados pelo poder público, mencionados acima. Na *malandragem*, esses termos dizem respeito aos arranjos formados pelos movimentos e ao modo pelo qual os *ladrões* se deslocam por esse fluxo. A seguir, abordarei as consequências dessa dinâmica para a própria formação do PCC.

5.6. Formação

Quando os *ladrões* alcançam plenamente esse objetivo de se manterem em um mesmo movimento, chegam a ponto de afirmarem a existência de uma *sintonia total* ou de uma *sintonia 100%*. Nesses casos, é possível registrar diálogos como o que se segue:

> − Tô mandando alguém da minha confiança pra bolar uma ideia.
> − Não me leva a mal, mas eu prefiro falar direto com você.
> − Não... Mas olha: o que ele disser, é como se eu tivesse falando também. Falar com ele é a mesma coisa que falar comigo. Tamo na mesma sintonia.

Entretanto, a *sintonia total* é absolutamente circunstancial. Ela nunca vale para tudo, em quaisquer *situações*. Isso porque, se estar sintonizado remete a compor o mesmo movimento, há que se observar que movimento está em questão naquela circunstância. Afinal, como descrevi na parte I deste livro, o PCC é um movimento composto por inúmeros movimentos. E cada qual pode ser tomado também como uma composição de outros movimentos[89]. A própria *sintonia da fila*, que é composta por inúmeros movimentos e, ao mesmo tempo, compõe o PCC, oferece um exemplo desse tipo de formação.

Nesse ponto, é pertinente mencionar o título de um subcapítulo da tese de Malvasi (2012): "PCC é *sintonia*: a *mente criminal* em comunicação". O autor, ao descrevê-la como um "encontro de mentes" (: 111) entre jovens do *crime* e "outros que assim não se identificam" (: 265), mostra de que modo a *sintonia* articula o PCC e permite sua difusão pelas *quebradas*:

> Este mecanismo torna possível, então, uma justaposição do *crime* com a *quebrada*. A diminuição dos homicídios aproximou o *crime* das outras posições políticas dos jovens da *quebrada.* Hip hopers, educadores, oficineiros, artistas, blogueiros, ravers, skatistas, pixadores estão em *sintonia* com a pacificação, com a interdição do homicídio. E podem também lançar

> mão das possibilidades de mediação dos conflitos locais que os “debates” oferecem. (: 145-146)

De acordo com essa perspectiva, é possível dizer que *sintonia* permite que o PCC colonize cadeias e *quebradas* e não se restrinja ao conjunto de seus *integrantes*.

Para dar conta de um PCC que não constitui um conjunto de suas partes, afirmei anteriormente que a “imanência do *Comando* funciona na medida em que rebate em sua forma transcendente” ao mesmo tempo que “o PCC-transcendência só existe porque tem como base a imanência que o garante” (Biondi, 2010: 222). Para descrever o modo como uma rebatia na outra, entretanto, eu precisava da noção de *sintonia*, que não dei conta de abordar na época. Agora, o foco na descrição da *sintonia* permite acrescentar que essa formação só é possível graças a ela. Por ela, por meio dela, as *ideias* fluem. É possível, assim, abordar *sintonia* como a base da formação do PCC, desde que isso seja pensado a partir do fluxo de movimentos e *ideias* descritos anteriormente. Está nela o sentido que atribuem quando falam em *organização*. Apesar de a *malandragem* fazer uso de um termo comum em ambientes empresariais, policiais ou legislativos, o fazem para se referir a algo muito particular, um modo singular de *organização* que carrega características próprias e é assentada em bases muito distintas daquilo a que, nesses ambientes, se costuma chamar de organização.

Essa formação do *Comando*, uma *organização* fundada na *sintonia*, difere substancialmente de outras formações criminais, sejam elas ancoradas em laços (1) filiativos, como a máfia de origem siciliana (Ianni e Reuss-Ianni, 1972; Blok, 1974), (2) raciais, como a “black máfia” norte-americana (Ianni, 1974), (3) históricos, como os maras

da América Central (Rocha e Rodgers, 2008) ou movimentos revolucionários fundados em laços políticos, como o IRA irlandês (Feldman, 1991) ou os presos palestinos (Bornstein, 2010)[90]. Ela também difere dos comandos cariocas, cuja existência, segundo Barbosa (1998), é sustentada pela "amizade" – expressão da aliança –, de um lado, e guerras, de outro (como também parece ocorrer nas *pandillas* nicaraguenses, de acordo com exposição de Rocha e Rodgers, 2008).

A *sintonia*, por sua vez, embora expresse uma relação lateral e seja utilizada para designar os intervenientes que estão no mesmo movimento ou, em seus termos, na mesma *caminhada*, não se estabelece na identidade nem se confunde com homogeneidade. Afinal, ela não só emerge dos *ritmos* como preserva a existência deles. É importante destacar que o *ritmo* não é uma unidade discreta. Ele só aparece à medida que for requisitado e pode tomar diversas formas: pode ser um intervalo de tempo, uma *quebrada*, um casal, uma cadeia, uma pessoa, uma cidade, uma perspectiva (financeira, social etc.). Não há mapeamento de *ritmos* possível porque não há unidades preestabelecidas a recebê-los. Eles só são evocados quando se pretende anunciar uma diferença. Desse modo, um *ritmo* só aparece a partir de uma posição, de um ponto de vista no interior do *crime*. E à medida que esse ponto de vista se desloca, aquilo que se apreendeu para que um *ritmo* lhe fosse atribuído se desfaz. Essas diferenças que emergem quando os *ritmos* são designados encontram na *sintonia* uma maneira de se relacionarem de forma que os *malandros* possam afirmar que 'um ritmo é diferente do outro, mas tá tudo na mesma sintonia' (ou, 'um ritmo é diferente do outro, mas a ética é uma só', variação que, como veremos no capítulo 8, não contradiz a primeira).

Da não unidade dos *ritmos* decorre que *sintonia* não é uma relação exterior a termos predefinidos; ela se configura juntamente às conexões que são estabelecidas e efetivadas, às conexões das quais os *ladrões* participam. Longe de constituir um mero vínculo ou um elo de transmissão de *ideias*, *sintonia* oferece as possibilidades para que elas fluam. Mais do que isso, ela pressupõe uma posição no interior do fluxo de movimentos a partir da qual é possível apreendê-los e realizar conexões. Nesse sentido, estar 'na sintonia de alguma parada', no sentido de *responsa*, é se tornar uma referência vetorial dos movimentos e se engajar em cada um deles. A *hierarquia*, na *malandragem*, é um nome que se dá a essas referências e ao respectivo engajamento que as tornam referências. Como vimos, a noção de *hierarquia* no PCC só pode ser descrita em meio às dinâmicas que envolvem a *sintonia*, fundadas no fluxo de movimentos e *ideias*.

Neste capítulo, procurei descrever de que modo as noções de *conhecimento*, *visão* e *responsa* estão diretamente relacionadas com a *hierarquia* no PCC ao subordiná-la à dinâmica das *ideias*. O resultado disso é uma formação resultante de uma infinita variedade – e variação! – de *ritmos* cujas conexões se dão por meio da *sintonia*. A *sintonia*, por sua vez, confere paridade às diferenças de *ritmos* – entre *ladrões*, *quebradas*, cadeias, filas, *visões* – ao permitir que as expressões da *hierarquia* do *Comando* não sejam outra coisa senão o resultado de *ideias* que fluem por infinitos movimentos e cuja força e alcance variam de acordo com outras noções também sustentadas por esses movimentos: a *visão*, o *conhecimento* e a *responsa* dos intervenientes. Essas diferenças por ela conectadas não se apresentam na forma de unidades preestabelecidas, mas, sim, em *situações* apreendidas no interior dos movimentos. A noção de *situação* e a maneira como os *ladrões*

apreendem um arranjo de movimentos (seja a fim de designar um *ritmo*, avaliar a pertinência de um *aval*, realizar um *debate* ou elaborar considerações acerca do *certo*) é o tema da próxima parte do livro.

80 *Moscar* é o mesmo que vacilar, não pensar nas consequências, ser displicente.

81 Cabe esclarecer que na *malandragem* nunca se fala de “a visão” e, embora algumas vezes se refiram simplesmente à “visão”, na maior parte delas o termo vem acompanhado pelo artigo indefinido “uma”. De fato, a opção pelo artigo indefinido é absolutamente coerente com a noção.

82 Esse e uma série de outros dualismos são criticados e recolocados por Henri Bergson ao longo de sua obra (em especial, Bergson, 1999 [1896]) e são inspiradores para esta tese, embora um diálogo direto não tenha sido realizado.

83 O relato de um *debate* em que a *ideia* defendida por um ‘irmão forte’ foi vencida pode ser encontrado em Marques (2010b).

84 A palavra *terminal* também apareceu com esse sentido durante o mesmo período de pesquisa.

85 Esse gráfico é também reproduzido em: <http://www.estadao.com.br/infograficos/entenda-o-funcionamento-do-pcc-e-a-sua-influencia,227221.htm>. Acesso em: 31/07/2014.

86 É importante destacar que ao preso que está na *responsa do ônibus* ou *da fila* de determinada unidade prisional não cabe intervir na forma com a qual outros presos conduzem essas *responsas* em outras cadeias.

87 Como afirmei acima (capítulo 2.3), a relação de apadrinhamento geralmente vem acompanhada de respeito, cumplicidade e confiança.

88 Retomarei esse material adiante, no capítulo 8, para abordar a noção de *justiça* na *malandragem*.

89 Como na história indiana sobre as tartarugas, mencionada por Geertz (1989 [1973]), o que há dentro dos movimentos são só movimentos até o fim. Ou, no vocabulário de Tarde (2007 [1895]), a existência de movimentos se dá infinitesimalmente.

90 Destaquei aqui apenas os trabalhos conduzidos por antropólogos que realizaram pesquisa de campo e apresentaram materiais etnográficos que permitem apontar em que essas formações criminais se fundam. Não cabe a mim apontar a ausência dessa abordagem como lacuna em outras pesquisas conduzidas por antropólogos e, tampouco, tentar preenchê-las.

Parte III
SITUAÇÃO (E LEI)

> Sobre o primeiro ponto, respondo que as Escrituras usam constantemente uma linguagem muito antropomórfica, que convém ao vulgo ao qual ela é destinada; este vulgo é incapaz de perceber as verdades mais superiores. É por isso que, estou persuadido, todas as regras da vida, reveladas por Deus aos Profetas, cuja observação é necessária à salvação, assumiram a forma de leis, e, pelo mesmo motivo, os Profetas forjaram as parábolas. Em primeiro lugar [...] eles as apresentaram como a expressão da vontade de um Rei e de um Legislador... Eles deram o caráter de recompensa e castigo à salvação e à perdição que são apenas os efeitos que decorrem necessariamente dessas mesmas causas.
>
> Espinoza

Procurei até agora descrever o PCC como uma composição de inúmeros movimentos que, sem obedecer a limites territoriais ou temporais, carregam *ideias* cuja existência é resultado de embates pela sua manutenção, fortalecimento, transformação. Esses movimentos se cruzam, convivem, disputam, se acoplam, tensionam uns aos outros. Quando os *ladrões* pretendem se referir a certos

arranjos resultantes dessa conjugação, dão a eles o nome de *situações*.

Como diz respeito à captura instantânea de movimentos que permanecem em fluxo, a *situação* (ou *fita*, um termo muitas vezes intercambiável) não tem existência anterior à sua evocação. É a partir do momento de sua verbalização que certo fluxo de movimentos se estabiliza para formá-la. Disso resultam alguns pontos importantes a serem assinalados. Em primeiro lugar, os movimentos não param ou se conformam a *situações*. Embora (como afirmei no capítulo 4) as *ideias* se relacionem com as-condições locais para a elas se acoplarem, embora as circunstâncias ofereçam as possibilidades para a passagem dos movimentos, eles não se submetem a qualquer amoldamento. Em outras palavras, as *situações* não modelam ou enquadram os movimentos em quadros preexistentes e, por conseguinte, não impõem limites à sua existência. Em segundo lugar, potencialmente, há tantas *situações* quantas as possibilidades de encontros dos movimentos. Isso quer dizer que uma *situação* pode se desmanchar para a formação de outra se, no instante seguinte, um novo arranjo se apresentar. Adicionalmente, há também, potencialmente, tantas *situações* quantos pontos de vista capazes de produzi-las. Isso porque, como afirmei acima (capítulo 3), se não há movimento-todo e, consequentemente, visões totais de movimentos, os encontros chamados a compor uma *situação* provêm dos próprios pontos de vista daqueles que a enunciam.

As *situações* só ganham existência à medida que são requisitadas e conforme são enunciadas. Nesse momento, tornam-se algo a ser conhecido, considerado, avaliado e sobre o qual se atua. Afinal, elas são fontes não só de *brechas* a serem *encontradas* e *trabalhadas*[91],

como também um solo capaz de gerar novos movimentos, onde outras *ideias* são *lançadas* a fim de conduzir ou inverter a própria *situação* que os motivou. Isso porque elas oferecem uma certa estabilidade, uma desaceleração do fluxo de movimentos e, por isso, referenciam outros tantos movimentos. Sendo assim, saber anunciar adequadamente e conduzir as *situações* é vital não só para os que caminham pelo *crime* como também para quem pretende realizar uma pesquisa empírica sobre ele. Em busca de colaboração – o que implica apoio – para a pesquisa, deparei-me com três circunstâncias nas quais as *situações* ganham relevância: os avais, os *salves* e os *debates*, que conduzem a uma questão sempre presente entre os malandros, *o certo*.

91 Como procurei descrever no capítulo 3, as *brechas* não têm existência anterior ao seu *encontro*, que é, simultaneamente, a sua produção.

6
AVAL E SALVE

No capítulo 4, mencionei minha busca por avais para a realização desta pesquisa. Procurei mostrar que um *aval*, como as outras *ideias*, precisa *repercutir* para se manter vivo, que ele pode morrer, ser desenterrado, e que todos que o *repercutem* se tornam responsáveis por ele. Uma das coisas que singularizam o *aval* perante as outras *ideias* é que ele só pode ser dado por *irmãos* (ou por *ladrões* que estejam em uma *responsa do Comando*), uma vez que, ao ser proferido, passa a ser um *aval* do PCC. Quando se recebe um *aval*, diz-se que se tem um *aval* do *Comando*, dado pelo *irmão* tal. Isso, contudo, não enseja prejuízo à responsabilidade pela *repercussão* dessa *ideia* e à responsabilidade pelo *aval*, atribuída a cada *irmão* que o *repercute*.

Outra *ideia* que se destaca das demais é o *salve*. Como os avais, ele só pode ser dado por *irmãos*. Entretanto, como mostrarei adiante (capítulo 6.4), ele reveste os *irmãos* que o elaboraram de certo anonimato. Nunca se diz que o *salve* foi dado por um ou outro *irmão*, mas, sim, que ‘veio um salve do Comando’.

Em ambos os casos, como procurarei deixar claro neste capítulo, há um modo de produção de conhecimento fundamentado na composição, avaliação e manejo das *situações*. As *situações*, por sua vez, podem ser definidas como um arranjo de movimentos apreendido a partir de um ponto de vista. Suas bases, portanto, repousam sobre as dinâmicas de movimentos e *ideias* descritas nas partes anteriores do livro. Assim, neste capítulo, abordarei esse modo de produção de conhecimento, em que *situações* são elaboradas, transformadas e analisadas a partir de duas *ideias* de características singulares no PCC: os avais e os *salves*.

6.1. Composição das situações

Um *aval* diz respeito a uma autorização ou a um consentimento e, como mencionei acima, sempre é dado por *irmãos* com base na análise que fazem das *situações*, quer dizer, dos arranjos de movimentos apreendidos a partir de um ponto de vista. Entretanto, como se elabora essa apreensão? O que é incluído e o que fica de fora desse arranjo?

Para responder a essas perguntas, é importante, inicialmente, esclarecer que as *situações* que fundamentam a decisão sobre o *aval* podem tanto ser elaboradas pelo próprio *irmão* que o dá, quanto descritas ou apresentadas por alguém que pede o *aval* (que pode não ser *irmão*). A segunda alternativa será abordada adiante, quando discorrerei sobre a maneira pela qual os *irmãos* avaliam as *situações*. Agora, ater-me-ei ao primeiro caso, em que um *irmão* pode dar um *aval* mesmo que ninguém tenha pedido, a fim de mostrar como essas *situações* são compostas.

Nessas circunstâncias, o *irmão* parte da *situação* que ele mesmo elabora para lançar suas considerações, avaliações e, enfim, decidir

pelo *aval*. Foi isso o que aconteceu na Vila Timbre, quando Gorete repreendeu Hilda por suas atitudes com relação à Manuela. Gorete dizia:

> − Você fica intimidando a Manuela, telefonando, mandando mensagem, e isso depois de ter roubado o marido dela?!
> − Mas foi ele que veio me procurar – argumentou Hilda.
> − Independente! Não tem que ficar apavorando a menina. E olha as fitas que você fala! Fica passando caminhada de crime pra Manuela, que é Zé Povinha... Isso não pode! Falar que faz e acontece, que vende droga, que tal irmão e tal irmão foi lá na sua casa... Tá usando o nome do Comando em fita pessoal. O que tem que ficar falando o que não deve ser dito pra Manuela, que é Zé Povinha? E ainda destruiu uma família... Olha só, o marido deixou ela sozinha pra criar um menino pequeno.

Presente, *irmão* Armando interveio na conversa e passou a indagar Hilda sobre o que havia acontecido. Aos poucos, Armando tomou conhecimento da *situação*, o que, no caso, quer dizer captar, a partir de seu ponto de vista, o arranjo de movimentos em torno da contenda entre Hilda e Manuela. Nessa operação, ele selecionou movimentos que farão parte da *situação*, ao mesmo tempo que deixou outros de fora.

A atenção para o que o *irmão* reunia e o que deixava de fora da *situação*, e não para o que eu apreendia daquela *situação*, está relacionada com um procedimento metodológico inspirado na advertência de Strathern (1996a), em diálogo direto com Latour (2000 [1991]), com relação à maneira pela qual os antropólogos realizam cortes nas redes que pesquisam. A mesma autora, em outra ocasião (Strathern, 1996b), lembra que Leach (1961) já problematizava a forma como os antropólogos faziam uso do conceito de sociedade (Strathern, 1996b). Em ambos os autores, essa crítica está intimamente relacionada com a forma pela qual os pesquisadores delimitam suas unidades de análise, seja tratando-os

como realidades autônomas, totalidades ou representações holísticas, seja efetuando cortes nas redes. Em um caso ou em outro, o pesquisador efetua recortes a partir de critérios exógenos aos participantes da própria rede ou da própria população estudada, segundo critérios dele próprio ou provenientes de sua tradição de pensamento. Para Leach (1961), o que importa é a forma pela qual os próprios povos estudados ordenam suas experiências, o que encontra ressonância em Strathern (1996a), quando a autora propõe levar em consideração os cortes efetuados pelos próprios participantes das redes. Com efeito, em outro trabalho, Leach (1996 [1964]) aborda as populações da região das Colinas de Kachin deliberadamente "como se" fossem coerentes e estáveis. Entretanto, deixa claro que esse é um recurso metodológico para lidar com o que está em constante estado de fluxo, desequilíbrio e mudança. O autor pondera, contudo, que os próprios kachins também realizam um procedimento semelhante ao "como se" para pensarem a si próprios. A proposta de Leach, portanto, tem relação direta com a advertência de Strathern e, por conseguinte, com minha opção de priorizar a forma como o *irmão* Armando apreendia aquela *situação* e não como eu selecionava os movimentos que se mostravam para mim.

Pretendo, com isso, levar em conta a perspectiva de meus interlocutores, não tanto orientada pelo conceito de "perspectivismo ameríndio" (Lima, 2005 e Viveiros de Castro, 2002), mas em consonância com o uso que Villela (2004), inspirado em Nietzsche, faz do termo:

> O que chamo de perspectivismo e ponto de vista aproxima-se muito mais dos conceitos de sentido e interpretação em Nietzsche. [...] Conferir sentido e interpretação a uma coisa, a um órgão ou a um fenômeno em Nietzsche é o

> mesmo que se assenhorar desta coisa, órgão ou fenômeno, sendo que essas sucessivas apropriações correspondem mesmo à sua história. (: 22)

Com isso, não é minha pretensão assumir o ponto de vista dos *malandros* ou falar por eles. Como propus na introdução, o que apresento neste livro é o meu ponto de vista a partir do interior do movimento. Assim, a minha intenção é descrever como eu enxergava a forma pela qual meus interlocutores compõem sua perspectiva, quais são as práticas que sustentam a formação da *situação* sobre a qual, posteriormente, será produzido um conhecimento e realizada uma intervenção.

Huen (2009), Law e Mol (2002), Miyazaki (2004), Reed (2003, 2008, 2011a) e Riles (2000, 2006) são apenas alguns entre os vários autores que vêm realizando pesquisas focadas em práticas de conhecimento. Também com esse foco, mas atentos especialmente à forma pela qual as pessoas formam suas composições de mundo, destaco os trabalhos de Tsing (2010) e Viana (2010). Enquanto Viana (2010) direciona seu interesse para o que está visível e o que está eclipsado para seus interlocutores, bem como os efeitos dessa visibilidade nos projetos de cooperação internacional, Tsing (2010), a partir de sua pesquisa envolvendo as maneiras pelas quais diferentes grupos de cientistas lidam com o cogumelo matsutake, chama de "*worlding*" a forma como cientistas e antropólogos atribuem "características de mundo a cenas de encontro social" (: 48) a fim de realizar posicionamentos em uma rede de relacionalidades. Para a autora, a atenção a esse mundo imaginado que ocorre na relação entre as pessoas, em vez de criar unidades rígidas de análise, permite multiplicar contextos e perspectivas e fazer relações aparecerem.

A atenção que esses autores direcionam aos procedimentos de composição do mundo, embora em campos muito distintos, apresenta grande proximidade com meu interesse em apreender a forma como os *malandros* compõem as *situações* sobre as quais lançam suas atenções, produzem conhecimento e intervêm. Ao considerar essas composições, pude verificar o modo como Armando, após selecionar alguns dos movimentos que se apresentavam e, ao mesmo tempo, descartar outros, compôs a *situação* da forma como expressou na pergunta que lançou a Hilda: 'Quer dizer que você catou o marido dela e ainda fica apavorando a menina?'. A essa *situação*, formulada por ele mesmo, o *irmão* dedicou suas considerações, avaliações e, por fim, deu o *aval*: 'Essa Hilda deveria levar um pau! Pra mim dava um pau nessa mina. Que papelão! Quebra ela na porrada logo, Gorete! Só do pescoço pra baixo!'.

Gorete, entretanto, não agrediu Hilda, não por falta de *disposição*, como me explicou, mas por considerar que Armando *errou* ao dar esse *aval*. Para ela, Armando nunca poderia ter dado esse *aval* sozinho, 'sem passar a caminhada pros outros irmãos'. Esse é um problema concernente à 'decisão isolada', como veremos no capítulo 6.4. Segundo Gorete,

> Não pode tomar decisão isolada, ainda mais quando envolve agredir alguém. É uma fita muito grave. Se eu desço a madeira na menina aqui e depois ela leva essa ideia adiante, vão me perguntar quem me deu o aval. Mesmo que eu fale que foi o irmão Armando, vão falar que eu não sou nova no crime e já deveria saber que esse aval não podia ter sido dado por um irmão só. Mesmo que ele fale que a mina mereceu, podem dizer que um erro não justifica o outro, que são duas situações diferentes. É muita responsa.

Os movimentos selecionados por Gorete para elaborar a *situação* eram diferentes daqueles elencados pelo *irmão* Armando. Gorete

incluía, por exemplo, o que é mobilizado pela *ideia* de ‘não tomar decisão isolada’, movimento cuja *visão* de Armando não alcançou. Além disso, ela chama a atenção para a possibilidade de outro ponto de vista enxergar ali não uma, mas duas *situações* distintas. Uma seria formada em torno do *erro* do *irmão* Armando ao dar o *aval*. A outra *situação* seria composta também pela *caminhada no crime* trilhada por Maria, que revela o tempo que ela ‘tem envolvimento’ (como vimos no capítulo 5, alguém que está ‘há algum tempo no crime’ costuma ter ‘mais visão’), mas descartaria os motivos pelos quais Armando deu o *aval*. Nessa apreensão de movimentos, ganha relevância o *erro* resultante da cumplicidade ou da displicência com relação ao primeiro *erro*.

Vimos, assim, que *situações* distintas são elaboradas não somente conforme a posição que se adota no interior do movimento, mas também de acordo com a *visão* que o *malandro* tem. Vimos, sobretudo, que qualquer *situação* é elaborada mediante a apreensão de alguns movimentos e o desprezo de outros. Como afirmei acima, são essas *situações* que fundamentam a concessão dos avais pois, como veremos adiante, elas constituem objeto de avaliação dos *irmãos*.

6.2. Avaliação das situações

Invariavelmente frutos de avaliações das *situações*, os avais produzem outras *fitas* e têm como efeito desfazer aquelas que os originaram. A fala de Gorete, exposta na seção anterior, evidencia sua consciência de que, se agredisse Hilda, uma nova *situação* poderia ser formada e que não se pode prever quais movimentos farão parte desse arranjo e quais serão descartados. Ainda assim, ela elabora estimativas, avalia as possibilidades, considera eventuais formações resultantes, de modo a conduzir a atual *situação* para configurações mais favoráveis a ela. Até sua recusa em agredir Hilda se torna um movimento passível de compor uma nova *situação*, o que é ilustrado pela advertência dada por um *irmão* a um *companheiro* preso, em outra *fita*: 'Você quer levar essa fita pra debate, mas, se chegar o aval pra matar o cara, tem que cumprir. Sua pena é pequena... Tá disposto a pagar por um homicídio? Porque, se chegar o aval e você não matar o cara, daí vai ter consequência é pra você'. Nesse caso, o *irmão* indicou a necessidade de um *debate* para que decidissem sobre essa *fita*, da mesma forma como fez Gorete quando advertiu que o *irmão* Armando deveria ter passado a *caminhada* para outros *irmãos*.

Em um *debate*, como exporei adiante, as *situações* são submetidas a um confronto de *ideias* capaz de transformá-las. Contudo, mesmo em um *debate*, seus participantes podem considerar que a resolução sobre o *aval* deva ser tomada por outros *irmãos*, que ocupam posições de *responsa*. Isso frequentemente ocorre em circunstâncias que envolvem a execução de alguém. Nesses casos, passam a eles um *resumo*, que consiste em uma descrição sintética da *situação* tal qual se configura após as transformações suscitadas pelo *debate*[92]. Esse *resumo* (que remete à economia das palavras

de que tratei no capítulo 4.1) passa a constituir a base para decisão sobre o *aval*. Aqui, a *situação* não é elaborada pelo próprio *irmão* que dá o *aval*, mas apresentada por quem o pede. Entretanto, não há prescrição sobre o que é levado a *debate* e o que não é levado, da mesma forma como não há determinação sobre o que motiva um pedido de *aval*. Isso depende sempre da avaliação dos envolvidos diante das *situações* que eles próprios elaboram.

Com efeito, há várias ocasiões em que *irmãos* dão avais sem que um *debate* seja realizado e isso não é questionado, como aconteceu no caso acima. Entretanto, abrir mão da realização de um *debate* muitas vezes implica um cuidado menor para que a *ideia morra* ali. Se a *ideia* não for devidamente *enterrada*, são maiores as chances de ela permanecer disponível para compor outras *situações* e essas podem ser levadas a novos *debates*. Foi isso o que aconteceu com Tomás. Enquanto cumpria pena, ele soube que sua esposa havia saído com o *irmão* Silas. Diante dessa informação, Tomás *passou a caminhada* para outro *irmão* e expressou o decorrente desejo de matar o *talarico*. Em outras palavras, Tomás expôs a *situação* e solicitou ao *irmão* o *aval* para matar Silas. O *irmão* avaliou a *situação* informada por Tomás e deu a ele o *aval* solicitado. Tomás consumou seu desejo.

Entretanto, o assassinato do *irmão* Silas foi uma *ideia* que *repercutiu*. Outro *irmão*, parceiro de Silas, compôs uma *situação* cujos movimentos selecionados giravam em torno da *injustiça* cometida contra o seu parceiro. Eu não tive acesso a todos os argumentos acionados ou a todos os movimentos que foram requisitados a compor essa *situação*. Mas soube que, com base nela, esse *irmão* ‘levou a ideia adiante’ e chamou um novo *debate*. Essa *situação* fundamentou um novo *aval*, dessa vez para matar

Tomás, pois ‘vida se paga com vida’, como se diz na *malandragem*. Embora, nesse caso, o *irmão* que dera o primeiro *aval* não tenha sofrido nenhuma *consequência* (talvez porque, com a morte de Tomás, não tenha aparecido ninguém que levasse essa *ideia* adiante e pedisse ‘cobrança à altura’), há casos em que *irmãos* são responsabilizados e *cobrados* pelos seus avais.

Foi o que ocorreu quando Bruno, depois de uma sessão de tortura, confessou que era *justiceiro*. A gravidade dessa acusação está ligada à atividade dos *justiceiros*, que é a de matar *ladrões*, e à decorrente impossibilidade de eles coabitarem o *convívio* de uma mesma cadeia[93]. Caio, o *irmão* que estava à frente desse movimento, pediu a outros *irmãos*, presos em outra unidade prisional, o *aval* para matá-lo. Entretanto, o *aval* que chegou não era somente para matar o suposto *justiceiro*, mas também o *irmão* que o torturara. Os presos que me narraram esse episódio disseram que o *aval* para a morte de Caio fora pedido por outro *irmão* presente. A *situação* informada quando do pedido de *aval* para matar Caio foi de que ele teria ‘passado a ideia distorcida’, oriunda de um método repudiado de extrair a confissão de Bruno. Afinal, como me disseram, ‘quem tortura é polícia. Do jeito que tava o maluco, ele teria confessado qualquer fita. Ele ficou feio na foto!’. Ambos foram mortos, Bruno e Caio. Mas ainda assim a *ideia* não morreu ali. Segundo os mesmos presos,

> A ideia continua repercutindo, porque os irmãos sabiam que a ideia tinha chegado distorcida neles, tanto é que eles deram o aval pra matar o irmão Caio. Só que mesmo assim eles deram o aval pra matar o Bruno. Dependendo de como ficar essa situação, os irmãos que deram o aval vão ser cobrados. E vida se paga com vida.

O que os presos me contaram ilustra como tanto aqueles que pedem como os que dão o *aval* podem não passar incólumes aos

seus efeitos. Afinal, entre os movimentos disponíveis para formar novas *situações* está o próprio *aval* proferido. Uso aqui o verbo proferir para destacar, retomando o que foi exposto no capítulo 4.1, a importância da palavra para os avais. Basta a enunciação de uma palavra para que se considere dado um *aval*. É por isso que dar ou pedir um *aval* e, posteriormente, 'voltar atrás' (mudar diametralmente de opinião) é considerado pelos *malandros* 'faltar com a palavra' e pode gerar movimentos que comporão *situações* desfavoráveis a quem 'voltou atrás'. A *responsa* de quem pede ou de quem dá um *aval* está, nesse sentido, diretamente relacionada com os efeitos desse *aval*, ou seja, com os movimentos que emergem dele e que, a partir desse momento, passam a estar disponíveis para compor novas *situações*.

As *situações* se mostram, portanto, como uma espécie de contração dos movimentos que as compõem e daqueles que delas nascerão. Assim, há toda uma estratégia, uma manobra de que meus interlocutores lançam mão para conduzi-las de modo a gerar movimentos que, arranjados posteriormente, resultem em uma *situação* favorável.

Embora na época em que iniciei minha pesquisa nas *quebradas* eu não tivesse clareza da dinâmica das *ideias* e das *situações*, retrospectivamente percebo que meus cuidados e hesitações já resultavam de algum conhecimento, ainda que não sistematizado, dessas dinâmicas. Minha experiência passada fazia com que eu já tivesse, nos termos dos *malandros*, 'uma noção de como o bagulho funciona'. Mais do que isso, minha pesquisa etnográfica dependia da minha habilidade em conduzir as *situações* em meio ao fluxo de movimentos. Se, como afirmei acima (capítulo 2.5), o campo em que realizei pesquisa é um campo existencial, ele teve início já nesse

momento, em que me vi lidando com modos de conduzir *situações*. Naquele instante, eu já lidava com as práticas de conhecimento de meus interlocutores e, sobretudo, já me via instalada no seio do fluxo de movimentos, o único lugar em que as *situações* podem ser elaboradas, conduzidas, transformadas, invertidas, dissolvidas. Dali, eu podia avaliar as *situaç*ões que eu mesma compunha a partir dos movimentos que se mostravam disponíveis. Tal como os *malandros*, alguns movimentos ficavam de fora enquanto outros, que eu avaliava mais importantes (ao menos naquele momento), faziam parte desse arranjo.

Instalada no movimento, passei a refletir sobre as possibilidades da minha pesquisa. Levei em consideração os efeitos da minha presença na *quebrada* (ou seja, os movimentos que poderiam nascer da nova *situação* produzida pela minha estadia) para, então, fazer estimativas concernentes às futuras *situações* nas quais eu estaria imersa. O problema que se colocava era encontrar uma forma de residir na *quebrada* a fim de fazer a pesquisa de campo sem, contudo, me tornar uma *moradora*. Isso porque, como fui alertada, tomar conhecimento de assuntos da *quebrada* na condição de *moradora* e torná-los públicos poderia, em *situações* subsequentes, ser considerado *caguetagem*, passível de *cobrança*. No seio daquele fluxo de movimentos, avaliei que sustentar minha posição de pesquisadora seria uma maneira de tomar contato apenas com os movimentos que me eram permitidos acessar. Assim, pensando nas possíveis *situações* nas quais eu estaria imersa, preferi pedir o *aval* dos *irmãos* antes de iniciar minha pesquisa nas *quebradas*. O *aval* foi dado por diversos *irmãos* com os quais falei, sempre com *poucas palavras* (‘pode pá’, ‘é isso mesmo’, ‘pode vir’, ‘fechou’) ou com manifestações de apoio que expressavam o *aval* à pesquisa.

Como procurei descrever, as *situações* são elaboradas tendo em vista as dinâmicas dos movimentos e das *ideias*. Sobre elas, incidem avaliações, previsões, estimativas que levam em conta essas dinâmicas e, junto a elas, as possibilidades de configurações futuras. Tudo isso é realizado com a intenção de criar condições propícias para o aparecimento de *situações* favoráveis no futuro. Os avais ilustram bem essa prática de produção de conhecimento que prevê a construção de novas *situações* a partir dos movimentos resultantes das anteriores (que refletem os encaminhamentos dados a elas). Mas é importante mencionar que esses avais não só sofrem transformações de acordo com cada *situação* que passa a compor, como também provoca mudanças nessas *situações*. Como veremos a seguir, essas mudanças são ainda mais nítidas nos casos dos *salves*.

6.3. Transformação das situações

A minha dificuldade – uma inabilidade, decerto – de fazer *repercutir* os avais que recebi para minha pesquisa fazia com que eles ficassem restritos aos próprios *irmãos* que o proferiam. Diante disso, uma interlocutora ofereceu uma possível solução para o meu problema: 'Você precisa é de um salve'.

O termo *salve* é utilizado em diversas circunstâncias: para se referir a um aviso ('qualquer novidade, me dá um salve'), como saudação ('diga a ele que mandei um salve'), para chamar alguém ('salve do boi!'[94]), para responder a um chamado (neste caso, a pessoa que, por exemplo, está no *boi* responde simplesmente 'salve!'), como recado ('passa esse salve pra ele'). Mas os *salves* são também comunicados, orientações, recomendações e diretrizes que circulam entre aqueles que *fecham com o PCC*, que estão *em sintonia com o*

Comando. É desse *salve*, que pode ser visto como um tipo particular de *ideia*, que minha interlocutora disse que eu precisava.

Em um primeiro momento, relutei:

> Salve? Não preciso de nenhum salve. Só tô pedindo o aval por uma questão de ética de pesquisa. Mas tem uma pá de gente que escreve um monte de besteira sobre o Comando e nem pediu aval. Eu, que quero fazer um trabalho sério, preciso ficar mendigando salve?!

Eu havia encarado sua sugestão como algo que, por um lado, me colocaria em uma posição subordinada ao PCC e aos *irmãos* junto a quem eu pleitearia o *salve* e, por outro lado, retiraria dos *irmãos* com quem eu conviveria durante a pesquisa a liberdade de decidir se aceitariam a minha presença.

No entanto, meu próprio material etnográfico oferecia elementos que contestavam minha avaliação, principalmente porque o estatuto dos *salves* não é o de ordem ou de mando. Os *salves* aparecem em *situações* nas quais *ideias* foram levadas adiante e chegaram 'em quem tem que chegar'. Isso porque, idealmente, os *salves* partem de *irmãos* (que, em geral, ocupam *responsas no PCC*, cf. capítulo 5) que assumem justamente o encargo pela discussão e formulação desses *salves* e pela tomada das decisões consideradas mais importantes. Eles são dados tendo como base para avaliação uma *situação* ou um conjunto delas e são recebidos em outras *situações*, em que outras *ideias* se fazem presentes, sendo acomodados aos *ritmos* locais. Essas *situações*, como pretendo deixar claro a seguir, nem sempre dizem respeito ao ponto de vista de um *malandro*, mas ao de um conjunto deles. São arranjos de movimentos apreendidos a partir de um ponto de vista comum, como, por exemplo, dos companheiros de cela.

Isso fica claro quando dirigimos nossa atenção a um assunto bastante trivial, que diz respeito à definição de qual prisioneiro, em uma cela superlotada de uma prisão, dorme na *burra* (cama) e qual dorme na *praia* (chão)[95]. O cenário de venda de celas ou de camas, que aparece no filme *Carandiru* ou no livro que o inspirou (Varella, 1999), hoje é inconcebível em uma prisão que conta com a presença do PCC. Abolidas a comercialização, a extorsão e as disputas violentas por esses espaços, decidiu-se estabelecer critérios para definir quem dormiria onde. Essa *situação* foi avaliada e discutida por presos que, por fim, mandaram um *salve* para as demais unidades prisionais. Esse *salve* definia que, a partir de então, os presos com maior tempo de cadeia teriam prioridade para usufruir das camas. Não era mais, portanto, a condição financeira, a força física ou a posição hierárquica que definiria o acesso à cama. Ela seria utilizada pelos que haviam 'passado por mais sofrimento'. Entretanto, esse *salve* produziu *situações* em que homens que já haviam cumprido outras penas, quando detidos novamente, *subiam direto pra burra*. Com isso, outro preso que a estava ocupando voltava a dormir na *praia*.

Essa *situação*, vista por vários prisioneiros, gerou críticas, novas propostas, discussões e, como resultado, outro *salve*, que definiu o tempo ininterrupto de prisão como critério de quem dormiria onde. Ou seja, se uma pessoa fosse para o *mundão* e depois fosse preso novamente, ele passaria a dormir na *praia*. Isso porque a contagem do tempo de cadeia se iniciaria no momento da prisão atual, não importando o tempo de permanência na *rua* (um dia é o suficiente). Afinal, como argumentou um detento, 'o mano já foi pra rua, gozou, aproveitou o mundão. Não é justo que tire da burra o companheiro que tá no sofrimento já faz uns dias. É praia! Não é mérito pra ninguém tirar cadeia'.

Com a chegada desse *salve*, novas *situações* foram produzidas no interior das prisões. Ao ser transferido de uma unidade prisional a outra, por exemplo, Reinaldo encontra uma cela na qual presos recém-chegados da *rua* ocupam as camas. Ele decide transformar essa *situação* de modo que o *xis* fique em *sintonia* com o *salve* mais recente do *Comando* a respeito do assunto. Ele informa o *salve* aos *companheiros* e sugere a alteração da disposição dos presos no espaço da cela, o que resulta em uma alteração na *situação* do *xis* (tal como elaborada pelos seus moradores).

Um dos presos, no entanto, não gostou de 'descer da burra' e foi se queixar para um dos *irmãos* da *faxina*, que imediatamente chamou Reinaldo para se explicar. Ele, então, evocou o *salve* que chegara quando estava em outra unidade prisional. Para sua surpresa, os *irmãos* não tinham conhecimento desse *salve*. Circulavam, naquela cadeia, movimentos que cessaram em outras prisões, *ideias* que, em outros lugares, haviam morrido. Esses movimentos, carregados pelo *salve* antigo, continuavam a compor *situações* como as que Reinaldo encontrou. Diante da nova informação, os *irmãos* daquela *prisão* entraram em contato com *irmãos* de outras unidades e, depois de se certificarem da existência daquele *salve*, passaram-no para toda a *população* da cadeia, de modo a fazer o *salve* anterior *morrer* e fazer repercutir o novo. Isso, evidentemente, produziu transformações nas *situações* de cada cela.

Entretanto, não é possível deduzir que os *salves* sejam recebidos da mesma forma em todos os lugares. Afinal, longe de terem status de leis que devam ser cumpridas à risca, os *salves* são mais bem definidos como orientações, recomendações, comunicados. Além de serem resultado de muitos *debates* sobre *situações* encontradas, os

salves são debatidos com relação aos seus efeitos, às *situações* que deles resultam.

Nesse sentido, em uma *situação* em que haja algum preso enfermo, seus companheiros de cela podem avaliar que *o certo* seria conceder a ele a prioridade para ocupar a *burra*. Entretanto, a decisão quanto a ceder a cama a um enfermo pode tanto ser bem-vista quanto malvista, a depender de como isso for avaliado em um eventual *debate*, de quem são os envolvidos, das circunstâncias, de quão grave é a enfermidade, de como e por quem essa concessão for contestada. Vai depender, em suma, da capacidade de cada um dos envolvidos de, em primeiro lugar, expressar a *situação* da qual saiu essa decisão e, em segundo lugar, levar adiante a sua *ideia* no *debate*. Ao mesmo tempo que alguém pode sofrer *consequências* por ceder a *burra* a um enfermo (o que contrariaria a orientação do *salve*), ele também poderia sofrer *consequências* por não o fazer (mesmo argumentando que tenha agido de acordo com o *salve*).

Se, como afirmei acima, as *situações* não modelam ou enquadram os movimentos em quadros preexistentes, é também correto afirmar que as *situações* também não são limitadas pelos *salves*. Em outras palavras, os *salves* são capazes de transformar, mas não de determinar as *situações*. Foi isso que o *irmão* Cláudio tentou me explicar em uma conversa muito semelhante à que tive com o *irmão* Lucas, mencionada no capítulo 4.3, para abordar os *ritmos* de cada cadeia. A respeito de um relato sobre um homem que estava preso havia bastante tempo, mas permanecia dormindo na *praia*, questionei:

> − Não é mais o tempo de cadeia que vale? Não tem um salve dizendo isso?
> − É, tem... E nas cadeias onde passei era assim. Mas vai ver ele deu alguma mancada... E também tem que ver como é que tá funcionando a cadeia lá.

Com efeito, os *salves* não têm estatuto de lei e nem sempre são incorporados ao *ritmo* local. Algumas vezes eles encontram *situações* que não são capazes de transformar. Isso me fez lembrar de quando, por volta de 2006, chegou nas *cadeias do Comando* um *salve* que tratava da aceitação das *monas* (homossexuais) no *convívio*. Antes disso, os presos costumavam dizer que 'ladrão de verdade tem que ser sujeito homem' e somente as *monas* que provavam 'ter representado no crime' ficavam em *raios favoráveis*. A partir desse *salve*, desde quando se passou a ponderar que 'tem mona que é mais criminosa que muito malandro', a *situação* mudou: deixou-se de colocar a orientação sexual como critério para definir quem fica no *convívio* e quem vai para o *seguro* de uma cadeia. Diante desse *salve* e da nova *situação* que se colocou, os presos destinaram um dos *xis* (cela) de cada *raio* (pavilhão) para as *monas*.

Meses depois, chegou outro *salve* que dizia respeito às *monas*. Esse questionava a prática de segregar as *monas* em uma única cela e recomendava a distribuição delas entre todos os *xis*, afirmando que 'se é de igual, não pode fazer distinção'. Na cadeia onde eu realizava pesquisa, assim que o *salve* foi passado pelos *irmãos*, os presos reagiram negativamente. Eles expuseram a *situação*: disseram que não poderiam receber as *monas* em suas celas porque elas não poderiam dormir na *praia* em meio aos outros homens e, dessa forma, teriam que dormir sozinhas na *burra*, já que nenhum *ladrão* faria *valete* com elas[96]. Isso faria com que uma *mona* tirasse 'da burra dois presos que passaram por muito sofrimento para poder subir da praia'. Segundo os presos, isso não seria *justo* e, por isso, se recusavam a receber as *monas* em suas celas. Com isso, eles apresentavam não só a *situação* em que se encontravam como também avaliavam as consequências do *salve*, a *situação* que poderia resultar. Do ponto de vista dos *irmãos*, por

sua vez, isso instaurou uma *situação* em que tinham, de um lado, o *salve* recebido das *torres* e, de outro, a recusa da *população* da cadeia. Consideraram, então, o perigo da 'revolta dos humildes' e assumiram que a desconsideração desse *salve* resultaria em uma *situação* mais favorável a eles. Com isso, o *xis* das *monas* foi mantido.

Essas ocasiões, que dizem respeito a questões bastante triviais, mostram como os *ritmos* locais fazem com que os *salves* conduzam a *situações* diferentes, ou melhor, como as *situações* não são emolduradas por *salves*. Entretanto, mesmo em assuntos que podem definir vidas e mortes, os *salves* resultam em *situações* muito distintas umas das outras. É o caso dos *salves* que circularam durante a "onda de violência de 2012", mencionados na introdução deste livro. Como procurei expor, os *salves* não só chegavam de maneira distinta em cada lugar onde eu fazia pesquisa como também eram recebidos de formas diferentes.

Vimos, assim, que a chegada de um *salve* produz uma nova *situação*. Ele é recebido, transmitido e efetivado conforme a configuração que o recebeu e o efeito que sua chegada produziu. Nesses termos, minha preocupação, de que um *salve* que oferecesse apoio à minha pesquisa retiraria dos *irmãos* junto a quem eu realizaria a pesquisa a liberdade de decidir se me aceitariam, não fazia sentido. Isso porque, embora um *salve* pudesse facilitar minha inserção em campo, de forma alguma ele obrigaria os *irmãos* a me receberem ou a autorizarem minha permanência junto a eles. Como afirmei no início desta seção, além de avaliar que esse *salve* tiraria a liberdade dos *irmãos*, eu pensava que pleiteá-lo me colocaria em uma relação de subordinação ao PCC e aos *irmãos* a quem eu dirigiria o pedido. Novamente, minha

avaliação inicial (e a decorrente reação negativa) a respeito da sugestão de minha interlocutora não se sustentou diante da atenção ao meu material etnográfico. Nesse caso, os dados que evidenciam o meu equívoco estão relacionados, como veremos a seguir, a questões de responsabilidade e anonimato.

6.4. Responsabilidade e anonimato

Como procurei descrever, um *aval* é dado sempre por um *irmão* e sua validade depende de sua *repercussão*. Para os *malandros abraçarem* e *repercutirem* essa *ideia*, eles levam em consideração quem foi o *ladrão* que deu o *aval*. Se foi dado por alguém de sua confiança ou alguém que reconhecidamente *corre pelo certo*, as chances de *repercutir* são maiores. Se, diferentemente, o *aval* foi dado por um *irmão* desconhecido, as chances de a *ideia* ser *abraçada* diminuem. Isso porque todos os que a *repercutem* assumem também a *responsa* por ela. Embora seja uma palavra que se desprenda de seu locutor, a importância de quem a enuncia permanece associada a ela. É como se ela carregasse, a cada vez que é *repercutida*, a força dos *ladrões* que a proferem. Embora um *aval*, como mencionei acima (capítulo 6.1), nem sempre seja atrelado a um *malandro* ou diga respeito a apenas uma *situação* (já que, cada vez que *repercute*, o faz em uma *situação* distinta), sua procedência é extremamente relevante para os *malandros*. Mesmo quando vêm da *final*, quando se diz, por exemplo, que 'chegou o aval das torres', eles são assinados por ao menos três *irmãos*, uma forma de evitar a tomada de 'decisões isoladas'. Durante seu percurso, muitas vezes essa associação do *aval* com os *irmãos* que o *deram* se perde para que ele seja atribuído simplesmente às *torres*. Ainda assim, sua associação com os que o emitiram (nesse caso as *torres* e não esse ou aquele *ladrão*) permanece e, com ela, a responsabilidade pela palavra proferida. É o caso do *aval* (exposto acima, capítulo 6.2), que chegou das *torres* para matar Bruno, *ideia* que continuava *repercutindo* e que poderia compor uma *situação* da qual sairia outro *aval*, dessa vez para matar os que deram o primeiro *aval* (pois, como dizem, 'vida se paga com vida').

Os *salves*, por sua vez, são necessariamente anônimos. Ainda que partam das *torres*, eles não são atribuídos especificamente a elas e, desprovidos de quaisquer vínculos nominais, assumem o anonimato que contribui para a formação do PCC-transcendência. Em última instância, o *salve* é sempre do *Comando*. Nesse sentido, se nunca se atrela um *irmão* ao *salve*, jamais se diz o *salve* de fulano, mas, sim, que 'ele passou o salve' ou que 'chegou um salve'. A diferença entre *aval* e *salve*, em termos da responsabilidade que carregam, é sutil. Como afirmei acima, ambos são *ideias*. Como tais, não são criações individuais, autorais. Os avais são singularizados por virem, necessariamente, de *irmãos*. Cada um que *lança*, *dá*, *abraça* e *repercute* um *aval* (contribuindo, assim, para fortalecê-lo) assume a responsabilidade por ele. Os *salves*, por sua vez, são concebidos como provenientes não de *irmãos*, mas do próprio *Comando*. Não há, nesse sentido, quem responda pela *repercussão* de um *salve*.

Diferentemente dos avais, que partem de *situações* pontuais, os *salves* têm como ponto de partida *situações* mais amplas, compostas por movimentos de grande escala, que carregam *ideias* de grande *repercussão*. Como os avais, as *situações* são analisadas, debatidas, são lançadas *ideias*, argumentações, ponderações a fim de se chegar a um *consenso*. A importância, para os *ladrões*, de se chegar a um *consenso* está na potência do próprio *salve*, que se pretende uma *ideia* de amplo alcance, capaz de transformar um grande número de *situações*. Para tanto, como vimos (capítulo 4.3), ele precisa ser imanente aos *ritmos* que o receberão. A amplitude do *salve* é, segundo Mallart, capaz de implodir fronteiras:

> Os informes transmitidos por meio do *salve geral* são destinados àqueles que seguem os princípios e políticas do Primeiro Comando da Capital, não importa se os receptores encontram-se em penitenciárias, Centros de

> Detenção Provisória, determinadas Unidades de Internação da Fundação Casa ou mesmo em espaços urbanos. O *salve geral*, enviado pelas *torres do Comando*, implode fronteiras, alcançando os espaços em que atuam todos aqueles que *correm lado a lado com o Partido*, tornando evidente que tais *ladrões* se movimentam como se estivessem *sintonizados* em uma mesma frequência, ou melhor, na mesma *caminhada*. (2011: 182)

A proibição do crack no interior das *cadeias favoráveis*, abordada acima (capítulo 3.1), mostra como algo deixa de ser a *ideia* de um para se tornar um *consenso* e, então, se consolidar em um *salve* capaz de transformar *situações* em mais de uma centena de prisões. Nesse sentido, o que se chama de *consenso*, na *malandragem*, diz respeito a uma construção coletiva de *ideias* (que se associam a todos que as *repercutem*), mas também à elaboração de *situações* a partir de pontos de vista comuns.

Para que os *salves* tenham de fato o alcance que pretendem, idealmente precisam chegar a todos aqueles que 'fecham com o Comando', em especial os *irmãos*. Foi o que expressou Dalila (esposa de um preso), diante de um comentário meu:

> − Mas tem salve que não chega nos CDPs.
> − Não, de jeito nenhum! Os salves sempre chegam. Quando tem que passar um salve que vem lá de [nome da torre onde seu marido está preso], a gente faz de tudo pra fazer ele chegar certinho. Eu mesma já fui em porta de CDP que estava fora do ar [sem telefones] pra conversar com as cunhadas pra passar os salves. Chega, sim!

Entretanto nem sempre é isso o que ocorre. A própria Dalila, em outra ocasião, me contou que um importante *salve* não havia chegado na prisão onde seu marido cumpria pena (e essa prisão era considerada uma *torre*). Se algumas vezes os *salves* não conseguem chegar a todos os lugares, outras vezes, como nas *situações* expostas na introdução, o *salve* que chegou em uma *quebrada* era diferente do que chegou em outra. Há também

ocasiões em que é possível notar uma grande defasagem temporal entre a chegada de um *salve* em uma *quebrada* e a chegada em outra.

No início da minha pesquisa na Favela Cadência, comentei com Murilo sobre a adição da *União* ao lema do PCC. Minha intenção era, na época, confirmar a informação que eu havia acessado em outra *quebrada* alguns meses antes e, com sorte, saber de alguns de seus efeitos naquela *quebrada*. Murilo se restringiu a balançar a cabeça e, logo em seguida, mudou de assunto. Alguns dias depois, quando conversávamos com outros *malandros*, Murilo disse a um deles:

− Tá ligado que agora tem União no lema do Comando?
− União?
− É, mano. União. A doutora falou. Não foi, doutora?

Fiquei perplexa e sem reação ao perceber que, involuntariamente, fui eu quem passou o *salve* da adição da *União* para aqueles que, naquela *quebrada*, eram responsáveis pela *disciplina do Comando*. Mas fiquei ainda mais perplexa por não terem me perguntado quem havia me informado desse *salve*. Além de tornar ainda mais evidente que os *salves* não chegam ao mesmo tempo em todo lugar[97], isso reforçou sua concepção como algo dissociado daqueles que o *repercutem*. Mais do que isso, mostrou que, embora os *salves* não tenham procedência questionada por ser algo que é do *Comando*, eles não emolduram as *situações e* nem sequer são aplicados inexoravelmente a elas. Eles podem, sim, transformar as *situações* quando passam a compô-la. É esse, afinal, o objetivo dos *salves*. A potência e a amplitude necessárias para cumprir seu objetivo está exatamente em seu anonimato, que vem acompanhado pela sua atribuição ao PCC.

Sob essa perspectiva, aceitar a sugestão da minha interlocutora, de pleitear um *salve* para viabilizar minha pesquisa, ao contrário do que eu havia avaliado, não me colocaria em uma posição subordinada ao PCC ou aos *irmãos* junto a quem eu pleitearia. Pelo contrário, um apoio anônimo, por um lado, me livraria de qualquer vínculo pessoal e, por outro, livraria os *irmãos* de qualquer responsabilidade pela *repercussão* da *ideia*. Ademais, faria da minha pesquisa uma *ideia* de grande *repercussão* no movimento. Eu poderia usar o *salve* para compor *situações* mais favoráveis à minha pesquisa, para transformar *situações* adversas e, nem por isso, elas deixariam de ser avaliadas de acordo com *situações* compostas por outras pessoas ou transformadas conjuntamente. Um *salve* não seria, nesses termos, nenhuma imposição, nenhuma lei, como veremos detidamente no capítulo 8. É por isso que a não chegada do *salve* sobre a *União* em algumas *quebradas* em nada prejudicava sua *sintonia* com o PCC e, ao mesmo tempo, sua chegada em outras *quebradas* não correspondia a uma maior *sintonia* nem resultava em maior evocação da *União* pelos *ladrões*. Isso porque a existência da *União* no lema, embora possa ter implicações em determinados momentos, só as têm se acionada pelos intervenientes quando compõem ou transformam as *situações*. Além disso, seu desconhecimento não prejudica a busca pelo que é *o certo* ou a manutenção da *disciplina*. *O certo*, como procurarei descrever adiante (capítulo 8), não é predeterminado, prescrito ou subordinado a leis, *salves*, determinações. Antes, contudo, abordarei outra circunstância na qual a elaboração e transformação das *situações* evidenciam uma prática singular de produção de conhecimento. Trata-se dos *debates*, tema do próximo capítulo.

92 As dinâmicas que envolvem os *debates* e as transformações resultantes serão abordadas detidamente no capítulo 7.

93 As atividades dos *justiceiros* em São Paulo foram abordadas por Fernandes (1992), Carbone (2000), Sinhoreto (2001), Hirata (2010), Telles (2010), Manso (2012). Com relação à divisão entre *convívio* e *seguro* nas cadeias paulistas, ver Marques (2009).

94 “Salve do boi!”, embora não seja dito com entonação, tem caráter de pergunta. A finalidade é saber se alguém está no banheiro (chamado de *boi* pelos prisioneiros).

95 Como nos CDPs o número de presos de uma cela é maior que o número de *burras* disponíveis, muitos dos presos precisam dormir na *praia*.

96 *Valete* é o nome de uma carta do baralho que ilustra a posição na qual dormem os presos que dividem a *burra* com outros: ambos deitados de barriga para cima, um com a cabeça em uma extremidade da *burra* e outro com a cabeça em outra extremidade, de modo que os pés de um ficam ao lado da cabeça de outro.

97 A adição da *União* ao lema do PCC também aparece na dissertação de Oliveira (2013) sobre o comércio de drogas em Mato Grosso do Sul, na fronteira com a Bolívia. É interessante notar que, na época em que, em comunicação pessoal, o autor mencionou essa adição, etnografada no Estado de Mato Grosso do Sul, eu mal ouvira referências a ela em São Paulo.

7
DEBATES

As *situações*, como procurei mostrar no capítulo anterior, são apreensões de um arranjo de movimentos a partir de um ponto de vista. Quando alguma *situação* é levada aos *irmãos* e, geralmente por conta das *consequências* que podem trazer, eles avaliam ser necessário produzir um conhecimento mais acurado sobre o assunto, essa *situação* é levada a *debate*.

No decorrer do *debate*, a *situação* originária, atrelada ao ponto de vista que a produziu, sofre transformações proporcionadas pela apresentação de outros *lados* da história, pela explanação de outras *visões*, pelo acoplamento de *ideias* que eram estranhas à sua composição original. Ao se desprender do ponto de vista inicial do qual depende sua existência, ela se desfaz para o aparecimento de outra *situação*, esta atrelada ao ponto de vista dos participantes do *debate* (do qual aquele que produziu a *situação* inicial faz parte).

Até a configuração dessa *situação* resultante do *debate*, *ideias* que estavam presentes morrem enquanto outras são lançadas e algumas são *abraçadas*, *repercutidas*, *fortalecidas* e passam a fazer parte de sua composição. Isso faz com que, nos *debates*, os

assuntos mais triviais se misturem aos mais extraordinários e tudo se conecte às reputações e à capacidade dos envolvidos de fazer viver ou morrer essas *ideias*. Nesse sentido, os *debates* são momentos de grande densidade de *ideias*, em que elas são confrontadas a fim de se encontrar *o certo*, em que cada um dos envolvidos descreve o seu *lado* da história e expõe seus argumentos, em que não raro se pode presenciar tentativas de *entrar na mente* do outro, bem como defesas e contrainvasões.

Por tudo isso, os *debates* me pareciam momentos em que eu poderia encontrar ricos materiais etnográficos. Assim, desde o início da pesquisa para este livro, procurei investir na possibilidade de presenciar alguns deles. No entanto, sempre que eu expressava essa minha vontade, meus interlocutores imediatamente barravam minha ideia. 'É perigoso, Karina' ou 'tem muita responsa envolvida' eram frases que, com *poucas palavras*, costumavam justificar a negativa. Diante de alguma insistência, chegavam a desenvolver um pouco mais a argumentação: 'Tem fita que é melhor não saber'; 'Vai que na hora é dado o aval e alguém vai pro saco?'; 'O bagulho pode endoidar e você, lá no meio'.

Essa argumentação dos meus interlocutores para justificar a negativa ao meu pedido carrega algumas características importantes do *debate* que serão abordadas neste capítulo. A seguir, procurarei descrever (1) como, em consonância com a vida potencialmente eterna das *ideias* que dele resultam, é impossível decretar um fim para o *debate*; (2) de que forma sua sustentação nas *situações* impede que ele assuma formas completas ou fechadas; e (3) os problemas que as tentativas de comparação entre *debate* e tribunal carregam, mas também o que elas podem evidenciar.

7.1. Infinitude

Durante a realização da minha pesquisa, ouvia diversos relatos acerca de *debates* e sabia que eles não diziam respeito exclusivamente a assuntos de vida e morte. Como não entendia muito bem por que me era negada a oportunidade de presenciá-los, não me contentei com as justificativas que me foram oferecidas e continuei à procura de alguém que permitisse minha presença em um *debate*. Os argumentos apresentados por Sandra (já mencionados no capítulo 1.1), contudo, me mostraram que os motivos pelos quais minha presença em *debates* não era recomendável estavam relacionados com as dinâmicas das *ideias*, até então não muito claras para mim. Quando explicitei minhas intenções, ela disse:

> − Você tá louca? Quer acompanhar os debates? Olha, quem participa dos debates são só os irmãos e as pessoas que tão envolvidas no debate. Eu participo porque acompanho algumas situações que chegam em mim e que levo pra eles. Agora... É muito perigoso... Qualquer pessoa que participa tá automaticamente envolvida. Vira testemunha. E de qualquer debate pode sair alguma fita que é melhor não saber. Entende o que tô dizendo?
> − E se for algum debate pequeno, que não seja sobre nenhuma fita de mil graus? – perguntei.
> − É muito complicado, Karina. Porque às vezes mesmo alguma fita que parece pequena, que parece de pouca importância, pode ser esticada e custar a vida de alguém ou o papel de algum irmão. E se a ideia continuar rolando, vão lembrar que você foi testemunha, mesmo que seja daquela coisinha pequena lá do começo.

Muito do que Sandra disse não se diferenciava do que outros já haviam falado. Entretanto, ao discorrer um pouco mais sobre o assunto, ela chamou minha atenção para a dinâmica das *ideias*, abordada no capítulo 4. Embora sua fala tenha sido fundamental para que eu voltasse minha atenção para as *ideias*, só depois de me

dedicar à descrição da vida e da morte das *ideias* é que pude perceber melhor o que fundamentava sua argumentação. Mas Sandra mostrara também outro ponto importante dessa dinâmica ao afirmar que participava dos *debates* por conta de *situações* que chegavam nela e que ela levava aos *irmãos*. A partir dessas *situações*, um arranjo de movimentos apreendido a partir de um ponto de vista, decide-se realizar um *debate*. Durante esse *debate*, outros pontos de vista são apresentados, *ideias* vindas de outros arranjos são requisitadas, forças são empenhadas para *fortalecer ideias*, para *enterrar* outras, para mudar o rumo de movimentos, para *inverter a situação*. E como apontou Sandra, no fim do *debate* outro arranjo se compõe, outras *situaç*ões se instauram.

Para ilustrar seu argumento, Sandra falou de um dos *debates* dos quais participou. Segundo ela, uma cliente de uma empresa prestadora de serviços teria agredido uma funcionária da empresa. Essa funcionária acionou Mauro, um *irmão* com quem mantinha um caso amoroso, e ele foi, de acordo com Sandra, 'apavorar' a cliente. Uma presa, parente da agressora, levou essa *situação* a Sandra e pediu que ela a conduzisse. Sandra, então, entrou em contato com alguns *irmãos* e chamou um *debate* para resolver a seguinte *situação*: uma mulher estava sendo oprimida e humilhada por um *irmão*. Foi assim que Sandra apreendeu aquele arranjo de movimentos e o apresentou. Como solicitado, o *debate* foi instaurado.

De acordo com Sandra, nele foram 'esticadas outras fitas desse irmão que apavorou a mulher', pois havia outro *irmão* que, em função de outras *situações*, estava só esperando uma *brecha* para pegar Mauro. A *situação* apresentada por Sandra foi, nesse caso, a *brecha* que o outro *irmão encontrou* para *cobrar* Mauro[98]. Durante o

debate, foi dito que ele não poderia ter ‘usado o nome do Comando para assuntos pessoais’, particularmente ‘por causa de mulher’. Pois, como comentou Sandra, ‘esse irmão só se envolveu nessa fita pra fazer uma presença pra garota com quem tava saindo’. Seus interesses e motivações, nesse sentido, estariam ligados a questões afetivas e não diziam respeito a *assuntos do crime*. Diante disso, ‘o irmão passou por errado’, foi repreendido, teve que pedir desculpas para a mulher que ameaçara e ‘perdeu seu papel’ (deixou de ser *integrante* do PCC). Sandra disse, ainda, que tinha ‘outra carta na manga’, mas que nem precisou usar. Ela poderia acusar a funcionária de *talaricagem* (posto que Mauro era casado) e, nesse caso, aquela *ideia* chegaria à esposa do *irmão*, que poderia pedir *cobrança*. Segundo Sandra, Mauro sabia que ela poderia ter lançado essa *ideia*, mas não o fez:

> E isso vai ser lembrado depois. Pode contar! É por isso que eu digo: você nunca sabe o que vai sair de um debate. Quem ia imaginar que um assunto daqueles, pequeno, uma besteirinha de nada, pudesse ser o pezinho que o outro irmão queria pra tirar o papel do Mauro? Por isso também que eu fiz questão de não citar nenhuma fita de talaricagem. Porque, mais pra frente, vai que o Mauro volta pra caminhada...[99] Daí ele vai lembrar que eu não levei aquela situação pra debate pra tirar o papel dele. Porque eu podia ter lançado a ideia da talaricagem, piorado a situação, prejudicado o casamento dele e ainda teria envolvido a menina, que podia até ter sido cobrada. Mas ele viu que minha intenção não era a de prejudicar ninguém, eu não tava na maldade. Chamei o debate só pra tentar resolver aquela fita da melhor forma. Porque também não foi justo ele ficar apavorando aquela senhora...

Como procurei mostrar no capítulo 4, nunca se pode saber se uma *ideia* morreu definitivamente, se em algum momento ela será *desenterrada* e, nesse caso, que dimensão assumirá. De fato, como ilustram esse e outros casos contados por Sandra como exemplos dos riscos envolvidos em presenciar os *debates*, nenhuma história está solta das que a precederam ou das que virão.

Embora a *situação*, no momento em que motiva a realização de um *debate*, diga respeito a um certo arranjo formado por encontros de movimentos apreendidos a partir de um ponto de vista, no decorrer do *debate* outros movimentos são chamados a se acoplarem a ela, outras *ideias* são *lançadas*, embates são realizados e a *situação* originária se desmancha para que outra apareça como resultado do *debate*. No decorrer desse processo, não há restrições quanto a que ou quantos movimentos se somarão a ela. O *debate* comporta tantos movimentos quantos forem requisitados e tantas *ideias* quantas forem *lançadas*. Da mesma forma, não há limites para o número de participantes ou para a duração do *debate*.

Embora não haja também prescrições com relação aos locais em que os *debates* são realizados (muitos, não esqueçamos, são feitos exclusivamente por teleconferência), algumas vezes os *irmãos* procuram espaços mais reservados, que proporcionem alguma privacidade para o confronto de *ideias* ocorrer sem interrupções externas. Isso não quer dizer, entretanto, que os *debates* assumam um caráter privado ou secreto, embora sempre se procure tomar cuidado para que eles não sejam interrompidos por ações policiais. É comum, todavia, que notícias sobre o transcorrer de um *debate* se propaguem e cheguem a pessoas que achem por bem apresentar seu *lado da história*. Essas pessoas se dirigem ao local e passam, então, a participar do *debate*.

Foi isso o que aconteceu quando Reginaldo ficou sabendo que Euclides, seu companheiro de cela, havia sido chamado para um *debate*. Ao chegar na cela onde estava sendo realizado, perguntou aos *irmãos* presentes o que estava acontecendo. Disseram que descobriram que Bruno era *justiceiro* e que, como Euclides o havia levado para morar em sua cela, indagavam-no sobre como o

conhecia[100]. A suspeita levantada era de que Euclides seria parceiro de Bruno e, portanto, também *justiceiro*. Antes que aquela *ideia* se fortalecesse, Reginaldo 'encontrou uma brecha e deu logo a ideia':

> Euclides é ladrão! Ele não é coisa, não. Ele andava com o irmão Edgar, que é parceiro meu. Se vocês tão falando que ele é coisa, tão chamando o irmão de vocês de coisa também. Porque quem anda com errado errado é. E eu, que sou parceiro dele, sou coisa, então? E ele tá falando que conheceu o Bruno na cadeia, que ele tava na faxina junto com os seus irmãos. Quer dizer que todos os irmãos que tavam lá com ele são coisa também? Se é pra esticar, vamos esticar!

A *situação* que Reginaldo encontrou era uma grave acusação contra Bruno e Euclides, negada pelo último, mas confessada por Juvenal ('já matei seis ladrões na rua e um na cadeia'). Como conhecia Euclides há bastante tempo e sabia os motivos que o levaram a chamar Bruno para morar no *xis* ('ele me deu uma assistência na outra cadeia por onde passei, então não vou negar assistência pra ele' – afirmava Euclides), Reginaldo procurou naquela *situação* uma *brecha* para que pudesse lançar uma *ideia* que mudasse a configuração dos movimentos que a formavam. Com isso, um *ladrão* cuja participação no *debate* não estava sequer cogitada lançou *ideias* que alteraram a *situação* ao afastar qualquer suspeita sobre Euclides. As *brechas encontradas* nas *situações* durante o transcorrer dos *debates* se mostram solos propícios para a introdução de *ideias*. Se é das *brechas* que se faz brotar *ideias* e se, como afirmei acima (capítulo 3), as *brechas* não têm existência anterior ao momento de seu *encontro*, é muito comum que novos participantes *encontrem* (produzam) *brechas* e introduzam novas *ideias* para os *debates*.

Não é incomum também que esses participantes, capazes de *encontrar brechas*, *lançar ideias* e alterar as *situações* de modo a definir os resultados de um *debate*, não sejam *malandros*. O caso narrado por Lívia, mãe de um usuário de drogas, ilustra bem isso. Ela ficou sabendo, por outros moradores da *quebrada*, da realização de um *debate* no qual seu filho era acusado de ter subtraído dinheiro de uma *biqueira*. Com sua outra filha, dirigiu-se ao *debate* e mostrou aos *irmãos* a *brecha* que aquela *situação* apresentava: 'Como deixariam um noia tomando conta do dinheiro de uma biqueira?'. Ao *encontrar uma brecha* que, até então, não existia, Lívia achou também um espaço para *lançar* uma *ideia*: 'Quem foi que deixou o dinheiro com ele? Porque, das duas, uma: ou essa pessoa é incompetente pra tomar conta do dinheiro da biqueira (e daí não errou menos do que meu filho), ou ela tava mal-intencionada'. Com a entrada de Lívia naquele *debate*, bem como das *ideias* trazidas por ela, outro *malandro* (aquele que confiou o dinheiro ao seu filho) passou a ser o foco da *situação* debatida. Lívia *inverteu a situação*.

Se não há limite de movimentos ou de *ideias* que compõem as *situações*, se não há prescrição de lugares onde ocorrerá o *debate* ou de quais são os seus participantes, tampouco existe uma determinação sobre que tipo de *situações* motiva um *debate*. *Debates* são realizados para decidir se alguém deve ser *cobrado*, para se definir qual será a *cobrança*, para a restauração de um prejuízo, para restabelecer o bom convívio entre vizinhos, para resolver contendas envolvendo negociações comerciais, para se produzir uma "mulher de proceder" (Ferraz de Lima, 2013: 89). Qualquer que seja a *situação* debatida, contudo, ela é desmanchada em movimentos que passam a ficar disponíveis para compor outras *situações*. É por isso que, por maior que sejam os esforços dos

ladrões em fazer a *ideia* morrer ali, o *debate* pode ser retomado como um movimento que compõe outra *situação*.

Esse aspecto que abre a possibilidade para que o *debate* seja futuramente retomado encontra ressonâncias em outros espaços de deliberação, como as reuniões, assembleias ou encontros realizados por organizações de trabalhadores rurais (Comerford, 1999), movimentos sociais (Carballo, 2011; Chaves, 2000), mobilizações, Conselhos (Bezerra, 2007; 2009) ou fóruns (Di Giovanni, 2013). Entretanto, nesses outros espaços, essa permanência é sustentada pela produção de documentos, relatórios, balanços e atas que têm como propósito exatamente o registro da memória dessas reuniões e o estímulo à continuidade das discussões e encaminhamentos. Embora sejam espaços em que são buscadas participações democráticas e práticas igualitárias, estas são realizadas por procedimentos ordenados que estabelecem contornos razoavelmente definidos para os espaços de deliberação.

As reuniões camponesas descritas por Comerford (1999), por exemplo, embora apresentem grandes variações, são realizadas em datas e locais previamente marcados e sempre preveem uma abertura, uma discussão e um encerramento (: 58-59), além de invariavelmente partirem de um objetivo, preestabelecerem uma pauta, girarem em torno de uma coordenação e produzirem um registro das deliberações, elementos essenciais para sua própria definição como “reunião” (: 48). Segundo o autor, ao apresentarem simultaneamente concepções hierárquicas e igualitárias, as reuniões se revelam um espaço de lutas que disputam, entre outras coisas, a sua própria concepção. Isso as leva a transformarem, gradualmente, não só o cotidiano dos camponeses como a si

mesmas. Nesse sentido, ambas as transformações constituem objetivos gerais das próprias reuniões.

Esse aspecto se assemelha ao modo como o Fórum Social Mundial (FSM) e a produção daqueles que escrevem o – e para o – Fórum estão imbricados, especialmente no que condiz ao problema da hierarquia no âmbito de um "espaço" que se pretende "horizontal e aberto" como "proposição de uma ordem mundial alternativa" (Di Giovanni, 2013: 89). Segundo a autora, na tentativa de solucionar o problema da hierarquia, o FSM o desloca para uma questão de "forma" e de "método", traduzindo-a para a "linguagem técnico-política da metodologia" (: 133). Os espaços deliberativos do movimento dos Trabalhadores Sem Terra, (MTST) por sua vez, além de serem delineados por princípios organizativos, são ainda marcados pela sua "mística" como uma forma de celebrar e reafirmar a "união" entre os participantes (Carballo, 2011; Chaves, 2000).

A alusão a esses outros espaços de deliberação, longe de pretender estabelecer sua aproximação com os *debates* ou firmar suas diferenças, tem como objetivo, por contraste, tornar mais visíveis dois aspectos centrais dos *debates*. O primeiro tem relação com a ausência, nos *debates*, dos contornos definidos e dos aspectos formais e ordenados presentes em todos esses espaços de deliberação e reforçados pela produção técnica bibliográfica das próprias organizações que os promovem. Evidentemente, há nas etnografias citadas acima menções a acontecimentos que podem encontrar alguma ressonância com os *debates*. Entretanto, eles ocorrem quando o controle, a ordenação e a formalidade previstos na produção técnica e bibliográfica dessas organizações são assaltados pelo extraordinário, o "fora de pauta", manifestações que,

de acordo com Comerford (1999), muitas vezes nem são registradas nos relatórios. Os *debates*, por sua vez, são marcados pela inexistência de prescrição com relação ao lugar onde ocorrem, ao tempo de duração (das falas e do próprio *debate*), aos participantes. Não há também uma determinação sobre que tipo de *situações* motiva um *debate* e nenhuma restrição quanto aos assuntos que podem vir a ser tratados. Afinal, como já afirmei, eles ocorrem em torno de *situações* que são modificadas, recolocadas, transformadas por tantos quantos forem os movimentos e as *ideias* chamados a compô-las. Isso faz com que a *situação* que o originou se desfaça em movimentos que podem tanto desaparecer com a morte das *ideias* como passarem a fazer parte de outra *situação* e, eventualmente, requererem outro *debate*.

Isso remete ao segundo aspecto central dos *debates*. Os coletivos acima mencionados procuram, de maneira controlada, estender ao máximo os “efeitos perlocutórios” (Austin, 1962a) das suas reuniões por meio dos registros escritos e mecanismos – como a pauta e a ata – cujo propósito é, entre outras coisas, dar continuidade às questões anteriormente discutidas. A ampliação dos “efeitos perlocucionários” aparece, para Peirano (2002), como consequência dos eventos que, como a autora sugere, podem ser abordados a partir do instrumental teórico da antropologia dos rituais. A autora parte da definição não absoluta de ritual, elaborada por Tambiah (1979), que permite dar conta também dos eventos. De acordo com essa concepção, os rituais teriam como traços fundamentais se distinguir dos acontecimentos cotidianos, ter um propósito coletivo e uma “ordenação que os estrutura” (Peirano, 2002: 35).

Para que os *debates* atendessem a esses requisitos, seria necessário preencher as *brechas* que encontrei de modo a conferir

a forma de um evento a eles. Entretanto, como expus no capítulo 3.4, este livro pretende justamente entrar nas *brechas* que me são apresentadas e trabalhar nelas e a partir delas. Assim, procuro abordar os *debates* orientada pelo instrumental etnográfico que procurei construir até aqui. Nesse sentido, concebo esse instrumental como um dispositivo teórico que me permite refletir sobre os *debates*. Em outras palavras, minha proposta é pensar os *debates* a partir dos próprios movimentos, *ideias* e *situações* que os motivam, os formam, os conduzem e que deles resultam.

Nesses termos, diferentemente dos coletivos acima, os *debates* não têm como objetivo estabelecer diretrizes futuras. É certo que, como já firmei, as *ideias* vencedoras saem *fortalecidas* dos *debates* e podem, à medida que *repercutem*, se consolidar em orientações mais gerais (ou formam um *consenso*, cf. capítulo 6.4, posto que são *abraçadas* por todos os que as *repercutem*). Ademais, algumas vezes o objetivo de seus participantes é justamente *fortalecer ideias* que consideram oferecer as condições para *situações* que lhes sejam favoráveis. Ainda assim, essas *situações* futuras não são vistas como tributárias do *debate* ou como seu produto inequívoco, afinal, dependem da *repercussão* das *ideias* que ali foram geradas, transformadas ou, ainda, consolidadas.

Procurei até agora mostrar como os *debates* não obedecem a limites temporais, a restrições quanto ao número de participantes e *ideias* que compõem as *situações* que o mobilizam ou a prescrições quanto aos lugares em que são realizados. Como veremos a seguir, eles também nem sempre alcançam seus objetivos, quer dizer, a formação de um ponto de vista comum aos seus participantes na elaboração conjunta de uma *situação* (o que, na *malandragem*, se chama *consenso*).

7.2. Incompletude

Embora muitos dos *debates* sejam realizados para definir a *cobrança* de alguém que errou ou para averiguar se houve ou não o *erro* e quem o cometeu, há *situações* desse tipo que não são levadas a *debate*, seja porque são consideradas desimportantes, seja por concernir a erros encarados como graves demais. Diante de um caso de estupro dentro da *quebrada*, por exemplo, o *irmão* André exclamou: 'O irmão Fulano não ia perder tempo com isso. É estuprador, foi pego em flagrante, confessou, já era!'. Embora não seja uma prática comum, naquela ocasião a morte do estuprador foi *decretada* sem que fosse realizado qualquer *debate*. Pois, na *visão* do *irmão* presente, a *ideia* que predominava naquela *situação* era forte o suficiente para que nenhuma outra pudesse vencê-la. Segundo sua avaliação, ainda que aparecessem *ideias* divergentes, nenhuma teria força para indicar que ele não teria agido *pelo certo* e, portanto, feito *prevalecer* a *disciplina*.

Mesmo quando se decide pela realização de um *debate*, isso não é garantia para que ele ocorra. Foi o que pude ver na Favela Cadência. Depois de tantas negativas por parte de meus interlocutores, eu já não tinha esperança de poder presenciar um *debate*. Entretanto, em um dos primeiros dias de pesquisa ali, o *frente da quebrada* me disse: 'Fica por aqui, que daqui a pouco vai rolar um debate'. Fiquei surpresa e empolgada com a possibilidade. Perguntei o motivo do *debate* e Murilo me disse:

> − Uma mulher pegou um pedaço de madeira desse tamanho e tacou na cabeça de um cara. Chegou a abrir o osso da cabeça dele...
> − Nossa! Mas ele tá bem? – perguntei.
> − Tá com uma abertura, assim ó, na cabeça... E o cara é mó sossegado, não faz mal pra ninguém... É mó humildade... Ele, se você der cinco reais pra ele,

ele te ajuda a subir um muro, encher uma laje... Mó humildade... – respondeu Murilo.

− Mas por que ela bateu nele? – indaguei.

− Ah, ela disse que ele bateu, deu um soco na cara dela. Daí eu falei: “Olha, senhora, se um homem bate na cara de uma mulher, vai ficar alguma marca. Cadê a marca?”. E não tinha marca nenhuma na cara dela. Daí ela disse que quebrou um dente dela e eu falei: “Então mostra o dente quebrado, cadê?”. Não tinha dente nenhum quebrado! Nossa, vontade de meter um murro bem dado na boca daquela mulher! Porque ela ainda vem tirar! População abusa, tia... Se fosse antigamente... – disse Murilo, com os olhos espremidos e o punho cerrado, como se estivesse preparando um soco. Mas logo ele abriu os braços e continuou – Mas não pode... tudo agora tem que ir pra debate.

Não havia hora nem local específico marcados para a realização daquele *debate*. Murilo combinou com os *irmãos* que viriam de uma *quebrada* adjacente de eles *colarem* lá à tarde e procurarem por ele. O dia foi repleto de atividades. Ao anoitecer, ansiosa para finalmente presenciar um *debate*, perguntei a Murilo:

− E aquele debate, vai rolar?

− Olha só, eu não bebo nem cheiro. Mas tem irmão que bebe e cheira. Então devem tá acordando a essa hora. E a noite – Murilo apontou para o céu limpo – hoje promete também. Então como não é um negócio muito urgente, vai ficar pra depois.

Esse *debate*, entretanto, nunca aconteceu. Com o passar do tempo, sem ninguém disposto a empregar esforços no sentido de manter aquela *ideia* viva, ela morreu. Com sua morte, a *situação* que motivou chamar um *debate* se desfez.

Antes, contudo, que eu me desse conta de que aquela *ideia* havia morrido e levado com ela a *situação* que sustentava, pude, finalmente, presenciar um *debate* pela primeira vez. Não acompanhei as condições por meio das quais ele foi chamado, mas pouco antes de seu início me avisaram: ‘Cola lá na viela que vai ter um debate da hora pra senhora ver’. Fiquei por perto, para que não

perdesse a oportunidade, mas nem tive que esperar muito. Logo Murilo avistou dois homens e disse: ‘Chegaram os caras das maquinhinhas’. Tratava-se do *debate* sobre o furto de duas máquinas caça-níqueis, abordado rapidamente no capítulo 2.2, mas que aqui será descrito mais pormenorizadamente, pois traz contribuições importantes para a questão que pretendo abordar.

Ao chegarem, Wando e Saulo nos cumprimentaram (Murilo, eu e alguns garotos que já se aproximavam) com fortes apertos de mão. Murilo perguntou a um dos garotos:

> − Então, César, quem tava na fita das maquininhas?
> − O Renato tava.
> − Chama lá o Renato – pediu Murilo ao garoto. Em seguida, ele se voltou ao Wando e continuou – Os moleques são foda. E eu canso de falar com eles, de dar conselho, mas não adianta.

A *situação* que originou o *debate* era o furto das máquinas, mas não se sabia a autoria e em quais condições ele fora realizado. Esse *debate* tinha inicialmente como propósito enriquecer a *situação* original com elementos ainda desconhecidos, ou seja, reunir *ideias* e movimentos que, enfim, permitissem que Wando recuperasse suas máquinas, este sim o propósito último daquele *debate*. A *ideia* que ele levou ao *debate* era que a retomada dos caça-níqueis é o *justo*, que o *certo* é que as devolvam para ele, visto que seu furto fugia à ética do *Comando*.

César voltou com Renato. Murilo perguntou:

> − Então, Renato... Qual é que foi a fita?
> − Então, o negócio das maquininhas foi aquilo: o cara deu a chave do bar, eu falei com você e você falou: “Vai lá e pega o que for pra pegar” – respondeu Renato.
> − Mas você tá cansado de saber, Renato. Podia pegar o que tinha que pegar, que o dono do bar te deu a chave, mas maquininha em favela é de ladrão. Tá

há mili anos no corre e vem dizer que não sabe como funciona? – repreendeu Murilo.

− Mas maquininha pode ser de polícia também... – ponderou Renato.

− E como você ia saber? Como rouba sem saber de quem tá roubando? – questionou Murilo.

− Mas eu não roubei nada, não... Eu só trouxe de lá pra cá – argumentou Renato.

− Daí vocês levaram pra Silvia... – disse Murilo.

− É, nós levamos pra Silvia e oferecemos pra ela – confirmou Renato.

− E onde estão as maquinhinhas? – quis saber Wando.

− Foram pro Rio de Janeiro – respondeu Renato.

O *debate* era realizado no meio de uma das principais vielas da favela. Por duas vezes foi necessário abrir espaço para a passagem de um carro. Vários moradores transitavam por lá. Alguns paravam por uns instantes para saber do que se tratava, mas logo seguiam seus rumos. Em torno de quinze *correrias*, por sua vez, permaneceram nas imediações e, enquanto acompanhavam o *debate*, faziam comentários:

− Que fita!

− Ah, isso não tá certo...

− Maquininha em favela é de ladrão... que mancada!

Pude escutar esses comentários porque estava sentada em um degrau há cerca de dois metros de distância dos *ladrões* que-debatiam, enquanto os *correrias* ora se aproximavam do *debate* a ponto de exprimir suas opiniões para Wando, Renato e Murilo, ora se mantinham um pouco mais afastados (em torno de cinco metros de distância do *debate* e três de mim). Entretanto, em determinado momento, vários deles passaram a participar do *debate*. Era difícil entender especificamente o que discutiam, pois todos falavam ao mesmo tempo: Saulo, Murilo, Wando e seis *correrias*. Mas pude apreender que o assunto girava em torno do valor pago pelas máquinas. A *situação* inicial já se transformara ao ser enriquecida

com elementos que antes não a compunham: a anuência do dono do bar em que as maquininhas estavam instaladas, um dos autores do furto, a compra delas por Silvia, seu possível paradeiro no Rio de Janeiro. Uma *situação* mais rica se formou e foi em torno dela que o *debate* passou a girar, agora com vistas em reavê-las (o *justo*, de acordo com Wando).

Tatiana, parente de Murilo que conversava com outro *malandro* nas imediações, foi chamada a contar a sua parte da história. Ela disse que Silvia, sua mãe, havia pago pelas máquinas certo valor para alguém. Diante dessa informação, Murilo pediu para chamar Silvia. Enquanto ela era chamada, Wando se aproximou dos outros *correrias* e fez alguns comentários acerca da *situação* e do *debate* que transcorria. A *ideia* que Wando lançava foi nitidamente *abraçada* por eles, que continuavam tecendo comentários que diziam respeito a como Wando estava *pelo certo*.

Cerca de cinco minutos depois, Silvia chegou e expôs o seu ponto de vista sobre o que aconteceu com as máquinas:

> − Olha, os meninos chegaram lá em mim e ofereceram uma maquininha.
> − Quanto pediram? – perguntou Wando.
> − Duzentos reais. Como eu sei que eles são do corre, confiei, né? Porque eles têm que saber disso. Daí a maquininha ficou lá comigo uma semana e eu vendi por quinhentos reais. Se eu tivesse comprado de um noia, seria responsabilidade minha, eu não ia ter o que falar. Mas comprei dos caras que já são do corre. Confiei que eles sabem como funciona – argumentou Silvia.

Apesar de Silvia não ser *do corre*, seu argumento se fundamentava em seu conhecimento da ética do *Comando*. Ela sabia que, para ser *ladrão*, não basta roubar, é preciso saber como roubar e de quem. De acordo com essa ética, não se rouba moradores da própria *quebrada* e sobretudo outros *ladrões*. ‘Ladrão que rouba ladrão, aqui, não tem perdão, é rato!’ – costumam dizer. Como os

malandros que lhe venderam as máquinas são *do corre*, ela supôs que eles teriam agido de acordo com essa ética (algo de que os *noias* estariam livres[101]). Sabendo que o objetivo de Wando era o de ter seu prejuízo ressarcido, ao atribuir o *erro* aos *correrias* que lhe venderam as máquinas, Silvia tinha como finalidade se esquivar de uma possível *cobrança*, que nesse caso se estimava que seria monetária.

Entretanto, focado no seu objetivo de encontrar uma maneira de reaver suas máquinas, Wando perguntou:

− E onde tá a maquininha agora?
− Foi pro Rio de Janeiro – respondeu Silvia.

Wando dirigiu o olhar para Renato, que prontamente se defendeu: ‘Eu nem sabia que a maquininha ia parar no Rio de Janeiro. Eu só trouxe ela de lá pra cá, não sabia dessa fita, não. Não sabia de quem é a maquininha’. Wando, então, postou seu rosto bem próximo ao de Renato e disse, pausadamente e em um tom muito tranquilo e seguro: ‘As máquinas são minhas! Olha aqui: eu quero as minhas maquininhas!’. Em seguida, abriu um sorriso. Virando-se para Silvia, perguntou:

− E agora?
− A maquininha tá no Rio de Janeiro – respondeu Silvia.
− Rio de Janeiro! Você sabe dirigir? – perguntou Wando.
− Sei.
− Dirige à noite? Então vamos nós dois lá pro Rio de Janeiro buscar essa maquininha. Vambora nós dois hoje à noite buscar. Vamos?

Silvia sorriu, meio sem graça, um sorriso nervoso, e disse:

− É isso que eu sei. Os meninos é que pegaram e eu confiei neles. Se fosse de noia, não ia ter discussão. Eu mesmo ia pegar o dinheiro e te dar... tó. Mas não... peguei deles... eles é que tinham que saber de quem é.
− Quem é que tava na fita? – perguntou Wando.

Silvia falou o nome de quatro garotos e imediatamente Murilo exclamou:

> Não acredito! Adriano tava na fita! Ele tava aqui agora mesmo, viu que a gente tava falando das máquinas, fez que não era com ele e foi embora! Impressionante...

Silvia voltou à lanchonete. Wando se voltou novamente para Renato e perguntou:

− E a outra, onde tá?
− A outra tá aqui na favela – respondeu Renato.
− Então vai buscar. A maquininha é minha! – disse Wando.
− Mas eu não sei onde tá, não... – falou Renato.
− E quem sabe? – perguntou Murilo.
− Ah... não sei – respondeu Renato.
− Adriano sabe? – indagou Murilo.
− Não sei – disse Renato.
− Então trás ele aqui – pediu Murilo.

Renato saiu em busca de Adriano. Durante todo o *debate*, Renato falava e virava de costas, com uma postura bastante displicente, como se não desse a mínima importância para o que estava sendo debatido. Sua saída para buscar Adriano não foi diferente. Ele parecia fazer questão de mostrar sua indiferença. Para Murilo, Wando comentou:

> Vontade de cobrir esse cara na madeira! Mas não pode! Hoje em dia tudo tem que debater. E daí os caras ficam folgados, acham que podem tudo. Ah... Mas que dá vontade, dá... Você viu? Parece que o cara tá tirando! Tá metendo o louco! Meu sangue sobe, mas não pode fazer nada... Bom... Será que tem cerveja sem álcool lá no bar? Vou lá buscar.

Enquanto Wando e seu parceiro Saulo foram à lanchonete, Murilo e os outros garotos comentavam: ‘O Renato só se complica! E o cara é folgado, né? Tá mili anos no corre e não aprende!’. Para eles, tanto quanto para Wando, Renato estava *metendo o louco*.

Essa expressão ganha especial relevância no trabalho de Ferraz de Lima (2013) ao expressar estratégias das mulheres de presos no sentido de fazer prevalecer suas vontades face às de seus maridos, o que a autora chama de “efeito-resistência” (: 142). Ela nos mostra, inclusive, como a submissão é operada pelas *cunhadas* como “resistência aos anseios, prazeres, desejos ou vontades alheios” (: 151). Mas se essa resistência aponta para seus maridos, há de se considerar que eles carregam consigo a *disciplina do Comando* que, ainda conforme a autora, é estendida dos presos às *cunhadas* e contribui para a produção de um *proceder* específico capaz de constranger suas ações. Contudo, para essas mulheres, *meter o louco* é um mecanismo intencional de resistência não diretamente à ética do *Comando*, mas aos desejos e vontades de seus maridos[102].

Diferentemente, a acusação de Murilo e Wando, de que Renato estava *metendo o louco*, apontava para a resistência direta de Renato à ética *do Comando*, e isso colocava um problema no interior da própria *disciplina*: Renato contava com a própria ética do *Comando* para sair ileso ao seu nítido desdém a essa mesma *disciplina*. Por sua vez, Wando e Murilo lamentavam a própria ética dar espaço a uma insubmissão que julgavam tão desrespeitosa. A *situação* a que se referiam, naquele momento, não dizia respeito somente ao roubo das maquininhas, à sua autoria, ao valor pago por elas ou ao seu atual paradeiro. Entre os movimentos que compunham aquela *situação*, estavam aqueles mobilizados pela *ideia*-ética do *Comando*, bem como os efeitos que essa ética produzia, os movimentos que ela permitia.

Wando voltou com sua cerveja sem álcool. Conversaram sobre a cerveja, esperaram por uns dez minutos e Renato não voltava com Adriano. Os *correrias* que estavam por ali passaram a conversar

sobre assuntos não mais relacionados ao *debate*. Após receber um telefonema, Wando disse que precisava sair para ‘resolver uma fita’ em outra *quebrada*. Ele e Saulo se despediram de Murilo, dos *correrias* e de mim. Logo depois, um garoto que chegava na viela disse a Murilo que vira Saulo fazendo uma proposta para Silvia, para que ela ‘desse logo um cheque de mil reais pra morrer o assunto’, mas ela recusou. Quase meia hora depois, Renato retornou sem Adriano. Murilo, inconformado por avaliar que Renato agia ‘como se nada estivesse acontecendo’, disse:

> Porra, Renato. Te conheço há mili anos, você já tá no corre não é de hoje e não para de fazer fita errada! Toda fita errada que tem você tá envolvido. Caiu um balão lá, é o Renato. Roubaram maquininha, é o Renato. Toda hora é o Renato! E eu canso de falar pra você.

Como mencionei no capítulo 3.1, Wando não voltou, não contatou Murilo e o *debate* não foi retomado. Além de o objetivo final – a retomada das maquininhas – não ter sido alcançado, aquele *debate* não deixou qualquer rastro na *quebrada*. Ninguém mais tocou naquele assunto nos dias seguintes. A *ideia* morreu. Afirmar a eficácia simbólica (Lévi-Strauss, 2008 [1949]) ou ritual (Bourdieu, 1996 [1975]) daquele *debate*, nesse sentido, não teria qualquer respaldo no meu material etnográfico e corresponderia ao preenchimento de uma lacuna, prática que procuro evitar (ver capítulo 3). Até a displicência de Renato com relação à *disciplina do Comando*, assunto levantado no *debate* mas que não foi levado adiante, parecia não ter mudado: nos dias que se seguiram, Murilo continuava chamando a atenção dele por outras *brechas* e pela indiferença com relação à ética.

Por outro lado, encarar a inexistência de desfecho daquele *debate* em sua positividade faz aparecer os próprios elementos que o sustentam. Com efeito, a *ideia* sobre o roubo das maquininhas

morreu (ao menos naquela *quebrada*) porque não houve quem se empenhasse em mantê-la viva. Como era essa a *ideia* que alimentava a *situação* que foi levada a *debate*, com sua morte, a *situação* também deixou de existir, mesmo porque, como procurei descrever, a existência de uma *situação* depende de sua elaboração e, por conseguinte, dos próprios pontos de vista daqueles que a produzem. Se a *ideia* morreu e a *situação* que dela se alimentava deixou de ser evocada, o *debate* perdeu a sua sustentação. Em suma, é na *situação*, sempre enunciada a partir de um ponto de vista (e, portanto, suscetível a mudanças a cada mirada), que se sustenta um *debate*. Esse aspecto, como veremos, traz algumas implicações para as tentativas de comparação dos *debates*.

7.3. Incomparabilidade

Como vimos, *debates* marcados podem não acontecer e *debates* iniciados podem nunca ter desfechos. Além disso, não há prescrição quanto ao assunto que desencadeia um *debate*, ao limite de participantes ou de tempo. Não há também necessariamente locais precisos ou horários marcados. Mais do que isso, a *situação* debatida se transforma no decorrer do *debate* ao passo que *ideias* e movimentos não previstos anteriormente passam a compô-la.

Se, como argumentei acima, os *debates* diferem dos espaços deliberativos de movimentos sociais, eles também apresentam grandes diferenças com relação ao termo que muitas vezes a imprensa e os órgãos de segurança e da Justiça utilizam para se referir a eles: tribunal[103]. Em primeiro lugar porque, se o *debate* fosse concebido como uma instituição cujo objetivo, tal como o do Tribunal do Júri (Kant de Lima, 1995; Figueira, 2007; Schritzmeyer, 2012), é manter, restabelecer ou reforçar a ordem, o caso exposto

na seção anterior seria uma evidência de seu completo fracasso. Ele não fez *o certo prevalecer* nem contribuiu para restituir a *disciplina*.

Contudo, a mais notável diferença entre os dois é com relação às suas formas. Como vimos, os *debates* ocorrem sem a necessidade de estabelecer horário e local previamente definidos e, ainda que marcados, podem jamais ocorrer ou serem interrompidos e não mais retomados. Além disso, não há prescrição com relação às *situações* que são levadas a *debate*. Diferentemente, o tribunal é uma instituição do sistema da Justiça brasileiro, amparado pela Constituição Federal e regulado pelo Código do Processo Penal. O que motiva uma sessão do Tribunal do Júri são assuntos bem delineados: crimes contra a vida já investigados pela polícia e cujos processos judiciais decidiram pela sua pronúncia (os inquéritos policiais, os processos judiciais e o Tribunal do Júri constituem as três formas de produção da verdade do sistema da Justiça brasileira, segundo Kant de Lima, 2004). Seu caráter institucional é acompanhado por ampla formalidade e cerimônia, com rígidas prescrições com relação a data e local em que são realizados, ao uso de trajes apropriados, à disposição espacial dos presentes, ao toque de campainhas, aos momentos em que os presentes devem permanecer sentados ou de pé (Lorea, 2003; Moreira-Leite, 2006; Figueira, 2007; Schritzmeyer, 2012)[104].

Mais do que isso, há procedimentos que regulam quem fala, quando e sobre o quê. Resumidamente e em geral, uma sessão do Tribunal do Júri obedece ao seguinte percurso: anúncio do início da sessão, leitura pelo juiz da “peça processual” (que apresenta de modo sucinto a acusação do promotor e as testemunhas indicadas), sorteio dos jurados e sua submissão ao juramento, interrogação do

réu, depoimento das testemunhas de acusação e de defesa, falas da acusação e da defesa (nas quais promotor de justiça e defensor apresentam sua “tese jurídica”), ocasionais réplica (pelo promotor) e tréplica (pelo defensor), reunião na “sala secreta” onde o juiz lê para os jurados os quesitos, os quais devem responder “sim” ou “não”, e subsequente voto dos jurados, retorno ao plenário e leitura, pelo juiz, da sentença condenatória ou absolutória (resultado da votação na sala secreta).

Durante todo esse período, os jurados devem permanecer incomunicáveis (sob a pena de exclusão do corpo de jurados, multa e, em alguns casos, de anulação do julgamento). Essa medida visa evitar tanto influências externas quanto de uns jurados sobre os outros, garantindo que as decisões sejam tomadas de acordo com a “consciência” de cada um, tal como prescrito no Código do Processo Penal, exortado pelo juiz e prometido pelos jurados[105]. Figueira (2007) e Kant de Lima (1995) mencionam a influência da teoria da psicologia das multidões (especialmente de Gustave Le Bon, 2008) na incomunicabilidade dos jurados. Segundo Le Bon, “tal como todas as multidões, os jurados são fortemente impressionados pelos sentimentos e muito pouco pelos raciocínios” (apud. Figueira, 2007: 136).

O princípio da incomunicabilidade dos jurados como forma de garantir a individualidade de suas decisões aponta para a importância que o Tribunal do Júri confere à noção de indivíduo, a quem cabe, em um movimento de introspecção, consultar sua consciência. Se o Conselho de Sentença formado pelos jurados representa, no Tribunal do Júri, a sociedade, é a contraparte dessa sociedade – o indivíduo e não a multidão – que deve julgar. Não é à toa que os procedimentos das sessões demarquem rigidamente o

espaço de cada fala, realizando um controle expresso sobre seu fluxo. Diferentemente dos *debates*, não há espaço no Tribunal do Júri para a circulação do que os *ladrões* chamam de *ideias*.

Como vimos, a inexistência de restrições relacionadas a quem participa dos *debates* implica sua abertura com relação às *ideias* que podem vir a compor a *situação* debatida. O ponto de vista do qual emerge a *situação* que leva a *debate* pode ser de um *ladrão*, um morador ou de quem quer que seja que tenha levado a *ideia* aos *irmãos*, mas pode ser também de vários envolvidos que se aliam na configuração dessa *situação*. Entretanto, durante o *debate*, ocorre o envolvimento de mais pessoas, a adição de movimentos que não estavam considerados inicialmente, o *encontro* de *brechas* e o *trabalho* nelas, o lançamento de *ideias*. Tudo isso faz com que as *situações* anteriores se desfaçam para dar lugar a novas *situações*. Afinal, a transformação da *situação*, que passa a admitir outros movimentos, implica sua extinção para o aparecimento de uma nova. Ela é, nos *debates*, transformada conjuntamente, à medida que se dispensam alguns dos movimentos que originalmente a compunham e outros que não faziam parte dessa composição são agregados. Assim, a *situação* resultante, sobre a qual se deliberará a *cobrança* ou a *consequência*, é formada pela composição das *ideias lançadas*, *abraçadas* e *repercutidas* no próprio *debate*, *ideias* que só ganham existência no momento em que são expressas, que são desprovidas de posse e que, por conseguinte, não pertencem ao terreno da consciência íntima.

Pode-se dizer, contudo, que uma abertura para elementos não previstos inicialmente também exista nas sessões do Tribunal do Júri, ainda que restrita aos momentos em que acusação e defesa apresentam suas teses. De fato, etnografias sobre o Tribunal do Júri

afirmam que essas falas muitas vezes procuram acionar a posição do réu, da vítima e também dos jurados em uma rede de relações sociais (Marques, 2001), avaliar a vida do réu de acordo com um padrão de normalidade (Lorea, 2003), disputar o curso do processo de sua "sujeição criminal" (Moreira-Leite, 2006), elaborar construções biográficas que induzam a acusações ou defesas morais (Figueira, 2007), construir verdades e delinquentes (Pinto, 2011), definir se a morte foi ou não legítima (Schritzmeyer, 2012), sugerir o bom ou o mau desempenho dos papéis de gênero (Corrêa, 1983; Fachinetto, 2011) ou de pais (Debert et al., 2008) pelos réus. Até a importância da "performance" da defesa e acusação em um tribunal (Schritzmeyer, 2012) pode encontrar ressonâncias nos *debates* – as falas dos rapazes registradas por Fefferman (2013) enfatizam a importância de não desviar o olhar, não gaguejar e nunca partir para a agressão em um *debate*. No entanto, essa contaminação do julgamento no Tribunal do Júri por elementos exteriores ao que se julga é encarada com preocupação ou como algo a ser denunciado, senão pelos autores, pelos seus próprios interlocutores. A questão que se coloca é que esses elementos não condizem com o "fato jurídico" que, este sim, relacionado umbilicalmente com a "verdade real" dos fatos, é o objeto do julgamento.

Disso emerge outra diferença fundamental entre os *debates* e o tribunal: enquanto os primeiros dizem respeito a um confronto de *ideias* em torno de uma *situação* aberta a modificações, o segundo tem como alicerce um "fato real" sobre o qual é preciso realizar um julgamento.

Ainda que haja investigação sobre a verdade dos fatos, ainda que teóricos da área do direito e também das ciências sociais admitam,

com o relativismo, a existência de diversas verdades para um fato ou ainda que a concebam como uma representação da verdade[106], a primazia da abordagem permanece sobre a realidade do fato. Os *malandros*, por sua vez, não cansam de dizer que 'só existe um certo' e que, por conseguinte, 'a verdade é uma só'. Entretanto, isso não faz referência a um fato em julgamento, mas à *situação* que resulta do *debate*. Como afirmei acima, as *situações* são a apreensão de um arranjo de movimentos (que carregam *ideias*) a partir de um ponto de vista. Este pode ser de um ou de vários *malandros*. Se a *situação* só existe no interior desse ponto de vista e se ela se transforma no decorrer do *debate* com a incorporação de outras *ideias*, a *situação* resultante do *debate* consiste em um arranjo de movimentos apreendido a partir do ponto de vista comum a todos os participantes. As *testemunhas* em um *debate*, assim, não respondem aos mesmos propósitos das que são acionadas pelos tribunais. Nem elas, nem as *provas* são um instrumento para se chegar a um "fato real", mas veículos que permitem a chegada de movimentos (e *ideias*) a comporem a *situação* que, no *debate*, é (trans)formada conjuntamente. Nesse sentido, ainda que esses dois termos – testemunha e prova – sejam de uso comum aos *debates* e tribunais, eles partem de diferentes premissas e produzem efeitos bem distintos. Não há, aqui, uma verdade última (ou primeira) a ser desvendada ou interpretada, mas uma *situação* cuja verdade reside no interior do ponto de vista dos participantes do *debate*[107]. Isso difere, também, da "lógica do contraditório", em que o direito à defesa do réu se dá mediante a apresentação de uma versão que contraponha à do acusador e cuja verdade será definida por uma autoridade externa às partes (Kant de Lima, 2009). No caso dos *debates*, o que se apresenta não é uma versão que produz um dissenso infinito, mas pontos de vista que apreendem *situações* com

composições bastante heterogêneas e que são transformadas e substituídas conforme as *ideias* são *debatidas*. Além disso, não há, nos *debates*, a figura neutra e sentenciadora, externa às partes, representada pelos juízes em um tribunal. Todos os participantes de um *debate* se engajam na produção de um *consenso*. Evidentemente, esse *consenso* produzido nada tem a ver com o sucesso de uma ação comunicativa. Pelo contrário, ele é resultado de uma situação agonística de embate de *ideias* (na qual *malandros* tentam *entrar na mente* de outros, *ladrões* traçam estratégias para fazer suas *ideias repercutirem*, na qual se luta para fazer a sua *ideia* prevalecer às demais, na qual, em suma, se cultiva a arte do saber vencer) cujo resultado é a formação de um ponto de vista comum e a subsequente composição de uma nova *situação*.

Vimos que os *debates* se diferenciam dos tribunais em sua forma, no seu objeto (*situação* ou fato jurídico), nos procedimentos pelos quais as *ideias* circulam ou são impedidas de circular, na valorização do indivíduo pelo tribunal. Há, ainda, outra diferença fundamental e que torna ainda mais evidente a inadequação do uso da metáfora do tribunal para se falar dos *debates*.

Quando as reportagens lançam mão desse recurso metafórico para explicar o funcionamento dos *debates*, acionam também outras metáforas consonantes ao vocabulário dos tribunais, como réu, acusação, juiz, testemunha, sentença, pena, veredicto, julgamento. A localização de cada um desses componentes do tribunal implica a produção e o preenchimento simultâneos de lacunas na descrição dos *debates*. Essas lacunas, uma vez preenchidas de modo a satisfazer o uso desses termos, são apresentadas para justificar a metáfora inicial. Entretanto, como pretendo deixar claro adiante, o uso dessas metáforas só se sustenta quando umas são apoiadas

nas outras, uma vez que trazem consigo todo um modo de conceber o sistema de Justiça.

Antes, é importante mencionar que minha atenção para esse recurso de linguagem e sua relação com as práticas de conhecimento é inspirada pela advertência de Strathern (2006 [1988]) para o caso melanésio. Segundo a autora, ao acionar metáforas ocidentais para abordar a vida melanésia, os pesquisadores não estão somente recorrendo a uma ferramenta linguística para tornar o distante familiar. As metáforas carregam consigo paradigmas, premissas, conceitos, suposições, constructos analíticos, concepções, modelos de pensamento. Assim, o que se faz nessa operação é projetar todo um modo de produção de conhecimento ocidental ao modo melanésio de conceber as coisas.

Os tribunais, entretanto, não são tão estranhos aos *ladrões* quanto a produção antropológica o é para os povos do Mount Haagen. Ao contrário, eles lhes são familiares. Afinal, muitos são réus em julgamentos. Ainda assim, e mesmo utilizando diversas outras expressões extraídas do léxico jurídico, quando abordam os *debates*, os *malandros* não empregam os termos usados nos tribunais. Essa ausência muitas vezes carrega uma recusa e uma afirmação dessa diferença[108].

Os termos sentença, pena, veredicto, julgamento, tanto quanto punição, são vistos pelos *malandros* como expressões de relações de desigualdade. É por isso que, como expus em outra ocasião (Biondi, 2010), o uso do termo *consequência* não consiste em uma simples alternativa à palavra punição. Acompanha toda a ideia de *Igualdade*, já que a aplicação de uma punição (ou de uma pena) subentende a existência de alguém em posição de aplicá-la em outro. O mesmo vale para sentença, veredicto, julgamento, termos

que acompanham e sustentam a existência de juízes, pessoas que se encontram em posição para julgar e definir sentenças. Em um Tribunal do Júri (Schritzmeyer, 2012), a hierarquização de seus participantes não só é marcada pelos espaços físicos da sala em que a sessão ocorre, como também é frequentemente evocada e reiterada por eles. Desse modo, a forma-tribunal não somente reitera e produz a desigualdade, como também é efeito, é a expressão, é o visível de todos os códigos, as leis, as prescrições que a sustentam. Assim, seja o Tribunal do Júri abordado como um sistema de crenças (Schritzmeyer, 2012), um local de encontro de diversas justiças (Marques, 2001), de construção do delinquente e de uma verdade jurídica (Pinto, 2011) ou de reiteração de papéis sociais (Corrêa, 1983), ele é a forma visível de práticas de conhecimento ancoradas no código, na lei, na ordem e na normalização.

Essa desigualdade, denunciada nas discussões inerentes ao direito – como um problema de cidadania, por exemplo (Kant de Lima, 2004) –, é tratada em outros termos entre os *malandros*, como algo que, se cristalizado, pode abalar as bases de seu *ideal de Igualdade*. Não há, para eles, uma ordem a ser mantida, mas um *certo* que se pretende fazer prevalecer. Essa é a diferença fundamental entre os tribunais e os *debates*. Ademais, como veremos no próximo capítulo, os *debates* repousam sobre outras bases que não as da lei, do código.

98 O procedimento para aguardar por uma *brecha* a fim de realizar uma *cobrança* referente a outras *situações* foi descrito no capítulo 3.2.

99 'Voltar para a caminhada', nesse caso, é voltar a ser *irmão*, *integrante* do PCC.

100 As condições nas quais obtiveram a confissão de Bruno, bem como a gravidade da acusação, foram abordadas no capítulo 6.2. Quero chamar a atenção, aqui, para a maneira como envolveram Euclides nesse *debate* e como ele escapou das acusações.

101 A figura do *noia* como alguém sem ética é compartilhada entre os *malandros* e entre alguns moradores de *quebradas*. Entretanto Rui (2012) expõe o ponto de vista dos próprios consumidores e sua preocupação constante com relação à sua "situação" que, nesse caso, dizia respeito a uma situação-*noia*. Esse assunto será abordado adiante (capítulo 8.1).

102 Cabe lembrar que, como mencionei anteriormente, ética e *disciplina* são, na *malandragem*, termos intercambiáveis. Retomarei essa questão no capítulo 8.

103 São incontáveis as reportagens que se referem aos *debates* como tribunais. A título de exemplo, destaco Abreu (2008); Siqueira (2008); Soufen Jr. (2008); Guimarães (2010); Escuta... (2010); Gravações... (2012); além da reportagem apresentada no programa "Domingo Espetacular", da Rede Record em 2007, citada por Feltran (2010) e Malvasi (2012). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XVs9y1IXfZQ&hl=pt&gl=BR>. Acesso em: 30/03/2014. Os *debates* associados a tribunais também aparecem em Alves e Cerantula (2012: 28-29), Jozino (2012), Meneguetti (2013).

104 A composição do Tribunal do Júri por uma série de procedimentos muito bem definidos, codificados e ordenados leva esses autores a tratarem-no como ritual.

105 De acordo com o artigo 472 do Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em 08/04/2014:

Formado o Conselho de Sentença, o presidente, levantando-se, e, com ele, todos os presentes, fará aos jurados a seguinte exortação:

Em nome da lei, concito-vos a examinar esta causa com imparcialidade e a proferir a vossa decisão de acordo com a vossa consciência e os ditames da justiça.

Os jurados, nominalmente chamados pelo presidente, responderão:

Assim o prometo.

106 Os pesquisadores mais mencionados na bibliografia da área, quando esse argumento é trazido à tona, são Geertz (1998 [1973]) e Bourdieu (1989).

107 Em outra ocasião, Marques e eu (Biondi e Marques, 2010) mostramos que as histórias sobre os comandos prisionais em São Paulo são “alvo de interpretações e lutas” (Villela, 2004: 23) e que sua realidade não reside em outro lugar senão no interior dos pontos de vista. Cabe, aqui, enfatizar que, embora as *situações* que procuro descrever sejam alvos de lutas nos *debates*, não o são de interpretações. São, diferentemente, produtos de composições, de seleções de movimentos entre os inúmeros disponíveis a compô-la.

108 A título de contraste, é interessante ver como os organizadores do Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio e da Política Governamental de Violação dos Direitos Humanos no Paraná utilizam deliberadamente essas metáforas com o objetivo mesmo de aproximar (e assim realizar inversões) suas práticas ao modelo legal-estatal (Chaves, 2004).

8
O CERTO

Contam os *ladrões* que, antes do PCC, disputas e desavenças resolvidas ‘na mão’, ‘na faca’ ou ‘na bala’ eram bastante comuns. Hoje em dia, no entanto, ainda segundo os *malandros*, o que mais fazem é debater sobre o que é o *certo*, seja nas ocasiões que eles próprios chamam de *debates*, descritas no capítulo anterior, seja nas mais corriqueiras (que aqui também chamarei de debate, embora sem a marcação em itálico). Foi em uma dessas conversas acerca de um assunto bastante trivial que, em resposta a ‘mas isso tá errado...’, um preso exclamou: ‘Errado tá no seguro!’. O *seguro* a que ele se referiu diz respeito a um espaço carcerário destinado a presos cujas vidas correriam perigo se permanecessem no *convívio* com outros *ladrões*. Nas *cadeias do PCC*, os presos do *seguro* são os *coisa*, aqueles que são *oposição*, os que ‘não correm com o Comando’ e ‘não estão do lado do certo’ ou que ‘não correm pelo certo’. São, em suma, aqueles que ‘não estão em sintonia com o Comando’ e, por conseguinte, não participam dos movimentos que o compõem. Se, como dizem os *malandros*, ‘o certo é um só e não passa por errado’ e se ‘errado tá no seguro’, isso levaria a afirmar

que o *certo* está no *convívio*. Por isso a reação do preso diante da sugestão de que ele estava errado.

Se não há espaço para o errado nos movimentos que compõem o PCC, o que dizer, então, dos incessantes debates cotidianos acerca do *certo*, travados para se chegar a ele? Maurício, o preso que reagiu exclamando que 'errado tá no seguro', pretendia, segundo ele próprio, alertar o outro prisioneiro a tomar 'cuidado com suas palavras'. Afinal, se estão no *convívio*, estão todos 'correndo pelo certo'. Isso não implica, contudo, que estão todos certos. 'O cara pode vir com uma ideia equivocada, mas o certo sempre prevalece', explicou Maurício. Nesses termos, *errado* não é exatamente aquele que não é *certo*, mas, sim, quem não 'corre pelo certo'.

Por isso, nesses debates cotidianos, raramente os *ladrões* colocam as coisas em termos da dicotomia certo e errado (o alerta de Maurício foi nesse sentido, de evitar essa dicotomia). Neles, como nos *debates* descritos no capítulo anterior, há choques de *ideias*, em que umas prevalecem sobre as outras e aquele que, no início, defendia uma *ideia* como sendo o *certo* não consegue sustentá-la. Mesmo assim, raramente essa pessoa 'passa por errado' a ponto de ir para o *seguro* (na prática, isso o deixaria mais populoso que o *convívio*). Isso porque, em primeiro lugar, as *ideias* se transformam no decorrer do debate e a *situação* que dele resulta é um arranjo de movimentos apreendido a partir do ponto de vista de todos os participantes (cf. capítulo 7). Em segundo lugar, o *certo* aparece menos como um atributo que pode ser conferido a alguém do que como um método. Nunca se diz que 'ele é o certo', mas, sim, que 'ele tá pelo certo'. Ainda que um *ladrão* lance uma *ideia* que não se sustenta como *certa*, isso não é concebido como algo que o torne *errado*. Afinal, o mais importante é seu empenho em chegar ao

certo, demonstrado pela primazia que confere às *ideias* e consequente disposição para o *debate*. Isso mostra que ele ‘tá pelo certo’.

Se o *certo* está mais no método que no predicativo, isso faz com que, por um lado, um *ladrão* que recorra à violência para resolver as *situações* passe por *errado* (ainda que outros *malandros* considerem que ele estivesse ‘na sua razão’) e, por outro, aquele que resolva tudo nas *ideias* seja considerado como alguém que age *pelo certo* (ainda que defenda uma *ideia* que posteriormente seja considerada equivocada). Assim, *errado* não é quem não é *certo*, mas quem ‘não corre pelo certo’. E ‘correr pelo certo’ é ‘estar na ética’ ou ‘na disciplina’. A seguir, abordarei o que os *ladrões* entendem por ética e *disciplina* para, então, apresentar as noções de *justiça* e de *lei* na *malandragem*. Como veremos, todas elas não só giram em torno do *certo*, como também são as bases que o sustentam.

8.1. Ética-disciplina

Em um dos primeiros dias em que estive na Favela Cadência, Murilo perguntou se eu gostaria de ‘dar um rolê pela quebrada’, para conhecê-la. Disse que Lúcio me levaria. Aceitei o convite e o acompanhei. Eu já havia andado pelas vielas daquela *quebrada*, mas esperava conhecer algo novo, ter a oportunidade de conversar melhor com Lúcio e, quem sabe, conhecer outros *correrias*. Com efeito, naquela breve caminhada, presenciei três circunstâncias bastante distintas em que a noção de *disciplina* (ou de ética, já que para os *ladrões* são termos intercambiáveis) foi acionada.

A primeira ocorreu quando Lúcio contava histórias sobre como era a *quebrada* ‘na época dos malandrões’[109]. Em determinado momento da nossa caminhada pelas vielas, encontramos Dona Nívea, que me

foi apresentada como uma das primeiras moradoras do local. Estimulada por Lúcio, ela passou a participar da conversa e relatou que, ‘naquela época, não podia nem olhar pros *ladrões* que tomavam conta da favela’. Disse que qualquer reclamação tendia a desencadear atos violentos, que qualquer queixa poderia resultar em retaliações, inclusive com a expulsão do morador do seu barraco. Ela, então, ilustrou o que dizia com o caso de seu vizinho, que fora expulso por um desses *malandrões*, mas readquiriu o direito ao seu barraco quando o PCC chegou na *quebrada*. Nesse momento, Lúcio se afastou para conversar com outro rapaz que passava por ali e Dona Nívea continuou:

> Hoje em dia os meninos têm o maior respeito com nós, moradores. Às vezes, por exemplo, eles abusam do volume do som. Daí eu já chego neles e eles me tratam na maior humildade, pedem desculpas e abaixam o som. Eles têm educação, a disciplina deles, né? Dependendo do caso, falo com o Murilo, que sempre resolve meus problemas. Que nem na época que a polícia tava vindo direto aqui na favela e eu pedi pra eles não ficarem mais aqui do lado. É que eu não quero envolvimento com esses negócios de crime, sabe? Então eles respeitam. Me respeitaram e nunca mais se juntaram pra conversar aqui do lado. E eles me ajudam bastante também. Essa laje que eu bati na minha casa, foi eles que pagaram. São muito bonzinhos, respeitosos. Não tenho do que reclamar.

Lúcio voltou e nos despedimos de Dona Nívea. Ele comentou:

> Viu só? Naquele tempo a situação era outra, não tinha disciplina. Era tudo na faca, na bala. Cobravam água, luz, tudo dos moradores. E ai de quem reclamar! Não tinha respeito. Qualquer fita já chegavam intimidando, dando tapa na cara, mostrando arma. Hoje ninguém mais anda armado, a não ser quando precisa, mas é raro. Porque tudo hoje se resolve na ideia. E o morador fica mais tranquilo também, porque ele sabe que nóis tem uma ética e não vai expulsar ele do barraco sem mais nem menos. Porque nóis age pelo certo.

Percebi que, embora ele estivesse conversando com o rapaz a cerca de dois metros de Dona Nívea e de mim, Lúcio estava atento à nossa conversa. Aproveitei para perguntar sobre como foi que o PCC entrou na *quebrada*, ao que ele respondeu: 'Naquela época a situação era outra. Tinha os malandrão que explorava a população, que humilhava. Com eles, não tinha ideia, foi na guerra mesmo. Uma pá de nego morreu naquela época. O bagulho foi doido, mas o certo prevaleceu'. Nessa primeira circunstância em que me deparei com o acionamento da noção de ética, Lúcio distinguiu três *situações* diferentes na *quebrada*, que se sucederam uma à outra. A primeira dizia respeito à 'época dos malandrões', em que não havia *disciplina*. Essa foi a *situação* apreendida pelos *ladrões* que decidiram *somar com o Comando* e *lutar* pela expansão do PCC. Cabe destacar que, se por *situação* é possível depreender uma apreensão de um arranjo de movimentos a partir de um ponto de vista, a *situação* apreendida a partir do ponto de vista dos *ladrões* expulsos ou mortos inevitavelmente seria outra, como Marques e eu apontamos em outra ocasião (Biondi e Marques, 2010). Mas, segundo avaliação dos que 'corriam com o PCC', ali não havia *disciplina* e o *certo* deveria prevalecer, mesmo se fosse necessário travar uma guerra. Nessa segunda *situação*, relativa à 'época das guerras', andar armado, fazer emboscadas e matar os inimigos era *o certo*. Afinal, os movimentos que a compunham comportavam uma oposição à *disciplina do Comando*. A terceira *situação* exposta por Lúcio diz respeito aos tempos atuais, de hegemonia do *Comando*, em que os movimentos que a compõem são carregados por sua *disciplina*. Nessa *situação*, mais do que um objetivo, *o certo* se tornou um método presidido por uma ética que, respondendo sempre aos *ideais do PCC*, prioriza as *ideias*.

Isso me fez enxergar como essa priorização das *ideias* foi definitiva para que 'uma chance de vida' fosse dada a um morador de outra *quebrada*, o Parque Harmonia, em uma circunstância de expansão do PCC. Ao caminhar com o *irmão* Rubens pela *quebrada*, passamos em frente a um bar e ele cumprimentou, de longe, um dos homens que estavam sentados à mesa tomando cerveja. A respeito de outro homem que estava no bar, Rubens comentou:

> − Esse aí teve que largar o crime pra ficar aqui na quebrada.
> − Ele colava com os coisa? – perguntei.
> − É, ele somava com eles – Rubens confirmou.
> − Então nem todos foram expulsos ou morreram... – comentei.
> − O Comando dá oportunidade, doutora. Se o cara não matou ninguém, se não fez nada grave, o cara vai ter uma oportunidade. Mas pra ficar, ele teve que largar o crime e virar trabalhador. E tá sempre sendo observado, porque tem que andar na disciplina.
> − Na disciplina do Comando, mesmo não sendo mais do crime? – perguntei.
> − É... Todo mundo aqui anda na disciplina. Mas ele a gente fica mais de olho, porque sempre tem o receio dele ainda querer seguir a disciplina de antes – respondeu Rubens.

Com isso, Rubens mostrava que, se anteriormente aquele homem compunha movimentos opositores à *disciplina* do PCC, hoje, para permanecer na *quebrada*, precisou 'largar o crime' e, adicionalmente, 'andar na disciplina'. Sua fala explicitou também algo que já era bastante claro para mim: a ética do *Comando* é vivida por todos os moradores da *quebrada*, não só por quem 'é do crime'. Para alguns, como o antigo opositor ao *Comando*, ela aparece como algo que deva ser vivido. Para outros, contudo, a adesão a ela não aparece como obrigação. Pelo contrário, esses mesmos *moradores* cobram os *irmãos* quando avaliam que eles estão fugindo da *disciplina*:

> Tem uma família aqui do lado que tá passando necessidade. O que os irmãos de qualquer outra quebrada fariam? Pelo menos compareceriam com uma

> cesta básica. Alguma ajuda, né? Mas os daqui tão totalmente sem ética. Eles não tão nem aí pra população. Resultado: nós aqui fizemos uma vaquinha pra comprar uma cesta básica. Mas não vai ficar assim. Porque é eles que deveriam dar essa atenção. Já falei pra eles. Senão a quebrada vai ficar malvista. Vão achar que aqui não tem disciplina.

Mais uma expressão utilizada por Rubens chamou minha atenção. Refiro-me à 'disciplina de antes'. Isso, à primeira vista, contradizia a afirmação de Lúcio de que 'naquele tempo não tinha disciplina'. Perguntei, então, a outro *malandro* se há (ou havia) algo a que os 'ladrões das antigas' (de épocas anteriores ao PCC) ou os *coisa* dão (ou davam) o nome de *disciplina* (ou ética). Ele respondeu: 'Olha só... Eles já tinham um proceder, mas era uma outra disciplina'. De fato, o *proceder* entre os que se opõem ao PCC ou entre os 'ladrões das antigas' já foi abordado por Marques (2009). Entretanto, como mencionei na introdução, esses *ladrões* não fazem parte do escopo da minha pesquisa. Isso me leva a reformular minha dúvida: o que leva os *malandros* a atribuírem uma *disciplina* à *oposição* ao PCC ou ao que havia antes da *disciplina do Comando*?

Essa reformulação me fez lembrar de outro momento do meu trabalho de campo. Assistia a um noticiário na companhia de um *irmão* e a matéria em pauta enfatizava a seguinte declaração do governador do Estado de São Paulo: "Quem não reagiu está vivo". Ele fazia referência ao assassinato, cometido por policiais paulistas, de nove suspeitos de participarem de um *debate*[110]. Diante da frase do governador, o *irmão* comentou: 'Pronto, o governador deu o aval. Agora é que a polícia sai matando mesmo! Porque... O que ele falou? A polícia matou nove e ele falou que é isso mesmo. Agora segura a matança... Você vai ver, doutora'. Como afirmei anteriormente (capítulo 6), uma das maneiras pelas quais se dá um *aval* é dizendo 'é isso mesmo', uma expressão de concordância.

Mesmo sabendo que a segurança pública do Estado de São Paulo opera em outras bases que não na do *aval* (e, consequentemente, dos movimentos, das *ideias* e das *situações*), o *irmão* fez uma leitura da fala do governador de acordo com o seu modo de produção de conhecimento. Com isso, ele elaborou uma *situação* sobre a qual lançou considerações e previsões de movimentos futuros, de *consequências* das palavras do governador.

Isso me fez enxergar outras ocasiões nas quais os *ladrões* fazem operações analíticas baseadas no seu modo de produção de conhecimento com relação a assuntos não estritamente (ou não originalmente) ligados ao *crime*. Isso vale para o que o *irmão* Rubens chamou de 'disciplina de antes'. Vale também para a fala de Lúcio. Embora tenha afirmado não haver *disciplina* naquela época, sua análise se baseou nas *situações* que ele elaborou: 'A situação era outra'. As falas de ambos, contudo, destacam a existência de uma *disciplina* própria ao *Comando*, inexistente (ao menos dessa maneira) em uma época anterior, que prioriza as *ideias*.

Ainda hoje, entretanto, há regiões nas quais os *malandros* dizem não haver *disciplina*. Isso me foi mostrado na segunda circunstância em que a noção de ética foi acionada durante a caminhada que realizava na Favela Cadência em companhia de Lúcio. Depois de nos despedirmos de Dona Nívea e comentar a 'época dos malandrões', Lúcio perguntou se eu queria conhecer a *cracolândia* de lá. Aceitei. Entramos em algumas vielas, passamos por outra *biqueira* e, quando as casas deram lugar a uma região de matagal, ele anunciou que chegávamos ao nosso destino. Estávamos na periferia da favela. Entramos na pequena mata por uma trilha. Senti forte cheiro de detritos e esgoto e avistei restos de panos e lixo jogados no chão. Subimos um pequeno morro, em direção a

algumas pessoas que estavam lá, a quem Lúcio cumprimentou: ‘Boa tarde! Tô trazendo ela pra conhecer aqui, que ela tá escrevendo um livro sobre a comunidade’. Uma mulher, que preparava um cachimbo, fez uma careta para mim. Foi a única que reagiu à nossa presença. As outras pessoas não esboçaram nenhuma reação, pareciam nos ignorar completamente. Elas nem sequer voltaram seus olhares para nós. Algumas delas dormiam no mato, outras fumavam seus cachimbos e outras, ainda, permaneciam imóveis, com seus olhares fixos no vazio. Havia, ali, um rapaz muito bem vestido (de calça e camisa sociais, bem limpas), mas todos os outros vestiam roupas muito desgastadas e sujas.

A forma como fomos recebidos parecia menos uma expressão de apatia do que uma manifestação de que nossa presença gerava um desconforto para os que ali estavam. Decidimos voltar à favela. Lúcio parecia contente por ter me levado lá:

− Aposto que você nunca esteve num lugar assim, né?
− Nunca estive mesmo... É triste, né?
− Ninguém vem aqui. Até os irmãos, quando têm que vir, vêm armados. É que aqui não tem disciplina. Não se sabe o que eles podem fazer. Aqui não é a mesma ética da quebrada – disse Lúcio.
− E na quebrada não se fuma crack, né? – perguntei.
− Não! Eles só colam lá pra comprar e vêm usar aqui – respondeu.

Chegamos novamente à *biqueira*, que percebi estar estrategicamente localizada logo na entrada da favela. Dois homens que deixavam a mata quando chegamos estavam ali comprando crack. Lúcio confirmou minha suspeita: a localização da *biqueira* era uma forma de evitar o trânsito dos *noias* pela *quebrada*. ‘É que eles não têm disciplina’, explicou. Mais uma vez, deparei-me com duas afirmações aparentemente contraditórias, dessa vez provenientes

de um só *malandro*: ‘Aqui não é a mesma ética da quebrada’ e ‘eles não têm disciplina’. Mas, como no caso dos *malandrões*, as falas de Lúcio evidenciavam uma ética própria ao PCC que não alcança os *noias*.

Isso não quer dizer, contudo, que os *noias* não conhecem a *disciplina do Comando*. A esse respeito, a fala de um interlocutor de Rui (2012) é exemplar:

> Parecia conhecer quem, segundo ele, “corre com o crime”, mas insistia em se afastar, discursivamente, de tais pessoas: “Eu até respeito os irmãos, peguei cadeia, conheço muitos, conheço as ética, mas não é a minha não. Sou mais livre, meio bicho solto” (: 262).

Resistir à ética do *Comando* não é necessariamente confrontá-la. Não há confronto possível ou desejado entre os *noias* e os que ‘correm com o Comando’ porque não há sequer a pretensão de incluí-los nem a de aniquilá-los. Diferentemente, eles são mantidos à distância, mas a uma distância que os permita tanto chegar à entrada da favela para comprar crack quanto circular e até residir na *quebrada*, desde que o consumo da *pedra* não ocorra ali. Ou ao menos aos olhos da *população*, como no Parque Harmonia, onde o *irmão* Rubens cedeu um barraco seu aos *noias*. Além disso, como mencionei anteriormente (capítulo 7.2), os interlocutores de Rui (2012), a quem a *malandragem* qualifica como *noia*, colocam esse termo como uma *situação*, uma “situação-noia”. Assim, a relação dos *noias* com a *disciplina do Comando* nada tem a ver com a dos *malandrões*. Não há, nesse caso, uma disputa que possa levar à guerra. Isso porque não há *noias* a serem vencidos, mas uma ‘situação de noia’, com a qual cabe a cada usuário lidar.

Embora ao consumo de *pedra* os *malandros* atribuam sua forma mais extremada, existem variadas maneiras de se tornar *noia*: por

meio do consumo de crack, de cocaína, de bebidas alcoólicas. A questão pertinente à *disciplina* não é a substância ou a opção pelo seu consumo, mas o controle de si na interação do usuário com a substância e, subsequentemente, a interferência dos efeitos do consumo nas situações vividas por ele. Não se vê problemas, por exemplo, no alto consumo de cocaína. São muitos os relatos em que os *malandros* se gabam pela quantidade que foram capazes de consumir e, ainda assim, se mantiveram *na disciplina*. Nessas ocasiões, eles ostentam, por um lado, a fartura do consumo e, por outro, sua capacidade de permanecerem no controle de suas *situações*. Nesse sentido, os *malandros* ponderam que o problema não é o uso nem a fartura; a questão está em 'saber usar'. Como argumentou um *ladrão*, 'ninguém colocou uma arma na cabeça do cara e obrigou ele a comprar, a usar droga. Ele foi porque ele quis. O problema é que tem que saber usar, senão fica desgovernado... Daí fica sem disciplina'.

Assim, quando o consumidor perde o controle sobre si, ele deixa de ser responsável pelos seus próprios atos, perde sua dignidade, sua hombridade, seu *proceder*, ele deixa de ter *disciplina* e, nesse momento, se torna um *noia*. Como argumentou um *ladrão*:

> Quando a droga frita o cérebro do cara, ele já não tem mais discernimento do que tá certo. Eles roubam até a mãe... Não dá pra falar que ele vai correr pelo certo porque, pra ele, em primeiro lugar vem a droga... É pela pedra que ele corre... E ele vai fazer qualquer fita pela pedra.

Os "trecheiros" e "pardais" etnografados por Martinez (2011)[111] também apontam o descontrole como o grande problema relacionado ao consumo de álcool (: 104) e de crack (: 111). Tanto para eles quanto para os *correrias*, o uso de drogas não é avaliado em termos de certo e errado, de permitido e proibido. Entretanto, se para os primeiros o prejuízo principal do descontrole está

relacionado à falta de cuidado de si (Martinez, 2011: 112), para os *malandros* ele se expressa na incapacidade de os usuários de drogas 'andarem na disciplina', ao impedir que eles *corram pelo certo*. Nesses termos, se por um lado a *disciplina do Comando* não impõe restrições quanto ao consumo de entorpecentes, por outro, os efeitos desse consumo podem afastar os usuários da *disciplina*.

Se a primeira circunstância sob a qual me deparei com a questão da ética do Comando durante minha caminhada revelou como a *disciplina* está associada à primazia das *ideias*, a segunda circunstância fez aparecer a importância de se conduzir apropriadamente os movimentos. Se falta *disciplina* aos *noias*, é porque o descontrole impede que eles elaborem, avaliem e conduzam as *situações* com discernimento e contribuam ativamente na dinâmica das *ideias*.

Retorno, agora, ao meu passeio pela *quebrada* para apresentar a terceira ocasião em que a ética foi mencionada. Depois de conversar com alguns *correrias* que estavam na *biqueira*, Lúcio e eu entramos em outra viela. Ele me conduziu a um lugar da favela onde os barracos ainda eram feitos de madeira[112].

> − Você nunca tinha vindo pra cá, né? – perguntou Lúcio.
> − Teve um dia que eu vim, com o Giovani, que trabalha lá no centro espírita – respondi.
> − Ah! Deus está do meu lado e eu estou com ele! – exclamou Lúcio, fazendo o sinal da cruz.
> − Mas lá não é umbanda...

Avaliei que sua reação advinha de uma concepção corrente entre os *correrias* de lá, que viam o centro espírita como um terreiro. Certa vez, um deles me perguntou se 'rola uns tambores lá', e eu o levei para conhecer o centro (que já está na região há décadas). Depois disso, nunca mais esse *correria* tocou no assunto, mas minha

impressão era de que eles não faziam muita distinção entre kardecismo, umbanda e candomblé, mas nutriam especial rejeição às religiões afro-brasileiras. Por isso tentei desfazer o mal-entendido, mas fui interrompida por Lúcio, que confirmou minhas suspeitas ao fazer novamente o sinal da cruz com as mãos, enquanto dizia:

> − Cada um, cada um, mas Deus está comigo e eu com ele! Tô fora dessas fitas de macumba!
> − Lá não é fita de macumba, não. Aliás, hoje em dia não se vê muito essas coisas de macumba, né? – perguntei, apropriando-me da expressão a que ele se referia às religiões afro de modo a fazer prosseguir a conversa.
> − Ah, tem... Os irmão tudo têm o corpo fechado.
> − É verdade?
> − É... Tudo os irmão – confirmou Lúcio.

"Fechar o corpo" é um procedimento realizado no candomblé com a intenção de protegê-lo (Sansi, 2009). A informação de que os *irmãos* recorriam a essa prática parecia ir de encontro à rejeição que pareciam ter com relação às religiões afro-brasileiras. Isso me fez lembrar de uma conversa que tive com Maria e Eugênio (mencionados em outros trechos do livro), quando ela me contou que um dos *irmãos* da *quebrada* estava 'fora do ar' porque tinha 'feito a cabeça' e estava 'de resguardo'. "Fazer a cabeça" é, segundo Goldman (2009), um complexo ritual de iniciação no candomblé no qual as divindades são "feitas ao mesmo tempo que são feitas as pessoas dos próprios iniciados, aqueles que deverão ser possuídos pelas divindades por ocasião de cerimônias específicas" (: 119). Embora também seja chamado de "fazer o santo", não diz respeito exatamente à produção de uma divindade, pois elas, "como as pessoas, *já existem antes de serem feitas* – ainda que, claro, não existam da mesma maneira" (: 120). Nesse sentido, "fazer a cabeça" consiste em "compor, com os orixás, um

santo e uma outra pessoa" (: *id.*). Esse ritual requer um período de 'resguardo', aquele pelo qual passava o *irmão*, segundo Maria. 'Ele tem que tomar muito cuidado pra nem trombar com a polícia, porque é muita negatividade, estraga toda a feitura' – disse Maria. Afirmei que achava estranho não ver mais religiões afro manifestadas dentro das cadeias, e Eugênio, que tinha saído da prisão havia poucos dias, comentou: 'Na cadeia não pode. Eles falam que não é lugar pra isso. Já vi nego apanhar até o santo subir de novo!'. Na ocasião, comentamos o quanto isso parecia incoerente e assumimos nossa incapacidade de entender como alguém iniciado no candomblé seria capaz de impedir as manifestações dessa religiosidade quando na cadeia.

Minha conversa com Lúcio reforçou o que eu via ainda como uma incoerência, ainda mais ao confrontar sua declaração ('os irmão tudo têm o corpo fechado') com as práticas religiosas de outros *irmãos* que conheci, frequentadores assíduos de cultos em igrejas evangélicas[113]. Como Velho (1997) alerta a respeito da pentecostalização, o fundamentalismo "está mais nos olhos, ouvidos e interpretação linear – ingênua e acusadora ao mesmo tempo – dos próprios observadores, crentes em uma realidade literal anterior às narrativas" (: 142). O autor vê no neopentecostalismo movimentos de dissolução de dualismos e essencialismos em uma constante disputa de posições. Essa abordagem, com atenção ao "terreno das contingências" (: *id.*), ajuda a enxergar de outra maneira, que não a da contradição, os *irmãos* com o 'corpo fechado' frequentando igrejas opositoras declaradas de práticas religiosas afro-brasileiras[114]. Mesmo assim, para tentar entender melhor como essas práticas conviviam, argumentei:

> − Mas me disseram que se baixar o santo na cadeia os caras descem a madeira.

− Ah, é que o santo não baixa mais hoje em dia. Eles fecham o corpo, mas não tem mais esse negócio de baixar santo – explicou Lúcio.
− Mas isso não é da religião? – indaguei.
− Não, hoje tem uma ética. Não pode deixar o santo ficar baixando na hora que quer.

A ética aparece, nessa conversa, como algo que, embora por si não imponha restrições com relação às preferências religiosas, coloca o *malandro* no controle de suas manifestações. Ele deve ser mais forte que o santo e, assim, decidir quando ele pode se manifestar e quando essa manifestação é inapropriada. Em suma, o *malandro* não pode ficar à mercê do santo. 'O ladrão tem que ter postura' – disse um *irmão*. Essa mesma 'postura' faz com que muitos presos homossexuais optem por cumprir suas penas em *cadeias de oposição*. Boldrin (2014), que desenvolve pesquisa junto às *monas* (presos homossexuais) na Penitenciária José Parada Neto, em Guarulhos, menciona que nessas cadeias elas dizem ter mais liberdade para manifestar a sua sexualidade.

O intenso controle de si exigido para a manutenção da *postura* aparece como tema recorrente entre os *ladrões*, para quem as emoções podem ser prejudiciais quando se pretende 'agir na disciplina'. É o que procuram expressar quando alertam alguém cujas emoções consideram obstruir sua *visão* e, por conseguinte, prejudicar as resoluções ou procedimentos que almejem o *certo*: 'Chega devagar, companheiro, senão vai bater o carrinho de pipoca. Controla suas emoções!'. Aos *irmãos*, a quem cabe 'dar o exemplo', adverte-se inclusive que sua família não pode ser empecilho para sua dedicação ao *Comando* (que, como afirmam reiteradamente, 'está em primeiro lugar', 'acima de tudo').

Nesses casos, a *disciplina* aparece intimamente relacionada com a *postura*, cuja manutenção requer que se evite interferências de

fatores considerados estranhos ao movimento na condução de suas dinâmicas. Nesse sentido, nada pode se sobrepujar à *disciplina*. Tanto religião quanto opção sexual, emoções e laços afetivos são encarados como ameaças à apropriada condução das *situações*, uma vez que remetam ao que chamariam de outras éticas. Um *malandro* resumiu a questão em *poucas palavras*: 'Não pode misturar os assuntos'.

As três menções que Lúcio fez à *disciplina* durante nossa caminhada pela favela remeteram-na à primazia das *ideias*, à importância de se conduzir apropriadamente os movimentos e de se evitar fatores considerados externos ao *crime*. Todas essas três referências apontam para a busca pelo *certo*. Em primeiro lugar porque, se a ele se chega por meio das *ideias*, elas próprias indicam o *certo*. Em segundo lugar, a condução apropriada dos movimentos, na mesma medida em que é considerada *o certo*, é um meio para alcançá-lo. Em terceiro lugar, o *certo* está na *disciplina do Comando* e não em qualquer outra.

Desse modo, a ética permeia *o certo* a ponto de só existir em conjunção com ele, mediante amplo controle sobre qualquer fator que desvie, afaste ou desvirtue a busca pelo *certo*. Embora essa noção de disciplina esteja longe de ser irradiada a partir de um centro gerador ou de estar nas mãos de um detentor, embora ela percorra as capilaridades não só da *malandragem*, mas das *quebradas*, e, finalmente, embora ela una de uma forma inédita elementos que já podiam ser notados antes de seu surgimento (como já mostrou Marques, 2009, 2012 e Feltran, 2013), a *disciplina do Comando* não pode ser confundida com o conceito homônimo trabalhado por Foucault (1996 [1975]). Em primeiro lugar, porque responde a problemas diversos daquelas que exigiram o surgimento

das “disciplinas” – e do indivíduo – no século XVIII. Em segundo lugar, porque a *disciplina do PCC* não diz respeito à fabricação de corpos dóceis e úteis nem ao duplo sistema de gratificação e sanção e, tampouco, ao controle de indivíduos por meio de mecanismos de exame. Ademais, é importante insistir que ética e *disciplina* são, para os *ladrões*, termos intercambiáveis e intimamente relacionados com a noção de *proceder*, cuja associação com o conceito de “poder disciplinar” (Foucault, 1996 [1975]) é, com razão, rechaçada por Marques (2009):

> A utilização dessa noção para explicar acontecimentos específicos, intimamente relacionados ao universo empírico por mim delimitado, configuraria aquilo que há de mais anti-foucaultiano. Além disso, seria ignorar a própria gênese de sua construção e sua íntima relação com acontecimentos regionais específicos; seria conceder-lhe um caráter universal, quiçá um estatuto de metáfora holística. Eu até cedia em falar sobre uma disciplinarização dos corpos submetidos ao regime do “proceder”. Contudo, definia terminantemente: a noção de poder disciplinar não parece dar conta das especificidades das relações que atravessam o “proceder”. (: 16)

O argumento de Marques (2009) com relação ao *proceder* se adéqua perfeitamente às noções de *disciplina* e ética, cuja correspondência com os conceitos homônimos trabalhados por Foucault (1996 [1975]; 1998 [1984]) só se realizaria em um procedimento antifoucauldiano. Ademais, a intercambialidade entre ética e *disciplina* é permitida no movimento porque aqueles que o compõem obedecem a práticas de conhecimento não submetidas a qualquer tradição acadêmica. Para eles, importa ser *do crime*, pois isso consiste na expressão de sua adesão à ética do *Comando*, uma ética que também é *disciplina*.

Com efeito, como procurei descrever, ética e *disciplina* estão intimamente ligadas ao modo como os *ladrões* conduzem suas existências: suas relações consigo mesmos e com os outros, seja

no que toca o consumo de entorpecentes, atividades sexuais, uso da violência ou atividades financeiras. Entretanto, muitas vezes a *disciplina* diz respeito não aos *malandros*, mas a um espaço, um tempo ou um agrupamento de pessoas: naquele tempo tinha *disciplina*, ali não tem ética, esses caras andam na *disciplina*. Num ou noutro caso, ela remete sempre ao *certo*, ao mesmo tempo que opera pela sua sustentação. Em contrapartida, o *certo* delineia a ética, ao mesmo tempo que é uma forma de exprimi-la. É por isso que, para os *ladrões*, estar *pelo certo* é o mesmo que estar *na disciplina*.

Contudo, o *certo* nunca é definido de antemão. Ele é sempre perseguido, estabelecido, expresso por meio de *ideias* e mediante cada *situação*, cada guinada de movimento. Essa busca é bastante nítida nos *debates* descritos no capítulo anterior. Se ali procurei distingui-los dos tribunais, ao focar a busca pelo *certo* surge algo que, aparentemente, os aproxima: a noção de *justiça*. No entanto, como veremos a seguir, essa noção se distancia substancialmente da Justiça estatal que orienta os tribunais.

8.2. Justiça

Uma *cartilha* de *conscientização* que circulou pelas prisões no fim de 2006 é um raro registro escrito e sistematizado das autorreflexões que percorrem os movimentos que compõem o PCC. Um registro escrito, mas cuja divulgação se valeu da oralidade: fora lida nos centros dos pátios das prisões a que tive acesso, além de ser transmitida também via telefone. Uma das seções da *cartilha* é dedicada à exposição do significado de cada termo do *lema* que oferece um norte para a *disciplina* do PCC:

> Nosso lema “Paz, Justiça, Liberdade e Igualdade”.

Paz. Tudo começou e nasceu no cárcere após 1992, com o fato mais bárbaro, cruel e covarde, o massacre contra os presos que foi a morte de “111” presos no Carandiru, SP, por policiais militares a mando do governo e segurança pública de SP. Paz em qual sentido? É só lembrarmos e analisarmos o antes e o agora, para sabermos o sentido dessa Paz. O antes, fora **as injustiças e opressões que todos os presos enfrentavam pelo órgão de segurança e administração do sistema**, os presos também enfrentavam a violência, os abusos, as covardias e safadezas por parte de outros presos. “A lei do mais forte”, “quem pode mais chora menos”, estupros e assaltos, espancamentos, extorsões, agressões e guerra entre quadrilhas. A maior parte desses abusos, conflitos e covardias era gerada em consequência da droga (crack), mas o principal motivo mesmo era a ignorância, a falta de conscientização da luta. Antes você chegava na prisão, **fora as injustiças da “justiça” que você tinha que superar**, você tinha que lutar dia a dia pela sobrevivência e moral, arriscando-se a matar ou morrer a todo instante. Hoje, através da paz (no Crime – cárcere), as facas se transformaram em gancho para fuga, o crack foi expressamente proibido nos presídios, **os presos “malandrões”** que cometiam os assaltos, extorsões, estupros e conflitos foram assassinados e outros foram mandados para cadeia de seguro e **estão fora do crime que corre pelo certo** (jurados de morte). Essa foi uma das nossas primeiras revoluções no Crime e em prol de todos. Por isso a importância da paz e seu significado no sistema penitenciário.

Justiça. A justiça é o combate de lutas pelos nossos direitos, pelo nosso respeito e por tudo que no crime é certo e justo. É a luta pela conquista de nossos espaços, respeitando para ser respeitado. O retorno do aprendizado, do amadurecimento, com a contribuição espontânea de corpo, alma e coração para nossa causa, é o reconhecimento pela luta justa que acreditamos e vivemos.

Liberdade. A libertação dos dominadores e das injustiças. Liberdade é pela porta da frente ou pela porta dos fundos. É o nosso principal objetivo, o que todos nós dentro do cárcere almejamos dia e noite. “Ganhando” a liberdade e estando na rua, lutaremos para não perdê-la.

Observação: essas três palavras são fortes pilares como lema para seguirmos em frente e muitos já foram sacrificados no combate por esse lema.

Em um breve resumo, a união já existia e seria muito mais espontânea se as antigas diretrizes virassem o idealismo da causa em prol de todos, para construção de dias melhores. Mas em vez disso o que eles queriam era se

> aproveitarem de sua lealdade e do dinheiro para uso próprio. E essa ganância e egoísmo só poderia levar a um caminho, o caminho da divisão de pensamentos e atitudes. E como não poderia ser diferente ou de outra forma, **o certo venceu e prevaleceu** e foi a partir dessa divisão que a família criou a nossa principal "Revolução" para o Crime em geral, plantando também como lema a palavra "Igualdade".
>
> **Igualdade** é o significado consolidado e espontâneo dessa união que temos hoje já conquistado. Significa o crescimento de todos, os trabalhos da família funcionando como engrenagem rotativa de ajuda e assistências a todos de visão, amparo para os presos e familiares, e o **reconhecimento pela Luta e pelo Crime certo e justo**. E é esta igualdade que de forma extraordinária nos trouxe essa união que tanto nos fortalece para a sobrevivência e superação. A igualdade também significa a valorização da vida humana (no crime). Porque foi através dela que foi conquistado o direito de falar e ouvir, a oportunidade de expor o certo e a verdade, o errado e a mentira e, mesmo assim, para se tirar uma vida, só por motivo de natureza grave, como traição e pilantragem.
>
> Essa parte que foi exposta foi para dar o significado do Lema que seguimos: "Paz, Justiça, Liberdade e Igualdade".[115] (grifos meus)

A transcrição integral dessa seção da *cartilha* é motivada pela complementaridade que as *ideias* que compõem o *lema* têm umas em relação às outras. A noção de *justiça*, particularmente, embora constitua um dos pilares do *lema*, está presente também nas exposições de significados de todos os outros *ideais*.

Na *cartilha*, é possível notar dois arranjos de movimentos para os quais a *ideia* de *justiça* se volta. O primeiro reúne a Justiça Estatal, as decisões e os aparelhos a ela associados, a que a *ideia* de *justiça* ora reage e se opõe ("injustiças da 'justiça'"), ora se vale de suas prerrogativas ("lutas pelos nossos direitos"). Nesse ponto, é importante notar como ações ou aparelhos estatais passam a compor movimentos que, por sua vez, compõem o PCC. Dali, incitam o surgimento de novos movimentos, tensionam decisões, moldam *ritmos*, imprimem rumos. É como se eles fossem engolidos pela

dinâmica do *Comando* e, como resultado, acabassem fazendo parte da formação do movimento (afinal, sem se preocupar com limites prescritos, os movimentos que compõem o PCC incorporam tudo o que lhes é pertinente ou imperativo).

Contudo, ao focarmos a maneira pela qual a *justiça* se volta ao seu homônimo na *cartilha* acima, vemos uma flagrante diferença conceitual: enquanto a Justiça Estatal está intimamente ligada a um sistema de leis, direitos e penalidades, a *justiça* se configura como uma *luta*. Com isso, ela se distancia, em primeiro lugar, do deslizamento de uma suposta matriz conceitual "justiça" que faria dela uma variação ou ressignificação desta. Em segundo lugar, ela difere da formulação de um sistema de leis, direitos, obrigações e sanções próprios que formariam as bases para a regulação das relações sociais ou para a solução de conflitos[116]. Assim, a *justiça* que compõe o lema do PCC e sobre a qual a *cartilha* acima discorre não é uma reposição da Justiça Estatal. Não se trata de uma "rearticulação da linguagem de direitos e justiça" em que "falam sobre justiça e direitos e descrevem os abusos aos quais são submetidos em termos similares aos usados pelos relatórios de direitos humanos, mas tudo isso para justificar sua própria violência e abusos, seus crimes e suas crueldades", como afirma Caldeira (2006: 110). Trata-se, antes, de prerrogativas da Justiça Estatal, compondo movimentos que, arranjados em *situações* ancoradas na *ideia* de *justiça*, ensejam uma *luta*. Essa *luta*, por sua vez, não se opõe à Justiça Estatal, mas reivindica o cumprimento das suas leis.

Quando a *justiça* é acionada para falar da Justiça Estatal, geralmente o discurso é dirigido exclusivamente à *sociedade*. Durante a realização da minha pesquisa, percebi que, em *situações* em que eu era vista como alguém que escreveria sobre o que me

era dito e levaria isso à *sociedade*, o que aparecia era um vocabulário humanista e legalista, que fazia referência às más condições do sistema carcerário, ao abandono do qual diziam ser vítimas e ao sofrimento que lhes era imputado. Procuravam, com isso, sensibilizar o ouvinte nos próprios termos dele – os da lei e do direito – e buscar apoio para suas *lutas*. Afinal, esse tipo de demanda requer necessariamente conexões com a *sociedade* para que as *ideias* tenham um maior alcance.

Vimos, assim, que a *ideia* de *justiça* presente na *cartilha*, quando voltada à Justiça Estatal, é incorporada ao movimento ao mesmo tempo que dela se distingue e se distancia. Com efeito, a própria dinâmica que permite transformar tudo em movimento já é um diferencial entre elas. A noção de *justiça* geralmente se apresenta nesses termos quando se pretende propagar as *ideias* em direção à *sociedade*.

O segundo arranjo de movimentos aos quais a *ideia* de *justiça* se volta é o *crime*. A diferença desse arranjo com relação ao anterior ficou nítida para mim nas ocasiões nas quais meu protagonismo como 'escritora' não compunha as *situações*. Nesses momentos, a *ideia* de *justiça* se voltava para assuntos cujo destino não era a sociedade. Com isso, não requeriam conexões externas, seja para transformá-las em movimentos, seja para propagar *ideias*. O uso mais corriqueiro do termo *justiça* se dá nessas ocasiões, quando voltado ao *crime*. Nesses casos, a *luta* não é mais por direitos em uma fala direcionada à *sociedade*, mas pelo *certo*, que só diz respeito aos que compõem o movimento. Afinal, como afirmei na seção anterior, estar *pelo certo* é o mesmo que estar *na disciplina*.

O caráter de *luta* que reveste a *ideia* de *justiça*, bem como seu contraste com a noção que envolve um sistema de leis, direitos,

obrigações e penas (já apontados acima, quando essa *ideia* se volta à Justiça Estatal), ficam ainda mais evidentes nessas buscas incessantes pelo *certo*. Isso porque os movimentos que compõem essas *situações* não são estáveis como os códigos legais ou consolidados como as próprias instituições da Justiça Estatal. Pelo contrário, como procurei mostrar ao longo do livro, cada um deles é passível de ser alterado, bloqueado, rechaçado ou até anulado no decorrer das sucessivas transformações pelas quais passam as *situações* em uma *luta* pelo *certo*.

Esse caráter de *luta* da noção de *justiça* expressa na *cartilha* fica ainda mais nítido em dois casos já abordados neste livro que retomarei a seguir, agora com foco na noção de *justiça* direcionada ao *crime*. O primeiro diz respeito ao *debate* sobre as maquininhas, descrito no capítulo anterior. Como mencionei, Wando levou ao *debate* a *ideia* mediante à qual a retomada dos caça-níqueis era o *justo* e que, nesse sentido, o *certo* seria que as devolvessem para ele, pois seu furto fugia à ética do Comando. Nesse caso, é possível notar como a ética orienta a concepção do que Wando enxerga como o *certo*, como ela atua como um norte para a busca do *certo*. Este, por sua vez, diz respeito ao que conduz ao *justo* (no caso, a retomada das máquinas), ao mesmo tempo que é, ele próprio, o método que expressa a *justiça* (‘tudo hoje tem que debater’) ao levar em conta todas as *situações* apresentadas. Assim, mais do que estar imbricada na ética que orienta o *certo* e no resultado obtido quando ‘o certo prevalece’, *justiça* é o nome da *luta* por “tudo o que no crime é certo e justo” (como expresso na *cartilha*), da *luta* capaz de extrair efeitos tanto de uma declaração de princípios quanto dos objetivos postulados (presentes no mesmo documento), efeitos cotidianamente vivenciados por todos os que compõem o movimento.

Isso não quer dizer que haja uma forma definida ou definitiva do que é *justiça* (ou *justo*). Não há nada inscrito em leis ou assentado em códigos, como ocorre na Justiça Estatal. Isso fica nítido quando se observa como a *malandragem* maneja a noção de *radical*. Uma interlocutora, por exemplo, atribuiu a justeza de um *irmão* por ele ser *radical*: 'Com ele não tem historinha, não tem ideia. O que é certo, é certo e não admite erro. Ele é radical e cobra mesmo! Não é que nem aqueles irmãos que deixam a quebrada largada e daí ninguém respeita mais, vira uma bagunça'. Entretanto, o radicalismo de alguns *irmãos* na *cobrança* da *disciplina* foi criticado em outra *situação*: 'Eles foram autoritários. Não pode ser assim, tão radical'. A esse respeito, um *irmão* de outra *quebrada* afirmou:

> Não é bom ser radical, porque quem é radical é cobrado de forma radical também. Então se eu sou radical hoje com ele e amanhã acontecer alguma fita, ele já vai querer me cobrar de forma radical. Então vai que envolvem meu nome em alguma fita. E o cara já tá com raiva de mim porque no passado eu cobrei ele de maneira radical. O que esse cara vai fazer? Ele vai aproveitar e querer que eu seja cobrado de maneira radical também. Entendeu? Por isso que eu prefiro sempre conversar, ouvir todos os lados, dar conselho, ser justo e correto.

Se o *radical* 'não admite nenhum erro' e move suas forças para *aplicar*, *manter* e *cobrar* a *disciplina*, e ainda assim ele nem sempre é visto como o mais *justo*, é porque a *justiça* de que falam não está assentada em códigos ou em bases legais, mas, sim, no *certo*. Orientado pela ética, o *certo* nunca é predefinido, pois sua definição é intrínseca às *situações* a que diz respeito. Ele é o objeto da *luta* que a *malandragem* chama de *justiça*.

Para deixar esse caráter de *luta* ainda mais claro, sigo para o segundo caso já mencionado neste livro e que retomo com foco na noção de *justiça*. Como expus no capítulo 5.5, uma interlocutora

comentava as dificuldades de falar ao telefone com seu marido, preso em uma cadeia onde só havia dois telefones. Nessa conversa, entretanto, ela disse algo, para mim, surpreendente. Afirmou que essa dificuldade em falar com seu marido foi superada quando o celular do *jet* quebrou. Como sua afirmação me causou estranheza, perguntei:

> − Como assim?
> − É que o outro celular era de um irmão que só usava pra namorar. Quando o do jet quebrou, ele tentou vender o aparelho pro jet por 30 mil.
> − Trinta mil? – interrompi, espantada com o valor.
> − É, menina. Lá é caro. É que a cadeia é tranca dura e é difícil entrar radinho. Custa caro mesmo. Mas o jet disse que a cadeia tava sem caixa. Você acredita que a cadeia tá sem caixa?
> − Ah, imagina!
> − Então! O jet deu essa ideia e depois falou pro cara: “Olha, você tá querendo extorquir logo o Comando? Só usa o telefone pra ficar namorando e eu cheio de responsa pra resolver, tem que chegar nos terminal e você namorando no telefone”. O jet de lá tem mesmo muita responsa pra resolver. Ele fica em contato direto com os terminal, resolvendo uma pá de fita. Se ele fica sem telefone, a cadeia fica fora do ar. Não pode. Daí o jet chegou no irmão: “Não é justo você, que já tá pra sair, querer vender o celular que você só usa pra namorar, e eu que resolvo uma pá de fita do Comando, que tô em sintonia direta com os terminal, ficar fora de área. Isso é extorsão, você tá extorquindo o Comando. Não é justo!”.

Essa história se conecta em alguns pontos, ora pelas semelhanças, ora pelo contraste, com outro caso relatado para mim. Nele, *irmãos* usaram desse mesmo argumento para ficarem com o telefone de um preso. Entretanto, o preso (que também só usava seu aparelho para namorar) levou a *ideia* adiante, acionou outros *irmãos* e eles disseram aos *irmãos* presos: ‘Vocês tão querendo extorquir o menino? Isso não é justo!’. Quando me contaram isso como exemplo de que ‘o Comando não extorque ninguém’, argumentei que, em outro caso, consideraram *justo* que o celular ficasse com o

jet. Depois de dizerem que ‘o preso tava certo, não tinha nada que ceder o telefone pro irmão’, discutimos essa questão por algum tempo e, finalmente, perguntaram se o preso em posse do celular era *irmão*. Diante da minha resposta afirmativa, concordaram que o *jet* havia sido *justo*: ‘Se o maluco é irmão, tem mais é que fazer uma pelo Comando. O que não é justo é o jet extorquir um companheiro’. Isso vai na direção do argumento do próprio *piloto* (segundo minha interlocutora): ‘O jet falou que o celular não era pra uso próprio, era pra resolver fita do Comando e que ele, que é irmão, tinha que fazer uma’.

Se *justiça* é a *luta* pelo que é *certo* e *justo* e isso nunca é definido de antemão, é possível abordar *justiça* como a própria busca pelo *certo*, o que implica, nas palavras dos *malandros*, estar *pelo certo*. Cada *situação* oferece um *certo* que se lhe adequa e, por serem as *situações* originadas de pontos de vista, o *certo* varia também conforme o ponto de vista adotado. Com efeito, se o *irmão* que detinha o celular não levou a *ideia* adiante para efetuar a venda do aparelho, foi porque ele *abraçou a ideia* do *jet* e considerou *justo* ceder o telefone. Minha interlocutora, por sua vez, a partir do seu ponto de vista, considerou *justa* outra atitude do *jet*:

> Daí o celular ficou com o jet, que usa pras responsas das sete da manhã até as seis da tarde. Depois disso, ele dá o celular pra população poder usar. Mas como é muito preso lá – pique CDP –, cada um fala só cinco minutos por semana. Justo, né?.

A *justiça* à qual ela se refere não se restringe a essa espécie de confisco do telefone para uso do *Comando*, mas ao compartilhamento do aparelho por toda a *população* da cadeia.

Esses vários *certos* e *justos* encontrados ao nos deslocarmos de um ponto de vista a outro não contradizem a afirmativa de que ‘o certo é

um só', reiterada repetitivamente na *malandragem*. Isso porque o *certo* não referencia uma realidade última que, embora apreendida sempre parcialmente, seja alvo de esforços para a maior – e mais correta – apreensão possível. Ele só existe no interior de cada *situação* e a ela se referencia. É dessa posição que, na *malandragem*, se afirma que 'o certo é um só'. Na busca pelo *certo*, não é ele o modificado. O que muda é a seleção dos movimentos que compõem a *situação* debatida, à medida que se muda, também, o ponto de vista adotado. A busca incessante pelo *certo* em cada uma dessas *situações*, nesse sentido, traduz a *luta* expressada pela noção de *justiça*.

Ao retomar, com foco na noção de *justiça*, dois casos abordados anteriormente neste livro e somá-los a outros materiais que a eles se conectavam, procurei evidenciar o caráter de *luta* dessa noção. Vimos, assim, que quando a *justiça* está voltada ao *crime*, ela diz respeito a uma *luta* incessante pelo *certo*, nunca definido de antemão porque condicionado à composição das *situações*. Essa noção de *luta* permanece quando a *justiça* é acionada para falar da Justiça Estatal. Entretanto, nesse caso, sua atenção é destinada não mais ao *certo*, mas ao cumprimento de suas próprias leis e direitos, ainda que a maneira pela qual isso se realiza expresse uma diferença conceitual patente entre as duas noções de *justiça*. Com isso, procurei mostrar que o *certo* não é presidido por leis, códigos ou regulamentos exteriores às próprias *situações* que o definam. Estar *pelo certo*, vale insistir, é o mesmo que estar *na disciplina*, e ambos são o resultado da *luta* incessante expressa pelo termo *justiça*. Nesse sentido, as noções de *disciplina* (ou ética), *justiça* e *certo* estão não só imbricadas umas nas outras como se constituem mutuamente. Para abordar essa mútua constituição, discutirei a

seguir o que os *malandros* chamam de *lei do crime*, uma *ideia* cuja existência está intrinsecamente relacionada a essas outras noções.

8.3. Lei do crime

Afirmei acima que o *certo* não é definido, normativo ou codificado. Entretanto, há um documento que, muitas vezes, serve de referência ou de suporte, um documento no qual os *ladrões* se apoiam. Trata-se do *estatuto* ou, como eles o chamam, o *papel*. Ele é recebido por quem é *batizado*, quando trava um 'compromisso com o Comando' e assume a responsabilidade não só de seguir suas orientações como, principalmente, de agir *pelo certo* e de acordo com a *disciplina*. Essa *responsa* é sublinhada quando afirmam que o 'irmão deve ser exemplo'. Afinal, como procurei mostrar anteriormente (em especial no capítulo 6) com relação aos avais, suas palavras são vistas como as palavras do próprio PCC.

Uma das ocasiões nas quais o *estatuto* foi mencionado durante minha pesquisa foi quando uma das moradoras do Parque Harmonia afirmou que 'aqui só tem o Rubens de firmeza. Os outros irmãos não têm humildade', e Rubens imediatamente ponderou: 'Mas não tem essa, não. Tem que ser humilde, tá no nosso papel!'. Não há, no *estatuto*, uma referência explícita à *humildade*. Poder-se-ia dizer que o *irmão* não conhece adequadamente o *estatuto*. Entretanto, ele não só o conhece bem como também sabe que a *humildade* é condição para a *justiça*; ela faz parte da *disciplina do Comando*, explícita no texto do *estatuto*. Mais do que isso, ela é *o certo*. A *humildade* não precisa, para ele, estar escrita ou disposta em termos de códigos. Nesses termos, sua ponderação evidencia que o *papel* de modo algum corresponde a um código legal ou, simplesmente, a uma lei. Diz respeito a uma *disciplina*, uma *justiça*

e, como expressa um trecho do *salve* que acompanha o novo *estatuto* do *Comando* (já mencionado no capítulo 5), à *lei do crime*:

> Nós revolucionamos o crime impondo, através da nossa união e força, que o certo prevaleça acima de tudo. Com nossa justiça, nós nos tornamos a lei do crime e todos nos respeitam e acatam nossas decisões por confiarem em nossa justiça. Nossa responsabilidade se torna cada vez maior, porque somos o exemplo a ser seguido.

Nesse trecho, vemos que *lei do crime* não é outra coisa senão o próprio PCC que, por sua vez, na *malandragem* é o próprio *crime*. Em consonância a essa correspondência, uma das passagens de Marques (2009) aborda a "lei do crime" como o *proceder* (: 77). Nesse sentido, para os *ladrões* a que me refiro neste livro, *lei do crime* pode ser entendida como PCC, *proceder* ou, simplesmente, *crime*; nenhum sentido jurídico lhe é atribuído. O *papel*, como o *salve*, não tem qualquer status de lei, mas se sustenta na mesma base do *certo*, da ética: sobre *ideias* que carregam os movimentos e cujos arranjos compõem *situações*. Mesmo quando práticas legais ou estatais são incorporadas ao fluxo dos movimentos, a partir desse momento em que são capturadas, elas passam a se mover com os outros movimentos, a compor *situações*, se articular com *ideias* e, por conseguinte, fazer parte do PCC.

Não há espaço, nessa configuração, para que a noção de lei que permeia o regime estatal se estabeleça, opere e vigore, ainda que transmutada em *lei do crime*. De um lado, temos o entrelaçamento de Estado, Lei e Capitalismo, mostrado por Foucault ao longo das genealogias que elaborou (1996 [1975]; 2007 [1979]; 2008). De outro, vemos a ligação entre *ideias*, movimentos, *sintonias*, *debates*, *situações*, *justiça*, ética, a *lei do crime* e o próprio PCC. Um só ocorre com o outro e em meio a todos os outros. Cada qual oferece as condições de possibilidade para a existência dos outros.

Obviamente, como mostra Foucault (2002 [1973]), há elementos presentes no sistema judiciário que já existiram em outras formações sociais (como a prova, o inquérito e a autoridade externa às partes do conflito), assim como há, no PCC, elementos que podem ser encontrados alhures (nos *debates*, como descrevi no capítulo 7, são levados em conta testemunhos e provas audiovisuais que deem suporte à *situação* explanada). No entanto, a formação resultante – de um lado, as formas jurídicas e, de outro, a busca pelo *certo* – é inovadora na articulação desses e outros elementos. Afinal, dizem respeito a modos distintos de produção de conhecimento que não se restringem a produções de verdade.

Se, como procurei indicar ao longo deste livro, o PCC elabora e opera outra prática de conhecimento que não a estatal[117] e se lei é uma prática discursiva que aparece no seio do regime que a produz, não convém afirmar que ele opere leis tal como as concebemos, no interior de um sistema jurídico vinculado a um jogo de forças, de relações de poder, descrito por Foucault (2002 [1973]). Nesse sentido, o PCC não substituiu as leis estatais, não as subverteu nem criou leis para suprir eventuais lacunas deixadas pelo Estado. Do mesmo modo como os *debates* não são tribunais, como o que chamam *disciplina* se distingue das abordagens acadêmicas sobre o tema, como a *justiça do crime* se distingue da estatal, suas *leis* diferem do que conhecemos por lei. Afinal, acompanham outros modos de produção de conhecimento. Por isso, reitero, não se trata também de um "pluralismo jurídico" que oporia uma lei maior a uma lei menor ou, ainda, a uma variação da maior pela menor (cf. capítulo 5). O uso do termo *lei* na *malandragem* só poderia confirmar a reprodução do modelo jurídico estatal no PCC quando descolado de todas as bases que o sustentam. Do contrário, ele só pode ser encarado como metáfora, cujo uso evidencia a

necessidade de aproximar diferenças muito patentes[118]. Assim, quando os *integrantes* do PCC falam sobre a *lei do crime*, não estão atribuindo ao termo o mesmo estatuto que as forças estatais lhe atribuem. Ao encarar seu uso metafórico e levar a descrição adiante, encontramos um arranjo social que não opera na chave jurídica, em que não existe um código ou leis e punições prescritas àqueles que não a obedecem, em que para cada transgressão haveria uma punição. Sequer existe, como num regime disciplinar, um conjunto de normas cuja observância conduzisse a práticas de correção apropriadas e fixas. O que existe é um debate incessante sobre o que é *o certo* e sobre como conduzir suas existências *pelo certo*.

Neste capítulo, procurei mostrar como as noções de ética, *disciplina*, *justiça*, *luta*, *lei* e *certo* estão inter-relacionadas. Se não apresentei uma definição precisa para cada uma delas, isso se deve ao próprio modo como operam, todas em movimento e em mútua constituição. Em minha tentativa de descrevê-las, procurei deixar claro não só que uma solicita a outra como também que todas elas repousam sobre as bases móveis das dinâmicas das *ideias*.

109 Como afirmei no capítulo 1.3, os *malandrões*, típicos de épocas anteriores ao PCC, são figuras que se opõem aos *malandros*.

110 A mídia impressa também noticiou amplamente o ocorrido. Ver, por exemplo, Rodrigues (2012).

111 Ao evitar classificar seus interlocutores como “moradores de rua” (nominação na qual eles próprios não se reconheceriam), Martinez (2011) traz para o centro de sua pesquisa as “trajetórias de rua” (: 32).

112 Se na década de 1980 os barracos eram caracteristicamente de madeira, atualmente as construções de alvenaria são predominantes.

113 O caso notável de um *irmão* do PCC que também é “irmão da igreja” é trabalhado por Marques (2013). Algumas reflexões incipientes sobre o tema foram apresentadas em Biondi (2008; 2012) e foram levadas adiante por Galdeano (2014).

114 Sobre essa oposição, ver Almeida (2009).

115 Quando soube da circulação dessa *cartilha* pelas prisões, solicitei uma cópia aos presos, que atenderam ao meu pedido. É importante destacar que esse não é um documento secreto, de acesso privilegiado, até porque foi lido pelos presos em pleno pátio das cadeias. Na digitação do trecho acima, mantive os caracteres presentes no original (particularmente o uso de aspas), pois em outras ocasiões da minha pesquisa, quando presenciei o ditado de cartas-denúncia sobre condições de encarceramento, notei o cuidado que os *ladrões* tinham de manter, por meio das aspas, o destaque de certas palavras e expressões.

116 É importante mencionar que tanto a noção de “sensibilidades jurídicas” quanto a de “pluralismo jurídico” repousam sobre a base do relativismo cultural e, nesse sentido, as ideias de direito e de leis (que fundamentariam a ideia de justiça) seriam universais, embora concebidas, percebidas, sentidas ou gerenciadas de acordo com os “saberes locais”. A respeito de “pluralismo jurídico”, ver, por exemplo, Kuper & Smith (1969), Moore (1978, 2005), Merry (1988) Rouland (1995), Geertz (1998 [1973]), Kant de Lima (2010), Cardoso de Oliveira (2010). Marques (2007) apresenta uma proposta interessante para escapar, por um lado, do relativismo e, por outro, do idealismo: a realização de uma antropologia da jurisprudência.

117 É importante destacar que dificilmente se encontra uma definição cuidadosa a respeito do termo “estatal”. Sua frouxidão e a decorrente exigência de análise acurada é abordada por Leirner (2012).

118 Essa questão se aproxima do problema da utilização de termos cognatos da língua para a qual são traduzidos, apontado por Herzfeld (1980) com relação à antropologia do mediterrâneo e destacados por Marques (1999).

Considerações finais
MISTURAS, CONEXÕES E CONSEQUÊNCIAS

Na introdução deste livro, apresentei algumas *situações*, chamadas por mim de cenas, para ilustrar o tipo de material com o qual lidei na minha pesquisa. Elas diziam respeito ao que imprensa e especialistas chamaram de "onda de violência de 2012" e mostravam as dissonâncias dessa "onda". Na primeira cena, enquanto muitos homicídios eram noticiados, a *quebrada* seguia seu *ritmo* habitual. Indagado se esses assassinatos estariam sendo cometidos por policiais, um *irmão* respondeu: 'Se tão colocando na conta da polícia, tá bom'. A segunda cena mostrava como meu plano de trabalho de campo foi abortado em virtude da chegada de um *salve* relativo a confrontos entre policiais e PCC. Até então, 'a quebrada estava normal', embora a imprensa noticiasse que uma "onda de violência" fora iniciada há vinte dias. Na terceira cena, ocorrida uma semana após a segunda e em outra *quebrada*, o *salve* já havia perdido sua validade (de quinze dias), embora a imprensa continuasse informando a persistência da "onda de violência". A quarta cena, por sua vez, tratava de uma *quebrada* da qual, para

não receber o *salve*, os *irmãos* evadiram. Ainda assim, segundo noticiado pela imprensa, um policial fora assassinado na região. A quinta cena dizia respeito a uma *quebrada* onde as mortes de policiais foram atribuídas por um *irmão* à revolta de 'um cara ou outro', e não a um *salve* do *Comando*. Na introdução, também citei o interrogatório de um *ladrão* que foi preso na época, feito por policiais e transcrito em uma reportagem. O interrogatório tinha como assunto o fluxo de *salves* divergentes e, como afirmei na introdução, poderia constituir uma cena adicional às outras apresentadas.

Afirmei, na introdução, que tive dificuldade de assimilar essas cenas, a mesma dificuldade enfrentada diante do material etnográfico coletado para este livro, nada diferente, em termos de coerência, das cenas apresentadas. A escrita de todo o livro foi acompanhada pelo desafio de conciliar dados tão díspares, que pareciam se contradizerem uns aos outros, e dispô-los na forma de um texto acadêmico. Isso requisitou uma abordagem que desse conta de contradições insolúveis, de um PCC que funciona por aporias sustentadas por termos e expressões lábeis. Afirmei, finalmente, que um tratamento analítico das cenas expostas na introdução só seria possível após as descrições realizadas ao longo do livro e que esse tratamento, portanto, seria apresentado nas considerações finais. Assim, se na introdução desprovi o leitor de qualquer acalento analítico frente a cenas tão desconcertantes, foi porque todo um livro precisava ser escrito para enfrentá-las.

Ao longo desse livro, procurei descrever vários elementos que, em comunicação uns com os outros, nos fazem enxergar as cenas de uma nova perspectiva, não mais como contraditórias, desconexas ou dispersas. Como anunciei na introdução e procurei mostrar nas páginas subsequentes, todas as noções que nomeiam as partes e

capítulos só funcionam umas com as outras ao se requisitarem e se remeterem, em constante comunicação. A seguir, evocarei algumas delas a fim de retomar e pontuar os argumentos expostos, de modo a articulá-los com as cenas apresentadas na introdução.

Movimento

Poucas foram as ocasiões nas quais ouvi os *malandros* chamarem o PCC de movimento. Entretanto, como argumentei no capítulo 3, essa foi a *brecha encontrada* para explorar analiticamente o próprio PCC. Em vez de tentar preencher lacunas de modo a colmatar o que eu mesma concebia como uma falta em relação a um todo, procurei entrar nas *brechas*, ali me instalar e trabalhar nelas. Como busquei mostrar, essa tomada de posição, inspirada na própria *malandragem*, é exclusivamente metodológica e não implica em qualquer compartilhamento moral ou identitário, mesmo porque o movimento tende a dissolver qualquer unidade desse tipo.

Do interior do movimento, vi que, longe de constituir uma unidade monolítica, o PCC não só comporta como também é constituído por vários movimentos que apresentam diversas formas, calibres, velocidades e rumos. Pessoas, *situações*, *radinhos*, relações afetivas, *ideias*, *lutas*, vidas, mortes, *quebradas*, transações comerciais, não há restrições quanto ao que pode compor os movimentos. Mas essas composições são sempre momentâneas. Se os movimentos ganham vida com esses elementos, eles logo os deixam para acoplar outros elementos que passam a compô-los, não sem imprimir seus rastros. Ademais, eles não se conformam a espaços ou a intervalos de tempo, pois não têm origem nem fim definidos. Em decorrência disso, o *Comando* não se limita às

trajetórias das pessoas, mesmo às dos *irmãos*, nem permanece confinado em redutos.

No intenso fluxo de movimentos simultâneos constituintes do PCC, eles se cruzam, convivem, disputam, se acoplam, tensionam uns aos outros. Isso leva cada um que transite pelo seu interior não só a compor simultaneamente vários movimentos como também a saltar constantemente de um a outro. De cada uma das posições assumidas nesse fluxo, emerge um ponto de vista singular. Nenhuma perspectiva é idêntica à outra: os movimentos vistos por um estão ocultos para outros e vice-versa. Nesse trânsito, é inevitável que movimentos sejam perdidos de vista ao mesmo tempo que outros apareçam. Isso não quer dizer, entretanto, que eles só sejam apreensíveis fragmentária ou parcialmente. Pois partes e fragmentos só fariam sentido em relação a um todo que supostamente um dia compuseram, do qual se desprenderam ou ao qual estão submetidos. Diferentemente, os movimentos não são uma unidade natural pronta a ser apreendida, parcialmente ou em sua totalidade, seja por mim, seja por meus interlocutores. Eles são exatamente o que os diferentes pontos de vista são capazes de apreender. Assim, a composição, o formato e a extensão adquiridos pelo movimento dependem do ponto de vista adotado.

Portanto, não há no PCC caminhos definidos rumo a uma missão ou objetivo comum por meio dos quais as coisas concorram, todas juntas. Não há, em uma palavra, teleologia. Tampouco há unidade, organização, estruturação. Sob essa ótica, as cenas expostas na introdução nada tinham de visões parciais de um todo ou de informações cheias de lacunas, pois a composição do movimento depende ela própria da perspectiva adotada. Se ele não tem origem nem fim definidos é porque ele é exatamente o que se faz dele a

partir da visão que se tem desse e de outros movimentos, ou melhor, do arranjo que compõe as *situações*, como procurei mostrar na terceira parte do livro. Dessa forma, meus interlocutores não expressavam outra coisa senão o movimento como vislumbrado por eles próprios quando, simultaneamente, o compunham. Se, a despeito de como é percebido, ele só ganha existência graças a quem o constitui, é possível ver o movimento como o resultado de um jogo de forças, de tensionamentos constantes decorrentes dos esforços dos *malandros* em imprimir rumos que lhes pareçam mais favoráveis. Nesse sentido, não só a "onda de violência" como também cada movimento que a compôs podem ser pensados como resultados desses esforços, desses jogos de força.

Ideias

Se os movimentos são tão fugidios a ponto de passarem pelos *malandros* e seguirem a perder de vista, de não obedecerem a restrições espaciais ou a limites temporais, de aceitarem o que a ele se acoplar sem qualquer prescrição, como é possível tentar conduzir seus rumos? Em primeiro lugar, cabe lembrar que a *malandragem* compõe o movimento ao mesmo tempo que confere a ele existência. Em segundo lugar, entre tudo o que pode se movimentar, há um elemento invariavelmente presente: as *ideias*.

Mas elas são mais do que apenas um entre os elementos ou componentes do movimento. As *ideias* chegam a se confundir com ele. Como procurei descrever na parte II, a diferença entre eles é que o movimento é a *ideia* somada a tudo o que ela mobiliza, permite ou com o que a ela se acopla. Se, invariavelmente, os elementos moventes vêm acompanhados (ou à reboque) das *ideias*, elas são a todo momento criadas, produzidas e mobilizadas pelos

ladrões a fim de manter, nutrir, conduzir, fortalecer, propagar, alterar os movimentos.

Durante minha pesquisa vi que, na *malandragem*, a noção de *ideia* nada tem a ver com pensamento, formulação ou invenção. Nunca se diz ‘eu tive uma ideia’. Somente quando se tornam manifestas, elas passam a ganhar existência, e apenas quando se desprendem de seus locutores e tomam rumos diversos aos deles (quando se tornam movimentos) as *ideias* passam a ter importância na *malandragem*. Em outras palavras, elas só existem quando em fluxo pelo mundo, quando compartilhadas. Nesse ponto, elas passam a ser, ao mesmo tempo, centros de convergência de forças que disputam seus rumos e as fontes que oferecem direção e conferem atributos aos movimentos. Desse modo, elas assumem uma existência própria: sem deixar de ser resultado das forças que incidem sobre elas, são também capazes de constranger essas forças. Além disso, se por um lado as *ideias* não têm vínculos profundos com seus locutores, por outro elas se vinculam a todo e qualquer um que as manifesta, que as fazem *repercutir*. Em vez da noção de autoria, as *ideias* são acompanhadas por uma noção de responsabilidade. Cada um que as manifesta se torna responsável por elas. As *ideias*, nesse sentido, passam a ser também de responsabilidade de quem a proferiu. Assim funcionam os avais, como foi visto no capítulo 6. *Ideias* que são, cada um que os profere assume a responsabilidade por eles. Já os *salves*, por sua vez, são *ideias* atribuídas ao *Comando*, independente de quem o *repercute* ou como isso ocorre.

Durante todos os anos de realização da pesquisa sobre o PCC, percebia que *ideias* um dia tratadas como *de mil grau* no outro dia simplesmente desapareciam. Neste livro, pude abordar esses

desaparecimentos como resultados das forças empenhadas para fazer *ideias morrerem*, para enterrá-las. Isso evidenciou também o esforço dos *ladrões*, descrito no capítulo 4, para mantê-las ativas, para fazê-las vencer, para fortalecê-las, mas também as estratégias implicadas na (e para) sua desativação e retomada. Mas vi também que o desaparecimento de uma *ideia* ocorre quando ela deixa de ser *repercutida*. Isso porque, se as *ideias* ganham importância a partir da sua manifestação, é com sua *repercussão* que elas se mantêm vivas. Para tanto, é indispensável que esforços sejam engajados nesse sentido. Afinal, nenhuma *ideia* sobrevive por inércia. Nem mesmo o próprio PCC, que, nesse sentido, obedece a essas mesmas dinâmicas. Como as *ideias*, do mesmo modo como o PCC referencia cada um dos movimentos (e, por conseguinte, cada uma das *ideias*), é também incessantemente alimentado ao passo que é expresso nas falas e nas ações mais triviais, mais cotidianas. Ou, como procurei descrever na minha dissertação (Biondi, 2010), em sua imanência. Cada *ideia* no interior do movimento obedece a essa mesma dinâmica. Depois de lançada, *repercute* quando os *malandros abraçam*-na e a manifestam. Para que ela permaneça viva, é necessário fortalecê-la, ou seja, fazê-la *repercutir*. Por outro lado, há formas de desativar *ideias*, colocando-as *no gelo*, ou fazê-las desaparecer, *enterrando*-as ou, simplesmente, se empenhando para que ela deixe de *repercutir*.

Sendo assim, não é de se estranhar que o *salve*, como *ideia* que é, se movimente de maneiras tão diferentes nas cenas apresentadas na introdução. Os *irmãos* que fugiram do *salve* na cena 4, por exemplo, evitaram a chegada de uma *ideia* a eles, de modo a conduzir os movimentos dos quais participam por rumos mais favoráveis a eles. Na cena 2, as *ideias* passaram a *repercutir* quando já haviam morrido na cena 3. Nas cenas 1 e 5, a *ideia* nem

chegou. No depoimento do *ladrão* preso veiculado na imprensa, por sua vez, é possível notar sua *luta* para fazer ‘o certo prevalecer’ em uma *situação* na qual enxergava distintas *ideias*. Tratava-se de *ideias* cuja diferença advinha justamente da sua *repercussão*, sempre mediante um *ritmo*.

Ritmo

Se a existência das *ideias* está condicionada à sua *repercussão*, cada vez que expressadas elas recebem as marcas tanto da ocasião na qual isso ocorre quanto daquilo que mobilizam para comporem um movimento. Ademais, sobre elas incidem forças que influenciam sua manutenção, transformação, fortalecimento; ela é o resultado desses embates. Disso decorre que, em primeiro lugar, as *ideias* sempre comportam mudanças; trazem consigo a possibilidade sempre iminente de transformação. Em segundo lugar, as manifestações das *ideias* não ocorrem sem imprimirem nelas suas condições situacionais.

Como descrevi no capítulo 4, a cada manifestação, a *ideia* é revestida pelas condições situacionais nas quais ocorre e, por conseguinte, sofre uma variação com relação à manifestação anterior. Isso faz com que até as *ideias* mais gerais, como a *Paz*, a *Igualdade* ou o próprio PCC, recebam as marcas das condições locais de sua manifestação e variem de acordo com essas condições. Às variações apresentadas, os *malandros* denominam *ritmo*, nome dado também às próprias condições que revestiram a *ideia* e fizeram-na variar. *Ritmo*, assim, diz respeito tanto às condições particulares que se acoplam às *ideias* quanto à variação resultante, que passa ela própria a compor a nova *situação* que pode fazer outras *ideias* variarem.

É impossível realizar mapeamentos de *ritmos* porque eles podem dizer respeito a *quebradas*, a regiões dentro das *quebradas* ou a união de várias delas, a cadeias, a tipos de prisões (CDPs, penitenciárias, semiabertos), a pavilhões, a celas ou mesmo a filas formadas pelos visitantes. Podem também fazer referência a diferentes épocas ou a perspectivas (econômicas ou sociais, por exemplo). Diz-se até que cada *malandro* tem seu *ritmo* e, junto com sua companheira, formam outro. Desse modo, além do *ritmo* não ser uma unidade natural, não há formações preestabelecidas a recebê-lo; elas são sempre provisórias, existentes apenas à medida que a elas se refere.

As cenas expostas na introdução ilustram muito bem a (co)existência de *ritmos* muito variados, particularmente entre as *quebradas*. O *ritmo* da *quebrada* da cena 1 não só permanecia inalterado com a "onda de violência", como também durante um bom tempo desfavoreceu a chegada do *salve*, que se incorporou a ele (cena 2) somente após ter perdido a validade na *quebrada* referida na cena 3. A cena 5, por sua vez, expressa um *ritmo* em que as ofensivas dos *ladrões* aos policiais eram independentes de qualquer *salve*. Assim, essas variações não se devem exclusivamente ao modo pelo qual uma *ideia* é incorporada ao *ritmo* local, mas também a que *ideias* chegam a ele, ou seja, à chegada de algumas *ideias* enquanto outras não chegam. Afinal, estão nos próprios *ritmos* as condições de possibilidade para a chegada de uma *ideia*.

Além disso, como descrevi no capítulo 5, a possibilidade de *repercussão* de uma *ideia* está intimamente relacionada com o *conhecimento* dos *ladrões* que a proferem. Na *malandragem*, ter um *conhecimento* é, do interior do *corre*, estar conectado a muitos

outros *ladrões*, é nutrir relações com um grande contingente de *malandros*. Esse sentido de *conhecimento* está relacionado às conexões estabelecidas de modo a criar uma rede de relações o mais ampla possível. Esse *conhecimento* é o meio pelo qual as *ideias* são levadas adiante. Assim, se os *irmãos* de uma *quebrada* não estiverem entre os que compõem o *conhecimento* de quem está passando o *salve*, eles não a receberão imediatamente. Apenas após a *ideia* chegar a alguém que os tenha em seu *conhecimento*, estarão abertas as possibilidades para o recebimento dessa *ideia*. Talvez tenha sido esse o cálculo feito pelos *irmãos* que fugiram do *salve* na cena 4.

Quando partimos dessa perspectiva, é possível colocar em outros termos (que não os da falha, da desordem ou da falta de comando) as diferenças apresentadas nas cenas com relação à chegada e encaminhamento dos *salves*. Não se trata, assim, de uma estrutura falha, de uma ordem abalada ou de perda de coesão, mas, sim, de *ideias* que se movimentam por *ritmos* os quais variam com elas, mas também as fazem variar e constrangem os caminhos por onde *repercutem*. Essas diferenças expressam, sobretudo, uma forma singular de conceber e lidar com elas mesmas, cujo resultado é a multiplicação das diferenças.

Hierarquia

A dinâmica pela qual *ideias* se transformam ao se movimentarem por *ritmos* distintos e, ao fazê-lo, resultam em novas variações, pela qual cada conjunção de diferenças resulta em *situações* singulares (ou uma nova diferença), descarta definitivamente a definição de *salve* como ordem ou como expressão de relações de imposição e submissão. Na dissertação (Biondi, 2010), abordei de modo amplo a questão da hierarquia no PCC. Ali, procurei mostrar que, embora focos de hierarquia não parem de aparecer, antes de se consolidarem em relações de mando e obediência, são refreados, o que evita o estabelecimento de estruturas hierárquicas.

A concepção do PCC como um movimento e a dinâmica das *ideias* que o acompanha reforça esse argumento. Como procurei descrever no capítulo 4, as *ideias* – sempre imbricadas nos movimentos – assumem diferentes alcances, mobilizam mais ou menos pessoas, são objetos de *debates* com diferentes intensidades, sofrem variadas resistências, passam por momentos de estabilização e, no decorrer de todo esse percurso, podem definhar até sua morte ou ganhar força e permanência. Vimos ao longo deste livro, especialmente no capítulo 5, como essa dinâmica das *ideias* está relacionada com a projeção dos próprios *malandros* que nela se empenham. Ao ganharem força à medida que suas *ideias repercutem* e se *fortalecem*, estas *ideias* se revestem da força que os *ladrões* têm. Assim, não é raro ver que o *malandro* fortalecido pelas mesmas *ideias* as quais se empenhou em *fortalecer* assuma uma posição de destaque indissociável, por sua vez, de suas habilidades em lidar com as *ideias*. São esses os que conseguem impor seu *ritmo*. Mas essa imposição nada tem a ver com impor *ideias* e, sim, com a semeadura delas no âmago do *ritmo*

vigente. Como descrevi no capítulo 4, uma *ideia* precisa ser atraente e vantajosa para ser *abraçada* e, por conseguinte, *repercutida*. Para tanto, ela precisa ser *lançada* a partir das próprias condições situacionais correntes, ser interior às próprias circunstâncias nas quais se manifestam. Só *ideias* (feitas) imanentes ao próprio *ritmo* são capazes de alterá-lo. Afinal, *ideias* impostas são vistas como algo que não se convém *abraçar*; elas não *repercutem* nem se *fortalecem*. Essa dinâmica conduz à rejeição de qualquer relação de mando que por suposto indique a incidência de *ideias* exteriores às correntes.

Os *malandros* que se sobressaem aos outros, nesse sentido, não se destacam pela força bruta ou por estarem bem situados em uma suposta estrutura hierárquica. Pelo contrário, são aqueles cuja *visão*, *responsa* e *conhecimento* (descritos no capítulo 5) os tornam mais hábeis em fazer suas *ideias repercutirem* e se *fortalecerem*, ao mesmo tempo que o alcance e o calibre adquiridos por essas *ideias* os *fortalecem*. Para tornar as *ideias* que *lançam* imanentes aos *ritmos* dos que a *abraçam*, esses *malandros* estabelecem, com eles, *sintonia*. Encontram, entre a infinidade de movimentos disponíveis, um ou alguns com os quais possam se engajar. Não se trata, nesse caso, de compartilhar – ou partilhar, ou dividir – um mesmo movimento. Mas se *somar* a eles, estar junto, 'na mesma caminhada'.

Alguns *irmãos*, geralmente os que já demonstraram suas habilidades de levar suas *ideias* adiante, têm a *sintonia* como *responsa*. Nesses casos, sua *responsa* é intensificada: por ser alguém *de responsa*, assume *responsas no Comando* e, com isso, se tornam uma espécie de referência vetorial para os movimentos que compõem o movimento. A despeito do nome que elas recebam

(*disciplina*, *geral*, *frente*, *palavra*, *piloto*, *torre*, *terminal*, *final*, *sintonia*), essas *responsas* nunca denotam lideranças com poder de mando. Elas são pontos de convergência dos movimentos. Isso porque a visibilidade que acompanha o exercício das *responsas* resulta em uma grande densidade de movimentos em torno dos *ladrões* que as assumem. Quem está *na responsa*, nesse sentido, se engaja em múltiplos movimentos, tanto ao tornar suas *ideias* imanentes às *situações* (e não ordens externas a elas ou meras imposições) quanto ao ser um ponto de convergência dos movimentos atraídos por sua força. Esses *malandros* que estão *na responsa* estão também *em sintonia*, a ponto de serem, eles próprios, denominados *sintonias*.

A *sintonia*, nesse sentido, não consiste em uma homogeneização das diferenças ou em um poder exterior aos movimentos a lhes impor rumos. A noção de *sintonia* remete justamente ao engajamento nos mesmos movimentos, a estar na mesma *caminhada* sem, contudo, promover a identidade ou a homogeneidade. Ela é feita da *soma* de diferenças, cujo resultado não é outro senão outra diferença. Essa *soma*, diferente de uma partilha, permite que as *ideias* assumam diversas expressões e manifestações, resultados de suas transformações e adaptações, e se manifestem em diversos *ritmos*. Nesse sentido, *sintonia* não é uma relação exterior a termos preexistentes ou um elo entre os diversos *ritmos*; ela ocorre junto às conexões das quais os *ladrões* participam, às *somas* que realizam e aos *ritmos* nos quais se expressam. Ao mesmo tempo que produz e garante a preservação de diferentes *ritmos*, ela oferece as possibilidades para as *ideias* fluírem em meio a todas essas diferenças, em meio a uma infinidade de movimentos, ora os tensionando, ora os ignorando, ora os capturando, ora se instalando neles.

Assim, *sintonia* confere paridade às diferenças de *ritmos* ao permitir que as expressões da *hierarquia* do *Comando* não sejam outra coisa senão o resultado de *ideias* que fluem por incontáveis movimentos sem determinação prévia e cuja força e alcance variam de acordo com a *visão*, o *conhecimento* e a *responsa* dos intervenientes. Com isso, a *hierarquia*, no âmbito do PCC, não é disposta no espaço nem segue critérios geográficos. Ela se atrela às dinâmicas que envolvem as *ideias* e é absolutamente condizente com o fluxo de movimentos. Não há espaço, nessa dinâmica, para os *salves* serem concebidos como ordens. *Ideias* que são, eles só *repercutem* quando *abraçados* e só o são quando imanentes aos *ritmos* locais, por meio da *sintonia*. Quando *abraçados*, eles logo se incorporam ao *ritmo* vigente e sofrem, portanto, transformações.

Em nenhuma das cenas apresentadas na introdução vemos expressões dos sentidos mais comuns de hierarquia, seja como encadeamentos de mando e obediência, seja como ordem de importância ou de status, seja como disposição ou posicionamento das coisas em um todo. Em nenhuma delas, sobretudo, vemos o *salve* como ordem. Estar 'na ordem do salve correto', como expressou o *ladrão* citado na reportagem exposta na introdução, nada tinha a ver com seguir ordens, com relações de mando e obediência. Dizia respeito à *responsa* de cada *irmão* com relação ao *Comando*. Ainda mais porque, sem se atrelarem aos que o *repercutem*, os *salves* são concebidos como algo que é do *Comando*, conforme procurei mostrar no capítulo 6. Dessa maneira, aqueles que os recebem não os veem como mando de alguém, mas como uma *responsa do Comando*. A *sintonia* estabelecida no caso dos *salves* é, nesse sentido, a *sintonia* com o próprio PCC: o movimento a que se *soma* é justamente o *somar com o Comando*, como expus no capítulo 5. Mas nem por isso os *salves* deixam de

sofrer transformações e acomodações de acordo com os *ritmos* que os recebem. Daí a circulação de tantos *salves* divergentes durante a "onda de violência", sem que houvesse qualquer hesitação por parte dos *irmãos*. Afinal, todos enxergavam os *salves* que a eles se mostravam a partir da posição que assumiam no movimento. Para todos eles, o *salves* eram uma *responsa do Comando*, com o qual estavam *sintonizados*. A divergência entre eles não abalava, portanto, sua *sintonia com o PCC*.

A atenção à inexistência de uma figura hierárquica capaz de impor *ideias*[119] (já que a própria tentativa de imposição enfraquece o *ladrão*) ou de um centro de poder de onde partiria um único e inequívoco *salve*, bem como à dinâmica por meio da qual cada manifestação das *ideias* implica uma transformação (ao se acomodar e se incorporar ao *ritmo* local), faz com que não fiquemos mais tão perplexos com relação às disparidades apresentadas nas cenas expostas na introdução deste livro. A diversidade dos *salves* que circularam durante a "onda de violência" não expressava cisões ou divisões internas ao PCC, mas a composição de heterogeneidades, o engajamento de diversos *ritmos* nesse movimento, *sintonizados* pelo próprio *Comando*.

Lei

Essas bases móveis em que as concepções mais tradicionais de hierarquia não encontram morada também repelem a noção de lei, os modos de pensamento que a sustentam e o que dela deriva. Assim, da mesma forma que é absolutamente inadequado chamar os *debates* de tribunais (como argumentei no capítulo 7), é equivocado dar aos *salves* o estatuto de lei.

Como procurei descrever no capítulo 8, ainda que a *malandragem* tenha no seu léxico termos como *justiça* e *lei* (*do crime*), eles não são outra coisa senão um recurso metafórico que visa aproximar diferenças muito patentes. Isso porque, se de um lado vemos a ligação de Estado, Lei e Capitalismo em torno de práticas de conhecimento legalistas voltadas à regulação social (mostrado por Foucault ao longo das genealogias que elaborou), de outro lado encontramos a *luta* incessante pelo *certo* indissociável das noções de *justiça*, ética, *disciplina* e subsumida às dinâmicas dos movimentos e das *ideias*. Como afirmei acima, cada um desses termos não só remete aos demais como também só funciona com os outros, em meio a eles.

Nessa dinâmica, o *certo* nunca é definido de antemão: ele é formulado e expresso por meio de *ideias* e mediante cada *situação*, cada guinada de movimento. Não há um código que se inscreva sobre os movimentos nem uma ordem a ser mantida, mas um *certo* formulado sempre contingencialmente a se fazer prevalecer, como mostrei no capítulo 8. Assim, se o *certo* só ocorre no interior de cada *situação*, quer dizer, em cada arranjo de movimentos apreendido a partir de um ponto de vista, ele é suscetível a mudanças a cada mirada, a cada deslocamento no interior do movimento, enfim, a cada *situação*.

Pelo mesmo motivo, os *salves* não são recebidos da mesma forma em todos os lugares. Afinal, longe de terem status de leis que devam ser cumpridas à risca, eles são mais bem definidos como orientações, recomendações, comunicados que não só resultam de muitos *debates* sobre *situações* encontradas como também não fazem cessar as discussões sobre as *situações* resultantes. Como descrevi no capítulo 6, se uma *situação* ou um conjunto delas são

as bases para a elaboração dos *salves*, eles são recebidos em outras *situações*, nas quais passam a se articular com outras *ideias* e são acomodados aos *ritmos* locais. Assim, os *salves* são capazes de transformar, mas não de determinar, enquadrar ou modelar as *situações*. Ademais, eles nem sempre são incorporados ao *ritmo* local, especialmente quando encontram *situações* que o repelem. Mas, quando chegam, os *salves* produzem novas *situações* ao serem recebidos, transmitidos e efetivados conforme a configuração que o recebeu e os efeitos que sua chegada produziu.

É possível dizer que cada uma das cenas apresentadas na introdução deste livro é a descrição de *situações* que, junto às outras, compõem o que se chamou de "onda de violência". A circulação de diversos *salves* durante esse período apenas evidencia as transformações pelas quais passam ao se moverem por meio da e se imiscuírem na *sintonia* mantida por cada *ritmo* com o *Comando*. A *malandragem* que aparecia em cada uma das cenas, embora movimentasse *salves* distintos entre si, estava *pelo certo*. Como argumentei no capítulo 8, o *certo*, antes de remeter a um predicativo, indica um método. Ou, como procurei descrever, consiste em algo relacionado a um fazer-PCC, ponto decisivo para a forma que este livro adquiriu. Retomarei esse ponto adiante. Antes, contudo, abordarei algumas implicações da concepção do *Comando* como movimento para as tentativas de objetificação do PCC.

Dentro e fora

Dificilmente minha perspectiva satisfaria aqueles que tanto procuraram explicações sobre a “onda de violência de 2012”. Mesmo porque, como afirmou Villela, não me é “legítimo, como antropóloga, asseverar e nem sequer postular um problema que não aflige aqueles que foram a sua fonte dos dados da pesquisa” (2010: 14) e formular explicações sobre o que estava acontecendo não era, de maneira alguma, o escopo dos meus interlocutores. É impressionante como uma abordagem tradicionalmente antropológica, já exposta por Lévi-Strauss em 1958 e consagrada em escritos antropológicos sobre os mais diversos temas, cause estranhamento, indignação e até acusações morais quando empregada em um trabalho sobre tema tão controverso, tão presente no cotidiano e, por isso, de interesse comum não só para variadas áreas do conhecimento como também para diversos setores sociais. Falo da abordagem que acompanha a distinção entre antropologia (“ciência social do observado”) e a sociologia (“ciência social do observador”), apontada por Lévi-Strauss (2003 [1958]: 404) e já mencionada na introdução. Ali, indiquei que o positivismo sociológico trai a si mesmo quando a pesquisadora ou o pesquisador escolhe deliberadamente as perspectivas apresentadas, descartando as demais, sem, contudo, expor esse filtro. Disso resulta que o texto por ela ou por ele elaborado, embora se pretenda neutro e isento, não é outra coisa senão um mosaico de informações a favor de seu próprio argumento.

É irônico que a neutralidade e isenção que essa postura costuma reivindicar para si não impedem que sua produção passe a fazer parte da composição do próprio PCC. É como se, em algum momento, ela fosse engolida pela dinâmica do *Comando* e

acabasse fazendo parte da formação do movimento. Afinal, sem se preocupar com limites prescritos, não é de se estranhar que os movimentos que compõem o PCC possam incorporar tudo o que lhes for pertinente ou imperativo. Nesse sentido, políticas de segurança que resultam das abordagens "do observador", seja na direção do recrudescimento das penas (como maior isolamento e penas mais longas), seja no seu abrandamento (como a atenção aos direitos garantidos em lei) ou, ainda, em medidas contingenciais (como transferências de supostos líderes), acionam a criação de novos movimentos, com direções diversas das anteriores e, com isso, passam não só a compor *situações* e moldar *ritmos* como também a contribuir para a formação do PCC que desses movimentos emerge. Mas o que se diz, noticia e se escreve sobre o PCC também passa a compor movimentos, como no caso da cena 2, exposta na introdução, ou na centralidade do livro *Cobras e lagartos* (Jozino, 2004) como aporte material para a estabilização de uma das *ideias* sobre o nascimento do PCC (capítulo 4).

Até mesmo as ações policiais acabam compondo movimentos ao imprimir rumos e moldar *ritmos*. *Situações* muito diversas encontradas em trabalho de campo entre outubro e novembro de 2012, quando reportagens sobre toques de recolher pautavam os noticiários, exemplificam bem essa questão. Em uma *quebrada*, os moradores relatavam que a polícia estava fazendo incursões à favela várias vezes ao dia (e não somente durante horários delimitados por eventuais "toques de recolher") e, em algumas ocasiões, os policiais 'humilhavam os moradores'. Segundo eles, em uma dessas incursões, despiram alguns garotos e os fizeram andar nus pelas vielas enquanto os espancavam. Em seguida, quatro deles tiveram suas costas marcadas com um "x" desenhado com navalha. Com uma arma na cabeça de um garoto, fizeram-no beijar

a boca de outro e, por fim, revistaram uma menina de 12 anos, tateando demoradamente suas partes íntimas. A *quebrada* estava *moiada* e, obviamente, os *irmãos* não a frequentavam durante esse período, fazendo com que, sob os olhos dos moradores, a *quebrada* ficasse *largada*. Em outra *quebrada*, a situação era bem diferente. Os *irmãos* estavam presentes e, de acordo com os *moradores*, a favela estava *em paz*. Uma das moradoras descreveu a *situação* com poucas palavras: 'Aqui tá seguro. A gente até dorme de porta aberta. A polícia só passa lá na avenida'. As ações policiais produziam, por um lado, uma *quebrada moiada* e, por outro, uma *quebrada tranquila*, *em paz*. A primeira, com a presença da polícia e sem a dos *irmãos*, estava *largada*. A outra, sem a polícia e na qual os *irmãos* continuavam exercendo sua *responsa*, estava 'segura'. Isso deixa claro como as atuações da polícia são transformadas em um movimento que, junto a outros, compõe *situações*. Elas, por sua vez, são avaliadas pelos *malandros* a fim de conduzirem os seus movimentos do modo mais favorável a eles. Com isso, contribuem para a definição dos *ritmos* e tensionam *ideias*. Com efeito, quando se trata de um movimento composto por inúmeros movimentos, dentro e fora deixam de ser tão evidentes.

Isso também vale para as ações da Justiça Estatal e a legislação vigente. Afirmei há pouco que os termos *crime* e *lei* são utilizados metaforicamente na *malandragem*. Entretanto, não podemos deixar de considerar as noções jurídicas de crime e de lei como forças que tensionam os movimentos que compõem o PCC. Afinal, o crime como um conceito instrumentalizado por operadores do Estado tem uma íntima relação com as leis estatais e saberes disciplinares. Juntos, constituem instrumentos capazes de localizar, classificar, fixar e manter pessoas na prisão. Esses conceitos também motivam uma série de práticas tanto daqueles a quem classificam como

criminosos quanto dos responsáveis por impedir suas ações (criminosas) e levá-los à cadeia. Dessa maneira, aquele que transgride a lei conduz suas ações tendo em vista o olhar que o Estado, na figura de seus operadores (policiais, juízes, procuradores e cientistas sociais), pode lançar sobre ele. Muitas vezes isso implica deixar de transitar por locais antes transitados, se relacionar com pessoas com experiências parecidas, adotar práticas associadas a um cuidado ininterrupto para não ser capturado. Em outros termos, a legislação vigente, aqueles cuja função é aplicá-la e, após a sentença, gerenciar a pena, passam a acionar novos movimentos, definir o rumo de outros, compor *situações*, imprimir *ritmos*.

Vemos, com isso, que o PCC também deriva do exercício da Justiça, das operações da segurança pública, da legislação vigente, das políticas estatais, do que se escreve e se noticia. Quer dizer, ele também é efeito de Estado e de seus componentes materiais e discursivos. Afinal, eles também compõem seus movimentos. Em alguns pontos, meus argumentos tocam nos de Tripathy (2010), que mostra o terrorismo como efeito de práticas discursivas. Não há, em ambos os casos, o que alguns analistas chamam de "falta de Estado", em que um espaço deixado vazio pelo Estado seria ocupado por forças que consideram alienígenas a ele. Segundo Villela (2009), essas interpretações por meio da "ausência de Estado" são tributárias da concepção de um núcleo sólido de poder político, para onde confluem as obediências e de onde emanam os poderes (: 207). Segundo o autor, essas interpretações são também o efeito de um ponto de vista isolacionista ou emanacionista segundo o qual quanto mais distante do centro de emanação menor a eficiência e eficácia das instituições estatais. Assim como essas interpretações, o determinismo orientado pela equação <quanto

mais Estado, menos crime e, consequentemente, mais segurança> se revela equivocado.

No caso específico do PCC, alguns especialistas costumam asseverar que ele supre a falta de Estado ao exercer o seu papel. Mesmo considerando as prisões núcleos duros do PCC, ignoram que "nunca se está mais dentro do Estado do que numa prisão", como lembra Barbosa (2005: 72), inspirado em Foucault (1996 [1975]). Ao mesmo tempo, parecem ignorar que, quando se parte do nada para então sucedê-lo por algo, falsos problemas são elaborados (Bergson, 2005 [1907). A atribuição da forma-Estado ao PCC é ao mesmo tempo motivo e consequência dessa abordagem, em que a única coisa que se faz é projetar nele decalques de uma idealização do Estado (o que, como afirmei na introdução, revela muito mais a respeito do próprio especialista do que do objeto que pretende elucidar).

Enxergar de que forma a justiça estatal, seus discursos, seus aparatos e seus operadores compõem movimentos que, por sua vez, passam a fazer parte do PCC nos leva a perceber o quão equivocado é considerar que leis estatais possam, além de qualificar e punir aqueles que a transgridem, sobrepor a *lei do crime*. Como se o movimento fosse fundamentado em leis. E como se essas leis só tivessem aparecido porque antes havia um vácuo, a frequentemente referida "falta de Estado". É um desastroso engano pensar que o PCC apenas substituíra a lei estatal (ou ocuparia sua ausência) pela sua própria lei e que, portanto, a operação inversa poderia ocorrer com facilidade. Nesse sentido, não há intervenção externa capaz simplesmente de substituir essas práticas discursivas pela lei estatal, pois não se trata de uma mera alteração, ou melhor, de alternação de códigos, em que se extrairia um para colocar outro em

seu lugar. É desastroso, portanto, pensar que um enunciado jurídico formulado em uma dinâmica social possa ser transposto e aplicado a outra, especificamente ao movimento, cuja existência só se dá em meio a todas as outras dinâmicas que envolvem os termos apresentados neste livro.

Igualmente equivocado é classificar minha abordagem do PCC como "internalista" e as demais como "objetivas". Afinal, o sentido de interior e exterior do qual derivam essas adjetivações só pode ser atribuído a objetos holistas. Em um movimento, como procurei descrever ao longo do livro, tudo se dá de maneira diferente. Tudo pode passar a compô-lo, ao mesmo tempo que tudo pode ser, por ele, transformado.

Isso posto, o tratamento analítico que conferi às cenas apresentadas na introdução não foi motivado pela tentativa de explicação da "onda de violência de 2012". Ela não foi o foco do problema, objetificado, cuja explicação seria buscada nos movimentos que compõem o PCC. Afinal, tomar a "onda" como unidade de análise reuniria arbitrariamente, sob uma liga externa aos acontecimentos, movimentos que se conectam de outras maneiras. Evitei também uma comparação das diferentes cenas com as quais me deparei como fossem unidades a serem cotejadas sob o espectro da "onda de violência". Diferentemente, conectei-as por meio de algumas das noções descritas neste livro que, articuladas e em constante diálogo, expressam uma maneira singular de conhecer e, sobretudo, viver o *crime*. Essas conexões, contudo, foram realizadas por mim. Elas não provêm da *malandragem* e não são, portanto, o modo pelo qual os *ladrões* enxergaram a "onda de violência". Isso porque, se cada posição no interior do movimento oferece uma vista singular, nenhum teve a

mesma visão que o outro. O que vi, portanto, foi apenas uma entre as infinitas possibilidades.

• • •

Ao percorrer movimentos, *encontrei brechas* de onde procurei descrever a singularidade do PCC sem, contudo, efetuar totalizações. Dessas posições, percebi que as unidades só aparecem enquanto tais quando indicadas, quando solicitadas. É como se tudo o que está na periferia do nosso campo de visão tivesse uma imagem de coesão, de certa totalidade, nitidez que desaparece quando o elemento em questão passa a ser o centro, o foco de visão. Assim, os *ritmos* que parecem sólidos quando na visão periférica se dissolvem ao serem focalizados. Nesses momentos, a ética-disciplina parece sólida, mas deixa de o ser tão logo se torna o foco de interesse, o assunto, como se diz no idioma da fotografia. O centro duro parece, então, estar nas *responsas* que, da mesma forma, se dissolvem ao migrarem ao centro do quadro. Da mesma maneira, o próprio PCC, quando tomado como objeto de atenção, central no olhar, se torna uma nuvem de partículas, em certos casos, extrínsecas umas às outras.

O franco enfrentamento do material etnográfico reunido durante minha pesquisa me levou a conceder positividade a esse aspecto fugidio do PCC e não abordá-lo como um conjunto de contradições, de fragmentos, de falta de controle e de informação. Enfrentar esse material implicou, sobretudo, abandonar qualquer tentativa de oferecer explicações para me deter em sua descrição. Esse procedimento me levou, em primeiro lugar, a considerar que fazer uma etnografia do movimento em um campo que é movimento, requer uma etnografia também em movimento (capítulo 3). Com

efeito, ao conduzir minha pesquisa em diversas regiões de São Paulo, pude ver vários PCCs diferentes. Mas não só ao transitar de uma região a outra como ao me deslocar minimamente por entre os movimentos, outro PCC surgia aos meus olhos, com características bastante diversas daquele que até então eu procurava etnografar.

Em segundo lugar, a preeminência da descrição me levou a conferir importância às diferenças apresentadas, ao passo que evitou que eu reduzisse esses vários PCCs a versões ou deturpações do um, original, gerado a partir de um ou alguns poucos centros de emanação, ao aniquilar as singularidades que emergiam a cada posição que eu tomava. Se na dissertação de mestrado eu me esforcei para mostrar que a existência do PCC só se dá à medida que acontece, o que expus neste livro me leva a adicionar que existe um PCC para cada ponto de vista que possa incidir sobre ele e que cada um desses pontos de vista acabam compondo, eles mesmos, o PCC. Não consigo evitar, aqui, a referência a Jacques Monod, que chamou a atenção para a centralidade dos acasos: “O destino se inscreve na medida em que se cumpre, não antes” (1976: 163).

Isso remete a uma questão adicional: como se pode continuar chamando tudo isso de PCC? A resposta, contudo, já foi fornecida ao longo do livro. Durante as linhas que a compuseram, procurei refletir o fazer-PCC ao mesmo tempo que pretendi refletir sobre ele. Por isso, este livro diz mais respeito a um método do que a uma teoria. O resultado disso é que não descrevi formatos, mas modos de fazer. As noções aparentemente abstratas que deram nome às partes do livro (movimento, *ideia* e *situação*), associadas a outras tantas que, se não intitularam capítulos ou subcapítulos, foram requisitadas para dar conta das descrições, todas elas evidenciam

um modo – um tanto móvel, decerto – não só de existir como também de enxergar essa existência, a que podemos chamar de PCC.

Como afirmei anteriormente, instalada no movimento, eu não via o que os *malandros* viam, mas via como eles viam. O que procurei demonstrar ao longo do livro foi justamente esse “como” essas práticas de conhecimento, tarefa que só foi possível ao empreender uma etnografia no movimento.

119 O que corresponderia a mandar *salves*, caso estes pudessem ser definidos como ordens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Allan de. 2008. “Tribunal do tráfico tortura, condena e executa em Rio Preto”. *DiárioWeb*, São José do Rio Preto, 20/04/2008. Disponível em: <http://www.diarioweb.com.br/noticias/imp.asp?id=106946>. Acesso em: 20/04/2008.

ABU-LUGHOD, Lila. 1991. “Writing Against Culture”. In: FOX, Richard. *Recapturing Anthropology: Working in the Present*. Santa Fe, NM: School of American Research Press, pp. 137-62.

ALLIEZ, Éric; GOFFEY, Andrew (orgs.). 2011. *The Guattari Effect*. Londres: Continuum International Publishing Group.

ALMEIDA, Ronaldo. 2009. *A Igreja Universal e seus demônios: um estudo etnográfico*. São Paulo: Terceiro Nome.

ALVES, Iuri Salles; CERANTULA, Pedro. 2012. *PCC: dias melhores não virão*. Livro digital em formato PDF. Disponível em: <http://www.bubok.pt/livros/6716/PCC-dias-melhores-nao-virao>. Acesso em: 30/03/2014.

AMID, Vered (org.). 2000. *Constructing the Field: Ethnographic Fieldwork in the Contemporary World*. Londres: Routledge.

APPADURAI, Arjun. 1988. “Putting Hierarchy in Its Place”. *Cultural Anthropology*, v. 3, n. 1, pp. 36-49

_____. 2008. “Mercadorias e a política do valor”. In: APADURAI, Arjun, (org.). *A vida social das coisas: As mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.

AQUINO, Jania Perla. 2010. *Príncipes e castelos de areia: Um estudo da performance nos grandes roubos*. São Paulo: Biblioteca 24x7.

ASAD, Talal (org.). 1973. *Anthropology & the Colonial Encounter*. Nova York: Humanities Press.

AUSTIN, John Langshaw. 1961. *Philosophical Papers.* Oxford: Oxford University Press.

_____. 1962a. *How to Do Things with Words*. Harvard University Press.

_____. 1993 [1962b]. *Sentido e percepção*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. 1998 [1958]. "Performativo-Constativo". In: OTTONI, Paulo. *Visão Performativa da Linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, pp. 111-144.

BALZAK, Honore de. 2005 [1825]. *Código dos homens honestos ou a arte de não se deixar enganar pelos larápios*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BARBOSA, Antonio Rafael. 1998. *Um abraço para todos os amigos: Algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff.

_____. 2001. "Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro". *Revista Alceu*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 166-179.

_____. 2005. *Prender e dar fuga: Biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional. Rio de Janeiro.

_____. 2013. "Grade de ferro? Corrente de ouro!": Circulação e relações no meio prisional". *Tempo Social*, v. 25, n. 1, pp. 107-129.

BARNARD, Alan; SPENCER, Jonathan (orgs.). 1996. *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*. Londres: Routledge.

BARNES, J. A. 1968. "Networks and Political Process". In: SWARTZ, M. (org.). *Local-Level Politics: Social and Cultural Perspectives*. Chicago: Aldine Publishing Company, pp. 107-113.

BATESON, Gregory. 2000 [1972]. *Steps to an Ecology of Mind*. Chicago: The University of Chicago Press.

BERGSON, Henri. 1999 [1896]. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2005 [1907]. *A evolução criadora*. São Paulo: Martins Fontes.

BEZERRA, Marcos Otávio. 2007. "Modalidades de interação e visões sobre os poderes públicos". *Tomo (UFS)*, v. 11, pp. 123-137.

_____. 2009. "Mobilizações de bairro, repertórios de ação coletiva e trajetórias pessoais". *Antropolítica (UFF)*, v. 23, pp. 43-65.

BIONDI, Karina. 2006. "Tecendo as tramas do significado: As facções prisionais enquanto organizações fundantes de padrões sociais". In: GROSSI, M. P.; HEILBORN, M. L.; MACHADO, L. Z. (orgs.). *Antropologia e Direitos Humanos 4*. Florianópolis: Nova Letra, pp. 303-350.

_____. 2007a. “Pesquisa em prisões: Reflexões acerca da inserção em campo”. *Anais da I Reunião Equatorial de Antropologia.* América equatorial: Cultura na contemporaneidade. Aracaju: ABA (1 CD-ROM).

_____. 2007b. “Devir-mulher: A desterritorialização da prisão”. *Anais da XV Jornadas de Jóvenes Investigadores: Investigación, integración y desarrollo*. San Lorenzo: AUGM [Asociación de Universidades Grupo Montevideo] (1 CD-ROM)

_____. 2008. “A ética evangélica e o espírito do crime”. *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia: Dilemas da (des)igualdade na diversidade*. Porto Seguro: ABA (1 CD-ROM).

_____. 2010. *Junto e misturado: Uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome.

_____. 2011. “Um mundo de ‘considerações’: Alguns apontamentos sobre relações de força no trabalho de campo”. In: BARREIRA, César; SÁ, Leonardo; AQUINO, Jânia Perla de. (orgs.). *Violência e dilemas civilizatórios – As práticas de punição e extermínio*. Campinas: Pontes, pp. 129-146.

_____. 2012. “Com a palavra, os irmãos!”. *Anais da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia: Desafios antropológicos contemporâneos*. São Paulo: ABA.

BIONDI, Karina; MARQUES, Adalton. 2010. “Memória e historicidade em dois ‘comandos’ paulistas”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, pp. 39-70.

BLOK, Anton. 1974. *The Mafia of a Sicilian Village, 1860-1960. A Study of Violent Peasant Entrepreneurs*. Illinois: Waveland Press.

BOLDRIN, Guilherme. 2014. *As monas e o crime: etnografia com travestis e homossexuais em uma prisão paulista*. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

BORNSTEIN, Avram. 2010. “Palestinian Prison Ontologies”. *Dialectical Anthropology*, v. 34, pp. 459-472.

BOSI, Alfredo (org.). 2007. “Dossiê crime organizado”. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 21, n. 61.

BOURDIEU, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

_____. 1996 (1975). “A linguagem autorizada: As condições sociais da eficácia do discurso ritual”. In: *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, pp. 85-96.

BOURGOIS, Philippe. 1995. *In Search of Respect: Selling Crack in El Barrio*. Nova York: Cambridge University Press.

BRANDÃO, Marcelo. 2014. “População carcerária do Brasil aumentou mais de 400% em 20 anos”. *Agência Brasil*, Brasília, 24/03/2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/populacao-carceraria-aumentou-mais-de-400-nos-ultimos-20-anos-no-brasil>. Acesso em: 23/06/2014.

BUTLER, Judith. 1997. *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. Nova York: Routledge.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. 2000. *Cidade de muros*. São Paulo: Editora 34/Edusp.

_____. 2006. “I Came to Sabotage Your Reasoning!”: Violence and Resignifications of Justice in Brazil. In: COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. (orgs.). *Law and Disorder in the Postcolony*. Chicago: University of Chicago Press, pp. 102-150.

CARAMANTE, André. 2012a. “Baixada enfrenta nova onda de violência”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18/04/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/37872-baixada-enfrenta-nova-onda-de-violencia.shtml>. Acesso em: 03/02/2012.

_____. 2012b. “Três PMs são mortos em uma semana na zona leste”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22/06/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/50327-tres-pms-sao-mortos-em-uma-semana-na-zona-leste.shtml>. Acesso em: 04/02/2012.

CARBONE, Silvia Maria. 2000. *Justiceiros: Fé cega, faca amolada.* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

CARDOSO, Ruth C. L. (org.). 1986. A *aventura antropológica*: *Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. 2010. “A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos”. *Revista de Antropologia (Dossiê Antropologia do Direito)*, v. 53, n. 2, pp. 451-473.

CARNEIRO, Ana. 2010. *O “povo” parente dos buracos: Mexida de prosa e cozinha no cerrado mineiro*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional. Rio de Janeiro.

CASAS-CORTÉS, M. I.; OSTERWEIL, M.; POWELL, D. E. 2008. “Blurring Boundaries: Recognizing Knowledge-Practices in the Study of Social Movements”. *Anthropological Quarterly*, v. 81(1), pp. 17-58.

CHAVES, Christine Alencar. 2000. *A marcha nacional dos Sem-Terra: Um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/UFRJ

_____. 2004. “Um tribunal de opinião na guerra de interpretações”. In: TEIXEIRA, C. C.; CHAVES, C. A. (orgs.). *Espaços e tempos da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

_____. 2006. “Os limites do consentido”. In: FONSECA, Cláudia; BRITES, Jurema (org.). *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: Editora da Universidade de Santa Cruz. pp. 35-58.

CLIFFORD, James. 1998 [1988]. “Sobre a autoridade etnográfica”. In: _____. *A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século xx*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, pp. 17-62.

CLIFFORD, James; MARCUS, George (orgs). 1986. *Writing Culture – The Poetics and Politics of Ethnography*. Bekerley, Los Angeles, Londres: University of California Press.

COLEMAN, Simon; VON HELLERMANN, Pauline. (orgs.) 2011. *Multi-Sited Ethnography: Problems and Possibilities in the Translocation of Research Methods*. Nova York: Routledge.

COMERFORD, John. 1999. *Fazendo a luta: Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política.

CORRÊA, Mariza. 1983. *Morte em família: Representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal.

CUNHA, Manuela Ivone. 2002. *Entre o bairro e a prisão: Tráfico e trajetos.* Lisboa: Fim de Século.

DEBERT, Guita Grin; LIMA, Renato Sérgio; FERREIRA, Maria Patrícia Corrêa. 2008. “Violência, família e o Tribunal do Júri”. In: DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. *Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri.* Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, pp. 177-209.

DELEUZE, Gilles. 1992 [1985]. *Conversações*. São Paulo: Editora 34.

_____; GUATTARI, Félix. 1980. *Mille Plateaux.* Paris: Minuit.

DELPHINO, Plínio. 2012. “PCC também perde o controle dos comandados”. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 23/11/2012. Disponível em: <http://www.redebomdia.com.br/noticia/detalhe/38491/PCC+tambem+perde+o+controle+dos+comandados>. Acesso em: 05/02/2012.

DI GIOVANNI, Julia Ruiz. 2013. *Cadernos do outro mundo: o Fórum Social Mundial em Porto Alegre*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

DUMONT, Louis. 1992. *Homo hierarchicus: O sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp.

ERIKSON, Philippe. 1993. “Une nébuleuse compacte: Le macro-ensemble pano”. *L´Homme*, n. 126-128, pp. 45-58.

ESCUTA TELEFÔNICA REVELA DETALHES DE JULGAMENTO DE TRIBUNAL DO CRIME. 2010. *São Paulo no Ar*. São Paulo: Rede Record. Programa de TV. Disponível em: <http://noticias.r7.com/videos/escuta-telefonica-revela-detalhes-de-julgamento-de-tribunal-do-crime/idmedia/353fda10c3b4a4724ac0fd27646698c9.html>. Acesso em: 30/03/2014.

FACHINETTO, Rochele Fellini. 2011. “A produção dos discursos de gênero nos julgamentos pelo Tribunal do Júri em Porto Alegre/Rio Grande do Sul/Brasil”. *E-cadernos CES*, v. 14, pp. 33-60.

FALZON, Mark-Anthony (org.). 2009. *Multi-Sited Ethnography: Theory, Praxis and Locality in Contemporary Social Research*. Farnham: Ashgate Publishing Limited.

FEFFERMANN, Marisa. 2006. *Vidas arriscadas: O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis: Vozes.

_____. 2013. “Reflexões sobre os jovens inseridos no tráfico de drogas: Uma malha que os enreda”. *Saúde & Transformação Social*, v. 4, n. 2, pp. 55-65.

FELDMAN, Allen. 1991. *Formations of Violence: The Narrative of the Body and Political Terror In Northern Ireland*. Chicago: The University of Chicago Press.

FELTRAN, Gabriel de Santis. 2010. “Crime e castigo na cidade: Os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo”. *Caderno CRH*, v. 23, n. 58, pp. 59-73.

_____. 2011. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, CEM/Cebrap.

_____. 2013. “Sobre anjos e irmãos: Cinquenta anos de expressão política do ‘crime’ numa tradição musical das periferias”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 56, pp. 43-72.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. “Violência e modos de vida: ‘Os justiceiros’”. *Tempo Social*, v. 4, n. 1/2, pp. 42-52.

FERRAZ DE LIMA, Jacqueline Stefanny. 2013. *Mulher fiel: As famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Programa de Pós-

Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo. 2007. *O ritual judiciário do Tribunal do Júri: O caso do ônibus 174*. Tese de Doutorado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói.

FOUCAULT, Michel. 1996 [1975]. *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.

_____. 1998 [1984]. *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.

_____. 2002 [1973]. *A verdade e as formas jurídicas* (3ª ed.). Rio de Janeiro: NAU

_____. 2007 [1979]. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____. 2008. *Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

GALDEANO, Ana Paula. 2014. "Salmo 127, versículo 1: Ativismo religioso e ordenamentos da segurança em uma periferia de São Paulo". *Religião e Sociedade*, v. 34, n. 1, pp. 38-60.

GEERTZ, Clifford. 1989 [1973]. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

_____. 1998. *O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes.

_____. 2002 [1988]. *Obras e vidas: O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

GELL, Alfred. 1998. *Art and Agency. An Anthropological Theory.* Oxford: Clarendon Press.

GIUMBELLI, Emerson. 2002. "Para além do 'trabalho de campo': Reflexões supostamente malinowskianas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 48, pp. 91-107.

GLOWCZEWSKI, Barbara. 2008. "Guattari et l'anthropologie: Aborigènes et territoires existentiels". *Multitudes*, v. 3, n. 34, pp. 84-94.

GODOI, Rafael. 2010. *Ao redor e através da prisão: Cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

GODOY, Marcelo. 2013a. "Maior investigação da história do crime organizado denuncia 175 do PCC". *O Estado de S. Paulo,* São Paulo, 11/10/2013. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,maior-

investigacao-da-historia-do-crime-organizado-denuncia-175-do-pcc,1084346>. Acesso em: 31/07/2014.

_____. 2013b. “Facção faz ‘censo’ e mapeia membros”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11/10/2013. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,faccao-faz-censo-e-mapeia-membros,1084349>. Acesso em: 31/07/2014.

GOLDMAN, Márcio. 2009. “Histórias, devires e fetiches das religiões afro-brasileiras: ensaio de simetrização antropológica”. *Análise Social*, v. XLIV (190), pp. 105-127.

GRAVAÇÕES TELEFÔNICAS REVELAM COMO BANDIDOS JULGAM COMPARSAS NO “TRIBUNAL DO CRIME” EM SP. 2012. *Fantástico*. Rio de Janeiro: Rede Globo, 16/09/2012. Programa de TV. Disponível em: <http://globotv.globo.com/rede-globo/fantastico/v/gravacoes-telefonicas-revelam-como-bandidos-julgam-comparsas-no-tribunal-do-crime-em-sp/2142441/>. Acesso em: 30/03/2014.

GRIAULE, Marcel. 1957. *Méthode de l’ethnographie*. Paris: PUF.

GRIMBERG, Samirian. 2009. *Luta de guerreiros, castigos de ninjas e amor de rainhas: Etnografia de uma rebelião prisional*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

GRILLO, Carolina Christoph. 2013. *Coisas da vida no crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas*. Tese de Doutorado em Antropologia Cultural. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

GUATTARI, Félix. 1992. *Caosmose – Um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34.

_____. 2011. “The Vertigo of Immanence – Interview with John Johnston, June 1992”. In: ALLIEZ, Éric. GOFFEY, Andrew (eds.). *The Guattari Effect*. Londres: Continuum International Publishing Group.

GUIMARÃES, Arthur. 2010. “PCC faz julgamento com teleconferência para matar ‘companheiros’ com má conduta”. *UOL Notícias*, São Paulo, 29/07/2010. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2010/07/29/pcc-faz-julgamento-com-teleconferencia-para-matar-companheiros-com-ma-conduta.htm>. Acesso em: 30/03/2014.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. 1997. “Discipline and Practice: ‘The Field’ as Site, Method and Location in Anthropology”. In: GUPTA, Akhil; FERGUSON,

James (eds.). *Anthropological Locations: Boundaries and Grounds of a Field Science*. Berkeley: University of California Press, pp. 1-46

HANNERZ, Ulf. 2003. “Being There... and There... and There!: Reflections on Multi-Site Ethnography”. *Ethnography*, v. 4 (2), pp. 201-216.

HARAWAY, Donna. 1985. “A Manifesto for Cyborgs: Science, Technology, and Socialist Feminism in the 1980s”. *Socialist Review*, n. 80, pp. 65-107.

HENARE, Amiria; HOLBRAAD, Martin; WASTELL, Sari. (orgs.). 2007. *Thinking Through Things: Theorising Artefacts Etnographically*. Londres/Nova York: Routledge.

HERZFELD, Michael. 1980. “Honour and Shame: Problems in the Comparative Analysis of Moral Systems”. *Man*, v. 15, n. 2, pp. 339-351.

HIRATA, Daniel Veloso. 2010. *Sobreviver na adversidade: Entre o mercado e a vida*. Tese de Doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

HOLBRAAD, Martin. 2011. “Can the Thing Speak?”. *Working Paper Series # 7*. Disponível em: <http://openanthcoop.net/press/http:/openanthcoop.net/press/wp-content/uploads/2011/01/Holbraad-Can-the-Thing-Speak2.pdf>. Open Anthropology Cooperative Press.

HUEN, Chi W. 2009. “What is Context?: An Ethnophilosophical Account”. *Anthropological Theory*, v. 9 (2), pp. 149-169.

IANNI, Francis A. J. 1974. *Black Mafia: Ethnic Succession in Organized Crime*. Nova York: Simon and Schuster.

IANNI, Francis A. J.; REUSS-IANNI, Elizabeth. 1972. *A Family Business: Kinship and Social Control in Organized Crime*. Nova York: Russell Sage Foundation.

INGOLD, Tim. 2000. *The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. Londres: Routledge.

_____. 2007. “Materials Against Materiality”. *Archaeological Dialogues*, v. 14(1), pp. 1-16.

_____. 2011. *Being alive: Essays on Movement, Knowledge and Description*. Londres: Routledge.

ITALIANI, Rafael; RIBEIRO, Bruno. 2014. “Chefes do PCC foragidos no exterior comandam tráfico; Marcola vira Russo”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16/07/2014, p. A15.

JOZINO, Josmar. 2004. *Cobras e lagartos*. Rio de Janeiro: Objetiva.

_____. 2012. “Rota mata seis e PMs são presos suspeitos de execução”. *Agora, São Paulo*, 30/05/2012. Disponível em:

<http://www.agora.uol.com.br/saopaulo/ult10103u1097654.shtml>. Acesso em: 04/02/2012.

_____. 2012. *Xeque-mate: O tribunal do crime e os letais boinas pretas*. São Paulo: Letras do Brasil.

KANT DE LIMA, Roberto. 1995. *Da inquirição ou júri, do trial by jury a plea bargaining: Modelos para a produção da verdade e a negociação da culpa em uma perspectiva comparada (Brasil/EUA)*. Tese apresentada ao concurso de professor titular de Antropologia. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

_____. 2004. "Direitos civis e Direitos Humanos: Uma tradição judiciária pré-republicana?". *São Paulo em Perspectiva*, v. 18 (1), pp. 49-59.

_____. 2010. "Sensibilidades jurídicas, saber e poder: Bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada". *Anuário Antropológico/2009 -2*, n. 2, pp. 25-51.

KOKOREFF, Michel. 2000. "Faire du business dans les quartiers". *Déviance et société*, v. 24 (4), pp. 403-424.

KUPER, Leo; SMITH, Michael Garfield. (orgs). 1969. *Pluralism in Africa*. Berkeley: University of California Press.

LALANDE, André. 1999 [1926]. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.

LATOUR, Bruno. 1994. "Une sociologie sans objet? Remarques sur l'interobjectivité". *Sociologie du Travail*, v. 36, n. 4, pp. 587-607.

_____. 2000 [1991]. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34.

_____. 2000. "Faktura. De la notion de réseaux à celle d'attachement". In: MICOUD, A.; PERONI, M. *Ce qui nous relie*. Paris: Éditions de l'Aube, La Tour d'Aigues, pp. 189-208.

_____. 2005. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.

_____. 2010. *Making the Law: An Ethnography of the Conseil d'État*. Cambridge: Polity Press.

LAW, John; MOL, Annemarie (orgs.). 2002. *Complexities: Social Studies of Knowledge Practices*. Durham, N. C.: Duke University Press.

LE BON, Gustave. 2008 [1985]. *Psicologia das multidões*. São Paulo: Martins Fontes.

LEACH, Edmund Ronald. 1961. *Pul Eliya: a village in Ceylon*. Cambridge: University of Cambridge Press.

_____. 1996 [1964]. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp.

LECZNIESKI, Lisiane Koller. 2005. *Estranhos laços: Predação e cuidado entre os Kadiwéu*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

LEIRNER, Piero de Camargo. 1997. *Meia volta, volver*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

_____. 2012. "O Estado como fazenda de domesticação". *R@U – Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v. 4, n. 2, pp. 38-70.

LEIRIS, Michel. 1950. "L'ethnographé devant le colonialismo". *Les Temps Modernes*, ano 6, n. 58, pp. 357-374.

LESSING, Benjamin. 2008. "As facções cariocas em perspectiva comparada". *Novos Estudos Cebrap*, n. 80, pp. 43-62.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 2003 [1958] "Lugar da antropologia nas ciências sociais e problemas colocados por seu ensino". In: *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____. 2008 [1949]. "A eficácia simbólica". In: *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify. pp. 265-291

LIMA, Tânia Stolze. 2005. *Um peixe olhou para mim: O povo Yudjá e a perspectiva*. São Paulo: Editora da Unesp/ISA; Rio de Janeiro: Nuti.

LIMA, Wilson. 2014. "Pelo menos 197 presos foram assassinados no Brasil em 2013". *Último Segundo*, IG, Brasília, 09/01/2014. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-01-09/pelo-menos-197-presos-foram-assassinados-no-brasil-em-2013.html >. Acesso em: 23/06/2014.

LÓPEZ, María Carballo. 2011. *Vem, teçamos a nossa liberdade: Mujeres líderes en el Movimiento Sin Tierra (Ceará − Brasil)*. Tese de Doutorado em Antropologia Social e Cultural. Facultat de Filosofia i Lletres de la Universitat Autònoma de Barcelona. Bellaterra.

LOREA, Roberto Arriada, 2003. *Os jurados "leigos". Uma antropologia do Tribunal do Júri.* Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza Lines de. 2013. "'Quem mantém a ordem, quem cria desordem': Gangues prisionais na Bahia". *Tempo Social*, v. 25, n. 1, pp. 37-59.

LYRA, Diogo. 2010. *A república dos meninos: Valores éticos e morais dos garotos armados do morro*. Tese de Doutorado em Sociologia. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. 2008. “Violência urbana, sociabilidade violenta e ordem agenda pública”. In: MACHADO DA SILVA, Luis Antonio (org.). *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. 2003. “A antropologia urbana e os desafios da metrópole”. *Tempo Social*, v. 15, n. 1, pp. 81-95.

_____. 2005. “Os circuitos dos jovens urbanos”. *Tempo Social*, v. 17, n. 2, pp. 173-205.

_____. 2009. “Etnografia como prática e experiência”. *Horizontes Antropológicos*, ano 15, n. 32, pp. 129-156.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lillian de Lucca. 2000. *Na metrópole: Textos de antropologia urbana* (2ª ed.). São Paulo: Edusp/Fapesp.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1986 [1953]. “Introdução: O assunto, o método e o objetivo desta investigação” [traduzido de Argonauts of the Western Pacific]. In: DURHAM, Eunice Ribeiro (org.). *Malinowski*. São Paulo: Ática, pp. 24-48.

MALLART, Fábio. 2011. *Cadeias dominadas: Dinâmicas de uma instituição em trajetórias de jovens internos*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

MALVASI, Paulo Artur. 2011. “‘Choque de mentes’: Dispositivos de controle e disputas simbólicas no sistema socioeducativo”. *R@U – Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar [Dossiê Jovens em Conflito com a Lei]*, v. 3, n. 1, pp. 331-352.

_____. 2012. *Interfaces da vida loka – Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. Tese de Doutorado em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. 2013. “A ‘mente’ e o homicídio: A gestão da violência no tráfico de drogas em São Paulo. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 6, n. 4, pp. 675-698.

MANSO, Bruno Paes. 2009. “Um debate sobre o PCC: Entrevista com Camila Nunes Dias, Gabriel de Santis Feltran, Adalton Marques e Karina Biondi”. *R@U. Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v. 1, n. 2, pp. 154-175.

_____. 2012. *Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1996 e 2010: Uma análise dos mecanismos de escolha homicida e das carreiras no crime.* Tese de Doutorado em Ciências Políticas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

MARCUS, George E. 1995. “Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography”. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, pp. 95-117.

MARCUS, George E.; CUSHMAN, Dick. 1982. “Ethnographies as Texts”. *Annual Review of Anthropology*, v. 11, pp. 25-69.

MARCUS, George E.; FISHER, Michael. 1986. *Anthropology as Cultural Critique*. Chicago: University of Chicago Press.

MARQUES, Adalton. 2007. “Anotações preliminares para uma antropologia da jurisprudência”. *Teoria & Sociedade*, n. 15.2, pp. 236-251.

_____. 2008. “‘Faxina’ e ‘pilotagem’: Dispositivos (de guerra) políticos no seio da administração prisional”. *Lugar Comum − Estudos de Mídia, Cultura e Democracia (UFRJ)*, v. 25-26, pp. 283-290.

_____. 2009. *Crime, proceder, convívio-seguro: Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. 2010a. “‘Liderança’, ‘proceder’ e ‘igualdade’: Uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital”. *Etnográfica*, v. 14 (2), pp. 311-335.

_____. 2010b. “Um ‘debate’ sobre o estado de ‘isento’ no Primeiro Comando da Capital. Paper apresentado na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia.

_____. 2012. “‘Maior respeito’ e ‘cuidado com as palavras’: Considerações de moradores sobre transformações nas periferias de São Paulo”. Paper apresentado no GT33 − Sobre periferias: novos conflitos no espaço público, do 36º Encontro Anual da Anpocs.

MARQUES, Ana Claudia D. R. 1999. “Algumas faces de outros eus. Honra e patronagem na antropologia do Mediterrâneo”. *Mana*, v. 5, n. 1, pp. 131-147.

_____. 2001. “Justiças e ajustes sociais”. *Civitas − Revista de Ciências Sociais*, ano 1, n. 2, pp. 125-142.

_____. 2002. *Intrigas e questões. Vingança de família e tramas sociais no Sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

MARQUES, Ana Claudia D. R.; VILLELA, Jorge Luiz Mattar. 2005. “O que se diz, o que se escreve”. *Revista de Antropologia*, v. 48, n. 1, pp. 37-74.

MARQUES, Vagner Aparecido. 2012. *O irmão que virou irmão: Rupturas e permanências na conversão de membros do PCC ao pentecostalismo na Vila Leste – SP.* Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Programa de

Pós-graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

MARTINEZ, Mariana Medina. 2011. *Andando e parando pelos trechos: Uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

MENEGUETTI, Francis Kanashiro. 2013. "Origem e fundamentos dos Tribunais do Crime". Paper apresentado no XXXVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). Rio de Janeiro.

MERRY, Sally Engle. 1988. "Legal Pluralism". *Law & Society Review*, v. 22, n. 5, pp. 869-896.

MISSE, Michel. 1999. *Malandros marginais e vagabundo: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Sociologia. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

_____. 2006. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

MIYAZAKI, Hirokazu. 2004. *The Method of Hope: Anthropology, Philosophy, and Fijian knowledge*. Stanford: Stanford University Press.

MONOD, Jacques. 1976. *Acaso e necessidade: Ensaio sobre a filosofia natural da biologia moderna*. Petrópolis: Vozes.

MOORE, Sally Falk. 1978. *Law as Process: an Anthropological Approach*. Londres/Boston: Routledge & Keegan Paul.

_____ (org.). 2005. *Law and Anthropology: A Reader*. Índia: Blackwell Publishing.

MOREIRA-LEITE, Angela M. F. 2006. *Tribunal do Júri: O julgamento da morte no mundo dos vivos*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas (Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

MUNHOZ, Sara Regina. 2013. *A construção do atendimento em um Núcleo de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

NARAYAN, Kirin. 1993. "How Native Is a 'Native' Anthropologist?". *American Anthropologist*, v. 95, n. 3, pp. 671-686.

NERI, Natasha Elbas. 2009. *"Tirando a cadeia dimenor": A experiência da internação e as narrativas de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Sociologia (concentração em Antropologia).

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

NORMAN, Karin. “Phoning the Field: Meanings of Place and Involvement in Fieldwork ‘at Home’”. In: AMID, Vered (org.). 2000. *Constructing the Field: Ethnographic Fieldwork in the Contemporary World*. Londres: Routledge, pp. 120-146.

NORDSTROM, Carolyn. 2007. *Global Outlaws: Crime, Money and Power in the Contemporany World*. Berkeley: University of California Press.

OLIC, Mauricio Bacic. 2013. “Entre os dispositivos e as disposições: relações de poder em tempos de Fundação Casa”. *Pontourbe – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*. Edição 12.

OLIVEIRA, Giovanni França. 2013. *Nas bocas da cidade de Corumbá – MS: O comércio de drogas na fronteira Brasil/Bolívia*. Dissertação de Mestrado em Estudos Fronteiriços. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Corumbá.

PEIRANO, Mariza G. S. 1998. “When Anthropology is at Home: the Different Contexts of a Single Discipline”. *Annual Review of Anthropology*, v. 27, pp. 105-128.

_____. 2002. “Prefácio: Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica” e “A análise antropológica de rituais”. In: _____. (org.). *O dito e o feito: Ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, pp. 17-40.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. 2005. *De rolê pela cidade: Os pixadores em São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

PÉTONNET, Colette. 1982. “L’observation flottante – L’exemple d’un cimetière parisien”. *L’Homme*, v. XXII, n. 4, pp. 37-47.

PINTO, Lucas Oliveira da Rocha. 2011. *A construção da verdade e do delinquente em um tribunal do júri.* Dissertação de Mestrado em Antropologia. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília.

RAMALHO, José Ricardo. 2002 [1979]. *Mundo do crime: A ordem pelo avesso*. São Paulo: IBCCRIM.

_____. 2012. “Entrevista com José Ricardo Ramalho concedida ao Comitê Editorial Habitus”. *Revista Habitus*, v. 10, n. 1, pp. 143-157.

RAPPORT, Nigel; OVERING, Joanna. 2000. *Social and Cultural Anthropology: The Key Concepts*. Londres: Routledge.

REED, Adam. 1999. “Anticipating Individuals: Modes of Vision and Their Social Consequence in a Papua New Guinean Prison”. *Journal of Royal Anthropological Institute*, v. 5, n. 1, pp. 43-56.

_____. 2003. *Papua New Guinea’s ‘Last Place’: Experiences of Constraint in a Postcolonial Prison*. Berghahn Books: Oxford.

_____. 2007. “Smuk is King: the Action of Cigarettes in a Papua New Guinea Prison”. In: HENARE, Amiria et al. *Thinking Through Things: Theorizing Artefacts Ethnographically*. Londres/Nova York: Routledge, pp. 32-46.

_____. 2008. “‘Blog This’: Surfing the Metropolis and the Method of London”. *Journal of Royal Anthropological Institute*, v. 14, n. 2, pp. 391-406.

_____. 2011a. “Hope on Remand”. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 17, n. 3, pp. 527-544.

_____. 2011b. “Number-One Enemy: Police, Violence and the Location of Adversaries in a Papua New Guinean Prison”. *Oceania*, v. 81, pp. 22-35.

REED-DANAHAY, Deborah (org.). 1997. *Auto/Ethnography: Rewriting the Self and the Social*. Oxford/Nova York: Berg Publisher.

RILES, Annelise. 2000. *The Network Inside Out*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

_____. 2006. “Anthropology, Human Rights, and Legal Knowledge: Culture in the Iron Cage”. *American Anthropologist*, v. 108, n. 1, pp. 52–65.

ROCHA, José Luis; RODGERS, Dennis. 2008. *Gangs of Nicaragua*. Manágua: Impresiones Helios.

RODRIGUES, Arthur. 2012. “‘Quem não reagiu está vivo’, diz Alckmin sobre mortes da Rota”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12/09/2012. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,quem-nao-reagiu-esta-vivo-diz-alckmin-sobre-mortes-da-rota,929523>. Acesso em: 03/07/2014.

ROULAND, Norbert. 1995. *L’Anthropologie Juridique*. Collection Que sais-je? Paris: PUF.

RUI, Taniele. 2012. *Corpos abjetos: Etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

RUGGIERO, Vincenzo; SOUTH, Nigel. 1997. The Late-Modern City as a Bazar: Drugs Markets, Ilegal Enterprises and the “Barricades”. *The Britsh Journal of Sociology*, v. 48, n. 1, pp. 54-70.

SANSI, Roger. 2009. “‘Fazer o santo’: Dom, iniciação e historicidade nas religiões afro-brasileiras”. *Análise Social*, v. XLIV (190), pp. 139-160.

SALLA, Fernando. 2007. “De Montoro a Lembo: As políticas penitenciárias em São Paulo”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, pp. 72-90.

SCHLITTLER, Maria Carolina de Camargo. 2009. “O trânsito dos adolescentes no se envolver no crime: Algumas considerações”. *Anais da 27ª Reunião Brasileira de Antropologia*: Brasil Plural – Conhecimentos, saberes tradicionais e direitos à diversidade. Belém: ABA.

SCHMIDT, Steffan W.; GUASTI, Laura; LANDÉ, Carl H.; SCOTT, James C. (eds.). 1977. *Friends, Followers, and Factions: a Reader in Political Clientelism*. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press.

SCHNEIDER, Peter; SCHNEIDER, Jane. 2003. *Reversible Destiny: Mafia, Antimafia, and the Struggle in Palermo*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

_____. 2008. “Anthropology of Crime and Criminalization”. *Annual Review of Anthropology*, v. 37, pp. 351-373.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. 2012. *Jogo, ritual e teatro: Um estudo antropológico do Tribunal do Júri*. São Paulo: Terceiro Nome.

SINHORETTO, Jacqueline. 2001. *Os justiçadores e sua justiça: Linchamentos, costume e conflito.* Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

SIQUEIRA, Chico. 2008. “‘Tribunais’ do PCC julgam até ‘pequenas causas’”. *Agência Estado*, São Paulo, 17/02/2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,tribunais-do-pcc-julgam-ate-pequenas-causas,125944,0.htm>. Acesso em: 30/03/2014.

SOBRINHO, Wanderley Preite. 2013. “Três meses após promessa, famílias de PMs assassinados estão sem indenização”. *Último Segundo*, IG, São Paulo, 28/01/2013. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-01-28/tres-meses-apos-promessa-familias-de-pms-assassinados-estao-sem-indenizacao.html>. Acesso em: 11/02/2014.

SOUFEN JR, Jorge. 2008. “Polícia procura cemitério do tribunal do tráfico”. *Agora*, *São Paulo*, 22/02/2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/agora/policia/pl2202200801.htm>. Acesso em: 30/03/2014.

STOCKING, George. 1992. *The Ethnographer’s Magic and Other Essays in the History of Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press.

STRATHERN, Marilyn. 1996a. “Cutting the network”. *Journal of Royal Anthropological Institute*, v. 2, n. 3, pp. 517-535.

_____. 1996b. “1989 Debate: The Concept of Society is Theoretically obsolete. The Presentations: For the Motion (1)” In: INGOLD, Tim. (org.) *Key Debates in Anthropology*. Londres: Routledge, pp. 50-55.

_____. 2004 [1991]. *Partial Connections (Updated Edition)*. Walnut Creek: Altamira Press.

_____. 2006 [1988]. *O gênero da dádiva: Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da Unicamp.

_____. 2013 [1987]. *Fora de contexto: As ficções persuasivas da antropologia* [seguido de comentários e resposta]. São Paulo: Terceiro Nome.

SUNDERLAND, P. L. 1999. “Fieldwork and the Phone”. *Anthropological Quarterly*, v. 72, n. 3, pp. 105-117.

SWARTZ, M. J., TURNER, V. e TUDEN, A. (orgs.). 1966. *Political Anthropology*. Chicago: Aldine Publishing Company.

TAETS, Adriana Rezende Faria. 2012. *Abrindo e fechando celas: Narrativas, experiências e identidades de agentes de segurança penitenciária femininas*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

TAMBIAH, Stanley J. 1979. “A Performative Approach to Ritual”. *Proceedings of the British Academy*, v. 65, pp. 113-169.

TARDE, Gabriel. 2007 [1895]. “Monadologia e sociologia”. In: VARGAS, Eduardo Viana (org.). *Monadologia e sociologia (e outros ensaios)*. São Paulo: Cosac Naify, pp. 51-131.

TAUSSIG, Michael. 2003. *Law in a Lawless Land: Diary of a Limpieza in Colombia*. Nova York: New Press.

TELLES, Vera da Silva. 2010. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentum.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. 2007. “Cidade e práticas urbanas: Nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito”. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 21, n. 61.

TOREN, Christina. 1996. “1989 Debate: The Concept of Society is Theoretically Obsolete. The Presentations: For the Motion (1)” In: INGOLD, Tim. (org.) *Key Debates in Anthropology*. Londres: Routledge, pp. 60-63.

TRIPATHY, Jyotirmaya. “What is a Terrorist?”. *International Journal of Cultural Studies*, v. 13 (3), 2010, pp. 219-234.

TSING, Anna. 2010. “Worlding the Matsutake Diaspora: Or Can Actor-Network Theory Experiment with Holism”. In: OTTO, Ton; BUBANDT, Nils (eds.).

Experiments in Holism: Theory and Practice in Contemporary Anthropology. Oxford: Wiley-Blackwell.

UOL. 2012. “Em 20 dias, 17 ônibus e 11 bases são atacadas em SP; 30 PMs e suspeitos são mortos”. UOL, São Paulo, 03/07/2012. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/07/03/em-20-dias-17-onibus-e-11-bases-sao-atacadas-em-sp-30-pms-e-suspeitos-sao-mortos.htm>. Acesso em: 04/02/2012.

VARELLA, Drauzio. 1999. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras.

VELHO, Otávio. 1986. “Nota ao verbete ‘hierarquia’”. In: Fundação Getúlio Vargas. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

_____. 1997. “Globalização: Antropologia e religião”. *Mana*, v. 3, n. 1, pp. 133-154.

_____. 2001. “De Bateson a Ingold: Passos na constituição de um paradigma ecológico”. *Mana*, v. 7, n. 2, pp. 133-140.

_____. 2005. “Comentários sobre um texto de Bruno Latour”. *Mana*, v. 11, n. 2, pp. 297-210.

VIANNA, Anna Catarina Morawska. 2010. *Os enleios da tarrafa: Etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar. 2002. “Resenha de ‘Corpo e alma: Notas etnográficas de um aprendiz de boxe’”. *Mana*, v. 8, n. 2, pp. 220-222.

_____. 2004. *O povo em armas: Violência e política no Sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

_____. 2009. “Família como grupo? Política como agrupamento? O Sertão de Pernambuco no mundo sem solidez”. *Revista de Antropologia*, v. 52, n. 1, pp. 201-245.

_____. 2010. “Apresentação”. In: BIONDI, Karina. *Junto e misturado: Uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome.

_____. 2011. *Ordem pública e segurança individual: Política e polícia no Sertão de Pernambuco*. São Carlos: EDUFSCar.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

WACQUANT, Loïc. 2001a. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. 2001b. *Os condenados da cidade: Estudo da marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ.

_____. 2002. *Corpo e alma: Notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

_____. 2003. *Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos EUA [A onda punitiva]*. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ.

_____. 2008. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo.

ZALUAR, Alba. 1994. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ.

_____. 2004. *Integração perversa: Pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

ZOMIGHANI JUNIOR, James Humberto. 2009. *Território ativo e esquizofrênico: Prisão e pena privativa de liberdade no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.